



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O LEGADO DA EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS FREIREANA.

Evandro Costa de Medeiros¹
Tatiana Lilia do Carmo Irineu²

Resumo

A Educação Popular como a raiz político-pedagógica do Movimento Nacional de Educação do Campo e o pensamento de Paulo Freire como uma das principais referências teóricas das iniciativas pedagógicas desenvolvidas por este movimento em âmbito nacional. Em destaque os significados e perspectivas dados a produção do conhecimento na Educação do Campo e caracterização dos processos formativos propostos por ela, apontando elementos que os vinculam à uma educação fundamentada no pensamento freireano e na epistemologia da práxis que dele deriva.

Palavras-Chave: Educação do Campo - Paulo Freire - Epistemologia da Práxis

Introdução

“Então o camponês descobre que
tendo sido capaz de transformar a terra,
também é capaz de transformar a cultura:
renasce não mais como objeto dela, mas como sujeito da história”
[Paulo Freire]

O presente trabalho constitui-se num recorte síntese do levantamento e análise de dados, discussões acadêmicas e elaborações teóricas articuladas a composição da contextualização temática e problematizações de pesquisas em Educação do Campo, realizadas pelos autores através do Grupo de Pesquisa Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. As experiências dos autores junto aos

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Email: evandrom@unifesspa.edu.br. Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista (PPGE/UFPB). Email: socorroxbatista@gmail.com.

² Professora da Rede de Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Email tatiana_lilia@hotmail.com. Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista (PPGE/UFPB). Email: socorroxbatista@gmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



movimentos sociais do campo e de iniciativas pedagógicas em Educação do Campo, também são fontes de dados que alimentam as reflexões aqui apresentadas.

O principal objetivo deste trabalho é destacar a Educação Popular como a raiz político-pedagógica do Movimento Nacional de Educação do Campo e o pensamento de Paulo Freire como uma das principais referências teóricas das iniciativas pedagógicas desenvolvidas por este movimento em âmbito nacional. Nesta direção, busca-se evidenciar o significado e perspectiva dada a produção do conhecimento segundo Paulo Freire, na Educação Popular e nas iniciativas pedagógicas em Educação do Campo.

Para tanto, o texto, em um primeiro momento, cumpre a tarefa de recuperar e valorizar o legado do pensamento freireano como uma epistemologia fundamentada na Filosofia da Práxis. Em seguida, são apresentados dados sobre as iniciativas pedagógicas do Movimento de Educação do Campo e feita a caracterização mínima dos processos formativos por elas engendrados, apontando elementos que os vinculam à uma educação fundamentados no pensamento freireano e na epistemologia da práxis que dele deriva.

1. A Produção do Conhecimento e Epistemologia da Práxis em Paulo Freire

Em sociedade homens e mulheres se humanizam por meio de suas relações junto à outros, na interação com o mundo. A natureza das coisas em seu entorno e a realidade em que estão inseridos, à medida que desenvolvem, individual e coletivamente, suas capacidades animais superiores, seu poder cognitivo e habilidades manuais. A capacidade para observar e refletir sobre suas necessidades, suas limitações e seus feitos e para produzir constantemente novos modos de manipular e transformar tal mundo, natureza, coisas e realidade. Assim, desenvolvendo a sensibilidade para contemplar a existência e elaborar formas de expressar e registrar as significações que constrói sobre tudo isso. Dessa maneira transformando a si mesmo como ser humano, afirmando-se como um ser teórico-prático, um ser de práxis, histórico, político e cultural.

A epistemologia freireana funda-se na compreensão ontológica sobre a emancipação humana como resultado da existência ativa dos homens e mulheres no e com o mundo, para superar situações limites de sua existência e construir condições



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



favoráveis à vida coletiva. Homens e mulheres, ao contrário de outros seres, puderam romper a aderência muda à condição original, natural, e “ir mais além do mero estar no mundo, acrescentam à vida que têm a existência que criam. Existir é, assim, um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se” (FREIRE, 1981, p. 53).

Desta compreensão derivam entendimentos que são determinantes da epistemologia freireana como uma epistemologia da práxis. Primeiramente, o entendimento de que ideias, pensamentos e conhecimentos são antes de mais nada produtos mundanos, produtos originados das experiências dos homens e mulheres “no” e “com” - sobre - o mundo, reflexos deste mundo capturado, pré-sentido e submetidos às significações mobilizadas pela sensibilidade e razão, capacidades humanas e humanizadas, que lhes permitem a percepção do mundo e de si no mundo. Assim, como refletir sobre as circunstâncias materiais de sua existência, especular mentalmente outras possibilidades à estas circunstâncias, a si como sujeitos existentes e projetar meios para produzir mudanças na direção de tais possibilidades em acordo com seus desejos e sentimentos. Portanto, da consciência de suas necessidades materiais e não-materiais, projetando futuros imaginados como utopias que passam alimentar quando se reconhecem como sujeitos de seus destinos, “seres autobiográficos” (FREIRE, 1981). Em segundo lugar, o entendimento de que o mundo em que o ser humano vive sua existência, desde seu primeiro ato na alteração das coisas da natureza e de sua própria condição natural, como o homem da pedra lascada, é, dialeticamente, reflexo das ideias, pensamentos e conhecimentos humanos quando estes são materializadas em ações que o transformam para satisfação de suas necessidades e desejos, criando assim um mundo território humano. “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (FREIRE, 1991, p. 55).

A realidade-mundo humano, constituída historicamente, é produto da “atividade humana em si como atividade objetual (*gegenständliche Tätigkeit*), da atividade humana sensível” (MARX & ENGELS, 2007), de sua capacidade teórico-prática e de sua objetivação sobre seu tempo e local de existência, produto da práxis humana e da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



humanização do mundo original, a natureza - transformada pela práxis produtiva enquanto trabalho, laboração criativa, emancipadora e humanizante. Logo, sendo o ser humano um ser da práxis, toda realidade-mundo objeto de sua ação e conhecimento encontra-se em contínua transformação, porque ele também assim se encontra, em movimento contínuo de ação-reflexão e produção de novas significações - representações, teorias e sentimentos - sobre si e sobre seu mundo. Toda realidade-mundo é algo possível de ser transformada, assim como o próprio homem e sua condição existencial se transformam a medida em que ele se coloca conscientemente como agente dessa transformação, no exercício de uma práxis crítico-criativa. Nisto reside a essência da emancipação humana e a afirmação da história como produção do homem por si mesmo (VAZQUEZ, 2007).

Paulo Freire aporta o constructo teórico de sua epistemologia crítico-dialética na tradição secular da Filosofia da Práxis, em que o ser humano é compreendido como ser ontocriativo (KOSIK, 1976), cuja práxis cria a realidade - humano-social - e nela se forja historicamente como “fundamento, critério de verdade e fim do conhecimento” (Marx apud VAZQUEZ, 2007, p. 143), sendo o conhecimento produto e instrumento da transformação desta realidade histórica e “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças à atividade prática humana” (VAZQUEZ, 2007, p. 144).

Nesta perspectiva, segundo Freire (1991) “como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, e o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade” decorrentes desta presença. Precisamente por compreender o conhecimento e os modos e objetivos de sua produção como frutos das experiências dos homens e mulheres *no e com* o mundo, como sujeitos de práxis, sujeitos históricos, é que “podemos tomar nossa própria presença no mundo como objeto de nossa análise crítica, tomando as experiências anteriores como objeto de conhecimento para que possamos conhecer o conhecimento” que nelas habitam (FREIRE, 1991, p. 72). Se o conhecimento se origina da práxis humana e a ela se volta com a finalidade de subsidiar novos feitos sobre o mundo - tem nela seu fundamento, “critério de verdade e fim” -, em Freire o ato de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



conhecer também é um ato de práxis. Afirmar que parece redundante caso desconsideremos que, historicamente, a produção do conhecimento foi sendo apropriada como prática e bem privado das classes dominantes a cada época e contexto e que, tomando como exemplo os tempos modernos, os meios de socialização de parte do conhecimento produzido tem se dado por meio de uma tradição escolástica - exposições conceituais verbalistas visando a assimilação conteudista - distante de constituir um exercício de práxis.

Desde as ações de alfabetização de camponeses no nordeste brasileiro dos anos de 1950, para o mundo de grandes encontros filosóficos internacionais em meio ao exílio político por conta da Ditadura Militar no Brasil nos anos de 1960/1970. É da crítica a perspectiva pedagógica escolástica e no exercício de práxis por uma Educação Libertadora, como educador e intelectual, que Freire produziu um conjunto de reflexões teóricas que argumentam à defesa do protagonismo dos homens e mulheres – camponeses, trabalhadores da construção civil, etc - como sujeitos de conhecimento, em co-laboração criativa educandos e educadores. Sujeitos se educando em comunhão por meio da leitura de mundo, tomando a realidade social que vivem como objeto de estudo e a reflexão sobre suas experiências e as situações limites que encontram como ponto de partida para a construção de aprendizagens formais - domínio das habilidades de leitura e escrita, saberes escolares, etc - subsidiados pelo acesso a conhecimentos políticos, técnicos e científicos produzidos pela humanidade historicamente.

Freire, defende uma educação “dialógica e problematizadora”, em que sejam considerados os conhecimentos trazidos pelos sujeitos em formação - frutos de sua práxis no mundo - e colocados em diálogo com os conhecimentos científicos, visando a produção de novos conhecimentos que ajudem a transformar suas realidades de vida. Sendo uma educação para e pela práxis, para o estudo da existência humana como práxis e para a afirmação de cada homem e mulher como sujeitos de práxis a partir do envolvimento num exercício de práxis, com a construção do conhecimento se efetivando em processos de formação problematizadores da realidade em que as pessoas se educam em comunhão, em diálogos “mediatizadas pelo mundo” (FREIRE, 1999).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Deste modo, no combate e negação de uma educação para mera assimilação de conteúdo, num perspectiva da pedagogia freireana, a práxis dos sujeitos em formação passa a ser o “fundamento, critério de verdade” e fim do conhecimento formal - escolar - a ser apreendido, como subsídio a um novo conhecimento, situado agora nas experiências e realidades de vida destes sujeitos. Diante disso, tendo uma maior possibilidade de subsidiar o protagonismo dos mesmos em ações transformadoras concretas sobre suas existências, numa afirmação da indissociabilidade entre ação e reflexão - teoria e prática - na produção do conhecimento. Assim, Freire pensa a educação-escola como lugar de produção do conhecimento para emancipação, da ação cultural para liberdade, de aprendizados e exercícios de uma práxis revolucionária e transformadora.

Neste sentido é que podemos dizer que Paulo Freire concebe conhecimento e o ato de conhecer numa perspectiva da epistemologia da práxis, defendendo que o acesso ao conhecimento científico e sua reconstrução deve estar pautada pelas necessidades reais dos sujeitos em formação e se realizar por uma relação dialógica entre os homens e mulheres sobre seu mundo e suas experiências tomadas como objetos de reflexão, num exercício de “curiosidade epistemológica sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto” (FREIRE, 1999) e num processo em que estes homens e mulheres sejam afirmados como protagonistas e sujeitos do conhecimento. A práxis como objeto de estudo na reflexão sobre a condição humana no mundo e a práxis como exercício de produção do conhecimento e desenvolvimento de aprendizagens humanizantes e de humanização do mundo.

2. Movimento e Iniciativas Político-Pedagógica em Educação do Campo

Nos últimos 20 anos, o Movimento Nacional de Educação do Campo se materializou como fruto da práxis política protagonizada pelos movimentos sociais do campo, que percebem a importância da escola como espaço de disputa social, e da aproximação de determinados setores universitários como parceiros importantes para que se alcance conquistas significativas em meio a essa disputa pelo direito a educação,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



em especial por serem setores da universidade que se colocam à atuação na qualidade não mais de vanguarda ou prepostos, mas de suporte técnico e político desses sujeitos coletivos do campo (MUNARIM, 2008). O Movimento Nacional em Educação do Campo emergiu forjado nacionalmente em meio a eventos que mobilizaram os debates e pautaram a luta por direitos à educação dos povos do campo a partir do final dos anos de 1990, em especial o “I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA)”, realizado em Brasília, em julho de 1997, e a “*Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*”, ocorrido em Luziânia, Goiás, em julho de 1998, evento organizado pela Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, formada pela parceria entre o MST, UnB, UNESCO, UNICEF e CNBB.

Além da organização de eventos e fóruns como espaços privilegiados dos debates sobre a relação educação, luta pela terra e políticas públicas, ao longo dos anos esse movimento foi se consolidando e sendo fortalecido por meio do desenvolvimento de iniciativas pedagógicas fomentadas por programas governamentais que aproximaram movimentos sociais e universidades, com destaque para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA [1998], o Programa Saberes da Terra [2005] e os Cursos de Licenciatura Plena em Educação do Campo - LEDoC [2008]. Por meio destas parcerias se multiplicaram o número de projetos e as instituições governamentais, movimentos sociais e organizações não-governamentais envolvidas, que na primeira década dos anos 2000 passaram a constituir o que denominamos ser uma Rede Político-Pedagógica em Educação do Campo.

As ações dessa rede político-pedagógica em Educação do Campo se evidenciam nos eventos acadêmicos e políticos e numa “multiplicidade de experiências educativas” (SILVA, 2006) espalhadas pelo Brasil e desenvolvidas por diferentes parcerias entre movimentos sociais, universidades, ongs e órgãos e secretarias de governo em diferentes esferas. Um exemplo disto é o número e diversidade de projetos realizados via o PRONERA no período de 1998 a 2011, quando o programa promoveu no país a realização de 320 cursos, sendo 167 de EJA fundamental, 99 de nível médio e 54 de nível superior. Atendeu 164.894 educandos, sendo 154.192 alunos atendidos pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, 7.379 alunos no ensino médio e 3.323 formados



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



em nível superior. Envolveu 13.276 educadores, 82 instituições de ensino, 38 organizações demandantes e 244 parceiros (BRASIL, II PNERA, 2015).

Outro exemplo de iniciativa desenvolvida em rede pelo Movimento de Educação do Campo é curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC), com 42 projetos submetidos ao PRONACAMPO, por Instituições de Ensino Superior localizadas em diferentes estados do território nacional, com disponibilização de 600 vagas permanentes para docentes e 126 técnicos nessas instituições e com a meta de formar 15 mil professores para atuar na Educação Básica, nas escolas do campo, nos primeiros três anos dos cursos (MOLINA & HAGE, 2016, p. 804). Por sua vez, também com ações desenvolvidas como parte desta rede político-pedagógica, o programa Saberes da Terra, em 2005, quando foi criado, teve como meta atender 5.000 educandos através de projetos realizados em 12 estados. Após ter sido integrado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, passando a se chamar Projovem Campo Saberes da Terra, o programa ampliou sua oferta para atender a 35 mil jovens agricultores familiares, através de projetos a serem realizados em 19 estados em 2008, tendo 19 instituições de Ensino Superior públicas como proponentes. Em 2009, foram aprovadas 30.375 novas vagas a serem ofertadas por secretarias estaduais de educação de 13 estados (BRASIL, MEC, 2009).

Na revisão da produção acadêmica de pesquisadores e da elaboração de material teórico por intelectuais orgânicos dos movimentos sociais do campo sobre essa temática, entre eles Caldart (2000 e 2008), Molina & Hage (2016), Munarim (2008) e Silva (2006 e 2009), e a partir do acompanhamento e observação junto a diferentes iniciativas pedagógicas coordenadas por universidades no Pará e Paraíba, constatamos que em seus projetos de cursos no ensino superior e educação básica, a Rede Político-Pedagógica em Educação do Campo preconiza a busca por uma educação emancipadora e para transformação social, integrada à luta dos camponeses pela terra. Defende-se que a educação escolar provinda das conquistas destas lutas não pode ser para o homem no campo, mas com e do homem do campo, como uma Educação DO Campo. A onde esteja assegurado o protagonismo pedagógico e o diálogo com os saberes e práticas culturais dos educadores, educandos e comunidades camponesas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Mais que “adequar” à situação do campo aquilo que foi pensado para a cidade (conteúdos, material didático e organização pedagógica da escola), o que se objetiva na Educação do Campo é superar a práxis pedagógica e curricular marcada por perspectivas “etnocentricas, urbanocentricas e sociocentricas” (SILVA, 2006), que invisibilizam culturas e sujeitos sociais, em especial trabalhadores pobres, camponeses, indígenas e quilombolas, naturalizando e legitimam a reprodução das relações de dominação de classe e subalternização política e cultural que predomina no país historicamente. Assim, observamos que, de modo geral, da alfabetização ao ensino superior, têm sido proposto a realização de processos pedagógicos e a formação escolar numa perspectiva da “educação em movimento” (CALDART, 2000), considerando: i) que o debate sobre o campo deve preceder o pensar sobre educação, escola e sua pedagogia; ii) que deve-se levar em conta a materialidade educativa que habita os processos formadores dos sujeitos coletivos, da produção e das lutas sociais do campo; iii) que deve-se combinar a luta pelo acesso universal do conhecimento, à luta pela formação de sujeitos capazes de construir novas alternativas populares de desenvolvimento para o campo, retomando o vínculo entre conhecimento, ética e política; e iv) que é fundamental trabalhar com o pluralismo cultural, isto é, com o diálogo entre a diversidade de modos de vida, produção e luta dos sujeitos do campo (CALDART, 2008).

Assim, o que se busca é uma educação que incorpore o movimento que permeia a vida cotidiana dos sujeitos do campo e a luta pela terra em sentido amplo - acesso, permanência, cidadania, produção e sustentabilidade -, que faça o a escola do campo seja assumida como lugar do reconhecimento e debate sobre os processos históricos vividos pela comunidade e pela sociedade em que ela se insere. Desse modo, refletindo sobre os projetos de desenvolvimento em curso e sobre a inserção das comunidades camponesas neste processo. Defende-se um processo formativo que mobilize e instrumentalize educadores e educandos como sujeitos pesquisadores das experiências vividas pelas comunidades da qual a escola pertence, como uma pedagogia e currículo que materialize uma formação contextualizada e vinculada à



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



vida e projetos de futuro dos sujeitos do campo e a transformação dos fatores que limitam a conquista de condições de existência digna (CRUZ et al, 2008).

Nas iniciativas em Educação do Campo, da educação básica ao ensino superior, essa perspectiva organizacional do processo educativo em que se articulam tempos, espaços e práticas que objetivam “integrar a produção material da vida no campo como parte relevante dos processos de aprendizagem na formação, tem disso chamado de alternância pedagógica” (MOLINA & HAGE, 2016). A alternância pedagógica se inspira na metodologia trabalhada nos Centros Familiares de Formação por *Alternância* (CEFAS), onde se propõe a organização pedagógica articulando a formação escolar entre atividades presenciais (Tempo Escola) e atividades de estudo orientado não-presencial (Tempo Comunidade), este caracterizado por pesquisas de campo, estudos independentes e atividades práticas realizadas pelos educandos quando retornam as suas moradias, recebendo acompanhamento pedagógico dos educadores que visitam as comunidades e famílias camponesas para também conhecerem a realidade dos educandos.

Nas diferentes iniciativas pedagógicas em Educação do Campo a alternância tem sido assumida como instrumento que promove o “imprescindível diálogo” entre o estudo dos conteúdos científicos e “as tensões e contradições vivenciadas na produção material da vida dos educandos nas escolas e nos territórios do campo. Isso, tem revelado a utilização de vários métodos e técnicas de levantamento das informações sobre o contexto dos estudantes” no Tempo Comunidade que servem a produção de dados como matéria prima para o estudo presencial no Tempo Escola (MOLINA & HAGE, 2016, p. 817-818).

Através destas iniciativas pedagógicas busca-se a efetivação de processos de escolarização em que educadores e educandos, em movimento, estudem história pesquisando e aprendendo sobre a identidade cultural de comunidades camponesas; discutam geografia analisando as relações sociais, produtivas e formas de apropriação dos recursos naturais instaladas no campo; percebam a possibilidade do uso social da matemática contabilizando as demandas de cidadania do grupo do qual fazem parte; encenem artisticamente as contradições desta sociedade; poetizem em leituras da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



realidade as perspectivas de futuro do seu povo; e produzam, no diálogo com outros sujeitos do campo, experimentos que materializem seus aprendizados em ciências naturais e humanas apontando estratégias para sustentabilidade de suas comunidades.

Nesta perspectiva assume-se como objetivo fundamental da formação escolar em Educação do Campo possibilitar o empoderamento dos sujeitos educativos como sujeitos de conhecimento, capazes de dominar instrumentos e saberes, escolares e não-escolares, que os auxiliem na compreensão crítica da realidade sócio-cultural e produtiva de suas comunidades e que os estimule ao envolvimento em processos que visem a elaboração/desenvolvimento de propostas/ações voltadas a transformação de tal realidade, vislumbrando as possibilidades de sustentabilidade das comunidades camponesas.

A análise histórica das ações dos movimentos sociais em luta pelo direito a educação dos setores populares permitem constatar que Educação do Campo tem como sua *raiz* profunda o movimento de Educação Popular que surgiu no Brasil entre os anos de 1950 e 1960, envolvendo movimentos camponeses, sindicais, organizações sociais do campo e da cidade, educadores e intelectuais “contra a exclusão da população a escolarização e pela reforma” (SILVA, 2006). Teria destaque nesta época o ideário político-pedagógico defendido por Paulo Freire e seus pares em 1958, “que convoca o trabalho educativo da escola a ser com o homem e não para o homem” (Paiva apud SILVA, 2006), e que se tornou historicamente uma máxima da Educação Popular: evitar que a atividade educativa “se faça sobre ou para o homem”, como mera prática alfabetizadora ou “de penetração auditiva simplesmente”, defendendo um trabalho educativo que “se obtém com o homem, sendo imperativa sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, desde a etapa preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive” (FÓRUM EJA, 2018). As iniciativas em Educação do Campo tomaram “como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola, numa espécie de práxis coletiva em movimento em que se combina matizes tão diversas, mas com raízes tão



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



semelhantes”, a Educação Popular (SILVA, 2006 e 2009) e “um precedente inegável: a luta pela terra” (BRASIL, II PNERA, 2015).

Concluindo, por enquanto...

O Movimento em Educação do Campo, como um movimento político-pedagógico, mobilizou a luta pelos direitos dos povos do campo à educação sem perder de vista questões mais amplas que dizem respeito a estruturação do país como uma sociedade capitalista e a exclusão e tragédia social que ela gera ao pautar seu desenvolvimento econômico pela concentração da terra, reprodução do capital rentista, apropriação privada da ciência e subordinação político-cultural dos povos que ocupam territórios fonte de recursos naturais - camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc. A alternância pedagógica como referência metodológica, a organização de currículos contextualizados, a formação associada a vida e trabalho dos povos do campo e a realização de processos de escolarização assentados em compreensões críticas sobre a história e realidade do campo e da sociedade brasileira, são as principais marcas do que tem produzido a práxis coletiva da rede político-pedagógica em Educação do Campo, que guarda sua raiz profunda na Educação Popular, desse sempre como uma educação com e do homem do campo e não para ele.

Todos esses elementos aqui apresentados como constituidores da práxis coletiva em Educação do Campo refletem teorizações, princípios e aprendizados acumulados na produção teórica, política e pedagógica de Paulo Freire, de sua proposição de uma educação para emancipação humana. As iniciativas em Educação do Campo ajudam a criar espaços formativos de “co-laboração dialógica” e da produção do conhecimento “mediatizados pelo mundo, como uma educação problematizadora”, em que se prima pela “humanização dos processos educativos e à acentuação da produção social e cultural” dos homens e mulheres camponesas (FREIRE, 1999). Os agentes sociais envolvidos na rede político-pedagógica em Educação do Campo, numa perspectiva freireana, assumiram na prática que ensinar exige comprometimento (FREIRE, 1999), sendo impossível a neutralidade quando busca uma educação que ajude homens e mulheres a desenvolver a capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



optar, de romper, subverter e superar e transformar as realidades, em especial em situações de opressão.

Em especial porque, assim como para Freire, orienta as iniciativas em Educação do Campo uma compreensão de que “o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo”, para produzi-los, apreende-los e toma-los como instrumentos da transformação da realidade e de si como seres humanos, e por isto mesmo não se pode aceitar “que o ato de conhecer se esgote na simples narração da realidade”, na assimilação e repetição de conteúdos que representam fatos e coisas em si e por si, “nem tampouco, o que seria pior, na decretação de que o que está sendo deve ser o que deve ser”, como um aprendizado do ordenamento do mundo para a eles se adaptar. Pelo contrário, conhecer e produzir conhecimentos são partes fundantes da prática dos homens e mulheres em sua afirmação como seres humanos, que lhes permite compreender e “transformar a realidade para que o que agora está acontecendo de certa maneira passe a ocorrer de forma diferente” (FREIRE, 1981). Nisto reside o legado da Epistemologia da Práxis Freireana, colocada em movimento pela Educação do Campo em iniciativas político-pedagógicas desenvolvidas na perspectiva da Ação Cultural para Liberdade.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. **II PNERA: Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2015.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008.

CRUZ, Carlos Renilton; ESTUMANO, Evanildo M.; MEDEIROS, Evandro C.; SOUZA, José C. **Notas sobre pesquisa como princípio educativo**. Margens, vol.4, n.5, Abaetetuba/PA, UFPA, jun, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



FÓRUM EJA. Relatoria do grupo de Paulo Freire sobre o Seminário Regional de Pernambuco em preparação ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958. http://forumeja.org.br/files/relato.segun_.congr_.educ_.adultos.pdf. Acesso em 21 de maio de 2018.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).**Supervisão Editorial Leandro Konder. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna & HAGE, Salomão Mufarrej. **Riscos e potencialidades na expansão dos cursos de licenciatura em Educação do Campo.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE) / Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Goiânia: ANPAE, 2016 - V.32, n.3 (set./dez. 2016).

MUNARIM, Antonio. **Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense: a experiência política do Plano Regional de Educação.** Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

MUNARIM, Antonio. **Trajatória do movimento nacional de educação do campo no Brasil Educação.** Revista do Centro de Educação, vol. 33, núm. 1. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Mônica Castagna Molina. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Nead Editora, 1a. ed., 2006.

_____. **As Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo: A Escola na Vida e a Vida como Escola.** Recife: Centro de Educação, UFPE. Tese de Doutorado, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA DO POVO XUKURU: UMA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA SOCIAL EMANCIPADORA

João Antonio de Lima Santos¹
Viviane Rauane Bezerra Silva²
Ângela Maria Simão Ribeiro³

Resumo: Este trabalho tem por finalidade promover reflexões a partir da experiência vivenciada na perspectiva da Educação Popular em torno da Educação Intercultural Indígena, na comunidade do povo Xukuru, em Pernambuco. Buscamos compreender os elementos significativos na educação Xukuru, voltados para a valorização da identidade do povo, à luta nos Movimentos Sociais e construção de uma educação diferenciada e intercultural e o processo de integração do sentido cultural e da conscientização do espaço social na prática pedagógica consubstanciada na Educação Popular.

Palavras-Chave: Educação Popular, Movimentos Sociais Indígenas, Educação Intercultural Indígena.

INTRODUÇÃO

Nos tempos recorrentes a educação é tratada majoritariamente tendo em vista apenas a formação para o mercado de trabalho, constituindo prioridades voltadas para habilidades necessárias à profissionalização e inibindo outros âmbitos importantes na formação integral. Nesse sentido, uma diferente perspectiva educativa surge em uma lógica contrária a essa, considerando um pensamento onde a população seja educada de maneira integrada com sua realidade, seus direitos, seu caráter civil e político, sua cultura e sua inclusão na sociedade.

Assim, uma educação pensada juntamente com as classes populares requer reflexões complexas que transcenda a educação que se volta exclusivamente para o capital compreendendo a construção formativa a partir da necessidade do povo e demandando uma visão de Educação Popular. Por sua vez, a Educação Popular é uma

¹Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste e bolsista PET Infoinclusão MEC/SESu, jootony2011@gmail.com

²Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste, rauane.ifpe.senai@gmail.com.

³Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste, angelamariasimao@gmail.comangelamariasimao@gmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



concepção que abrange justamente a coletividade de aspectos sociais da classe subalternizada que tem suas peculiaridades negadas pela educação hegemônica e que, por isso, se preocupa em diminuir essa distância de compreensão do mundo ao incluir os elementos característicos do seu dia a dia.

Dentro dessa perspectiva, os Movimentos Sociais Indígenas, em busca de uma educação realizada de forma ímpar, empenham-se através dos próprios processos de ensino e de aprendizagem em atuar onde o saber popular e suas manifestações culturais sejam valorizadas, considerando que o seu povo detém de conhecimentos próprios e devem ser vivenciados nas próximas gerações como forma de preservação de suas identidades. Assim, lutam para além de serem agentes ativos na sociedade, não invisibilizados, mas conscientes também que sua diversidade étnica e cultural seja não apenas respeitada e tolerada mas que os padrões hegemônicos de poder não tenham a capacidade de desconsiderar a sabedoria dos seus povos, requerendo-se assim uma educação específica.

Para que essa educação aconteça de forma a suprir as necessidades dos povos indígenas é necessário a implantação de uma conexão com a educação intercultural, com um currículo orientado com concepções críticas a uma formação emancipadora conciliando um diálogo com a diversidade cultural. Visto isso, a Educação Popular direcionada às comunidades indígenas é, de fato, uma abordagem que importa no campo discursivo acadêmico, como também no âmbito social. Logo, se faz necessário entender que uma educação universal é ineficaz e que todo povo que assegura sua herança cultural resguarda um tratamento específico à sabedoria popular através da educação para que, assim, sua ação como sujeito social seja assegurada em sua liberdade de manifestação e expressão.

Partindo das discussões anteriores, buscamos confrontar essas ideias com a realidade da educação popular vivenciada por uma comunidade indígena tendo como questão problematizadora o tratamento sobre a forma de Educação Popular que se materializa na comunidade do povo Xukuru e como são tomados os princípios da Educação Popular na contribuição para a formação humana.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Nesse viés, nos apoiamos numa pesquisa de perspectiva metodológica qualitativa que pretende levantar discussões a partir de dados na tentativa de analisar e fazer reflexões sobre a Educação Popular do povo Xukuru, em Pernambuco, e seus sentidos como educação conscientizadora, valorativa e libertadora no que tange os âmbitos social e cultural.

Assim, foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, numa perspectiva dialógica, com os seguintes participantes da pesquisa: um professor/coordenador pedagógico da comunidade e um dos anciãos representante de uma das aldeias do povo Xukuru. Além disso, utilizamos da análise documental como parte complementar das informações obtidas por meio da coleta de dados, trazendo novos sentidos para a questão investigativa.

Para isso, o presente trabalho se divide em reflexões trazidas em três categorias. A primeira traz a ideia de Educação Popular e discute a relação com os Movimentos Sociais Indígenas. A segunda abrange a Educação Popular como parte da Educação Intercultural e as formas de cultura da comunidade indígena. A última categoria traz a análise dos processos pedagógicos à luz dos conceitos de Educação Popular e do que foi observado com a experiência obtida com a comunidade Xukuru.

1. A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PEDAGOGIA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para falar de Educação Popular, se torna necessário começar falando do saber que percorre por meio das inter-relações estabelecidas entre sujeitos sociais, saber esse que só é possível com a interação de diversas subjetividades pois, em conjunto, toma a forma de uma comunidade se dizendo enquanto seres através da linguagem e produzindo cultura.

O conhecimento, relativo do movimento entre o eu e o outro é determinado como aprendizado e ensinamento na maneira como o que é conhecido é transformado em algo novo, uma situação de educação que, a partir de sua intenção, se formula em uma práxis pedagógica daquelas pessoas, ou seja, da comunidade. Assim, o saber de um



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



povo, através do conhecimento separado como importante de se reproduzir pela vida precede o que é chamado de Educação Popular.

Podemos destacar que quando falamos de Educação Popular, devemos compreender que existem diversos conceitos e definições, cujo destaque nos apoiamos por Brandão (2006) que diz que para caracterizar um tipo de educação é preciso definir seus métodos e finalidades, e que, desse modo, muitos estudiosos costumam fragmentá-la em alguns tipos.

Para alguns a ideia de Educação Popular prevalece no sentido de um trabalho com um povo e sendo este trabalho suficiente para a educação, desconsiderando as formas de conhecimentos que se integram na produção cultural e intelectual deste povo, como também não é considerado útil no campo científico. Assim, a educação direcionada à classe popular é carregada de intenções, projetos e diferentes finalidades, algumas dessas carregam formas de controle, como é o caso da educação para a “mão de obra”, esvaziando-se do sentido social e só considerando a profissionalização em formas de programas e modelos tradicionais de repasse de conhecimento técnico.

Além disso, há a Educação Popular considerada como categoria participante na História da Educação destacando o trabalho com o povo e abrangendo mais a alfabetização de adultos que não tiveram a oportunidade. Em um desses casos a educação se torna participante, se focando em um trabalho funcional, uma educação com o povo (mas não do povo), que se distancia do diálogo com a valorização com as coisas do cotidiano.

Nesse sentido, a educação é tão somente mediadora para uma conformação com formas de dominação que não é tão perceptível onde o educador somente transmite o conhecimento através dos programas voltados à comunidade, entretanto, não é focalizado o trabalho político. Em vista disso, destacamos aqui que a Educação Popular se dá de diversas formas e pode oscilar em diferentes dessas categorias e conceitos na prática, podendo envolver até um hibridismo dos elementos de cada uma delas.

Dessa forma, tomamos o conceito de Educação Popular que vai no sentido de uma dinâmica de conhecimentos, uma prática social que se objetiva na conscientização política e afirmação das organizações populares como poder da comunidade, levando



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



em conta a valorização da cultura popular e a presença militante coeso em um trabalho pedagógico, onde o trabalho do educador tende a se voltar em direção aos interesses das classes populares, contra formas de autoritarismo e dando lugar à autonomia ativa para fim de conquista de espaço pensado e protagonizado pelo povo.

Nesse sentido, a Educação Popular, como o saber da comunidade, tem em vista a formação e valorização do saber popular permitindo a consideração do conhecimento que vem do povo, vai para o povo e é realizada com o povo, correspondendo à construção emancipadora de uma consciência social, política e cultural em que os sujeitos estão imersos. Assim, a educação “(...) não pode ser apenas transmitida, pois os sujeitos que estão envolvidos nesse processo devem participar desse ‘terreno de luta’, criando e dando sentido aos seus conhecimentos.” (MALTA, 2013, p. 347).

É nesse sentido que a Educação Popular é feita a partir da cultura, tendo característica de uma educação libertadora, sendo instrumento político de conscientização e politização e se realizando em todas as situações de práticas críticas e criativas, a serviço dos seus projetos de classe.

O processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação, isolamento permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade, que induz o sujeito a acreditar nas suas possibilidades transformadoras por eles mesmos protagonizados. (LAGE, 2013, p. 40)

Assim, a educação entrelaçada à construção social eleva a prática pedagógica numa estruturalização tecida a partir das reivindicações voltadas para o conjuntos de pessoas inseridos nessa realidade popular.

2. A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ELEMENTO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA

A Educação Popular está intrinsecamente ligada ao conhecimento, e como tal deve ser direcionada à realidade que esse conhecimento abrange. Partindo da ideia que existe uma diversidade de culturas vindas de vários povos, com suas tradições, crenças, valores e significações, é possível pensar em uma educação de valor e preservação através da construção e conscientização dos saberes populares por gerações.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A Educação Intercultural Indígena foi um direito conquistado através de muitas lutas e este marco constitui-se como algo de grande importância para a construção de uma educação escolar indígena na perspectiva de Educação Popular, e como elemento da Educação Intercultural Indígena, contribui para um ensino que esteja voltado para a valorização da identidade do povo, destacando a relação com a terra e vivência com a natureza sagrada. Sendo assim, “a Educação Popular se utiliza da produção desses saberes para a formação de identidades coletivas e para o fortalecimento da participação popular nos movimentos populares.” (MACIEL, 2011, p. 341)

Em vista disso, a Educação Indígena se deve ao fator imprescindível de estar ligada com os ideais de uma educação específica e diferenciada, pois “cada um desses povos é único, tem uma identidade própria, fundada na própria língua, no território habitado e explorado, nas crenças, costumes, história, organização social” (BRASIL, 1994, p. 10).

Com base nestas afirmações, podemos compreender sobre o currículo diferenciado na Educação Indígena, que permite o pleno desenvolvimento de suas culturas e suas expressões, garantido pela Constituição de 1988, onde, além do direito do uso da língua materna, têm o direito aos seus próprios processos de ensinamentos e aprendizagens, possibilitando assim, uma escola indígena diferenciada, específica, bilíngue e intercultural. Cada povo com sua religião, sua arte, sua trajetória histórica própria têm produzido saberes, ciências, literatura, poesia, música, arte, entre outros elementos que emergem no pensamento de uma educação que considere a realidade da comunidade indígena.

Também implica em colocar em contraste a educação que contenha os elementos formais civis não indígenas, desde que estes estejam em uma propensa interligação com os conhecimentos necessários para a confrontação com a multiculturalidade social. “A interculturalidade, isto é, o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades, deve ser característica básica da escola indígena.” (BRASIL, 1994, p. 11).

Assim, a Educação Intercultural vem nessa perspectiva ao inculcar aos conhecimentos essenciais de todo o complexo de saberes para a aproximação dos alunos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



com culturas e conhecimentos necessários para sua formação. É necessário dinamizar essa realidade colocando culturas não como superiores ou inferiores, mas, entender a cultura do outro tal qual o valor que é criado pela que se integra ao colidir elementos interativos entre essas.

Nesse sentido, o saber da Educação Indígena não se reduz nem a uma realidade social que esteja distante da sua, nem tão somente a uma que se restringe no cotidiano da comunidade, mas, rompe com as fronteiras para um movimento “num constante e necessário diálogo com o mundo e com as possibilidades de sua transformação.” (MACIEL, 2011, p. 342). Essa educação é base fundamental para a construção de uma sociedade mais humana e com respeito às diversidades tanto quanto aos bons resultados que essas trocas podem ofertar ao saírem do isolamento de sua unicidade.

Esse diálogo pressupõe que a interrelação entre as culturas, o intercâmbio entre as mesmas e as contribuições recíprocas são processos aos quais todas as sociedades são e foram submetidas ao longo de sua história. (BRASIL, 1994, p. 11)

Deste modo, a escola atua como um local de discussões e questionamentos sobre a construção das diferenças, reforçando seu papel como uma ponte de conhecimentos entre as mais variadas culturas onde possibilita aos alunos romperem com a concepção de educação massificadora, buscando uma educação que respeite a diversidade cultural através do diálogo, do compromisso e do envolvimento dos agentes desse processo que abrange o compartilhamento de conhecimentos e concepções dinamizadas em torno do próprio movimento sociocultural.

3. A COMUNIDADE XUKURU DO ORORUBÁ E SEUS PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E CULTURAIS

Os Xukurus estão localizados na Serra do Ororubá, no município de Pesqueira-PE, os primeiros registros sobre este povo datam do século XVI, marcados por conflitos violentos entre colonizadores e indígenas. Atualmente falam apenas o português, mas no entanto conhecem cerca de 800 dialetos de um léxico que remete a uma língua indígena antiga.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A crença na natureza sagrada é uma das características mais importantes deste povo, os Xukurus ressaltam a construção de um projeto de vida do povo que garante a participação das aldeias que compõem a terra indígena. Professores e membros da comunidade participam ativamente na luta em favor de políticas de educação escolar indígena que assegurem a valorização da identidade do povo Xukuru e valorização da natureza sagrada. Fazem parte do Povo Xukuru do Ororubá um total de vinte e seis aldeias indígenas da cidade.

O processo socioeducativo da educação Xukuru traz um vigor de trabalho com a comunidade a partir de seus próprios elementos. No que se trata de Educação Popular vemos que esse trabalho proporciona um rico empoderamento do saber popular, e esses saberes são considerados como elementos essenciais na sua educação.

Sobre a concepção de Educação Popular notamos esse forte sentido entrelaçado com o saber do povo, desde que é afirmado que a Educação Popular “é a educação que está integrada no sentido cultural, social das comunidades, sejam elas indígenas, negras, e de outras culturas a partir do conhecimento gerado pela comunidade, do povo ou por uma organização sociopolítica e cultural.” (coordenador pedagógico, entrevista, 2016). E ainda, “como um objetivo de fortalecimento de uma luta, de um povo, do cotidiano de um povo” (liderança da tribo Xukuru, entrevista, 2016).

No que tange aos aspectos históricos, foi ressaltado como a passagem dos fatos que aconteceram fortalece a identidade do povo Xukuru e as lutas que têm sido travadas em busca de seus direitos. Assim, desde pequenos, os chamados de curumins no povo Xukuru são educados com essa consciência de conhecimento do seu povo e toda a trajetória histórica tendo como referência o ponto de vista da própria comunidade. “Essa realidade é passada na história de um povo, e isso vai diretamente pra sala de aula [...] porque não tem saber sem ensinamento” (liderança Xukuru, entrevista, 2016).

Desse modo, seus elementos são enraizados em sua relação com a sociedade como um todo, assim, a Educação Popular toma esse âmbito de inserção do sujeito na realidade em que vive através dos conhecimentos trazidos na sua formação preparando o sujeito índia/o para as relações sociais e não deixando de evidenciar seu contexto cultural, identitário e ligado com seu povo. Partindo do princípio que a Educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Indígena do povo Xukuru “acontece na comunidade, aonde o sujeito, o aprendiz e o ensinante, essa relação não se dá apenas mediante as duas pessoas ou as duas representações, mas todo um contexto social está inserido por trás.” (coordenador pedagógico, entrevista, 2016).

Pressupondo uma ação pedagógica e democrática, a Educação Indígena, de cunho popular e intercultural, solicita princípios e caminhos que fortaleça a sua identidade. Partindo dessa ideia, “um dos princípios da Educação Escolar Indígena, num sentido mais amplo, é trazer as representações culturais do seu povo para que de forma muito eficiente se manifestem na escola, igualmente com o povo Xukuru” (coordenador pedagógico, entrevista, 2016), e por isso, se propõe em afirmar a sua consciência crítica e atuante do seu espaço trazendo os elementos que compõem esse contexto em que se insere.

Hoje em dia existem os eixos temáticos que orientam a Educação Escolar Xukuru, assim como todos os povos indígenas de Pernambuco. Os eixos são: Terra, Identidade, História, Interculturalidade e Organização. A carta da XVI Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá, “aponta para que seja acrescentado o eixo ‘Agricultura’, entendendo que esta, tem como princípios o Respeito à mãe terra; garantir o usufruto do terra do território e a terra livre; atender as necessidades básicas das famílias e não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos” (POVO XUKURU DO ORORUBÁ, [carta aberta] Pesqueira, 19 de maio de 2016).

Seguindo essa ideia, na educação do povo Xukuru a agricultura é considerada como elemento essencial de aprendizagem. Para mais, na entrevista realizada com o coordenador pedagógico da comunidade indígena foi ressaltado que recentemente o povo Xukuru, a partir do sistema de Educação escolar Indígena do território, representado como COPIXO (Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá), reuniram-se em busca de uma discussão com os professores acerca do sentido que tem a agricultura para a escola. E o coordenador destaca que:

na verdade não é do sentido mas qual é a relação que tem a escola e a agricultura para o povo, partindo do pressuposto de que a Terra é um elemento vivo e considerada dentro da nossa cultura, da nossa religião enquanto sagrada, e a agricultura está intrinsecamente ligada à Terra.(coordenador pedagógico, entrevista, 2016).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Nesse sentido a educação Xukuru se compõe desses diversos elementos. “Envolve a Educação Popular, envolve o meio ambiente, envolve a agricultura, envolve a natureza, envolve a terra, [...] envolve a política, envolve a luta pela terra, envolve costumes e tradição”(liderança Xukuru, entrevista, 2016). Estes saberes são apreendidos e representados através da comunidade, levando em consideração a identidade do povo, a sua história e a crença na natureza sagrada.

Desse modo, a educação cultural é muito importante na construção da sociedade que queremos, pois, se liga diretamente com a desenvoltura da identidade dos sujeitos e esses precisam se reconhecer dentro de sua cultura e atuarem sua presença no mundo de maneira que nenhum ensinamento percorra o caminho inverso de lhe tirar o direito de expressão e de reprimir sua cultura. Para isso, é necessário uma educação de afirmação e, assim, a Educação Indígena Xukuru toma como objetivo a formação de “guerreiros”. “Guerreiros não no sentido de guerrear, mas guerreiro no sentido de defender a sua história de defender a sua cultura, de assumir-se enquanto indígena”(coordenador pedagógico, entrevista. 2016).

Visto isso, podemos afirmar como a educação Xukuru concebe uma forte vinculação com seu contexto cultural, desde a inclusão das crianças nos seus rituais até o conhecimento histórico da trajetória do seu povo. “Então, dizia já o nosso cacique Chicão que a escola era o espaço onde a criança ia aprender a contar a sua história e a formar-se enquanto guerreiro Xukuru pra defender o território, pra lutar pela Mãe-Terra, pra lutar por uma educação específica e diferenciada”(coordenador pedagógico, entrevista. 2016).

Ainda mais, a educação Xukuru provê elementos não tão somente e exclusivamente da cultura Xukuru, mas elementos outros que façam parte dessa construção formativa do seu indígena, visto que, à educação compete diversos saberes, e que estes se vinculam em uma perspectiva de diálogo, onde nenhum conhecimento é superior ao outro mas que todos são importantes para o crescimento intelectual e humano, ou seja, uma educação intercultural.

Todo conhecimento é essencial para o povo. As crianças também precisam aprender, sobre língua, matemática, domínios sociais, mas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ela precisa também fortalecer a sua história. E aí fazer essa transição de um com o outro, o que nós chamamos trabalhar de forma interdisciplinar, pra que nem se enfraqueça a cultura e a história do povo e pra que ele também não deixe de ver aquilo que ele precisa para poder de igual para igual se inserir na sociedade que seja ela indígena, ou não indígena. (entrevista, coordenador pedagógico, 2016)

Assim, para uma educação com esse propósito de vir ao encontro com os preceitos da cultura indígena Xukuru é necessário, de fato, de uma educação consciente do direito à essa educação específica e diferenciada, conquistada por meio de lutas. Logo, o processo de ensino e de aprendizagem fazem coerência com os valores do sujeito indígena como atuante de um espaço sociocultural.

Por via disso, a educação Xukuru cumpre o papel pedagógico no processo formativo a partir dos conhecimentos e da sabedoria do seu povo em virtude do funcionamento do espaço social, da convivência com a diferença, as funções políticas, direitos e deveres, os valores culturais, dentre outros aspectos. Para ressaltar que esses elementos não sejam negados, a educação se concebe em uma significativa parte desse segmento de busca de direitos e inclusão social, indo na direção de uma sociedade mais justa e condescendente para com os indivíduos que dela fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, procurando compreender os elementos significativos na Educação Intercultural Indígena, levamos em consideração os aspectos voltados para valorização da identidade do povo na luta e construção de uma educação diferenciada com as crianças e a comunidade Xukuru. E dessa forma, foi possível verificarmos que a Educação Popular está fortemente integrada com o sentido cultural, pois a partir dela a identidade e a história do povo são valorizadas e ressignificadas de forma mais dinâmica.

Além disso, há o resgate das tradições, costumes, rituais, conhecimentos enraizados pela ancestralidade e os laços da sagrada natureza, sendo estes elementos indispensáveis no desenvolvimento dos eixos temáticos que orientam a Educação Xukuru. Desse modo, podemos perceber como o meio ambiente, a agricultura, a história



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



do povo, a terra, a crença, dentre outros, se mostram parte da educação Xukuru, propiciando uma perspectiva pedagógica ligada com a realidade do povo.

O presente trabalho reflete sobre a importância da Educação Popular a partir da experiência com a educação Xukuru, não somente para com esse povo, mas para a população no geral, pois não se limita a uma educação para sujeitos necessitados e excluídos, mas parte da ideia de vir de encontro com o conhecimento desses sujeitos e do que o seu campo cultural oferece à composição social heterogênea que existe.

Por fim, destacamos que a Educação Popular trata-se de princípios pedagógicos que contemplem um dos sentidos mais excêntricos da educação, aquele que se dá intrinsecamente com o mundo que nos rodeia, com os fatos que cercam nossa existência e com a tangibilidade da vida, que traz à tona o sentido humano de ser e estar no mundo e por meio dele, e em conjunto, expressar-se e significar o cosmo de que cada um se constitui e é constituído, que é o saber de cada um e ao mesmo tempo de todos, que possibilita mover o conhecimento e impulsiona a cada dia uma pequena evolução no *status quo* da realidade social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC-SEF e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1994.

LAGE, Alene. **Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. **Uma Abordagem sobre Currículo e Teorias afins visando à Compreensão e Mudança**. Espaço do Currículo, v.6, n.2, p.340-354, Mai-Ago, 2013.

POVO XUKURU DO ORORUBÁ, [carta aberta]. Pesqueira, 19 de maio de 2016. Fl.1. Carta da XVI Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO POSSIBILIDADE DE RECONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO: O EXEMPLO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR ASSUNÇÃO EM CARUARU-PE

Clemilton F. B. Tabosa¹
Ivan Nicolau Corrêa²

RESUMO

Este estudo se propõe a refletir sobre a educação libertadora como possibilidade de reconstrução do sujeito político, buscando oferecer uma alternativa à lógica competitiva de mercado com um exemplo concreto de educação popular, o CEPA. A tensão entre individualismo e coletividade, e suas implicações na possível dicotomia entre Movimentos Sociais e ONG's é aqui refletida. Optamos por uma metodologia participativa. Nossas considerações circulam em torno do potencial educativo dos Movimentos Sociais e ONG's para a formação dos sujeitos políticos.

Palavras-chaves: ONG's, Movimentos Sociais, Sujeitos Políticos.

1. INTRODUÇÃO

A educação libertadora trabalha a reconstrução do sujeito político, a libertação da opressão interventiva da lógica de mercado, competitiva, arraigada mesmo em muitas dimensões do convívio humano e da subjetividade humana (ou desumana). O sujeito político será construído dentro das experiências de lutas pela autonomia, no processo de sua liberdade de ação e cultivo de intenções (se minhas ações são para o coletivo ou unicamente para mim, ou para uma pequena coletividade que comungo convívio...), já que os seres humanos se educam e se libertam em comunhão (FREIRE, 1987, p. 71) e não sozinhos. É a politicidade da educação, seu alcance e construção enquanto prática coletiva e para o coletivo, geradora de possibilidades de transformação para o ser humano. Nisto, nesta característica transformadora da educação e em sua dimensão eminentemente política, que reside a semente a ser cultivada para a libertação da opressão e da reconstrução do sujeito político.

Esta reconstrução se nutre de uma utopia “pés no chão”, onde educadores/as e educandos/as se veem pessoas singrando os mesmos mares das injustiças sociais, da

¹ Clemilton Fernando Barbosa Tabosa é graduado em Psicologia pela UFPE e mestrando em Educação Contemporânea pela UFPE, Campus Agreste, em Caruaru-PE; email: clemiltonbarbosa@gmail.com

² Ivan Nicolau Corrêa é graduado em Licenciatura em Letras pela FAFICA e mestrando em Educação Contemporânea pela UFPE, Campus Agreste, em Caruaru-PE; email: sastradasa_dvs@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



desigualdade de oportunidades e da manutenção das lógicas de mercado centradas na competição e no individualismo.

No contexto destas reflexões, temos a problemática da tensão entre os interesses da cultura e lógica de mercado, eminentemente competitiva e individualista e a lógica da coletividade, que é cooperativa, solidária e centrada nos interesses e necessidades das pessoas enquanto sujeitos políticos. Dita tais premissas, temos uma pergunta-problema: onde e de que formas podemos perceber, ver, horizonte de alternativa a esta lógica competitiva da cultura de mercado? Pergunta que implica outra(s): quais organizações e movimentos que vislumbrem e trabalhem esta opção (ainda que para viabilizarem projetos para suas propostas de forma concreta façam uso por vezes de subsídios orçamentários vindos de editais de bancos que fomentam a lógica de mercado...)?

Nosso estudo em questão se propõe a oferecer uma alternativa através do exemplo do Centro de Educação Popular Assunção – CEPA em Caruaru-PE, e também a fazer reflexões sobre as propostas e pontos em comum de uma ONG e dos Movimentos sociais neste quesito alternativo à lógica de mercado. Neste relato queremos explicitar aspectos da dinâmica de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) em seus embates internos e com agentes com os quais dialoga na consecução de seus objetivos. Tentaremos mostrar como o CEPA tem realizado seus projetos buscando dialogar com as exigências da realidade na qual se insere, com os movimentos sociais, bem como as de órgãos governamentais ou não de fomento.

O Centro de Educação Popular Assunção (CEPA) surge em 1996 da iniciativa de um grupo de religiosas católicas – as Irmãzinhas da Assunção, juntamente com lideranças locais, residentes na área urbana do Bairro Vila Pe. Inácio, periferia de Caruaru-PE –, para cuidar das coisas público-comunitárias, mediante os descasos das instituições governamentais, o crescimento desordenado da cidade, o quadro evolutivo das demandas socioeconômicas e das condições básicas de vida da comunidade. Foi instituído juridicamente em 13 de maio de 2003. Sua missão é de contribuir para disseminar a cultura de paz, mantendo uma proposta sócio-educativa-cultural construída de forma interativa através do diálogo entre diversos saberes e atores sociais.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O CEPA, enquanto instituição jurídica, surgiu para consolidar uma experiência que exige escuta empática das necessidades dos/as moradores do Mutirão³, das famílias. Ganha forma a partir das relações e laços construídos com essas pessoas. À título de ilustração, citamos alguns trechos desta história que se atualiza e ganha contornos através da participação de outros agentes e atores. As Irmãzinhas, em visita às casas, a partir das relações que iam construindo com as famílias, vivendo em comunidade, perceberam que as mães demandavam um lugar para deixar suas crianças e assim poderem trabalhar, notaram também que adolescentes sem horizontes e perspectivas eram presas fáceis do tráfico e prostituição, perceberam que as mulheres precisavam também fazer parte de um grupo no qual pudessem ensaiar maneiras de superar o machismo.

O CEPA foi se materializando a partir das vivências comunitárias de um grupo de religiosas – que tinha à frente a Irmã Franca Sessa – e de líderes residentes na Vila Pe. Inácio, como espaço de convivência e de resistência, que almejava oferecer possibilidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e comunitário, numa perspectiva de uma cultura de paz. “O CEPA é das famílias, nasceu delas e continua sendo”, lembra-nos Franca⁴. Famílias que, cabe referir, não se estruturam no modelo nuclear, mas que se apresentam em múltiplos arranjos. O trabalho gestado que tem por princípio a educação popular emancipatória pressupõe e exige o outro (dito “beneficiário/a” por órgãos de fomento) no processo de libertação, realiza-se com o outro. Os/As empobrecidos/as precisam tomar parte em seu processo de libertação, recordando Paulo Freire (1987, p. 24), “libertando-se, podem libertar os opressores”. É uma opção, como nos recorda Frei Betto⁵, pelo/a marginalizado/a, mas sem isenção de crítica ou romantismo. Não quer dizer que o/a marginalizado/a seja santo ou livre de

³Mutirão era o nome que recebia a localidade à época de constituição da comunidade, hoje denominada Vila Pe. Inácio, e do CEPA. O termo traduzia também a forma de colaboração inicial entre as pessoas quando da construção das suas habitações. A prefeitura doava os terrenos e materiais e as pessoas, em mutirão, construíam suas casas.

⁴ Em entrevista concedida a Wilson Morais e Raiane Mere, 10 de abril de 2017, quando na época realizavam na organização estágio em administração.

⁵ Artigo disponível em: <http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php/outros-assuntos-2015/frei-betto-dez-conselhos-para-os-militantes-de-esquerda> Acesso em 11 de agosto de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



defeitos, mas optamos em estar do seu lado para com ele/a corrigir as injustiças e equilibrar melhor as relações, já que a paz almejada pressupõe justiça social.

O CEPA tem como um de seus principais objetivos articular pessoas e grupos na defesa de seus direitos, na busca de transformar realidades injustas. Esse objetivo se concretizando a partir do caminhar junto, da reflexão e ação conjuntas, através de, cito novamente a Irmã Franca: “Passos progressivos, com muita reflexão junto com as famílias da comunidade, sempre escutando as verdadeiras necessidades dos moradores do bairro”. Através de parcerias, pôde o CEPA oferecer às pessoas alternativas a essas situações: educação infantil para as crianças, acompanhamento escolar e teatro para os adolescentes, EJA (Educação de Jovens e Adultos) para mulheres e homens dispostos/as a *ler o mundo*, a partir de sua própria realidade. Essas parcerias oferecem ganhos para todas as instituições e pessoas envolvidas. Por exemplo, das experiências de estágio, conforme avaliações, observa-se profissionais mais sensíveis e comprometidos com as causas e transformações sociais. A instituição cumpre, assim, um importante papel na formação técnica e humana de estagiários/as que se envolvem com os projetos desenvolvidos. Favorece ao CEPA essas parcerias, por outro lado, a constante reflexão e renovação de suas práticas sócio-pedagógicas na consecução dos seus objetivos que se ligam às demandas atuais.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso trabalho inspira-se epistemologicamente tanto na educação e saberes populares, através das contribuições de Freire (1987; 1996), quanto nas reflexões de Lage (2013) em relação ao potencial educativo dos movimentos sociais e as relações de tensão e ou dicotomia entre estes e as ONG's. Abordaremos também especificidades teórico-metodológicas de um estudo e relato de experiência sobre o CEPA para oferecer reflexões sobre a tensão entre as lógicas do mercado e da solidariedade.

Estas categorias servem de base interpretativa e interventiva, com vistas à valoração e interconexão de conhecimentos e saberes outros. Tais abordagens são utilizadas pois possibilitam interpretar e produzir o conhecimento e apresentar outras linguagens por meio das realidades geralmente invisibilizadas pela hegemonia da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



cultura de mercado, e objetivando a expor e conceitualizar as interconexões entre conhecimentos que valorizam a contribuição epistêmica de sujeitos outros e a própria reconstrução política destas pessoas.

Para o presente estudo buscamos uma metodologia participante; pois a pesquisa participante é um processo permanente de estudo, de reflexão e de transformação da realidade. Nela, existe o ponto da “retroalimentação” ou *feedback* (BRANDÃO, 1999). E a observação participante em Gil (2008) nos remete diretamente à participação ativa do pesquisador no processo da coleta dos dados:

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2008, p. 103).

Os autores estiveram participando do cotidiano da organização social estudada, o que lhes permitiram, a partir do observado no confronto com as leituras realizadas, fazer considerações de sua dinâmica e de meandros imperceptíveis de ponto de vista de quem não participasse do dia a dia da organização.

3. DESENVOLVIMENTO

Organizações sociais se confundem com os movimentos sociais quando trazem em sua dinâmica e finalidade a militância por transformação social, por mudança que afete positivamente à existência de boa parte da população. Para se caracterizar como movimentos sociais, faz-se necessário, segundo Touraine (1985), citado por Lage (2013), a luta por interesses que ultrapassem as reivindicações de um grupo ou classe, “a fim de por em causa o poder estabelecido, ou visar o controle do desenvolvimento” (LAGE, 2013, p. 19).

Um desafio enfrentado numa Organização da Sociedade Civil (OSC)⁶ como o CEPA consiste na coesão e engajamento das pessoas que participam de seus projetos. À título de ilustração, no quadro de colaboradores/as temos pessoas com diversos

⁶ Com a entrada em vigor do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) passou-se a utilizar outra denominação para se referir as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Utilizaremos indistintamente uma ou outra designação como sinônimos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



vínculos com a instituição e que guardam motivações diversas, nem sempre conectadas com as coletivas. Vários grupos participam dos projetos, seus membros se relacionando entre si animados/as pelo/a educador/a responsável. Por vezes a mobilização para tomar parte em eventos institucionais se torna insuficiente ou inexistente, o que não se verifica quando se trata de participação em espaços que podem trazer promoção e visibilidade aos seus participantes. É exemplo que evidencia – analisamos – a contaminação das ideias neoliberais, do individualismo, do sucesso, da ascensão no seio de um projeto (que se quer) social, coletivo. Vejamos outro caso.

O investimento na busca de editais, na elaboração de propostas é alternativa à necessidade de recursos financeiros para manutenção e proposição de projetos, para o funcionamento da organização. Embora as Organizações da Sociedade Civil tenham capacidade de mobilização de recursos, o desafio que se apresenta é localizar editais compatíveis com os objetivos e possibilidades de ação da instituição.

O Governo do Estado de Pernambuco durante alguns anos manteve o *Programa Todos com a Nota*⁷ que em seu módulo solidário consistia na troca de cupons e notas fiscais por pontos. As organizações sociais que obtivessem um maior quantitativo de pontos eram premiadas com um valor monetário a ser utilizado em proposta de trabalho aprovada pela então Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado (SDSDH-PE). O que se observava, contudo, era que membros de organizações sociais que colaboravam em outros espaços, como nos conselhos municipais, disputavam estas notas, competiam em si pela recepção dos cupons fiscais. Outrossim, os objetivos principais do governo com o lançamento do programa se relacionavam com o combate ao comércio de cambistas que atuavam/atuam vendendo ingressos para partidas de futebol e para o aumento da arrecadação do Estado, através da educação

⁷ O Programa Todos com a Nota esteve em funcionamento no estado de Pernambuco de 2007 a 2015. Foi idealizado por ocasião do governo de Eduardo Campos e suspenso por determinação do atual governador Paulo Câmara. O programa funcionava a partir da troca de cupons e notas fiscais por pontos, a cada R\$ 100,00 (cem reais) a pessoa ou organização social recebi um ponto. A pessoa contribuinte tinha a opção de trocar seus cupons por ingressos para o futebol ou, na modalidade solidária do programa, destiná-los a uma organização social que, estando entre as primeiras colocadas, podia receber uma premiação em dinheiro para utilizar em seus projetos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



fiscal a ser realizada pelas pessoas e organizações receptoras das notas e cupons fiscais. Dessa forma, na contramão dos objetivos, o CEPA se via obrigado, ainda subliminarmente, a estimular o consumismo, a combater atividades de trabalhadores/as que estavam às margens dos programas de governo.

Assim, as OSC que nos anos 1970 e 1980 podiam ser consideradas atores sociais progressistas, conforme explicita Lage (2013), “nos anos 1990 elas cumprem um papel decisivo na implementação das políticas neoliberais, trazendo um novo discurso e um modo de atuação distinto dos movimentos sociais” (p. 25).

A atuação do CEPA mescla fatores que coloca a organização em sua *dupla* identidade: como ONG e como movimento social. Se, por um lado, procura, através de seus projetos financiados com recursos públicos, executar programas e projetos políticos, por outro, conflita com o Estado, participando de mobilizações em prol da manutenção e ampliação de direitos da população. Tem no seu quadro militantes, bem como profissionais com as mais variadas experiências e pessoas voluntárias. O voluntariado não é suficiente para manter trabalhos sistemáticos e contínuos exigidos pelos projetos sociais das organizações, sobretudo em um contexto capitalista, marcado pela necessidade que as pessoas têm de serem remuneradas em seus trabalhos, precarizados pelas políticas de governo (LAGE, 2013).

O grande desafio, portanto, é manter a identidade organizacional frente às exigências neoliberais impetradas pelo Estado. A despeito de todo o risco de confusão ou descaminho, – autorizados pela compreensão de sermos seres inconclusos e por isso abertos e sedentos a (novas) aprendizagens (Freire, 1996) – , as organizações sociais (e o CEPA não é exceção) têm se mostrado como espaços privilegiados para uma educação transformadora, na perspectiva de *um outro mundo possível* que vai acontecendo processualmente e de maneira não linear, mas circular, em forma de um espiral ou, usando a analogia oferecida por Bergoglio⁸, como resultado dos passos que damos. Bergoglio enfatiza que ora precisamos dar um passo atrás, um passo adiante,

⁸ Jorge Mario Bergoglio, o 266º Papa da Igreja Católica e atual Chefe de Estado do Vaticano, sucedendo ao Papa Bento XVI, que abdicou ao papado em 28 de fevereiro de 2013. No documentário intitulado: “Pode me chamar de Francisco”, Bergoglio, então cardeal em Buenos Aires, em diálogo com o Padre Pedro, tentando convencê-lo a se afastar por um tempo da comunidade em que trabalhava, visto estar sob ameaça de morte, oferece-lhe esta imagem.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



um passo pequeno adiante e um passo grande atrás, um passo grande adiante e um pequeno para trás, sendo o ser humano o resultado desses passos, dessas escolhas e dinâmica.

Dessa forma, vamos nos construindo como sujeitos (homens e mulheres) éticos. Não nos sendo possível, ainda conforme apregoa Freire (1996), “existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política (p. 52), sendo-nos necessário, por outro lado, revelar-nos em nossa capacidade “de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha [nossa] capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu [nosso] testemunho (p. 98).

A educação, sobretudo as que acontece no seio das organizações e movimentos sociais, têm a possibilidade de formar “sujeitos políticos”. Na concepção de Schaaf (2001), referido por Lage (2013), ao tratar da potencialidade presente nos movimentos sociais:

[...] sua prática cotidiana faz emergir novos sujeitos, novas identidades e novas sociabilidades. Considerado por muitos como portadores de um novo fazer político, os movimentos seriam ‘sujeitos políticos’, que a partir de sua atuação e suas lutas estariam construindo uma ‘nova cidadania’ (SACHAAF, 2001 *apud* LAGE, 2013, p. 25).

Ainda nesta perspectiva temos as palavras de Pizarro e Ducasse (2012):

[...] as múltiplas experiências político-pedagógicas articuladas por organizações e movimentos sociais são práticas que de uma ou de outra maneira contribuem para o exercício da construção do poder popular. (PIZARRO e DUCASSE, p. 217)

Portanto, a cidadania referida acima dos movimentos sociais inclui a possibilidade de questionar o já posto e buscar a mudança de posição e oportunidade dentro dos lugares sociais onde vivem as pessoas, fazendo esta transformação através da luta, sendo esta alimentada pela educação politizadora. As lutas cotidianas para a construção da autonomia e empoderamento dos sujeitos e militantes presentes nos movimentos envolvem ações como as mobilizações políticas e a formação de identidades não estanques e flexíveis, que se tornem inconformistas com o já pronto e acabado lugar social proposto e imposto pelas hegemonias sociais dominantes (LAGE,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



2013, pp. 38-39), criando assim uma possibilidade de construir novas coletividades fundadas na solidarização, não no individualismo.

Sendo o sujeito político empoderado, consciente, crítico e formado em, e buscador-fazedor de, uma práxis pedagógica libertadora (FREIRE, 1996), temos com esta pedagogia dos movimentos sociais a possibilidade de traçar caminhos mais cooperativos, na superação da tensão entre individualismo X coletividade. O papel educativo dos movimentos sociais na construção de coletividades mais solidárias e conscientes de sua responsabilidade política e social é percebido no CEPA, sendo o trabalho que o mesmo desenvolve de formação humana e conscientização de um ensinar-aprender focado na perspectiva horizontal e democrática da educação, colabora para a reconstrução do sujeito político.

Há, como já mencionado, as tensões envolvidas no processo de diálogo e necessidades de fomento de projetos, percebida na já referida diferença feita por Lage (2013) entre movimentos sociais e ONGs. Estas últimas atuam mais como alimentadoras de lógicas e interesses de mercado, do que da formação de pessoas críticas e transformadoras do lugar social onde vivem, que gerem efeitos multiplicadores de um inconformismo com o já posto pelas classes dominantes. No caso do CEPA, em sua experiência educativa de ações para suprir necessidades de uma comunidade de risco na periferia de Caruaru, e na viabilização de projetos sócio-educativos para a formação de novos sujeitos nas crianças e adolescentes desta localidade, vemos onde uma ONG pode atuar dentro de um objetivo educativo-libertador. Embora alguns de seus projetos tenham de funcionar em acordo as exigências de algum órgão de fomento capitalista, mesmo assim, livre de uma utopia sentimental ou ingênua (*romântica*), busca construir uma utopia “pés no chão”, entrando em diálogo com estes órgãos e buscando nos editais propostas que condigam com os interesses educativos dentro da perspectiva popular e emancipadora, para alcançar aquilo que os poderes públicos não fazem e muitas vezes não se interessam dentro de uma comunidade urbana de risco como a Vila Pe Inácio em Caruaru-PE, local de funcionamento e interação social do CEPA.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A tensão entre individual X coletivo é presente nesta diferenciação entre ONG e movimentos sociais, onde estes seriam mais alinhados com os interesses do coletivo do que aqueles. No caso do CEPA, porém, com suas ações de educação popular, temos um exemplo de atuação na proposta freireana da politicidade da educação, que é condizente com os objetivos de formação e reconstrução do sujeito político:

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se” até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. (FREIRE, 1996, pp. 68-69)

4. CONCLUSÃO

Percebemos assim esta vocação política da educação inerente nas práticas pedagógicas do CEPA, ainda que sua viabilização financeira e prática por vezes passe por órgãos de fomento na estrutura capitalista.

Nossas considerações neste estudo circulam em torno do potencial educativo dos Movimentos Sociais e ONGs para a formação dos sujeitos políticos. A politicidade da educação está presente nas ações e objetivos pedagógicos do CEPA, mesmo que muitas dessas ações se concretizem através da interação com órgãos de fomento da cultura de mercado.

Vimos neste trabalho que a tensão individual x coletivo, competição x solidariedade e a possível dicotomia conceitual e de objetivos políticos entre as ONG's e os Movimentos Sociais é complexa, imbricada em vários contextos de convívio social e de interesses tanto coletivos quanto individuais e organizacionais.

Ainda assim vislumbramos um horizonte de construção do sujeito político, de pessoas que buscam a transformação social e a inserção em seu meio de vida, tanto conhecendo sua realidade quanto buscando transformá-la, através da iniciativa do CEPA e de seu trabalho com a formação humana de crianças, jovens e adolescentes em bairro da periferia de Caruaru-PE. Tal exemplo (não um modelo, uma possibilidade, com todas as suas inconclusões, tensões e paradoxos vividos) nos faz esperar para a construção pedagógica libertadora e transformadora da ótica freireana dentro das lutas coletivas das pessoas oprimidas e empobrecidas por sua dignidade humana.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 29ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

PIZARRO, Paula Rossana Ojeda e DUCASSE, Jorge Fabián Cabaluz. *Educación, Movimientos Sociales y Poder Popular: Apuntes Teóricos para la Praxis Político-Pedagógica*. In: *Actual Marx/Intervenciones*, nº13, segundo Semestre 2012.



A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO FÉ E POLÍTICA DA DIOCESE DE AMARGOSA- BAHIA

Paulo Ricardo C. Aleluia¹

RESUMO: Buscou-se neste artigo refletir a influência da Educação Popular na prática educativa do Instituto Fé e Política de Amargosa- Ba. Para tanto, recorreu-se ao corpus de fundação da Instituição em que foi possível analisar a matriz curricular do curso de Extensão em Tecnologia em Gestão de Organizações e Movimentos Populares de Base. Tal análise possibilitou perceber alguns aspectos de cunho político, social, econômico e cultural em sua elaboração explicitando assim uma educação voltada para a práxis, ou seja, uma prática libertadora.

Palavras chave: Educação Popular - Fé e Política – Práxis

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma reflexão sobre a concepção da Educação Popular tendo como escopo evidenciar seus fundamentos que orientam sua prática educativa destacando o Instituto Fé e Política de Amargosa-Ba como um espaço educativo e sobretudo político, como diz Freire, configurando assim uma educação das classes populares.

A especificidade de Educação Popular a qual se inscreve no Instituto Fé e Política tem como peculiaridade um caráter político e está associada à luta transformadora dos movimentos sociais, considerando o “popular” não como acepção de povo, mas, sobretudo, como organização/movimento. Uma educação vista na perspectiva de transformação social e no protagonismo dos educandos por meio de sua organização política.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); E-mail: pauloed36@gmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O desenvolvimento acerca dessa reflexão teórica e prática da Educação Popular, possibilitou a ampliação de seus horizontes sobretudo nos anos de 1960 a 1990. Esse paradigma influenciou diferentes campos de conhecimento e vários espaços populares, porém, atualmente vem sendo rechaçado dentro da própria educação, daí que o grande desafio da educação popular hoje, mais do que ampliar-se é manter-se viva nos debates e nas ações educacionais.

É nesta aspiração que o Instituto Fé e Política da Diocese de Amargosa se faz um campo de interpretação como nenhum outro referencial. Compreender as práticas educativas do referido Instituto, são importantes meios para tentar desvendar marcas e rumos da Educação Popular presente nesse contexto.

A pesquisa se configura numa abordagem qualitativa de cunho exploratório na qual “[...] são investigações de pesquisa empírica que obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado.” (MARCONI e LAKATOS, 2015, p. 71). Assim fez-se necessário o contato com o Instituto Fé e Política de Amargosa donde se depreende o corpus de fundação da Instituição como a matriz curricular, dados sobre a cidade, localização, etc. Diante disto, busca-se esboçar um plano de trabalho científico que ofereça contribuições relevantes aos estudos da Educação Popular.

2 SITUANDO O INSTITUTO FÉ E POLÍTICA DE CÁRITAS DA DIOCESE DE AMARGOSA

O Instituto Fé e Política de Cáritas Diocesana de Amargosa foi fundado no ano de 2006, uma entidade civil filantrópica vinculada à Cáritas brasileira² e atende atualmente 27 municípios localizados no Recôncavo e Vale do Jequiçá, assim como na Costa do Dendê. A Cáritas se configura numa entidade civil filantrópica, beneficente e

² Configura-se um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que está organizada em uma rede com 178 entidades-membro, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sem fins lucrativos que trabalha em prol dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Dessa forma, este órgão atua junto aos excluídos e excluídas que são vinculados (as) à outras instituições e até mesmo aos movimentos sociais.

Conforme o projeto de implantação do curso de tecnologia em gestão de movimentos populares de base (2006), eles atuam a partir de processos organizativos e coletivos gerando o protagonismo das comunidades. Ao mesmo tempo, a Cáritas busca fortalecer, junto aos desfavorecidos, a construção de espaços de democracia participativa e de transformação social, buscando prioritariamente anunciar os ensinamentos do Evangelho, na perspectiva de promoção da solidariedade libertadora, optando pela vida cujas ações alimentam um objetivo: transformar.

Sendo assim, a Cáritas de Amargosa, segundo o projeto do Instituto, em consonância com a Cáritas brasileira busca atuar em meio às comunidades e pessoas que se encontram em situação de exclusão, na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, muitas vezes trabalha em parceria com instituições e movimentos sociais como em projetos pastorais, sindicatos, associações de bairro, partidos políticos etc. Um anseio intenso de justiça, por direitos e cidadania, contribuiu para a construção de um centro de formação política para os cristãos da diocese.

A implantação *do Curso de Tecnologia em Gestão de Movimentos Populares de Base* teve a diocese de Amargosa como palco principal, seguindo como fonte inspiradora um movimento católico de intensas consequências sociais: a Teologia da Libertação. A região onde ocorre este projeto se localiza na Região Recôncavo Sul, aproximadamente um território de 13.972 km², dividido em 27 municípios com 24 paróquias, em três áreas geográfica e culturalmente bem distintas: a zona da mata (recôncavo e Vale do Jequiçá), a região da caatinga e a região litorânea (a Costa do Dendê).

O curso de extensão oferecido pela Escola de Fé e Política de Cáritas Diocesana de Amargosa tem duração de 18 meses, sendo que em cada semestre se estuda um módulo totalizando quatro deles. As aulas acontecem presencialmente uma vez por mês



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



e durante todo o mês os alunos realizam atividades dirigidas nos dias de sexta, sábado e domingo. O público-alvo são pessoas ligadas a partidos políticos, ONGs, sindicatos, pastorais sociais e associações.

O cursista também precisa ter o Ensino Médio completo para ingressar no Instituto; entretanto, a forma de seleção ocorre mediante uma carta de indicação enviada pela comunidade ou dirigente do órgão a que o candidato esteja vinculado. Dentro do curso não há avaliação por matérias, no entanto, é obrigatória a participação assídua nos encontros, como também em Congressos e Assembleias Populares para o processo de formação.

O objetivo central do curso é graduar tecnólogos em Gestão de Movimentos Populares de Base, a partir de princípios éticos e da doutrina social da Igreja, na perspectiva da construção de uma sociedade economicamente justa, ecologicamente sustentável, politicamente democrática, socialmente solidária e culturalmente plural, qualificando-os para atuação em partidos políticos, movimentos populares e organizações sociais, de forma crítico-participativa, fomentando o protagonismo popular. Além deste, objetivos específicos orientam o curso supracitado:

- a) Alimentar, renovar e aprofundar a mística, a espiritualidade e o compromisso social;
- b) Empoderar os agentes e lideranças para uma maior e qualificada participação nas políticas públicas;
- c) Capacitar os participantes em metodologias e instrumentos para elaboração, monitoramento e avaliação de práticas sociais e políticas públicas;
- d) Fortalecer a vivência cristã na dinâmica da sociedade atual

Ao conceber esta proposta, o Instituto de Fé e Política da Diocese de Amargosa tem seu discurso acoplado a uma prática que transcorre pela dedicação profissional e pelo compromisso em acatar as questões da sociedade moderna. Nessa aspiração, busca auxiliar uma ação mais crítica e consciente, evidenciando o anseio em colaborar significativamente na edificação de uma sociedade economicamente justa, politicamente democrática, socialmente solidária através do seu protagonismo popular.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O papel do indivíduo que trabalha com os movimentos sociais, com as classes populares, é o de escutar, refletir junto com o povo sobre a sua experiência a partir de pressupostos teóricos, ou seja, a partir do momento em que o sujeito histórico passa por situações adversas do cotidiano; estas mesmas situações deverão ser problematizadas e apresentadas como um obstáculo a ser suplantado pela reflexão e ação dos próprios sujeitos.

3 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO FÉ E POLÍTICA

Ao longo da história a Educação Popular tem assumido concepções diferentes no que concerne à sua teoria educacional. Ela tem sua gênese nos Movimentos Sociais Populares de luta e resistência do povo na América Latina. Nesse contexto, a trajetória da Educação Popular pode ser apresentada por Paludo (2012, p. 283) no trecho a seguir:

As raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular [...]

Para a autora, a Educação Popular vem de um acumulado histórico, destacando a América Latina como um continente em que houve muitas experiências de educação ligadas diretamente aos setores populares, desenvolvidas tanto pela classe trabalhadora quanto por setores católicos e intelectuais comprometidos com a sociedade, apresentando um pensamento libertário, radical, amoroso e revolucionário.

Frente a essa discussão, Mota Neto (2016) apresenta quatro características da Educação Popular latino-americana como determinantes das lutas populares:

- a) A Educação Popular propõe uma teoria renovadora de relações homem- sociedade-cultura-educação e uma pedagogia que pretende fundar, a partir das relações, uma educação libertadora.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



- b) A Educação Popular realiza-se inicialmente no domínio específico da educação de adultos das classes populares, definindo-se, aos poucos, como um trabalho político de libertação popular e de conscientização dos movimentos populares.
- c) A Educação Popular afasta-se de ser apenas uma atividade de escolarização popular para ser toda e qualquer prática sistemática de intercâmbio de saber, partindo das próprias práticas sociais populares.
- d) A Educação Popular é um trabalho político de mediação a serviço de projetos, sujeitos e movimentos populares de classe, visando à construção de uma hegemonia no interior da sociedade capitalista dependente. (MOTA NETO, 2016, p. 118).

Não cabe dúvidas que o impacto dessas experiências de pedagogia marca profundamente a América Latina e coloca em destaque o aspecto comum do que chamamos de Educação Popular, isto é, a participação, autonomia e o empoderamento das classes populares para serem protagonistas de uma mudança societária.

Embora Paludo (2012) e outros autores entendam que as raízes da Educação Popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, a perspectiva de Educação Popular de que se trata aqui, nasce no Brasil, e Paulo Freire, por sistematizar as variadas experiências que vivenciava com outros educadores nos anos de 1950, marca o momento desenvolvendo uma “pedagogia para a libertação”.

Para Freire, Educação Popular é a que:

Substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (FREIRE, 2007, p. 103-105).

A Educação Popular a partir da perspectiva de Paulo Freire é a que surge no bojo dos movimentos educacionais críticos, também voltada para o povo, ou seja, a classe



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



desfavorecida no sistema capitalista, mas construída junto com ele. Partindo dessa pressuposição, Freire inova as formas de se pensar e trabalhar os conteúdos na alfabetização das classes populares, constituindo uma relação dialética com a cultura inserida na realidade dos sujeitos históricos, possibilitando com que eles captem o mundo com um pensamento consciente e crítico.

Nesta clara relação entre alfabetização e conscientização, Wanderley (2010, p. 36) apresenta as características da consciência crítica asseveradas por Freire (1979, p. 40-41) que engloba como uma das categorias principais da Educação Popular:

- a) Anseio de profundidade na análise de problemas. Não satisfaz com as aparências.
- b) Reconhece que a realidade é mutável.
- c) Substitui situações ou explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade.
- d) Procura verificar ou testar as descobertas. Está sempre disposta às revisões. Ao se deparar com um fato, faz o possível para livrar-se de preconceitos.
- e) Repele posições quietistas. Indaga, investiga, força, choca.
- f) Ama o diálogo, nutre-se dele.
- g) Face ao novo, não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos.

Hoje, mais do que nunca, como aponta Holliday (2006), na Educação Popular, há uma necessidade de se pensar as práticas pedagógicas e aprofundar nesses requisitos no intuito de construir propostas educacionais alternativas, fazer uma opção epistemológica, refletir em torno dos fundamentos filosóficos, políticos e pedagógicos que nos orientem para transformar a sociedade.

Hurtado (2006, p. 150-154) ratifica que essas propostas educacionais da Educação Popular perpassam por quatro pilares fundadores e que seguem vigentes até hoje apresentando uma proposta teórico-prática na qual se entende que o ser popular se configura no posicionar-se na ótica social em movimento. A saber: o marco ético, o marco epistemológico, uma proposta pedagógica subsequente e o sociopolítico.

De acordo com a leitura do autor, o *Marco Ético* procede dos problemas e desafios complexos do mundo globalizado ávido pelas políticas neoliberais, que geram a exclusão, desigualdades e injustiças. Neste sentido, exige-se um posicionamento ético



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



que conduza e interprete esses fenômenos para refletir sobre o agir do indivíduo na sociedade. Portanto, essa dimensão ética põe em vista a construção de uma sociedade justa através de sujeitos críticos e conscientes.

Outro elemento de proposta vigente da Educação Popular é a de que se deve assumir uma *visão epistemológica*. Entendendo que a Educação Popular se configura como um conjunto de práticas educativas que lutam pela libertação da classe oprimida, o conhecimento nunca será visto como um instrumento de dominação. Isto implica dizer que de forma dicotômica ao ideário positivista, adota-se uma base epistemológica de caráter dialético. E para que a educação aconteça como prática de liberdade e direcione a uma práxis, é somente através da dialogicidade que isso acontece.

O terceiro pilar vigente em questão é de uma *proposta pedagógica consequente*, que amplia as propostas metodológicas libertárias para o âmbito formal. Como ele mesmo apresenta, apresenta-se na compreensão pedagógico-democrática do ato de propor conteúdos, métodos etc. Sua proposta está baseada na pedagogia do diálogo e na participação. Nesse sentido, aspira-se romper com a ideia de que o processo de ensino é mera “transmissão de conhecimento”. Nesta relação, portanto, o educador está aberto para aprender também com o educando. O que existe é uma relação recíproca, imbricada entre o ensinar e o aprender.

E o quarto e último pilar apresentado por Hurtado na Educação Popular é o *Sociopolítico*, em que destaca a articulação entre o pedagógico e o caráter político. A esse respeito Guevara (2006) corrobora com essa afirmação ratificando que o entrelace permitiu descobrir que o ato educacional nunca é neutro. Sendo assim, para se estabelecer uma pedagogia crítica, emancipatória ligada à prática de Educação Popular, alude ter intencionalidade política e pedagógica.

Foi refletindo nessa perspectiva que o Instituto de Fé e Política pensou um currículo baseando-se numa aspiração crítica de ensino (MOTA NETO, 2016), cuja base incorpora uma pedagogia dialógica e problematizadora. Nessa lógica, o currículo foi construído na perspectiva dos movimentos sociais, apresentando o diálogo, a problematização, o conflito, como processo metodológico constante, que permite a vinculação dos conteúdos com a história de vida dos sujeitos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Os conteúdos curriculares estudados no Instituto no curso em questão são divididos em quatro núcleos curriculares: **Formação Específica** tendo como objetivo propiciar um conhecimento mais sistemático e reflexões sobre sociedade e Estado. São vistos fundamentos de política e direitos humanos, direito trabalhista, história das organizações, ética pessoal e profissional, história da economia e da política, abordagem sociopolítica da sociedade contemporânea, legislação eleitoral e reforma política, gestão social e desenvolvimento sustentável, modelos de gestão, cooperativismo e associativismo e Educação Popular.

O núcleo de conteúdos sobre **Formação Geral** engloba Língua Portuguesa, oratória, gestão estratégica de pessoas, antropologia cultural, fenomenologia da religião e história da teologia, fundamentos da bioética, informática aplicada à gestão, empreendedorismo e *marketing* social, pluralidade cultural, matemática financeira e negociação.

Núcleo das **Dimensões Teórico-práticas**, no qual os cursistas aprendem metodologia da pesquisa, realizam estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e seminários temáticos. Outro núcleo é o referente a **Fundamentos de Formação Teológica** pautados em conteúdos referentes à cristologia, História da teologia, bíblia sagrada e doutrina social. Os conteúdos desses núcleos são distribuídos durante todo o curso, como pode ser visto na matriz curricular a seguir:

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso de Extensão em Tecnologia em Gestão de Organizações e Movimentos Populares de Base

1º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Metodologia Científica	3	1	4	72
Modelos de Gestão I	3	1	4	72
Língua Portuguesa I	3	1	4	72
Cristologia	3	1	4	72
História das Organizações e Movimentos Populares	3	1	4	72
Seminário Temático I	1	1	2	30
TOTAL	16	6	22	390
2º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Antropologia Cultural	3	1	4	72
Informática Aplicada à Gestão	3	1	4	72

Direitos Humanos	3	1	4	72
Bíblia Sagrada	3	1	4	72
História da Economia e da Política	3	1	4	72
Seminários Temáticos II	1	1	2	30
TOTAL	16	6	22	390
3º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Fundamentos de Política e Direito	3	1	4	72
Abordagem Sociopolítica da Sociedade Contemporânea	3	1	4	72
Modelos de Gestão II	3	1	4	72
Língua Portuguesa II	3	1	4	72
Pluralidade Cultural	3	1	4	72
Seminários Temáticos III	1	1	2	30
TOTAL	16	6	22	390
4º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Direito Trabalhista e da Seguridade Social	3	1	4	72
Oratória	3	1	4	72
Fenomenologia da Religião e História da Teologia	3	1	4	72
Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável	3	1	4	72
Associativismo e Cooperativismo	3	1	4	72
Seminários Temáticos IV	1	1	2	30
TOTAL	16	6	22	390
5º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Matemática Financeira e Negociação	3	1	4	72
Gestão Estratégica de Pessoas	3	1	4	72
Doutrina Social	3	1	4	72
Fundamentos da Bioética	3	1	4	72
Legislação Eleitoral e Reforma Política	3	1	4	72
Seminários Temáticos V	1	1	2	30
TOTAL	16	6	22	390
6º PERÍODO				
Disciplina	TE	PR	T	CH
Empreendedorismo e Marketing Social	3	1	4	72
Estágio Supervisionado	3	1	4	72
Ética Pessoal e Profissional	3	1	4	72
Educação Popular	3	1	4	72
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	3	1	4	72
TOTAL	15	5	20	360
TOTAL GERAL	95	35	130	2310

Fonte: Instituto de Fé e Política de Cáritas da Diocese de Amargosa/BA. Projeto de solicitação do curso de extensão em tecnologia em gestão de organizações e movimentos populares de base. 2008.

O currículo tem um eixo que é fundamental em favor da acolhida e dos anseios para a consciência, a luta e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras; e por outro



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



lado algo mais flexível, adaptável às diversas circunstâncias da atualidade da agenda política, cultural, econômica, jurídica, trabalhista e das adversidades dos distintos contextos da complexidade humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se como base o contexto histórico da reflexão teórica e prática da Educação Popular, ao longo da história essa concepção passa por um processo de refundamentação, tendo em vista a diversidade de campos, experiências e sujeitos que a compõe. No entanto, a Educação Popular não deixou de se orientar por alguns marcos fundamentais que segue vigente até hoje: o marco ético, pedagógico, epistemológico e o sócio político.

Como aponta Holliday (2006), faz-se necessário nesse processo educacional, refletir sobre esses aspectos filosóficos, políticos e social no intuito de promover a transformação da realidade. Desse modo, percebe-se que essas práticas pedagógicas do Instituto, estão interligadas com elementos propostos pela Educação Popular de Freire. Pesquisar esse diálogo entre a Educação Popular e a Instituição, se apresenta como um dos novos caminhos em que a educação vem mostrando sua potencialidade nos espaços não escolares.

Nesse aspecto, esse processo se torna uma contribuição eficaz para a transformação social, um tipo de educação que volta-se para a formação de sujeitos coletivos no que concerne ao seu protagonismo desenvolver sua própria historicidade. Por fim, a partir desta pesquisa, segue a continuidade do exemplo da necessidade de reconhecimento de que o espaço não-escolar é um espaço também de educação, e que os processos educativos nesse âmbito merecem e devem ser priorizados.

5 REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Política e Educação**. 8. ed. São Paulo: Vila das Letras, 2007.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



GUEVARA, Nicolas. A Educação Popular no século XXI. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 213-218. (Coleção Educação para Todos, 4).

Disponível

em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download
&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192).

Acesso em: 16 mar. 2018.

HOLLIDAY, Oscar. Resignifiquemos as Propostas e Práticas de Educação Popular Perante os Desafios Históricos Contemporâneos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO..

HURTADO, Carlos. Contribuições para o Debate Latino-Americano sobre a Vigência e a Projeção da Educação Popular. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 213-218. (Coleção Educação para Todos, 4).

Disponível

em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 16 mar. 2018.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, mostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed.- São Paulo: Atlas, 2015.

MOTA, Neto, João Colares da. **Por uma Pedagogia decolonial na América Latina: Reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**; Curitiba: CRV, 2016.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A EDUCAÇÃO RURAL/DO CAMPO NA COMUNIDADE BARRINHA, VIVÊNCIAS TRADICIONAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO OESTE POTIGUAR

Euclides Flor da Silva Neto – UFERSA
Estudante da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
(Mossoró/RN/Brasil)
euclidesbudista@gmail.com

Carlindo Emanuel da Silva - UFERSA
Estudante da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
(Mossoró/RN/Brasil)
carlindo.anjo@hotmail.com

Linconly Jesus Alencar Pereira - UFERSA
Prof. Ms. da Universidade Federal Rural do Semi-Árido
(Mossoró/RN/Brasil)
Email: linconly.jesus@ufersa.edu.br

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a educação rural/do campo na comunidade Barrinha, localizada na zona rural de Mossoró-RN. Realizando um diagnóstico a partir das vivências tradicionais dos sujeitos do campo numa perspectiva freireana. A metodologia empregada foi à pesquisa bibliográfica e exploratória com entrevista semi-estruturada. Trata-se de um trabalho importante não apenas para a comunidade, mas principalmente para a zona urbana, pois de forma geral serve como fonte de pesquisa. Visto que, este diagnóstico configura-se dentro de práticas educativas e emancipatórias.

PALAVRAS-CHAVES: Barrinha. Educação na zona rural. Vivências tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

Dentre as várias zonas rurais do município de Mossoró, podemos destacar entre elas a comunidade Barrinha, localizada as margens esquerda e direita da Rodovia Sebastião Benigno de Moura, RN 015, que liga Mossoró/ Baraúnas. Nosso objeto de estudo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A comunidade foi fundada por Luís Borges, no início da década de 30, do século XX. Esporadicamente neste período as pessoas chegavam e se apossavam da terra, realizando a construção de uma casa e futuramente tornando-se os donos dos terrenos. A origem do seu nome segundo o historiador Francisco S. Xavier deu-se devido às pessoas de Mossoró que costumavam a tarde deslocar-se para um córrego na região e somente retornavam na manhã do dia seguinte, pernoitando em barracas, casebres construídos com galhos e ramos de árvores, daí sempre diziam: “A barrinha vem Quebrando.” Em 1932 o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) construiu um poço público, fato marcante este, que efetivamente deu o pontapé inicial para seu surgimento, pois as famílias existentes eram minoria e não chegavam a sete, com o poço, o índice populacional naquela zona tornou-se crescente. A comunidade aos poucos foi se consolidando em áreas pertencentes à fazenda São João, que já foi pioneira em exportação de melão. Seus antigos proprietários eram a família Maia, que ainda integra uma das oligarquias políticas ainda existentes no Rio Grande do Norte. Entrando em falência passou a ser alvo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que após longos anos acampados, com lutas e reivindicações, tanto dos moradores quanto dos ex-trabalhadores, foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), compondo um dos assentamentos rurais do complexo São João, que em seguida tornou-se zona rural de Mossoró, atualmente conhecida como “Barrinha”.

Como visto, a comunidade ao longo de sua formação histórica passou por um processo contínuo de mudanças: estruturais políticas e reivindicatórias. Não obstante, a educação do povo camponês desta comunidade também esta intimamente ligada a esta trajetória, pois era justamente no conhecimento repassado de pais para filhos que ela se concretizava. A educação no princípio da vida da comunidade resumia-se apenas a um conhecimento “repassado”, não havia professores, apenas o aprendizado com os “tutores” que neste caso eram os pais.

O homem do campo aprende no mato, na escola, na rua, no mar, na igreja, no rio, na casa do vizinho, no quintal, na praça, no clube, na praia... Aprende porque é um



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ser social, porque se faz no diálogo, com o outro e com o próprio mundo. (FREIRE 2005)

Nesse sentido podemos perceber nas palavras de Paulo Freire que o camponês aprende no roçado, com a terra, com as matas, com o campo e até mesmo nas rodas de conversas com seus colegas. É um aprendizado que não está separado de sua prática, é uma aprendizagem que traduz a relação com outro, seja na caçada, nas festas do milharal, nas pescarias ou na espera por chuva.

Para tanto, é preciso ressaltar que o camponês necessita de espaços para sistematizar e aprimorar seus conhecimentos ao longo de sua existência, como também ampliá-los. Neste contexto a educação escolar surge como ferramenta fundamental para transformar suas experiências individuais em experiências coletivas.

1.1 – METODOLOGIA EMPREGADA E PRIMEIRAS FAMÍLIAS

O Trabalho tem como objetivo apresentar a realidade da comunidade Barrinha, localizada em Mossoró/RN, bem como refletir sobre seus problemas, limitações e todo o histórico da educação, como o ensino, as práticas dos professores, o conteúdo e a relação comunidade/escola do semiárido. Estabelecendo-se um contato direto com a comunidade, tendo como linha de investigação as escolas, a comunidade, os pontos referência e os locais de socialização. Desse modo através da pesquisa realizada podem-se encontrar respostas para as interrogações e dúvidas sobre as questões que englobam a educação na comunidade, bem como também, discutir a educação rural e educação urbana sobre o lócus dos diversos aspectos em que ela faz parte. A metodologia empregada partiu da pesquisa bibliográfica e exploratória com entrevista semi-estruturada. Levando em consideração os relatos da vida cotidiana da comunidade, descrevendo desde sua criação até suas possibilidades de desenvolvimento.

Registra-se entre os moradores e populares, que o pilar da comunidade encontra-se respaldo em duas famílias: a dos Francalino e a dos Bauduino, primeiros moradores. Elas foram o ponto de partida para que anos mais tarde fosse inaugurada a comunidade. No início antes mesmo da inauguração oficial em 1930, existia apenas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



uma vasta região semiárida, totalmente desabitada. Com o passar do tempo pequenos grupos foram se intensificando na região; porém com a seca, a falta de recursos humanos e financeiros, esses grupos foram extinguindo-se, ficando apenas duas famílias que resistiram a “miséria” daquele período. As duas famílias juntas se uniram e apropriaram-se da região. Atualmente grande parte dos moradores da comunidade são filhos, netos, descendentes delas; dando um exemplo claro disso, o senhor Aurino José da Silva, 102 anos, mesmo sem ter o sobrenome da família Francalino nem dos Bauduino, considerado o homem mais velho da comunidade. A cultura familiar, que ao longo do seu processo histórico vêm sendo construída traduz até os dias atuais uma cultura de sobrevivência, onde as maiores partes dos moradores estão ligadas por graus de parentescos ou afinidades.

É importante salientar ainda que a figura do Senhor Aurino José da Silva, reflete a construção de uma identidade própria do camponês, um sujeito histórico real, com saberes, fazeres e experiências, emergindo como um ícone fundamental neste processo de desenvolvimento da comunidade.

Figura 1 – Senhor Aurino José da Silva, 102 anos.



Fonte: Foto concedida pela família de Aurino José da Silva



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Santos (2010) nos assegura que estamos em um verdadeiro emaranhado histórico, diante de dois grandes modelos de desenvolvimento. De um lado, um modelo regido pelo capital, pelo dinheiro, burguês, arrogante, autoritário e explorador da natureza. Outro modelo que se apresenta é ancorado na família, no meio ambiente, na sua preservação. Ele também nos mostra o diálogo entre esses dois modelos, entre essas duas vertentes para que o equilíbrio aconteça. Na verdade, o autor numa síntese do seu texto salienta que é preciso voltar ao humano, às coisas simples, e a essência do sujeito, construindo um modelo de desenvolvimento onde todas as dimensões do povo sejam contempladas.

2. ÍNDICE POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Conforme estimativa do último recenseamento, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013 a população mossoroense conta com 280.304 pessoas, sendo que destas 22.605 moram na zona rural. A barrinha, uma das comunidades rurais conta com uma população com 250 famílias, equivalente a 750 pessoas¹, sendo considerada uma das mais próximas da cidade e mais crescentes em população. Para a Diretora da Escola Municipal Sindicalista Antônio Inácio, senhora Eudes Maria da Silva, esse aumento populacional tem crescido muito nos últimos anos devido justamente ao fato de que as fazendas e grandes empresas têm possibilitado emprego e renda para a zona rural, bem como também os projetos agrícolas tem fornecido uma expansão do desenvolvimento, tornando a barrinha um polo industrial de Mossoró que futuramente caminha para ser um bairro da cidade. Nesse sentido, hoje a comunidade conta com 4 (quatro) grandes fábricas de renome: Mossoró Pré-moldados (materiais de construção), a empresa Integral Agroindustrial de Mossoró, a Granja Filadélfia e por último a Campo Limpo (arborização), todas distribuídas no recanto da região, formando um verdadeiro corredor industrial de aceleração e desenvolvimento de Mossoró; bem como gerando empregos diretos e indiretos para a aquela área.

¹ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 11 de agosto de 2014.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Nesta trajetória de desenvolvimento contínuo percebe-se à expansão do sistema capitalista, mercadológico que com o discurso de geração de empregos tem expropriado e retirado o camponês do seu contato com a terra, seu meio de produção, tornando-o refém de grandes proprietários, que compram suas terras a custo de “bananas”, com a ilusão de colocarem seus filhos nas fábricas para trabalharem. Submetendo-se a exploração da força de trabalho e a submissão. Assim neste processo o camponês além da perda de sua terra perde também a sua essência e o seu contato com o campo. Onde antes produzia seus legumes, verduras, feijão; hoje é “escravo” de um sistema capitalista, tendo um emprego sem os direitos trabalhistas assegurados, mesmo sendo irrenunciáveis tais direitos; por falta de conhecimento acabam trabalhando de forma precária e submetidos a condições sub-humanas de trabalho.

Nesta perspectiva uma alternativa de fuga deste sistema são as migrações do campo para a cidade, para viverem mediante salário seja como trabalhador agrícola ou não. Para tanto podemos perceber que a crescente expansão capitalista no campo estimulou a pobreza, a miséria, o despejo e o grande esvaziamento do camponês que vivia da agricultura familiar e rural, trazendo diversos impactos no seu meio de vida. Por outro lado também trouxe forte antigos significados, entre eles a resistência, a luta pelo direito a propriedade, e a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo.

2.1- LIMITAÇÕES PARA A EXPANSÃO DA COMUNIDADE

Nos últimos anos toda a extensão territorial que cerca a comunidade, passou a fazer parte da propriedade privada e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Que devido a inúmeras lutas conseguiram assentar diversas famílias. Hoje, a barrinha encontra-se praticamente isolada; figurando um cenário de grandes proprietários por um lado e o MST por outro, sem ter como expandir-se. As grandes empresas concentradas na região realizaram grandes compras de lotes de terra para expansão do comércio, tendo foco o agronegócio como fonte de renda. Devido a essa intensificação do agronegócio, as poucas famílias que ainda detinham terras,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



praticamente as venderam todas, gerando uma inchação e migração da população para a zona urbana. Em função disso, a agricultura familiar que era grande fonte de renda para a comunidade praticamente está extinta.

O agronegócio juntamente com outras empresas de outros ramos, permeiam todos os cantos da barrinha. Não obstante, das poucas terras que ainda restam para sua expansão, pertencem a pequenas famílias, que dia-após-dia estão sendo dissipadas e compradas pelos grandes proprietários.

Na maioria dos casos a única saída para o enfrentamento de tais problemas tem sido a migração campo-cidade devido a incansável luta contra as privações, a pobreza, a fome e a falta de terras e de perspectivas de vida no campo. Eles vêm nas cidades uma alternativa para solucionar seus problemas, e quando chegam alojam-se nas periferias dos grandes centros, onde vende a sua força de trabalho e tornam-se ainda mais “escravos” do sistema capitalista. Por outro lado podemos vê o Estado, que levou para o campo o latifúndio, o grileiro, o empresário. Neste caso, a terra que é condição de subsistência e vida para o camponês, passa a ser mercadoria de quem é proprietário que visa somente o dinheiro, o lucro e tudo que dela pode retirar.

3. A EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE

Em 1970, o prefeito Raimundo Soares criou a 1ª Escola, chamada Manoel Assis, assumindo e reafirmando um compromisso de sua campanha para com a comunidade. Anos mais tarde em 2002 o estabelecimento de ensino foi reformado e ampliado, com um novo nome: Escola Municipal sindicalista Antônio Inácio, tendo em vista que em Mossoró já existia uma escola com o mesmo nome. Além do Antônio Inácio, a barrinha conta hoje também com uma UEI- Unidade de Educação Infantil Alvorecer, localizada a poucos metros da escola.

Nesse contexto também surgiram os primeiros professores da comunidade: Janete P. Silva, Severina Leocádia Gadelha e Maria Piauí, que utilizavam como ferramenta de trabalho o método tradicional, onde o professor era a autoridade máxima de ensino e o aluno apenas obedecia, um verdadeiro monólogo, onde o professor



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



tornava-se o ator e os alunos a plateia. É pertinente dizer que nesta época o Brasil passava por um período de recessão, onde a educação era vista com “maus olhos”, momento da ditadura militar, em que o ensino baseava-se em poucas disciplinas no rol da grade curricular, existiam apenas: história do Brasil, geografia do Brasil, português, matemática e ciências. É mister dizer também que na educação infantil tinha apenas a Carta de ABC e a cartilha, não existia a pré-escola nem tão pouco a creche. As crianças entravam logo no 1º ano, onde permaneciam até o 5º ano. Logo mais tarde evoluíam para o 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ginásio. Chegando ao 5º ano, faziam o exame de admissão, onde já estavam aptos a ensinar a educação infantil.

É lícito afirmar que naquela época as pessoas tornavam-se professores na zona rural por conhecimento, sabedoria e não por ter cursado uma universidade. É claro que essa era a realidade da zona rural e não dos grandes centros urbanos. Outra característica marcante desse período era à entrada do alunado na escola; que se dava por meio de uma lista, uma relação de alunos era realizada na própria comunidade, onde o diretor e seus funcionários saíam casa por casa, recolhendo os nomes e dizendo qual dia iniciaria as aulas. Os alunos vinham de várias comunidades circunvizinhas para estudar na escola; nessa época também não existia ainda um transporte público motivo pelo qual tinham que vir a pé ou carroça, muito utilizado naquela época.

A relação comunidade/escola normalmente era distante da realidade que existe hoje, praticamente poucas pessoas tinham acesso à educação; sem contar com todo o percurso e sofrimento que enfrentavam para chegar ao ambiente escolar. Em função disso, sua permanência era mínima e a evasão era grande; poucos a frequentavam. Um fato curioso desse período era os conteúdos repassados para os alunos; eles não condiziam com sua realidade, nem tão poucos os aproximavam; eram métodos baseadas puramente na vida urbana e não no contexto social em que eles estavam inseridos. Paulo Freire na Pedagogia da autonomia adverte:

Outro saber necessário a prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir – a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso –, *é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando*. Do educando criança, jovem ou adulto. Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



implica igualmente que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir a afirmação várias vezes feita neste texto – o inacabamento de que nos tornamos consciente nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é só imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamos porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a *transgressão*. (FREIRE, 2014 p.58)

Nesta concepção podemos afirmar que a educação dos sujeitos do campo perpassa por processos de formação que traz consigo desde sua vida cotidiana até suas experiências e elas não podem ser rejeitadas por quem quer que seja. Os conteúdos, a dinâmica do ensino deve respeitar também as vivências dos sujeitos. Paulo Freire nos traz esta vivência de que o professor/educador não pode “fechar os olhos”, e desrespeitar a vida e a trajetória do educando nem tão pouco ironizar o aluno. Deve sim assumir uma postura ética diante do mesmo.

Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Neste sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade mas não é uma virtude. Não podemos aceita-la. (FREIRE, 2014, p.19)

Esta educação tem como seu ponto de partida a convicção de que o educando já tem um saber, seja ele parcial ou fragmentado e que o educador precisa fazer as reflexões sobre o que ele sabe e anexar o teórico a prática, tanto a sua prática como educador, tanto orientando a prática do educando, gerando aí a Práxis e a libertação dos sujeitos como cita Freire (1987) “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Figura 2 e 3 – Escola Municipal Sindicalista Antônio Inácio (Esquerda) e UEI- Unidade de Educação Infantil Alvorecer (Direita).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Fonte: Foto concedida pela Escola Sindicalista e pela Unidade de Educação Infantil Alvorecer.

3.1 - A EDUCAÇÃO E O CAMPO, UM REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Em nosso ordenamento jurídico a educação apresenta-se como dever: direito do cidadão e dever do Estado. Tal direito encontra-se expresso na nossa Constituição Federal em seu artigo 205:

Art.205 - “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, In: VADE MECUM, p.69)

Nesse sentido configura-se também como direito social, quando já anunciada no artigo 6º da mesma Constituição. Daí surge como Obrigação do Estado à garantia e a efetivação desse direito. Tal efetivação engloba todos os princípios, regras da administração pública até as diretrizes que regem os currículos da educação escolar. Isso permite afirmar que se tratando de direito reconhecido, é preciso que seja



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



garantido, e para isto é necessário que cada ambiente escolar rural/urbano esteja cercado de condições para o real desenvolvimento educacional.

Discorrer sobre a educação do campo, levando em consideração a comunidade Barrinha, sobre a ótica da nossa Constituição Federal; é antes de tudo o reconhecimento de um direito. Entretanto, o que se observa geralmente é que a educação do campo é descontextualizada, com uma metodologia voltada para o modo de vida urbano, longe de sua realidade. Parece claro afirmar que atualmente existe uma só educação, mas duas vertentes, em que se consagra a educação urbana; e que por outro lado, em penitência temos a educação rural. Sendo que a cultura, a história e todo o repertório existente do homem do campo não são considerados nesta metodologia de ensino, postulando um verdadeiro distanciamento entre escola rural e escola urbana, criando-se uma imagem totalmente distorcida do homem do campo. Isto se justifica devido aos espaços escolares rurais do Brasil que foram criados tardiamente e sem apoio do Estado para que houvesse total desenvolvimento e que se alinhasse em igual padrão isonômico com as escolas urbanas.

Analisando historicamente podemos observar que nas primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de alguns, principalmente no meio rural. Vale ressaltar que até 1981, a educação rural sequer foi mencionada nos textos constitucionais e que a classe dominante, hegemônica da época sequer pensava nas escolas do campo. Face ao exposto Leite (1999), Arroyo, Caldart e Molina (2004) afirmam que, nos últimos períodos, últimas décadas do século XX, visualizamos uma instigante e maciça presença dos sujeitos do campo no cenário político e cultural do País, como por exemplo, os movimentos sociais do campo. Tais sujeitos figuram-se diferentes e exigem respeito. Denunciam arduamente o silenciamento e também o esquecimento por parte dos órgãos do governo e lutam por uma escola do campo que não seja apenas reflexo da escola urbana, nem tão pouco descontextualizada de sua realidade e, sim, uma escola que esteja atenta aos seus sujeitos específicos, o homem do campo. Outro aspecto importante é que a Educação do Campo não pode ser vista isolada e sem participação do movimento social que existe no campo. E podemos citar a Pedagogia da Alternância que é construída pelo movimento social e que através dela



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



entenderemos o processo educativo dos sujeitos do campo. Uma pedagogia que tem como foco não o cientificismo das estruturas de educação, mas sim a pedagogia do fazer, dos gestos, numa construção coletiva. Uma das principais características do movimento social é a sua linguagem que fala por meio de gestos de rituais, da mística. Para Arroyo (1999, p.09):

(...) Os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores. (ARROYO, 1999 p.09)

Podemos observar neste sentido que é através dos movimentos sociais, há um movimento pedagógico de renovação e de propostas que sejam dos povos indígenas, sejam dos sem terra ou dos pescadores etc. A educação destes sujeitos dá-se a partir do contexto social em que fazem parte, numa relação dialética mundo rural, mundo real e contexto ideal, uma utopia sonhada pelos movimentos sociais. Em suma percebe-se que os movimentos sociais são além de educativos são também valores, pois visa uma nova noção de cidadania, uma nova cultura.

Em linhas gerais podemos sintetizar cinco princípios básicos que abordam o real papel da escola e de sua transformação tão esperada. A primeira está ligada a três compromissos básicos que a educação deve ter: um compromisso ético/moral como dizia Paulo Freire; o compromisso de poder intervir nos projetos regionais e nacionais; e o compromisso com o resgate cultural, com a cultura com a memória. A segunda transformação é com relação à gestão escolar, com a democratização do espaço da escola, com a participação ativa da comunidade. A terceira é a educação popular, onde está deve estar diretamente ligada no processo de ensino aprendizagem. A quarta é a dos currículos escolares, que deve adaptar-se a realidade que o cerca. E por último e não menos importante a transformação dos educadores e educadoras das escolas do campo que devem sempre ter como princípio a ação-reflexão em suas práticas, reconhecendo sempre o homem do campo como sujeito.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



4. RESULTADOS A PARTIR DA REALIDADE ATUAL DA COMUNIDADE

A comunidade barrinha em linhas gerais encontra-se num verdadeiro combate contra as drogas, sendo foco constantemente de casos relacionados ao tema, que por sua vez culminam em homicídios. Segundo dados da 2º DP de Mossoró (Delegacia de Polícia), na pessoa de Dr. Rafael Arraes, delegado, que responde pelos casos concentrados naquela região. Em 2013, segundo ele, foram registrados 2 (dois) homicídios, e já em 2014 também foram registrados mais 2 (dois), todos relacionados às drogas.

Por outro lado a barrinha comparada com os altos índices de criminalidade e de homicídios registrados em Mossoró, ainda mantém-se calma e tranquila. Não obstante faz-se necessário frisar que estes elevados dados de crimes da região, dão-se devido ao forte crescimento industrial, bem como também pela comunidade encontrar-se numa rodovia que liga Mossoró/Baraúnas. Observando que nos fins de semana, a criminalidade acentua-se, pois essa área torna-se fluxo tanto de quem vem de Mossoró como de quem vai para Baraúnas, sendo uma rota, um ponto de encontro para festas, bebidas, drogas e crime; sem contar com os conflitos de gangues que aproveitam os finais de semana para trocarem tiros, balas; fazerem pequenos furtos e roubos, assustando assim os moradores da comunidade.

De modo similar, também há os que aproveitam os locais ociosos da comunidade para usarem drogas, se prostituírem e reunirem-se para as práticas delituosas, exemplo disso é o Conselho Comunitário. Atualmente essa região conta com este Conselho Comunitário que está desativado, abandonado, já há mais de anos; encontrando-se ocioso, servindo apenas de palco para o uso de drogas e crimes, onde as pessoas não fazem uso do espaço. Convém ressaltar que os espaços de socialização da comunidade resumem-se apenas a uma pequena praça e um Conselho Comunitário, que se encontram em condições precárias. Não havendo para os jovens e adolescentes espaços de debates, de lazer, de humanização; a não ser a escola existente na comunidade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Pensar numa perspectiva libertadora, numa autonomia para os jovens e adolescentes em que sua maioria envolve-se no ilícito e no crime, é refletir sobre estratégias e dinâmicas que possam desviar o foco destes jovens, tornando-os sujeitos de sua própria vida, desvelando seu imenso valor como ser humano, oportunizando e engrandecendo suas qualidades, fazendo-os sujeitos críticos de suas próprias ações e das ações do mundo que o cercam.

5. CONCLUSÃO

A educação do campo deve se propor em primeiro lugar a realidade ao qual o homem do campo esta inserida. Sendo contextualizada e vivenciada com seu modo de vida. Resgatando suas referências, sua cultura local; devendo ser colocada em foco principal dos debates educacionais que visem discutir políticas públicas voltadas para o campo. Em última análise, necessário se faz, não só um olhar voltado para a zona rural, mas também é preciso que o homem do campo se reconheça e participe plenamente desse processo de mudança. Já que a educação do campo abarca todas as áreas do conhecimento, ela também se traduz em saúde, lazer, esporte, agricultura familiar, enfim, tudo começa e termina na educação do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Educação Básica e Movimentos Sociais**. IN: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 15-52, 1999.

ARROYO, Miguel; Caldart, Roseli salete; Molina, Mônica Castagna (Orgs.) **Por uma educação do campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONSTITUIÇÃO, Brasil (1988). 2. **Emenda Constitucional, Brasil**. 3. Revisão Constitucional, Brasil. I. Título, Senado Federal, Brasília, 2004.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dados Polulacionais: Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 11 de agosto de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire** – 49ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. 2. Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, B. D. de S.; MENEZES , M. P. (Orgs.). **Epistemologia do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Francisco Fausto de Souza. **História de Mossoró**. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1995. (Coleção Mossoroense, série “C”, v. 857).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Maria Roseane Galvão da Silva¹

Maria Fernanda dos Santos Alencar²

Resumo: Este trabalho busca apresentar a literatura como instrumento de luta e resistência das comunidades Quilombolas. Compreendemos que a história é narrada de várias maneiras, seja na qualidade de quem as viveu e conseqüentemente ainda vive, seja na qualidade de quem as relata. Este trabalho é uma síntese de um dos capítulos da monografia apresentada como requisito de conclusão de curso - TCC, Curso de Licenciatura em Pedagogia (2018.1), do Núcleo de Formação Docente-Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA).

Palavra-chave: Quilombo; Literatura. Luta e resistência

Introdução

A literatura é o meio pelo qual muitos quilombolas estão contando suas histórias, mostrando suas próprias versões do que aconteceu e acontece no Brasil. Essas narrativas, escritas por mulheres e homens quilombolas, nos informam sobre sua identidade e seus territórios, como sujeitos que se autoidentificam como remanescentes de quilombo e que buscam reconhecimento como tal. "A literatura, como toda forma de arte, inspira, expira, transpira, pensa e representa as diversas realidades políticas, sociais e históricas no seio das quais é produzida." (BRANDÃO 2002, p. 237).

Nesse caminho, compreendemos que a literatura vem contribuindo para o processo de revelação das memórias silenciadas das histórias da população quilombola, marginalizada em seu processo de formação cidadã e de identidade. Dentre os materiais

¹ Pedagoga pela UFPE/CAA. Membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Participante da pesquisa do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude. Convenio UFPE/CAA e Fundação Joaquim Nabuco. (2016-2018). Membro do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Formação em Educação do Campo (NUPEFEC/UFPE/CAA) Email. anny.galvao21@gmail.com

² Profa. Orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia- NFD/CAA/UFPE e do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste -CCSA/UFPE. Líder do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Coordenadora/orientadora do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude. Membro da Diretoria do Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisas. E-mail: Fernanda.alencar@ufpe.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



localizamos o “Cordel Quilombola”, de Cárliston Galdino (2011); “Quilombolas. A Revolta dos Escravos”, de J. Victor (s/d); e o livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”, no qual localizamos o poema “Ser Quilombola”, de Santana (2016).

Esses materiais nos situam das marcas deixadas sobre o processo de escravidão no Brasil, o preconceito e a discriminação racial; e nos faz conhecer sobre as comunidades quilombolas, as várias transformações e reformulações das leis, dos termos, significação e sentido de ser quilombola e estar numa comunidade quilombola; além da luta para se alcançar o lugar de direito na história. Portanto, este trabalho tem como objeto apontar a literatura como instrumento de luta e resistência das comunidades Quilombolas.

Esse caminho da escrita literária vem contribuir, conforme expõe Zilberman e Magalhães (1982, p. 13), para a formação de um ser crítico, podendo auxiliar na compreensão da realidade em que nos inserimos. Neste sentido, a literatura é considerada por esses autores como um instrumento emancipatório, relacionando-a, como texto literário à humanização do ser.

A emancipação, considerando o sentido freireano, ocorre no processo de desenvolvimento da compreensão de ser situado e localizado no mundo, por meio do conhecimento que possibilita refletir a sociedade e suas contradições. Assim, a literatura pode possibilitar essa relação entre a abstração do mundo pelo olhar do poeta, do cantor, do cordelista procurando desenvolver uma “[...] compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. (Freire, 2006, p. 11).

1 Quilombos, Quilombolas e Educação Quilombola na literatura

A palavra Quilombo foi ressignificada através do tempo, sendo inicialmente e quase exclusivamente usada pelos historiadores que consideraram quilombo lugar de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



escravos fugidos (definição do período colonial), assim como também se destaca no cordel de Galdino (2011, s/p)

Começaram a se juntar
Todo negro fugitivo
Numa vila independente
Para se manterem vivos
Quilombos eram chamados
Esses lugares criados
A esperança dos cativos

O cordel é uma importante arte brasileira (literatura popular) que retrata os saberes, memória e história do povo. “Arte popular é aquela produzida e vivenciada pela classe trabalhadora, por grupos sociais (menos favorecidos) e étnicos, e compõem um espaço de sociabilidade que constitui a identidade dessas classes e desses grupos” (DCE 2008, p.59 *apud* VALENDOLF & TOSCAN, 2013).

O cordel de J. Victor (S/d)³ apresenta o quilombo como local de acolhimento dos oprimidos⁴, narra como surgiram os quilombos e o porquê do seu surgimento. Quilombo passou a ser o lugar daqueles que queria mais do que era posto a eles.

Sem haver segregação,
Acolhiam os oprimidos;
Negro, mestiço ou branco
E todos os foragidos
Aumentavam os quilombos
E ficavam agradecidos
[...]
Os quilombolas deixaram
Para esta grande nação
Uma semente de força,
Também de elucidação,
De valentia e bravura,
Clamando libertação
(J,Victor, s/d)

³ Quilombo. A Revolta dos Escravos. Disponível em: <http://www.ablc.com.br/quilombolas-a-revolta-dos-escravos/>

⁴ Para Freire (1987), somente há a transformação de uma relação de opressão, quando o oprimido percebe-se oprimido e busca sua libertação.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



J. Victor (s/d) traz à tona, por meio de uma literatura que expressa os saberes populares, a compreensão de uma outra concepção de quilombo; assim como também observamos no Cordel de Galdino (2011) em que advinda da expressão “novos quilombos”, entendendo-a como de novos territórios de vida e de direito, mas também apresenta insatisfação e preocupação pela dificuldade imposta pelo Governo no reconhecimento do território quilombola quando o autor faz alusão ao “Aceite” e à condição para o reconhecimento das terras “É enorme o tormento/ Pra ter reconhecimento/ De uma terra desse jeito”.

...
É nesses "novos quilombos"
"Aceitos" pelo Estado
Que vivem os quilombolas
Mantendo vivo o passado
A cultura e o restante
Tudo aquilo que é importante
Não dá pra deixar de lado

Mesmo a constituição
Reconhecendo o direito
Dessas tais comunidades
Nem tudo saiu perfeito
É enorme o tormento
Pra ter reconhecimento
De uma terra desse jeito

Ainda são poucos terrenos
Que estão legalizados
Esse "aceite" do Governo
Não é fácil nem folgado
De todas as formas, tentam
Mas tanto problema enfrentam
É um fim de mundo danado

Em seu Cordel, Galdino (2011) destaca o quilombo como lugar de cultura, de riqueza onde se mantém vivo quem são e de onde vieram, pois ainda escutamos muitos estereótipos como “negros escravos”. J. Victor também vem mostrar que não são apenas pessoas que foram escravizadas e fugiram, mais aqueles do qual originamos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A raça humana foi
Do continente africano
Originária primeiro,
Disso ninguém tem engano;
Seu sangue corre nas veias
De qualquer um ser humano.

O europeu na ganância,
Saiu do seu continente
Escravizando os povos,
Se achando inteligente,
Ignorando que os negros
Foram a origem da gente

Há ainda a falta de informação sobre os processos para se dar o reconhecimento de ser comunidade quilombola ou ser cidadãos quilombolas; há uma luta não só por reconhecimento, por seu lugar de direito. Um grande exemplo disso está no livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares” (2016)⁵ que traz, em seus poemas, palavras de reflexão para aqueles ainda não declarados

Às vezes inconscientemente vamos dar a oportunidade de outras pessoas dizerem quem somos, então, meu caro, se auto-reconheça e mostre que não serão eles que irão te definir, diga em alto e bom som que “SOU QUILOMBOLA” e essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica. (SANTANA, Katiane Dionízio. Poema “Ser Quilombola”, 2016, p. 66)

Para Fabiani (2005, p. 390), os quilombos expressam novos significados mesmo que os mesmos “tenham um conteúdo histórico, sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos”. Neste sentido, expõe que as áreas quilombolas “consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (p.390).

⁵ Este livro nos informa sobre a identidade e o território quilombola do Estado de Tocantins. Formado por 17 poemas, escritos por membros das 12 comunidades Quilombolas do Estado. As narrativas foram escritas por homens e mulheres quilombolas que são membros de comunidades que se auto-identificam como quilombolas e buscam reconhecimento como tal.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Falar de quilombo é algo muito subjetivo porque estamos tratando de diversas comunidades com processos históricos, culturais e geográficos diferentes que tende a gerar, no seio de suas formações, uma identidade única que se apropria da sua ancestralidade e a partir dela se ressemantiza.

A ressemantização do termo quilombo implica no abandono do significado atribuído no período colonial, quando se atribuía a ideia de isolamento, fuga e resistência. Passando a ter o significado de direito.

Pouco a pouco foi chegando
A liberdade sonhada
Mas para isso foi preciso
Muita luta e muita estrada
Muito sangue correu o chão
Muitos mortos sem caixão
A disputa foi pesada

leis foram surgindo
Em auxílio àquela gente
Foi a Lei do Ventre Livre
E outras vinham mais à frente
Mesmo sendo complicado
Cobrar que fosse aplicado
O que a Lei diz tão solene

A Lei Áurea foi, por fim
A que abriu portas no céu
Lhes dando a liberdade
Tudo justo no papel
Decreta com precisão
O final da escravidão
Pela Princesa Isabel

Podemos nos interrogar: por que as comunidades quilombolas não se legitimam? Algumas das explicações, considerando as leituras realizadas, são em consequências de manobras burocráticas que dificultam o reconhecimento dessas comunidades; com exigências que não levam em consideração o quilombo não ser apenas um lugar geográfico; mas um território de direitos e cidadania, com sujeitos que lutam para terem reconhecimento. Infelizmente, há uma manobra de invisibilidade dos sujeitos e de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



seus direitos mediante essas comunidades, negando informações e conhecimentos que impossibilitam uma autoafirmação de ser quilombola.

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p. 349).

Para a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a relação de pertencimento se estrutura na construção de identidade fundada no território e nos critérios político-organizativos. Só é possível a resistência e defesa do território através da organização das comunidades quilombolas. Esse processo de territorialização está relacionada à organização social.

A perspectiva identitária tem íntima relação com a noção de territorialidade. As Comunidades Quilombolas são circunscritas e estabelecem íntima relação territorial com seus territórios, denominados de diversas formas tais como terras de preto, mocambo. Essa perspectiva territorial é conceituada como o espaço territorial passado pelas várias gerações sem a adoção do procedimento formal de partilha, e sem que haja posse individualizada. (CONAQ)⁶

A luta dos quilombolas fez surgir e fortalecer organizações representativas das comunidades quilombolas para melhor atender as especificidades/reivindicações da população há tanto tempo negligenciada.

O poema “ Lágrima de Preta”, de António Gedeão (citado por Miranda, 2004), traz para reflexão a perspectiva que somos iguais.

Encontrei uma preta
Que estava a chorar,
Pedi-lhe uma lágrima
Para analisar.

⁶ Texto “Terra e Território”, disponível em <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>. Acesso em 18 de junho de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Recolhi a lágrima
Com todo o cuidado
Num tubo de ensaio
Bem esterilizado.

Olhei-a de um lado,
Do outro e de frente:
Tinha um ar de gota
Muito transparente.

Mandei vir os ácidos,
As bases e os sais,
As drogas usadas
Em casos que tais.

Ensaiei a frio,
Experimentei ao lume,
De todas às vezes
Deu-me o que é de costume:

Nem sinais de negro,
Nem vestígios de ódio.
Água (quase tudo)
E cloreto de sódio.

Somos iguais, a Carta Magna – Constituição brasileira, já o diz. Entretanto, sabemos que nas relações de poder instituídas, a cor, a cultura, a classe social ainda são determinantes do valor social que cada um tem e detém na sociedade. As comunidades quilombolas foram e ainda são negadas, silenciadas, esquecidas e não contadas nos censos escolares e populacional. Hoje, ganha visibilidade e busca a igualdade de direitos e de vida.

Considerações Finais

Este texto traz um extrato da discussão presente no Trabalho de Conclusão de Curso sob título “Formação da Identidade Docente na Perspectiva da Educação Escolar Quilombola: por uma escola diferenciada”, apresentada no curso de Pedagogia da UFPE/CAA. Aqui aponta a importância da literatura como instrumento de luta e



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



resistência das comunidades Quilombolas no processo de reflexão de sua história, memórias, cultura, saberes e processos de opressão e desumanização.

Paulo Freire, em suas obras, trata da condição dos oprimidos e dos seus processos de desumanização, de seres menos; mas também nos oferece condições de, por meio da reflexão da situação de seres à margem dos direitos humanos, pensar em uma possibilidade concreta de, por meio do conhecimento de quem somos e de nossas histórias, termos condições de sermos mais, como seres de direito.

É essa perspectiva que a população quilombola, na afirmação de sua identidade, de suas histórias, de seus saberes, gritam em seus poemas e em seus cânticos “SOU QUILOMBOLA” e essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica. (SANTANA, Katiane Dionízio. Poema “Ser Quilombola”, 2016, p. 66).

Referencias

BRANDÃO, Izabel (Org.). Um olhar sobre os 'olhares'. Maceió: Edições Catavento, 2001. 204 p.

CONAQ. Terra e Território, disponível em <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>. Acesso em 18 de junho de 2018.

FIABANI, Adelmir. Mato Palhoça e Pilão. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

GALDINO, Cárliston. Cordel Quilombola 2011. Disponível em <http://www.carlistongaldino.com.br/>. Acesso em 01 de março de 2018

Freire, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. (Org.). Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares. Palmas: Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 2016. Disponível em: <http://ww2.defensoria.to.gov.br/documento/20751/download> . Acessado em 01 de junho de 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: ffile:///C:/Users/Adilson%20J%C3%BAnior/Downloads/Vol_iv_N2_333-354.pdf acessado em 01 de junho de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



MIRANDA, Filipa Bizerro. Educação intercultural e formação de professores. Porto Editora, LDA. Mundo dos saberes 35 – Portugal. 2004.

QUILOMBOLAS. A REVOLTA DOS ESCRAVOS. Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Projeto: J. Victor e Paula Schuabb. Redesign: Daniel Nogueira. Atualização: Cardivandro Soares e Luana Costa. Acesso em 17-08-2018 Disponível em: <http://www.ablc.com.br/quilombolas-a-revolta-dos-escravos/>

VALENDOLF, Eduarda Caroline; Toscan, Márcia. Algumas Considerações sobre a Importância do Cordel para a Cultura e Arte Brasileira. Revista Educação, Artes e Inclusão Volume 7, número 1, Ano 2013.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. Literatura infantil: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1982.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A PROBLEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA “ESCRAVO, NEM PENSAR” NA PERSPECTIVA FREIRIANA

OLIVEIRA, Jôyara Maria Silva de¹

ANJOS, Hildete Pereira dos²

SILVA, Moisés Pereira³

Resumo

O trabalho analisa, a partir da teoria freiriana, o livro de apoio didático do programa “Escravo, nem pensar”. O programa, criado pela ONG Repórter Brasil, atua nas escolas públicas com o objetivo de combater e prevenir o trabalho escravo contemporâneo a partir da educação. Relacionando o modo de organização do livro com os princípios propostos na obra freiriana, percebe-se que a proposta do Programa “Escravo, nem pensar” apresenta-se como possibilidade de educação emancipadora, com base na relação dialógica.

Palavras-chave: Teoria freiriana. Formação de professores. Escravidão contemporânea.

Introdução

Educar para a libertação é muito significativo numa proposta de formação para o enfrentamento ao trabalho escravo. Nesse sentido, tão importante quanto a produção de conhecimento sobre o trabalho escravo são as discussões de práticas educativas significativas dentro do espaço escolar rompendo com o modelo de educação tradicional e desenvolvendo uma educação que venha a contribuir para a formação da consciência crítica. Essa é proposta do programa “Escravo, nem pensar” (doravante ENP) desenvolver conhecimento crítico a partir da realidade dos sujeitos para o enfrentamento e prevenção ao trabalho escravo contemporâneo.

O “Escravo, nem pensar” é um programa que atua nas escolas públicas com o objetivo de combater e prevenir o trabalho escravo contemporâneo a partir da educação. Foi criado em 2004 pela ONG Repórter Brasil e atua no município de Marabá (Pará)

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/ UNIFESSPA. Instituição de fomento: CAPES. E-mail: joyaraoliveira@unifesspa.edu.br.

² Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/ UNIFESSPA. E-mail: anjoshildete@unifesspa.edu.br.

³ Doutor em História Social. Professor da Seduc-PA e professor licenciado da Universidade Estadual de Goiás, UEG. E-mail: mosico100@gmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



desde 2007. O foco do programa é a formação de professores para atuar nas escolas com o tema da escravidão contemporânea, relacionando com os conteúdos curriculares e em conformidade com a realidade da comunidade escolar. O programa parte do princípio de que é possível combater a escravidão contemporânea a partir de uma educação pautada na sensibilização e conhecimento crítico. Para isso, o programa dispõe de uma metodologia específica pautada em determinadas categorias: construção coletiva; participação e o diálogo; contextualização da realidade e valorização da autonomia dos sujeitos. Essas categorias são também aspectos que estão presentes na teoria do conhecimento desenvolvida por Paulo Freire, conhecida também como pedagogia libertadora (GADOTTI, 1996). Além da formação e o desenvolvimento de oficinas, o ENP também disponibiliza material de apoio didático para auxiliar o professor a desenvolver projetos na sala de aula sobre a temática da escravidão. Para esse artigo apresentam-se os aspectos metodológicos do programa e se realiza uma análise da estrutura da segunda edição do livro “Escravo, nem pensar! Uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade (REPÓRTER BRASIL, 2012)”, investigando na organização desse livro conceitos próprios da teoria freiriana: tema gerador; professor pesquisador; educação como ato político; problematização; diálogo e rigorosidade metódica.

Aspectos metodológicos

Esse trabalho compõe parte de uma pesquisa de mestrado, que está em andamento, a qual tem como objetivo geral analisar a partir da execução do programa ENP na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Paulo Freire, em Marabá (Pará), as relações entre a pedagogia libertadora e a metodologia do Programa ENP. Para tanto, está sendo realizada uma pesquisa de estudo de caso que tem como locus a escola de Ensino Médio Professor Paulo Freire, localizada na cidade de Marabá (Pará). Considera-se que a escola Paulo Freire, devido a sua história de lutas – uma escola criada a partir da iniciativa da própria comunidade, que preocupada com a educação de suas crianças lutou pela criação da escola pública no seu bairro – indica condições favoráveis para a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



proposta metodológica do ENP, uma vez que a própria escola assume serem adeptos da teoria freiriana.

Para tanto, nesse artigo serão discutidos os aspectos metodológicos do programa e análise bibliográfica do livro de apoio didático destinado aos professores em formação, discutindo como os conceitos freirianos estão inseridos na proposta de educação do programa e na construção do livro.

O pensamento freiriano

Paulo Freire é um educador brasileiro reconhecido internacionalmente pela sua teoria do conhecimento, faz uma crítica a educação brasileira denominada por ele de “educação bancária” e propõem a discutir outras formas de se pensar a educação. Deixou um grande legado espalhado pelo mundo: seu nome está vinculado a várias universidades internacionais e universidades brasileiras. Recebeu várias homenagens e prêmios. Em 2012, o educador e filósofo Paulo Freire foi nomeado Patrono da Educação Brasileira. Aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer e trabalhar junto com ele, o descrevem como uma pessoa muito humana, que amava a vida e as coisas do mundo (VENTURI, 2006).

Na sua filosofia de educação, Freire vê o ser humano como um ser curioso, um ser inacabado e inconcluso que está sempre a procura do saber. A curiosidade é uma categoria fundamental presente nos princípios da teoria de Paulo Freire. De acordo com ele, é da natureza humana a curiosidade, e é essa curiosidade que faz o educando aprender, a conhecer as incertezas e o significado das coisas próximas da sua realidade (GADOTTI, 1996). Os seres humanos são sujeitos de ligação, conectados com o mundo, compartilhando o mundo com o outro, e este mundo está em constante transformação. Sendo assim, o ser humano está em constante processo de evolução e transformação, por isso que são seres inconclusos e inacabados. Daí que Paulo Freire (2011) diz que a grande vocação do ser humano é a humanização, o ser mais, que quando é negada, a luta do oprimido é restabelecer a sua humanidade, sua liberdade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dentro de uma educação libertadora, esse processo de humanização se dá através do diálogo e da conscientização, em que os sujeitos partem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, restabelecendo uma relação entre os homens e homens, homens e mulheres e esses como o mundo.

Freire acredita que para uma educação libertadora é necessário o diálogo como sendo a essência da educação, em que educador e educando se educam juntos, conectados com o mundo. Na educação dialógica deve ser superado a contradição educador-educando, na qual o professor comunica e o educando recebe a comunicação e a decora. Na concepção de educação dialógica o educador não deve tratar da realidade como algo parado, um recorte de uma determinada situação e nem trabalhar temas distante da realidade de seus alunos. O educador ao invés de forçar a memorização de teorias críticas pelo educando, poderia, através do diálogo, problematizar a contradição presente na relação opressor-oprimido e assim realizar uma reflexão na prática. “Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 2011, p. 43). Aqui Paulo Freire desenvolve a questão fundamental da sua concepção de educação: a liberdade-libertação. A educação tem como objetivo a libertação da realidade opressiva, buscando transformá-la e lutando para melhorar a realidade dos oprimidos para que esses se reconheçam como sujeitos da sua história. (GADOTTI, 1996).

Análise do livro de apoio didático do programa “Escravo, nem pensar”.

A escravidão contemporânea está disseminada em todos os lugares do mundo e tem como um dos seus principais motivos as desigualdades sociais e a condição de extrema pobreza em que várias pessoas vivem. Nessa situação o escravista tem total controle do trabalhador, com fins lucrativos (BALES, 2001). O trabalho escravo contemporâneo é um negócio rentável uma vez que o escravista não tem muitos gastos com sua produção, pois esse não arca com as despesas salariais do trabalhador. Pensando nesse problema, a ONG Repórter Brasil cria o programa ENP com objetivo de conscientizar e combater as práticas escravistas através da educação, desenvolvendo conhecimento e levando



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



informação para as escolas públicas do Brasil a fim de alcançar um maior número de pessoas.

Os pressupostos teórico-metodológicos do processo formativo do programa ENP são inspirados na perspectiva da educação popular. Embora existam outros aspectos da educação popular na proposta do ENP, a base da proposta de formação do Programa são os pressupostos metodológicos: construção coletiva; participação e o diálogo; contextualização da realidade e valorização da autonomia dos sujeitos.

Primeiramente, compreendemos que todo indivíduo é provido de saber, o qual deve ser valorizado, seja ele formal ou informal. Sendo assim, o conhecimento só pode ser construído de forma efetiva, se essa *construção for coletiva*, partindo de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Logo, a *participação* e o *diálogo* são centrais nesse processo; ambos são instrumentos didáticos que permitem a troca de saberes. Além disso, o conhecimento deve ser contextualizado na *realidade* local. Outro pressuposto fundamental é a *valorização da autonomia* dos sujeitos. Entendemos que os participantes da formação devem se colocar como sujeitos do processo educativo, durante a formação e em suas escolas. Sendo assim, apresentamos propostas de abordagens dos conteúdos, de discussões e didáticas específicas para que sejam incorporadas, reproduzidas ou transformadas pelos participantes de acordo com a sua experiência e o contexto local. É importante ressaltar que um de nossos pressupostos é também a utilização de materiais didáticos simples, de fácil acesso e triviais ao ambiente escolar, o que colabora para essa apropriação e adaptação da metodologia utilizada na formação para a sala de aula (REPÓRTER BRASIL. s/d, p. 08).

Sobre a “construção coletiva” o programa considera que todo indivíduo possui um saber e que esse saber deve ser valorizado. O que importa aqui é o mundo do sujeito do conhecimento que é, em si, objeto de conhecimento. É a ideia de que “na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração” (FREIRE, 2005, p. 191). A construção do conhecimento deixa de ser um ato mecânico para tornar-se uma prática democrática de construção coletiva do saber, o que só é possível numa perspectiva dialógica de relação humana. Sobre o assunto, Freire (2005) defende que, para a concretização de uma relação dialógica, é necessária a superação do autoritarismo de quem é dono de um saber, sobre quem não sabe e deve receber esse saber. Diferentemente da relação anti-dialógica, que é autoritária e instrumentalizadora, a prática dialógica parte da problematização dos contextos de vida



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



dos sujeitos, sendo o diálogo o “encontro dos homens para ser mais” (FREIRE, 2005. p. 94). Dessa forma, a construção do conhecimento é um processo “participativo e dialógico”.

Considerando-se que o objetivo fundamental do Programa é a prevenção ao trabalho escravo nada mais apropriado do que a “contextualização da realidade” social dos alunos, elemento enfatizado no material do ENP. Reconhece-se a importância da vida, do trabalho, da cultura, enfim, das possibilidades de reconhecimento, pelos alunos, dos mecanismos e das estratégias utilizadas por aqueles que se beneficiam do trabalho escravo. Disso decorre outra consequência, a “valorização da autonomia dos sujeitos”. É possível que qualquer indivíduo diga ou escreva alguma coisa sobre o trabalho escravo, mas somente o sujeito, no mundo que constitui sua realidade, pode fazer uso desse saber que, por isso, precisa ter significados para si. A autonomia, no entanto, não é pensada apenas do ponto de vista dos sujeitos vulneráveis ao trabalho escravo, mas, e isso também é importante, enquanto perspectiva do trabalho docente. Nesse caso, os participantes da formação devem ter a autonomia para modificar a metodologia, os instrumentos didáticos ou as propostas de abordagem dos conteúdos de acordo com a realidade da escola ou comunidade em que atuam. Dessa forma, levando em consideração os pressupostos metodológicos do programa ENP, parece cabível uma reflexão mais detalhada sobre a relação dos princípios fundamentais da teoria freiriana com a metodologia do ENP. Destacam-se agora, alguns conceitos freirianos que tem relação com os pressupostos metodológicos do ENP e que estão presentes no livro “Escravo, nem pensar! Uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade (REPÓRTER BRASIL, 2012)”, destinados para os professores em formação: educação como ato político, pesquisa, rigorosidade metódica, problematização, diálogo e tema gerador.

Um dos aspectos presente na teoria de Paulo Freire é a “educação como um ato político”, para o autor não existe educação neutra. O livro de apoio didático possui um discurso político muito forte a favor dos trabalhadores, das pessoas escravizadas, dos povos indígenas e dos movimentos sociais. Além de denunciar os problemas ambientais, os impactos ambientais causados pelo agrotóxico, os problemas de saúde,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



danos ambientais causados pela mineração e as siderúrgicas, a concentração de terra e os empregadores que utilizam da mão- de- obra escrava onde se tem pessoas da própria política partidária envolvidas.

O trabalho é peça fundamental na vida dos direitos humanos. Vimos neste capítulo que diversos direitos e conquistas de melhores condições de trabalho foram fruto da luta e da organização dos trabalhadores. Para aprofundar esse debate, você pode sugerir ao grupo que pesquise a história das conquistas dos direitos dos trabalhadores (REPÓRTER BRASIL, 2012.p. 20).

No primeiro capítulo do livro trata sobre questões relacionadas ao direito e o trabalho. O ENP se propõe a discutir o que é o trabalho humano e os direitos trabalhistas, destacando a luta dos trabalhadores mobilizados em sindicatos e associações, organizando greves e paralisações pela conquista de direitos trabalhistas.

[...] Em Piquiá de Baixo, localidade de Açailândia onde moram 300 famílias, nada menos do que 65,2% das pessoas sofrem com problemas respiratórios. No assentamento Califórnia, comunidade de 268 famílias da região, mais da metade dos habitantes (52,1%) possui estado de saúde ruim, ou muito ruim. Ao mesmo tempo, apenas no primeiro trimestre de 2011, a Vale registrou lucro de 11, 291 bilhões. Passando trinta anos da implantação do Programa Grande Carajás, o Maranhão, um dos Estados atingidos pela sua atividade, não vive o mesmo progresso da [empresa] Vale (REPÓRTER BRASIL, 2012.p. 1001).

Já o capítulo seis, discute a questão ambiental com relação ao trabalho escravo contemporâneo, trazendo alguns recortes de reportagem que mostram os danos ambientais que são causados pela produção de soja, eucalipto, cana de açúcar (atividades que em sua maioria tem uma relação direta com o trabalho escravo) e os danos causados na saúde dos moradores pelas siderúrgicas, fazendo questionamento a respeito da contradição existente, de um lado uma grande empresa que explora recursos naturais de uma população e tem altos lucros anuais e do outro essa mesma população sofre com problemas de saúde causados pela própria empresa. Dessa forma, ou o educador desenvolve uma educação a serviço do opressor, ou ele defende uma educação para a liberdade do oprimido.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Esse problema de ensinar ou de educar é fundamental e que, sem dúvida, relaciona-se ao que dizíamos antes: posições políticas bem determinadas em um mundo hierarquizado no qual os que detêm o poder detêm o saber, e ao professor a sociedade uma parte e do poder. Este é um dos caminhos de reprodução da sociedade (FREIRE, 2011.p. 67).

Paulo Freire afirma que não há como escapar do caráter político da educação, mesmo quando o educador diz ter uma prática neutra, apenas pedagógica e que não se envolve com questões políticas, esse já está assumindo uma posição política. A posição de manter as relações de poder ao invés de denunciar as suas contradições.

No tópico denominado “pesquisa” há, além do material de consulta, a indicação de leituras para os professores; sob o título de “mais dicas” sugere aos participantes dos cursos referenciais para o conhecimento teórico da temática do trabalho escravo, conforme abaixo:

MAIS DICAS

- VÍDEOS
- **APRISIONADOS POR PROMESSAS 2006,17 MIN)-DOCUMENTÁRIO** *produzido por Comissão Pastoral da Terra, Centro pela Justiça e o Direito Internacional e Witness.*
- **NAS TERRAS DO BEM-VIRÁ (2007, 110 MIN) – DOCUMENTÁRIO** *Direção de Alexandre Rampazzo.*
- **À SOMBRA DE UM DELÍRIO VERDE (2011, 30 MIN) – DOCUMENTÁRIO** *Direção de Na Baccaert, Cristiano Navarro e Nicolas Muñoz.*
- SITES
- Programa de rádio “Vozes da liberdade”: www.reporterbrasil.org.br/vozes
- Agência de Notícias da Repórter Brasil: www.reporterbrasil.org.br
- Comissão Pastoral da Terra: www.cptnacional.org.br
- Organização Internacional do Trabalho: www.oit.org.br
- LIVROS
- **Vidas Roubadas – Escravidão e morte na Amazônia** *Binka Le Breton (Loyola, 2002).*
- **Pisando fora da Própria sombra – A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo** *Ricardo Rezende (Civilização Brasileira, 2004).*
- **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão** *Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (ÉTICA, 2011).*



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



- **Almanaque do alfabetizador MEC/OIT/ Repórter Brasil (2009).** (REPÓRTER BRASIL, 2012,p. 48).

A existência de um tópico como “pesquisa”, no livro didático, é o pressuposto de competência científica do professor e de possibilidade de conhecimento formal do mundo da parte do aluno. São atitudes necessárias. O reconhecimento do contexto de vida do aluno faz-se, sobretudo, a partir de uma compreensão crítica desse contexto, no que é fundamental, por exemplo, a habilidade de ler. Paulo Freire defende que a pesquisa deve ser uma prática cotidiana do professor, o professor deve se perceber como um pesquisador, deve sempre questionar, indagar constatar e pesquisar para conhecer o que ainda não conhece (FREIRE, 1996). O programa ENP pressupõe conhecimento teórico sobre o trabalho escravo da parte dos professores envolvidos no programa, para o que é imprescindível o processo de pesquisa.

A “rigoriedade metódica”, no horizonte da proposta do programa é fundamental para que se possam distinguir as questões relacionadas ao trabalho escravo, inclusive casos de trabalho escravo, de noções gerais fundadas no senso comum. Há no material de apoio didático disponibilizado pelo Repórter Brasil esforço para que o professor, pelo estudo do tema, possa desenvolver a competência e possa formar competências que sejam capazes de ler casos de trabalho escravo na prática cotidiana das pessoas objeto da formação, inclusive partindo da realidade de vida destes trabalhadores. No material de apoio, sob o título de “Mão na massa”, os organizadores do material formativo propõem atividades que, organizadas pelo educador, possam ajudar o aluno a relacionar o conceito de trabalho escravo com a vida prática.

Solicite aos alunos e alunas que escrevam um texto narrativo, como lição de casa, sobre a vida de um trabalhador que tenha sido explorado como mão de obra escrava. Se houver algum trabalhador na comunidade que tenha sido submetido ao trabalho escravo, você pode convidá-lo para dar um depoimento (REPÓRTER BRASIL, 2012,p.47).

A “rigoriedade metódica” não tem a ver com o tratamento que se dá ao objeto ou os conteúdos, aquilo que Freire chama de discurso bancário, mas com a relação que



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



deve ser feita entre os conteúdos com o cotidiano, desenvolver conhecimento que estão conectados com o concreto (FREIRE, 1996). O livro do ENP discute as formas de escravização do trabalho a partir de textos e documentos. Nessa atividade, com a orientação do educador, o educando poderá identificar na sua realidade cotidiana as características do trabalho escravo. A atividade também procura objetivar o problema, condição necessária para o seu enfrentamento.

A “problematização” é outro elemento central da formação. Há duas estratégias no material formativo. No primeiro caso, há indagações que podem ser respondidas pelos alunos. A natureza dessas indagações é produzir uma reflexão sobre o cotidiano de vida e trabalho das pessoas participantes do processo formativo. Outra perspectiva é a utilização de iconografia que acompanhada de indagação ou não, também contribui para a constituição de um momento reflexivo sobre a temática. O objetivo é que os sujeitos possam reconhecer seus contextos de vida e de trabalho e que possa, mesmo quando ele próprio não é afetado, reconhecer os elementos práticos da escravidão contemporânea.

Ainda existe trabalho escravo no Brasil?(REPÓRTER BRASIL, 2012.p. 22).

PARA REFLETIR

- Quais são as principais características do trabalhador que pode ser escravizado?
- Pelo perfil dos trabalhadores, você consegue imaginar as condições em que vivem em seus locais de origem? (REPÓRTER BRASIL, 2012.p.23).

Na “problematização” deve-se sempre questionar e refletir sobre os temas tratados. Esses questionamentos vão ter como resultado uma relação dialógica entre educador e educando (FREIRE, 1996). A problematização é um dos princípios que Paulo Freire mais desenvolve na sua teoria, ele destaca a importância do educador em levantar indagações a respeito dos temas desenvolvidos na sala de aula. No primeiro questionamento, após tratar dos aspectos do conceito de trabalho escravo, o livro levanta o questionamento se ainda há no Brasil esse tipo de prática. Depois, no segundo questionamento o livro faz perguntas sobre o perfil das pessoas que são aliciadas para o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



trabalho escravo, oferecendo a possibilidade de educando e educador refletirem sobre a falta dos direitos humanos como uma das causas da continuação desse problema. A problematização só pode ser desenvolvida a partir uma relação dialógica entre educador e educando.

Paulo Freire considera que só há comunicação a partir do “diálogo” entre educador e educando, sendo que no diálogo: “O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve (FREIRE,1996. p.86).” Sobre o assunto, ao problematizar o tema da escravidão contemporânea, o livro do ENP desenvolve atividades para estimular o diálogo entre educador-educando.

Faça algumas perguntas ao grupo: Trabalho escravo realmente existe hoje em dia? Vocês têm notícia de algo desse tipo? Onde já ouviram falar sobre possíveis casos? Esse passo de diálogo expõe os conhecimentos que o grupo já possui sobre trabalho escravo, permitindo, aliás, perceber se o fato está de alguma forma presente na realidade local. Também vai mostrar o que as pessoas pensam sobre o problema. Caso o grupo mostre incerteza ou desconfiança em relação à questão, com o desenrolar da atividade poderemos trabalhar com muitos elementos novos, até então desconhecidos, que deverão contribuir para um novo olhar (ONG REPÓRTER BRASIL, 2012. p.46).

Para Freire uma educação dialógica deve ser construída a partir de uma comunicação em que educador e aluno vão se educando juntos (FREIRE, 2005).

E por fim, tratemos do “tema gerador”, que é constituído daquilo que é mais importante a um grupo social. Aquilo que, por sua gravidade, ou por sua importância na vida social, dá sentido ao ato educativo. Nesse caso, a temática da escravidão contemporânea é um tema gerador. Trata-se de um assunto relacionado com a realidade dos educandos das escolas pública do Brasil. Ligados ao trabalho escravo, existem subtemas que podem constituir temas geradores, como a questão agrária, os problemas ambientais, a migração e o tráfico de pessoas. Estes temas, inclusive o do trabalho escravo, no âmbito da escola, podem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar, com os conteúdos curriculares. Sobre o conceito do tema gerador Paulo Freire (2011.p. 103) afirma:



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Esta investigação implica, necessariamente, numa metodologia que não pode contradizer dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja, igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

Para Freire, o tema gerador não é um estudo do sujeito como se fosse um objeto de pesquisa e muito menos para comprovação de alguma hipótese, mas a investigação profunda dos temas e assuntos que fazem parte da realidade do sujeito, para serem problematizados na sala de aula. Para isso, é necessário que educador participe da vida do educando, conheça o contexto da comunidade e principalmente dialogue com ele.

Considerações Finais

O trabalho escravo contemporâneo é um problema histórico e social que deve ser debatido. Em vista da variedade de situações de trabalho escravo, independente da região e do tipo de atividade, a educação parece ser uma das ferramentas para a superação desse problema que feriu os direitos humanos.

Reconhece-se aqui, que embora a educação seja ferramenta importante, não se trata de qualquer modelo de educação. A educação tradicional, aquela identificada por Paulo Freire como educação bancária não tem condições de contribuir com a superação do trabalho escravo, porque é autoritária e negligente. Freire (1997) reconhece que a educação sozinha não é a solução para todos os problemas sociais. “É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa (FREIRE, 1997. p.21).” Nesse sentido, à medida que a proposta do Programa Escravo, nem pensar apresentam-se como possibilidade de educação emancipadora, que reconhece nos indivíduos o potencial para a construção de saberes e o seu contexto como objeto desses saberes, bem como a importância da relação dialógica como possibilidade de reconhecimento entre os sujeitos do processo educativo, avalia-se que há aí uma possibilidade efetiva de enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo com elementos da perspectiva freiriana de educação. A produção de conhecimento acerca desse tema possibilitará



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



exercícios de conscientização e sensibilização, para que o problema do trabalho escravo contemporâneo ganhe mais visibilidade na sociedade.

Referências

- BALES, Kevin. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**. Lisboa: Caminho, 2001.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, v 22, Ed. 51, 2011.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 47ª Ed. Editora: Paz e terra, 2005.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Política e educação**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. Cortez: Instituto Paulo Freire, Brasília, 1996.
- REPÓRTER BRASIL, **Escravo, nem pensar: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade**. 2ªEd. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.
- _____. **Metodologia Escravo, nem pensar!** Uma experiência de formação continuada para professores. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/1.-metodologia.pdf>. acessado em 15/21/2017.
- VENTURI, Toni. **Paulo Freire Contemporâneo**. Disponível em: www.tv escola.mec.gov.br em 22/10/2017.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



A RELAÇÃO ENTRE EDUCADOR, EDUCANDO E PRÁTICA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÕES DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NO PROJETO TARRALFAS

Heriberto Silva Nunes Bezerra¹

Jean Carlos Dias Ferreira²

Francinaide de Lima Silva Nascimento³

Resumo:

O trabalho evidencia a análise da relação educador-educando a partir da prática pedagógica do Projeto de Extensão “Tarralfas”, da Pró-reitoria de Extensão/PROEX-IFRN. Partimos de uma pesquisa qualitativa com a observação participante à uma comunidade de pescadores na Praia de Pirangi-RN e da ação dos agentes alfabetizadores. A *práxis* docente foi analisada à luz da obra de Paulo Freire. Evidenciamos que no processo de apreensão do saber e da cultura as práticas pedagógicas necessitam conduzir educador e educando à liberdade.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Projeto Tarralfas. Paulo Freire.

Introdução

Como educadores, sentimos diariamente as dificuldades enfrentadas pelos educandos no processo de aprendizagem. Desse modo, somos levados à reflexão das práticas pedagógicas adotadas em sala de aula e como se desenvolve a relação entre educador e educando.

Tendo em vista que segundo Freire (2005, p. 67) “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP-IFRN, possui licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em 2017. E-mail: herinunes2010@hotmail.com.

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional/PPGEP-IFRN, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007). Email: jeancdferreira@hotmail.com.

³ Doutora em Educação (UFRN). Professora de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mundo, com o mundo e com os outros”. Logo, compreendemos que esse conhecimento, mais do que apenas existir, deva ser significativo à vida dos educandos.

Destarte, nosso estudo parte das seguintes investigações: qual a importância da relação interativa-colaborativa entre educador, educando e práticas pedagógicas para a aprendizagem dos educandos? Como essa relação se desenvolve no Projeto “Tarralfas”⁴ na Praia de Pirangi, Natal-RN?

A partir desses questionamentos, definimos como objetivo de investigação estudar as contribuições da relação interativa-colaborativa entre educador-educando e práticas pedagógicas, sob o olhar de Paulo Freire. Buscamos também investigar as práticas pedagógicas presentes no projeto supracitado e a compreensão do uso dessa aprendizagem como possibilidade de melhorias à vida dos sujeitos envolvidos, a saber: os pescadores.

Acreditamos que essa pesquisa se justifica pela possibilidade de dialogar sobre aspectos educacionais, como a inter-relação dos sujeitos e das práticas educacionais, as quais compreendemos serem questões que podem colaborar na aprendizagem dos estudantes. Além de fornecer importantes reflexões ao fazer pedagógico. Acreditamos que esse estudo permite a divulgação das ações de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN/*Campus* Natal Central, em particular do projeto denominado “Tarralfas: alfabetização popular”.

Diante do exposto, o presente artigo encontra-se organizado em quatro seções. A primeira corresponde a essa breve introdução, com o intuito de nortear os leitores acerca das inquietações, objetivos e justificativas de pesquisa. Posteriormente, apresentamos a trajetória metodológica, seguido da discussão teórica e dos resultados da investigação. E, por fim, evidenciamos as considerações finais.

Metodologia: Caminhos da Pesquisa

Tendo estabelecido nossos objetivos e justificativas de pesquisa, nos questionamos qual seria a metodologia ideal para auxiliar nesta trajetória investigativa em busca de respostas às indagações mencionadas, na seção

⁴ O Projeto de Extensão “Tarralfas” é desenvolvido pelo Professor José Mateus do Nascimento no âmbito dos editais da PROEX-IFRN. Tem como inspiração para as ações o pensamento de Paulo Freire acerca da conscientização e faz alusão ao instrumento de pesca e ao processo de alfabetização.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



anterior. Logo, optamos por trabalhar com o método qualitativo, a fim de apreendermos a subjetividade do pensamento de Paulo Freire, presente em suas obras.

Para tanto, realizamos observações *in loco* nas ações do “Projeto Tarralfas: alfabetização popular”. Optamos pelos registros fotográficos antes, durante e posteriormente às ações. Também realizamos algumas conversas individuais a respeito do estilo de vida dos alunos pescadores como subsídios adicionais aos nossos registros científicos.

Por meio das falas do coordenador do projeto, dos professores alfabetizadores e dos alunos percebemos a pedagogia freireana em ação em diversos momentos. Seja por meio das palavras geradoras, das práticas ou das relações afetivas entre educadores e educandos, de modo que se tornou evidente que teoria e prática estavam em consonância naquele ambiente educacional.

Logo, durante esse estudo buscamos constantemente relacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas no projeto de extensão, com os ideais de Paulo Freire, seja em *Pedagogia do Oprimido* (2005) ou em *Pedagogia da Autonomia* (1996).

Portanto, nossa investigação desenvolveu-se por meio de uma visita realizada no dia 11 de junho de 2018, para observação participante nas ações do projeto já referido as quais ocorrem na Praia de Pirangi do Sul com um grupo de pescadores e donas de casas, estudantes de alfabetização do Projeto de Extensão “Tarralfas: alfabetização popular”.

Discussão e Resultados

O projeto analisado é respaldado pelos objetivos propostos da extensão quando se conceitua a um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a comunidade externa, levando em consideração a territorialidade. A extensão no IFRN tem ainda como diretrizes a disseminação de conhecimentos por meio de programas, projetos, cursos de extensão, internacionalização, promoção e participação em eventos para divulgação das ações institucionais, prestação de serviços à comunidade e relações com o mundo do trabalho. Essas ações devem envolver a comunidade externa e estar articuladas com o ensino e/ou pesquisa, contribuindo para o processo de formação do educando.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A proposta de extensão do IFRN está alicerçada em oito (08) áreas temáticas as quais citamos: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. Nosso trabalho pesquisado está inserido na área temática da Educação haja vista o processo de alfabetização freireano promovido com os participantes do projeto, situação identificada como necessidade da comunidade externa em estudo (IFRN, Resolução 35/2006).

As ações de extensão promovidas pelo IFRN são classificadas em sete (07) modalidades: Programas; Projetos; Cursos; Eventos; Atividades de Internacionalização; Prestação de Serviços; Visitas.

No momento vamos focalizar a modalidade “Projetos”, tendo em vista o formato de trabalho que foi analisado. Nesse aspecto de Projeto que trata de um conjunto de atividades contínuas, desenvolvidas por um período mínimo de três (03) meses, com objetivos específicos e prazo determinado, o qual pode ser vinculado ou não a um programa, envolvendo a participação de discentes e servidores para a sua execução, que reiteramos o papel imprescindível e atuante de nossa pesquisa.

Nessa direção, postulamos que o projeto é composto por 29 (vinte e nove) membros sendo 07 (sete) servidores entre professores e técnicos administrativos e 22 (vinte e dois) são discentes dos Cursos de Licenciaturas de Física, Geografia e Matemática. A coordenação da ação de extensão é realizada pelo Professor Dr. José Mateus do Nascimento e acompanhado pela Servidora Técnica Administrativa, Maria Soares de Macedo, Coordenadora de Extensão do IFRN-*Campus* Natal Central.

O projeto denominado “Tarralfas” nasceu de uma necessidade de um Sargento da Marinha, que trabalhava com os pescadores da região e requeria um mínimo de alfabetização deles. Dessa forma, o referido profissional acionou a Coordenadora de Extensão do IFRN-*Campus* Natal Central, que tomou as devidas providências para submeter o projeto. O cognome “Tarralfas” é oriundo de uma fusão entre a palavra ‘tarralfa’, um instrumento dos pescadores, e a palavra ‘alfabetização’, tarra+alfa formando “tarralfas”. O espaço das aulas também foi uma cessão da Marinha, mas adiantamos que o local é bem limitado de estrutura, dispondo de chão batido, mesas e cadeiras improvisadas, quadro branco pequeno; em dias de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



chuva apresenta goteiras e a claridade solar é bem forte em dias ensolarados. Vale salientar que alguns materiais para a realização do projeto foram doados por uma empresa por meio de sua política de responsabilidade social.

Nessa segunda edição, o projeto objetiva continuar instaurando experiências de educação popular, buscando ações de pós-alfabetização na perspectiva do letramento e da leitura de mundo desses sujeitos. As práticas de pós-alfabetização são fundamentadas nos pressupostos de Paulo Freire que defende a emancipação das pessoas pela democratização da apropriação dos bens históricos e culturais acumulados pela humanidade, dentre os quais a apropriação e o desenvolvimento da leitura e da escrita apresenta-se como patrimônio imaterial e elemento de empoderamento no processo de humanização e inclusão social (FREIRE, 2005).

A metodologia empregada baseia-se nos pressupostos da educação popular, pautada nas práticas de leitura de mundo/realidade, dialogicidade, consciência política e valorização dos sujeitos, a cultura e as trajetórias de vida de cada um deles. Especificamente, os Agentes Alfabetizadores continuarão experienciando o diálogo com a comunidade onde moram os pescadores alfabetizados; ampliando o universo vocabular para a prática da textualização de frases; fazendo uso de diversidade de gêneros textuais nos círculos de leitura; preparando materiais didáticos para as oficinas de cordel; realizando os círculos de cultura para reflexão sobre temas geradores e escrita coletiva de textos; e, ainda, garantindo os espaços de socialização dos diferentes saberes. O projeto apresenta-se como ação de continuidade de uma proposta piloto que foi sucesso e trouxe significativas contribuições, tanto para a formação dos pescadores como para os educadores que participaram da intervenção socioeducativo cultural. Esta segunda fase, denominada de pós-alfabetização, intenciona consolidar o processo de letramento antes iniciado.

A ação atende ao que o IFRN apresenta como meta a inclusão social de comunidades tradicionais, a exemplo do grupo de 17 (dezesete) pescadores da Praia de Pirangi/RN que participaram da primeira etapa do projeto. Diante dos dados oficiais os quais apontarem a existência de 13 (treze) milhões de jovens e adultos brasileiros que ainda não sabem ler e escrever, situação que exige, urgentemente, dos órgãos de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



governo a proposição de ações permanentes de letramento desses sujeitos; por considerar a aquisição e o desenvolvimento da leitura e da escrita como um bem social e cultural, responsável pelo processo de humanização, na perspectiva do “ser mais” freireano.

Destarte, identificamos no projeto traços dos pensamentos de Paulo Freire, em especial com sua célebre obra *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Pedagogia do Oprimido* (2005), nas quais o autor infere que educar não é treinar indivíduos para o desempenho de atividades e sim criar possibilidades para que estes possam construir o conhecimento, utilizando-o à vida.

Outrossim, Freire (1996) destaca que essa atividade educativa é fruto da constante prática com os educandos, podendo ser comparada a metáfora do jovem cozinheiro, o qual inicialmente tende a cometer erros ao reproduzir uma receita. Todavia, com as falhas cometidas adquire experiências e aprimora habilidades, além disso, desenvolve seus aspectos emocionais, como confiança e autocontrole, os quais fundamentais êxito profissional.

Freire (1996, p. 23) destaca que "desde os começos do processo, vai ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado". É neste sentido que compreendemos que ensinar não é transferir conhecimentos, mas uma ação em que educando e educador constroem o conhecimento, compartilham experiências por meio das atividades colaborativas e interativas.

Desse modo, a aprendizagem não pode ser interpretada como um ato de “doar” ou “passar” conhecimentos, pois os alunos não são recipientes vazios, os quais os professores depositam os saberes, denominada pelo referido educador como “Educação Bancária”. Acerca desse aspecto, Freire (2005) complementa que:

O educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação. (FREIRE, 2005, p. 66).

Todavia, essa concepção educacional deve ser rejeitada pelos educadores, pois compreendemos que os educandos não são “tábuas rasas”. Esses trazem consigo conhecimentos adquiridos em suas experiências de vida, das relações sociais que estabelecem com familiares, amigos e comunidade.

Adiante, expomos algumas atividades desenvolvidas pelos educadores no Projeto “Tarralfas”, as quais associamos às teorias freireana, pois percebemos práticas integradoras, educativas e que promoviam a forte relação entre teoria e prática, ou seja, aprendizagem relacionada com a atividade pesqueira e doméstica.

Em um espaço cedido pela Marinha, educadores e educandos dividem o ambiente com lanchas e *jet skies* de luxos, sem muito conforto, cadeiras e mesas de plástico, um pequeno quadro-branco e o chão molhado. É sob essas condições que pescadores e donas de casa da Praia de Pirangi buscam a apreensão do conhecimento.

Apesar, das adversidades advindas da estrutura física apresentada, o esforço e a dedicação dos educadores e educandos são motivadores a aprendizagem. Percebemos *in loco*, que assim como Freire salientou, ocorre de fato aprendizagem entre ambos. De modo que, ambos aprendem com as experiências das donas de casa e dos pescadores, e esses aprendem com aqueles, as primeiras letras, operações básicas da matemática e em muitos dos casos, a escrever seu próprio nome. Os educadores, por seu turno, aprendem sobre como ter uma melhor *práxis*.

Observamos uma das atividades desenvolvidas no projeto. Essa atividade utilizou-se de palavras do cotidiano dos pescadores a fim de que esses pudessem construir em grupo a aprendizagem silábica

Ainda, percebemos que o educador faz a mediação das atividades e supre os prováveis questionamentos. Nessa atividade, os indivíduos formaram pequenos grupos, porém cada um continha a presença de um colaborador, o qual ajudaria os educandos. Após a organização dos grupos, esses deveriam utilizar as sílabas, disponibilizadas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



pelos educadores, para formar palavras correspondentes com as receitas sugeridas pelos grupos na aula anterior.

Eram essas: camarão no alho e óleo, moqueca de arraia, lagosta torrada, baião de dois, lagosta assada e arraia seca. Além de formar as palavras usando as sílabas, ao final da atividade, o grupo relataria aos demais o passo a passo de como preparar um dos pratos escolhidos. Logo, estaria assegurada a interatividade de todos os grupos e o compartilhamento da aprendizagem e da experiência.

Os alfabetizadores, como já mencionamos, são alunos dos Cursos de Licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-*Campus* Natal Central, e relataram que gostam do projeto, porque ele permite que pessoas que não puderam na juventude se alfabetizarem, retomem seus estudos, adquirindo assim, mais confiança e independência.

Além disso, os alfabetizadores complementaram que a experiência de participar do Projeto “Tarralfas” fomenta a sua formação docente, na medida em que, aprimoram competências pedagógicas, relacionam conceitos aprendidos em sala de aula com a realidade dos indivíduos, além de trabalharem seus aspectos emocionais, como timidez e insegurança ao falar em público.

Outrossim, evidenciamos que a prática pedagógica desenvolvida pelos educadores, como já mencionamos, tratou-se de atividade de construção silábica. Essa prática, era comumente praticada por Paulo Freire, o qual, utilizava de palavras como: enxada, tijolo, colheita e terra, para alfabetizar os sertanejos. Semelhantemente, percebemos que no Projeto “Tarralfas”, palavras como: peixe, lagosta, barco e panela são corriqueiras no processo de alfabetização desses educandos.

Constatamos, por meio da atividade, que a curiosidade e a criatividade dos educandos estiveram ativas durante todo o processo, sendo constantemente incentivadas pelos educadores. Freire (1996) infere que é necessário criar situações por meio de atividades que incitem a curiosidade, criatividade e o pensamento crítico, pois privar esses indivíduos desses aspectos cognitivos é amesquinhar o que há de mais belo no processo de aprendizagem dos saberes.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Logo, embasado no discurso de Paulo Freire na obra supracitada, pelas observações apreendidas *in loco* e relatos dos educadores e educandos percebemos a importância da relação de confiança e respeito entre esses indivíduos, de modo que, as práticas pedagógicas devem ser pensadas a fim de incentivar a criatividade e curiosidade do educando, relacionando o saber científico com as práticas do cotidiano.

Essa relação de aprendizagem significativa, encontra-se explícita na fala de um dos pescadores, o qual enfatizou que antes do projeto não sabia escrever o próprio nome, tinha dificuldades em realizar operações básicas da Matemática, necessárias em suas negociações com clientes, contudo, graças ao projeto conseguiu ter mais confiança e independência.

Desse modo, por meio trabalho coletivo, as práticas pedagógicas desenvolvidas no “Tarralfas” alcançaram seus objetivos, a saber: alfabetizar os pescadores e as donas de casa da Praia de Pirangi, permitindo que esses tornem-se sujeitos protagonistas da aprendizagem, conquistando maior autonomia.

Constatamos, também, que nosso estudo expõe como resultado a importância do trabalho colaborativo, interativo e de respeito aos saberes individuais. Além disso, na medida que estudamos e percebemos a Pedagogia da Autonomia e do Oprimido de Paulo Freire em ação no Projeto “Tarralfas”, ao sensibilizar em nós educadores/professores a oportunidade de aprender com o outro e interagir com os conhecimentos já construídos ou em processo. É a pedagogia da humanização, da empatia, da ação, da reflexão, do olhar do outro, da compreensão, do ouvir, do falar, da interação que nosso autor citado se pautava em seus livros e em seus discursos.

Conclusão

Por meio desse estudo, o qual relacionou reflexões de Paulo Freire com observações da prática pedagógica e depoimentos de participantes do Projeto “Tarralfas”, compreendemos que a relação entre educador, educando e práticas fomentam ao êxito a uma aprendizagem significativa.

De modo que, os sujeitos participantes dessa busca e construção do conhecimento sentem-se, por meio desse projeto, protagonistas desse processo educacional. O qual em seu primeiro ano, desenvolveu atividades que trabalhavam com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



a alfabetização/conscientização e que motivaram a continuação do projeto, sendo nesse ano planejadas práticas mais complexas.

Constatamos também que se espelhando no trabalho desenvolvido por Paulo Freire em Angicos-RN, o qual objetivava a alfabetização do homem sertanejo, sendo marca desse trabalho a recorrência às palavras do cotidiano desses indivíduos, o Projeto “Tarralfas” busca alfabetizar os pescadores e suas esposas, donas de casas, permitindo não apenas o conhecimento das letras, palavras ou números, mas sim a autonomia.

Por último, reafirmamos que, nosso trabalho de pesquisa investigativa proporcionou um resultado significativo à medida que estudamos e percebemos a *Pedagogia da Autonomia* e do *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire em ação, sensibilizando os educadores/professores uma oportunidade de aprender com o outro e interagir com os conhecimentos já construídos ou em processo. É a pedagogia da humanização, da empatia, da ação, da reflexão, do olhar do outro, da compreensão, do ouvir, do falar, da interação em que se pautava Paulo Freire e que inspira tantas práticas.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ARAGUAIA, NO CORAÇÃO DO BRASIL: EDUCAÇÃO POPULAR NO SERTÃO MATOGROSSENSE

Danilo Macruz Inácio

Mestrando na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

dmi8487@gmail.com

RESUMO

Neste artigo trago parte da minha pesquisa de mestrado onde resgato parte da história da região do Araguaia matogrossense, onde a partir de 1970 a presença da igreja católica, baseada na Teologia da Libertação, constrói vários movimentos de luta, de emancipação, de conscientização, sempre na perspectiva da educação popular. Casaldáliga chega à região e inicia uma grande movimentação, junto com sua equipe de agentes pastorais, além de sindicatos e outros movimentos sociais presentes, contra o domínio do latifúndio.

Palavras-chave: educação popular; Teologia da Libertação

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Padim Ciço, o sacerdote cearense do fim do séc. XIX pregava que nos fins dos tempos era para todos os povos irem em busca das *Bandeiras Verdes*. Essa profecia pontuava as terras do oeste como sendo territórios de abundância, fartura, onde se tem *de um tudo*, água, mata, comidas, e terras para plantar e alimentar as famílias.

Ocupação de territórios e as crenças populares levam retirantes nordestinos a se deslocarem para o Amazônia. Assim descreve Viera (2001):



Opressão e Libertação na Atualidade



A profecia das *Bandeiras Verdes* é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito a seus fiéis que no *fim dos tempos* deveriam *procurar as Bandeiras Verdes*, que foram identificadas com as *matas* amazônicas. A crença na profecia é compartilhada por camponeses nordestinos e do centro-oeste, tendo sido, para muitos, o elemento desencadeador da migração para a Amazônia. (VIEIRA, 2001, p.143)

A ocupação de não-indígenas no Araguaia também é proveniente desta crença nas bandeiras verdes, indo em busca da melhoria de vida para a família. Essa fartura é explicitada por Carvalho (2014):

A ideia de abundância, explícita no mito das "Bandeiras Verdes", recobre a ideia de que esse lugar ainda possui tudo em fartura: terras devolutas para abrigar a todos; terras de culturas e saúde; abundâncias de chuvas. Nesse sentido, as "Bandeiras Verdes" são "transfiguradas em fartura" no universo cultural do sertanejo. (CARVALHO, 2014, p.64)

A região do Araguaia passa por várias transformações, acompanhando os processos políticos no qual passa o país, tanto a política a nível nacional, como estadual e regional. As mudanças nos poderes atinge diretamente as estruturas hierárquicas que prevalecem no sertão do Mato Grosso. Região onde o que funciona é a lei da bala, o poder é explícito pelo dinheiro e pelo poderio bélico que os fazendeiros possuem.

Com todos esses processos de ocupações, primeiro com a chegada dos posseiros provenientes principalmente do nordeste e depois com a chegada de grandes empresas e latifundiários e mais tarde com a migração sulista, a população da região do Araguaia é resultado de uma cultura miscigenada que vai sendo construída com conflitos e disputas pela terra. Várias pessoas com diversas culturas distintas provenientes de seus estados, chegam na região, deixando suas raízes em busca de uma vida melhor para a família, um pedaço de chão para plantar e comer.

Já outros chegam com intenções capitalistas de domínio de grandes territórios para o gado, escravizando os trabalhadores do campo e oprimindo a sociedade com ameaças e impondo suas próprias leis.

Gentil nos apresenta uma parte deste processo da região.



Opressão e Libertação na Atualidade



A região do Médio Araguaia é efetivamente ocupada pelos não-índios, num primeiro momento, em sua maior parte, por pequenos produtores, lavradores ou criadores de gado, em sua maioria posseiros, cuja produção visa apenas a subsistência e que, durante muitos anos, disputaram a posse da terra com grandes latifundiários, ou melhor dizendo com representantes de grandes latifundiários, aqueles quase sempre ausentes e totalmente desconhecidos. A população é oriunda do nordeste e do norte do país e se deslocou para o Médio Araguaia em busca de “uma vida melhor”, de uma “terra onde criar os filhos”, com uma certa esperança de “futuro melhor”. Mais tarde vieram os sulistas através dos projetos de colonização, com sonhos semelhantes mas ações e relações diferenciadas, principalmente no que se refere à terra. (GENTIL, 2002, p. 48)

IGREJA DOS POBRES

A igreja católica presente na região do Araguaia teve papel importante nos processos de emancipação da comunidade, mostrando uma ação, a partir da década de 60, juntamente com os povos oprimidos no contexto do conflito agrário e da ditadura militar no Brasil, apresentando sujeitos e estratégias de lutas na busca por justiça.

Uma das figuras que lutou pela igualdade social no campo e também um expoente da Teologia da Libertação na América Latina é Dom Pedro Casaldáliga. De origem catalã, Pedro se dirige à região conflituosa do nordeste do estado do Mato Grosso para pôr em prática um de seus votos eclesiásticos, a luta ao lado dos pobres.

Casaldáliga escolhe São Félix do Araguaia-MT para fincar seu pé *descalço sobre a terra vermelha*¹. Esse município foi a primeira sede da Prelazia² de São Félix do Araguaia (PSFA), onde

¹ Título do livro de Escribano, que está nas referências.

² Prelazia é uma estrutura da igreja que abrange um território determinado, com certas peculiaridades e localizadas principalmente na Amazônia. Hoje a sede da Prelazia de São Félix encontra-se no município de Porto Alegre do Norte-MT, onde nasci.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Pedro foi consagrado como Bispo. Esta nova prelazia abrange uma grande região com muitos municípios e distritos mas com muita dificuldade de acesso.

Pedro, por ser um dos expoentes da Teologia da Libertação, foca as ações da prelazia nos fundamentos sociais da luta ao lado do povo. Como informa Camilo (2013):

Na Prelazia de São Félix do Araguaia destacou-se a figura de seu bispo, o espanhol Pedro Casaldáliga. Atraído ao Brasil pela possibilidade de uma ação pastoral na qual ele poderia se dedicar aos mais empobrecidos e motivado pelas transformações políticas em marcha na América Latina e os novos rumos que a IC estava tomando a partir do Concílio Vaticano II, Casaldáliga dedicou sua vida aos fiéis da região, denunciando os abusos aos direitos humanos e prestando apoio espiritual, mas também político e social. Assim é que vamos verificar como que dois dos pilares da teologia dos pobres – um institucional, da Prelazia com sua opção pelos pobres, e outro humano, na figura de Dom Pedro Casaldáliga, o qual simbolizou bem a ação pastoral concebida pela TL – reagiram às transformações dos últimos quarenta anos. (CAMILO, 2013, p.19)

À frente da prelazia, Pedro tenta buscar apoio, divulgando a realidade que se vivia na região, com os constantes massacres estabelecidos pelos opressores, que além de poder econômico, constituíam interferências no poder público local, regional e até nacional. Utilizando as ferramentas de bases que a igreja revolucionária possuía, conseguiu trazer para a região jovens, principalmente do sudeste brasileiro, para construir juntos processos de emancipação popular. Formando grupos de agentes pastorais em diversos municípios e distritos, que atuavam em alguns principais eixos: educação, saúde, política, pastoral, indígena, terra.

Os agentes pastorais eram tanto pessoas da região quanto pessoas provenientes de outros estados brasileiros e de outras classes sociais, como universitários, militantes, artistas, seminaristas, educadoras sociais, profissionais de saúde, que acreditavam em novas possibilidades de justiça social no campo.

Esses sujeitos, Dom Pedro e agentes sociais, nesse momento de conflito político mobilizaram estratégias de lutas como a criação das entidades: CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CIMI



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



(Conselho Indigenista Missionário). Além dessas entidades, foram importantes para ampliar o processo, as CEBs (Comunidades eclesiais de base).

A Comissão Pastoral da Terra surge com intuito de lutar lado a lado dos oprimidos em busca de uma justiça social, na tentativa de fortalecer o movimento que visa o trabalho na terra na perspectiva de agricultura de subsistência.

A CPT é uma importante entidade no processo de luta pela reforma agrária, que mesmo em momentos de censura e perseguição política conseguiu reconfigurar o contexto de repressão da população do Araguaia, indígenas, posseiros, peões. A CPT tem como um dos seus objetivos ser uma ferramenta de denúncia, proteção e apoio às populações oprimidas que passam pelo processo de conflito da terra.

Assim como a CPT, o CIMI também foi criado com intuito de fortalecer a causa indígena pela demarcação territorial. Criado em 1972, trabalha em consonância com os povos indígenas em prol da luta por seus direitos na sociedade brasileira. Uma das dinâmicas promovidas pelo CIMI articulavam assembleias indígenas para assegurar os seus direitos à diversidade cultural.

Nesta mesma perspectiva da luta pela terra, a prelazia utilizava das CEBs como ferramenta de ramificação dos processos de conscientização da opressão, por meio do trabalho de base.

As CEBs se ramificaram nos municípios e distritos que a prelazia abrangia, isso trazia um trabalho de base mais forte, onde se discutiam os problemas da comunidade, política, educação, saúde, latifúndios, opressão, além da parte litúrgica.

O trabalho nas bases construía a conscientização da opressão nas trabalhadoras do campo, que questionando o sistema em que estavam inseridas como funcionárias dos latifúndios, provocavam reações nos patrões. Os questionamentos e reflexão sobre os salários, a exploração, insalubridade, jornadas extensas, unem essas pessoas à esta igreja, que instauram tensionamentos que abalam a tranquilidade do capital.

Todas essas estratégias de luta supracitadas, utilizadas pela prelazia, foram baseadas na Teologia da Libertação que tem sua fundação após o Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado pelo Papa João XXIII. Este Concílio foi um marco dentro da Igreja Católica, pois inicia-se uma movimentação dentro desta instituição que tenta uma aproximação do evangelho, da teoria e da ação.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Uma das críticas desse Concílio era direcionada à distância entre a igreja e a realidade da população pobre, explorada, oprimida. E ao fato da igreja ainda possuir uma quantidade relevante de bens materiais, entrando em contradição com a luta contra o capitalismo, que provocou uma reação de vários bispos do mundo, principalmente na América Latina, além de teóricos afins, tais como: Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Leônidas Proaño, Dom Oscar Romero, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, Gustavo Gutiérrez, Marcelo Barros, Pablo Richard, Juan Luis Segundo, Segundo Galilea, Jon Sobrino, José Comblin, Hugo Assmann. Esses são alguns dos nomes fortes da Teologia da Libertação, alguns deles de origem européia, mas com expressão do seu trabalho de base realizado no continente.

A Teologia da Libertação gerou inquietações dentro da igreja católica o que leva ao afastamento de alguns, mas mesmo expulsos da igreja e sem a batina, seguem na luta, escrevendo e disseminando os fortes votos da igreja pelos pobres.

A Teologia da Libertação é percebida na construção de novas possibilidades que se configuram nas estratégias de lutas adotadas pelos sujeitos no contexto dos conflitos agrários na região do Araguaia. O empoderamento destes sujeitos pela conscientização, organização coletiva, processos de educação popular, podem ser considerados um enfrentamento à opressão.

O fato de se saberem explorados e se verem enquanto protagonistas pode ser considerado um processo de emancipação à opressão, resultando em terras reconhecidas, demarcação territorial, agricultura de subsistência, formação popular.

Assim, com reflexões socialistas e trabalhos de base, contra o latifúndio e o acúmulo de capital, segue a Prelazia de São Félix do Araguaia, em movimento conjunto com a população local e migrantes, além de jovens provenientes de outros estados brasileiros, fortalecendo as bases e os movimentos sociais que tensionam os latifundiários e o poder público.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular está intrinsecamente conectada aos processos formativos que foram realizados no Araguaia, desde a formação de educadoras como dos agentes pastorais, uma construção coletiva baseada na realidade local, realidade esta distante da realidade vivida por muitos destas agentes da teologia da libertação.

Torres (2002) nos coloca a perspectiva da educação popular:

La educación Popular surge de un análisis político y social de las condiciones de vida de los pobres y de sus problemas más visibles (malnutrición, desempleo, enfermedades), e intenta gestar el esclarecimiento, a nivel de la conciencia individual y colectiva, de estas condiciones. Basa sus prácticas educativas en experiencias colectivas e individuales, tomando muy en serio el conocimiento previo adquirido por las poblaciones, y trabaja en grupos más que sobre una base individual. El concepto de educación que estos proyectos ofrecen está íntimamente relacionado con habilidades o calificaciones concretas que se intenta enseñar a los pobres (por ejemplo la lectoescritura y la aritmética). Se busca inspirar en los participantes un sentido de orgullo, dignidad y confianza en sí mismos para que alcancen un nivel político y social de autonomía. (TORRES, 2002)

A educação popular segue as diretrizes de Freire (1968): “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores”, sendo que através disso conseguem ampliar sua visão de mundo, percebendo o papel importante de cada ser humano dentro de cada contexto, conseguindo erguer a cabeça diante dos opressores, não se sentindo inferiores a nada nem a ninguém.

Gentil (2002) nos coloca como a educação popular estava inserida no Araguaia para além da educação escolar:

De uma maneira arbitrária poderíamos demarcar três tempos de relações com a Educação na região: o primeiro, tomando de empréstimo o título da obra de Paulo Freire, “educação como prática para a liberdade”, a educação que se desenrola a partir e na militância, a educação sindical e a escolar misturando-se na busca de realizar o ato político de ler o mundo, nele se



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



posicionar e agir sobre ele (década de 1970). Época de inúmeros conflitos por causa da terra, de forte presença da Igreja Católica nos movimentos de lavradores, de organização popular. A escola é também palco de lutas porque espaço de organização social, que marca a presença e a possibilidade de permanência de um grupo em determinado lugar. Os professores eram selecionados a partir de critérios definidos pelas comunidades onde se localizavam as escolas e as possibilidades existentes, a formação institucional tinha peso muito relativo, o compromisso com a luta era determinante. Muitos agentes pastorais ligados à Igreja Católica assumiam a função de professores na região em questão, a Prelazia de São Félix do Araguaia. (GENTIL, 2002, p.51)

Percebemos neste trecho uma parte da relação existente entre a educação e os movimentos sociais e como que a formação de pessoas com pensamento crítico se dava na lida do dia-a-dia, para além da formação acadêmica-escolar. Agentes pastorais, posseiros, crianças, educadores, todos se envolviam com a construção coletiva, e nesta construção se percebia a importância da convivência, do diálogo.

Camargo (1992) nos coloca a importância do trabalho realizado no Araguaia, na perspectiva de educação popular onde se procura a emancipação cidadã dos sujeitos envolvidos, a crítica à realidade na construção coletiva para soluções concretas da opressão.

Assim, a partir da preocupação tanto com a valorização do conhecimento, do senso comum, como com a questão epistemológica, tendo como ponto de partida e de chegada o médio Araguaia, se justifica a necessidade de retomarmos o saber local de uma forma mais elaborada centrando a atenção no dominado. Uma vez que a crítica à ideologia deve procurar a conscientização dos agentes de transformação histórica, é importante levar em conta as condições efetivas para que eles possam compreendê-la. Nesta perspectiva, não se pode deixar de lado as manifestações e as formas de resistência que apresentam e as reelaborações que realizam a partir da ideologia dominante. (CAMARGO, 1992, p. 14)

A educação popular está presente nas ações dos movimentos sociais do Araguaia, tanto nos âmbitos escolares, como nas ações coletivas não-escolares. Formações que se inserem no campo da saúde, cultura, política, na tentativa de uma práxis coletiva, teoria e prática.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Os atores destas histórias são posseiras, principalmente provenientes do nordeste brasileiro, além de pessoas provenientes do sudeste, juntamente com pessoas locais, que transformaram-se se refazendo enquanto ser cidadão, como agentes pastorais, lideranças, educadoras, profissionais da saúde, agricultoras, lavradoras, pessoas do campo, unidas para modificar a realidade regional na qual estavam inseridas.

Conhecer a cultura local na qual estamos inseridos perpassa as ações da educação popular, pois é se conhecendo e conhecendo a realidade que conseguimos nos conscientizar da opressão que acontece neste universo.

Essa conscientização é colocada por Freire (1996) no livro *A importância do ato de ler*, trazendo a noção do homem novo e da mulher nova, que estão presentes após passarem por processos de educação popular.

Um das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. (FREIRE, 1996, p. 86)

A contribuição de Freire neste projeto é enorme, pois sua obra vem embasar a pesquisa, como embasou o planejamento de vários projetos do Araguaia. Sua prática foi aplicada no Araguaia em várias frentes, sem se limitar à escola. Isso demonstra a importância do autor para o campo, sempre em busca da emancipação dos seres humanos, na tentativa de erradicar a opressão, tornando cada uma agente da transformação de si e das outras ao seu redor.



Opressão e Libertação na Atualidade



Outra figura importante para a educação popular é Carlos Rodrigues Brandão, que assim como Freire, nos apresenta como a transformação é alcançada a partir da educação popular em várias áreas. No livro *Saber e ensinar* ele apresenta:

Em segundo lugar, como uma presença sistemática e assessora de práticas de organizações e movimentos de classe, a educação popular acompanha a dimensão e a direção de tais práticas, em cada situação concreta. Em boa medida, ela se realiza como um lugar crítico desde onde grupos comunitários e movimentos de classe refletem as suas próprias experiências, qualquer que seja o seu lugar social de aplicação. Este é o sentido de expressões como: “educação popular na área da saúde”; “uma experiência de educação popular através da capacitação de camponeses”; “as comunidades eclesiais de base são uma experiência de educação popular”. Isto porque uma situação sistemática, mas também muito dinâmica e diferenciada de encontro entre educadores e agentes populares, pode ocorrer em qualquer setor onde pessoas e grupos estejam se organizando, ou já estejam organizados, desenvolvendo uma prática própria: “de saúde”, “de educação”, “de organização local”, “de militância sindical”. Ali as pessoas vivem, na reflexão compartilhada do que fazem e na instrumentalização desta reflexão através da aquisição de um saber necessário, um momento de educação popular. (BRANDÃO, 1984, p. 74)

Nesta citação, podemos perceber uma semelhança com as ações de educação popular no Araguaia, quando diz que podem ser construídas em vários grupos, campos, saúde, sindicatos, organizações locais, exatamente o que ocorreu na região. A formação das pessoas as tornavam aptas para atuar em várias frentes, além de uma perspicácia para estar em grupos, ajudando na organização e construção dos debates políticos e críticos.

BIBLIOGRAFIA

BEISIEGEL, Celso Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo, Ed. Ática, 1982;

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1985;

_____. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006;



Opressão e Libertação na Atualidade



- _____. **Lutar com a palavra.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982;
- _____. **O ardil da ordem.** Campinas: Papyrus, 1983;
- _____. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984;
- _____. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985;
- _____. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular.** Campinas: Papyrus, 1984;
- CAMARGO, Dulce Maria Pompêo. **Mundos Entrecruzados Projeto Inajá: uma experiência com professores leigos no Médio Araguaia – MT (1987 – 1990).** 1992. 306f. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP: UNICAMP, 1992;
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A ação política da teologia da libertação hoje: estudo de caso da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT).** 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia/GO: UFG, 2013;
- CARVALHO, José Rodrigues de. **Território da religiosidade: fé, mobilidade e símbolos na construção do espaço sagrado da romaria do senhor do Bonfim em Araguacema, Tocantins.** 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014;
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Questão agrária, uma questão política.** Depoimento perante a CPI da terra. Brasília, 1977;
- _____. **Uma Igreja da amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.** Carta episcopal, 1971;
- ESCRIBANO, Francisc. **Descalço sobre a Terra Vermelha – a vida do bispo Casaldáliga,** Campinas, Editora Unicamp, 2014;
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 32ª ed., São Paulo: Cortez, 1996. - (Coleção questões d nossa época; v. 13;
- _____. **Extensão ou comunicação?.** 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- _____. **Pedagogia do Oprimido,** 42ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ESTUDOS & PESQUISAS
PERNAMBUCO-BRASIL

_____. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa.** Ed. Paz e Terra, coleção leitura. 1996, 7ª ed.

_____; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; CECCON, Claudius.

Vivendo e aprendendo: experiência do IDAC em educação popular. Ed. Brasiliense, São Paulo, 7ª ed., 1984

_____; FREIRE, Ana Maria Araújo (organização). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo, Ed. Unesp, 2000

-GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos A. (Orgs). **Educação popular – Utopia latinoamericana.** São Paulo: Cortez, 1994

_____. **Escola cidadã.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992

_____. **Escola vivida, escola projetada.** Campinas: Papyrus, 1992

_____. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar.** Petrópolis: Vozes, 1990

GENTIL, Heloisa Salles. **Formação docente – no balanço da rede entre políticas públicas e movimentos sociais.** 2002. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS: UFRGS, 2002

_____. **Identidades de professores e rede de significações – configurações que constituem o “nós, professores”.** 2005. 302f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS: UFRGS, 2005

TORRES, Carlos Alberto. **Grandezas y miserias de la educación latinoamericana del siglo veinte.** In: TORRES, Carlos Alberto (Coord.). Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. Argentina: CLACSO, 2002

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria - movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental.** 2001. 673f. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 2001



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



ASAS E RAIZES: O MST E O CULTIVO DO INÉDITO – VIÁVEL NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS.

Ernandes de Queiroz Pereira¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o cultivo do inédito – viável freireano pelos trabalhadores nas áreas de assentamentos rurais a partir de condição de assentados. Em especial, refletimos acerca do projeto de sociedade defendido pelo MST e de que forma a utopia revolucionária pode ser cultivada pelos trabalhadores que vivenciaram o processo de luta pela terra inspirados pelo legado freireano, como instrumento de formação crítica, de luta da classe popular e do cultivo do inédito – viável.

Palavras – chave: **Educação; inédito – viável; MST**

Introdução

A construção coletiva do conhecimento através da problematização do universo concreto, que tem como propósito um modo diferente de enxergar as dimensões da vida em sociedade diferente da lógica capitalista e construir caminhos de enfrentamento em direção à sociabilidade alternativa, encontra em Paulo Freire dimensões que orientam reflexões sobre o poder da classe dominante e possibilidades de enfrentamento.

Em Freire, encontramos a perspectiva norteadora de que é preciso rejeitar a orientação da prática dominante, mesmo que esta apresente características parecidas com os princípios da educação popular. Freire também chama a atenção sobre a importância de ser vigilante da própria prática, enfatizando o risco da incoerência e da reprodução burguesa. Assim, o educador popular deve reconhecer que a prática educativa não se realiza através do depósito de conteúdos, mas na ação dialógica em que o educador atua como facilitador de um fazer pedagógico que conduz continuamente a produção de conhecimento na relação entre conhecimento sistematizado e o conhecimento popular. A principal orientação teórica que caracteriza a educação popular se sustenta em ter a realidade como ponto de partida para o exercício pedagógico e para a produção de conhecimento.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Convém lembrar que a educação popular tem caráter intencional de formar criticamente para transformar, enquanto a educação burguesa defende princípios educativos para manter a estrutura social dominante. Como Freire já destacou, é impossível uma prática educativa neutra⁷. Trata-se de tomar partido, de assumir uma opção política. Esta escolha pode estar à serviço da manutenção, do ajustamento ao modelo de organização social, ou pode ser uma escolha que reconhece a dimensão histórica do homem como sujeito de transformação. O nosso pensamento e a nossa escolha política reside na preocupação em que se encontram os oprimidos do mundo e como criar estratégias para superar essa realidade perversa. Parece haver consenso entre os teóricos da educação popular, quanto à compreensão da educação como instrumento preponderante para se alcançar a consciência crítica e apontar pistas para outro modelo de sociedade. Diante do contexto, destacamos as contribuições da prática e da teoria de Paulo Freire como instrumento de formação crítica para o processo de libertação dos oprimidos, de modo que as inspirações de Paulo Freire ocupam espaço significativo na luta da classe popular, que busca nos seus referenciais tônica para a luta social. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os trabalhadores das áreas de assentamentos rurais cultivam o inédito – viável freireano a partir de condição de assentados.

O MST por outro mundo possível

As raízes da utopia revolucionária presentes no projeto de sociedade defendido pelo MST caminham na esteira freireana, gramsciana, e entre outros teóricos, reconhecendo que para materializar um projeto contra-hegemônico é preciso passar pela esfera econômica, mas também é preciso mudar o modo de pensar da classe popular. Isso pode se dar pelo fortalecimento da cultura da classe subalterna com a formação crítica para superar a visão de homem, de mundo e de sociedade imposta pela classe que tem o poder.

Assim como Freire e Gramsci, o MST defende que a inserção da classe popular como sujeito político na unidade entre teoria e prática é a base para reconstruir o saber capitalista e transformar num saber a serviço da classe popular. São princípios



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



educativos voltados para a formação permanente humanista e socialista/histórica, a qual exige:

Relação entre teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização; formação permanente dos educadores/educadoras; habilidade de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 2005, p. 164-165). No processo de atuação, o movimento tem demonstrado poder e habilidade política que lhe tem permitido construir alianças e articulações com outros movimentos, entidades organizadas da sociedade civil, dialogando com os complexos sistemas de relações da sociedade, conquistando importantes espaços na atual conjuntura política brasileira. Na análise de Caldart (2004, p. 347):

Trata-se de uma raiz que se multiplica em diversas raízes, e que por isso mesmo tem maior potencialidade de tornar-se projetiva, cultivando os pressentimentos de futuro. [...] um esforço (ação permanente) de manter cada pequena família sem-terra vinculada à grande família [...] de todo o país.

Neste sentido, os princípios declarados pelo próprio MST concebem que para cultivar o sonho de outro modelo de sociedade é preciso um permanente processo de busca, alimentado pelos sonhos e pela esperança. Assim, o movimento enfatiza a necessidade da formação cultural dos militantes, como estratégias de preparação para a luta, ao declarar que é absolutamente necessário: “Ter amor ao estudo, querer sempre aprender. Sempre perguntar. E desenvolver o hábito da leitura, cada militante deve ter o hábito de ler, pelo menos uma hora por dia” (MST, 2001, p. 123).

A perspectiva educativa do movimento propõe a combinação entre educação escolar e a construção de uma pedagogia que conscientiza e prepara para a ação política em busca de concretizar outro projeto social e histórico. Trata-se de conceber a educação para além das instituições de ensino, podendo ser experienciada em diversas esferas da sociedade civil. A educação não é sinônimo de escola. Ela é mais ampla por que diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. A escolarização é um compromisso fundamental nesse processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos esta é uma das lutas do MST (MST, 2001, p. 126)

A ação política, a luta social propriamente dita, deve estar articulada à uma prática educativa alicerçada nos interesses de classes. A perspectiva de construção de uma nova hegemonia explícita no projeto societário do MST se alimenta dos pressupostos de que a elevação cultural e a consequente superação do pensamento acrítico do povo vislumbra um horizonte para outro mundo possível.

Trata-se de pensar a educação a partir da realidade, com o objetivo de ampliar a luta para outras esferas da sociedade. Por isso, é uma educação pensada para a intervenção social, pois, o seu caráter classista se preocupa com a formação crítica de sujeitos históricos. Assim, para o MST, as práticas educativas se manifestam desde as experiências informais como organização, marchas e ocupações, de modo que são experiências que dão sentido pedagógico a luta social, como também a perspectiva da educação formal que se inicia na alfabetização, passando pela educação de jovens e adultos, educação profissionalizante, graduação, estendendo-se até a pós-graduação. Para o movimento: o processo de formação completa de um militante de uma organização social é muito mais complexo e abrangente. É certo que os cursos desempenham um papel importante. São neles que o indivíduo pode ter acesso ao conhecimento mais sistematizado e que contribui para sua disciplina coletiva, do debate das ideias com outros companheiros. Mas os cursos são apenas um aspecto complementar. São indispensáveis, mas não suficientes por si só. (MST, 2001, p.118).

Neste sentido, o movimento entende que a formação crítica é indispensável para garantir possibilidades de intervenção social. Por isso, além de outras reivindicações, a luta por educação pública e voltada para a classe popular aponta algumas conquistas significativas para os trabalhadores do campo, através da implementação de projetos e programas governamentais, voltados especificamente para essa parcela da população.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Como se vê, para o movimento, a formação cultural favorece a abertura de novos horizontes à medida que o processo formativo relaciona o problema da terra com outros desafios a serem enfrentados na sociedade. Além da preocupação com elaborações teóricas de interesse popular, os valores humanos, cultivados por um projeto de educação popular impulsiona a luta pela libertação das condições de opressão.

Esta possibilidade inspirada no pensamento Freireano não separa o conhecimento prático do processo de conhecimento teórico, uma vez que o mundo é apresentado como mediatizador do processo de formação da consciência ao ser problematizado, e não apenas comunicado, de maneira que a práxis social possibilita o conhecimento crítico do mundo a partir da ação dialógica para a sua transformação.

Os referenciais da educação popular levam-nos a realidade como ponto de partida e ponto de chegada para o processo de constituição da práxis social ensinam que a nossa voz ecoa de um determinado lugar. O contexto sócio/histórico em que se manifesta essa expressão representa o nível de relação e de comprometimento das próprias ações que revelam a opção ideológica e política adotada, apontando e construindo os caminhos do nosso papel na sociedade como sujeito histórico e ativo.

De certo, é possível afirmar que não se fala de um lugar localizado fora do cotidiano, mas sim, corroboramos com Marx ao argumentar que somos resultados das nossas condições materiais de existência. A apreensão consciente e crítica acerca da realidade possibilita imaginar e projetar caminhos alternativos para superar as condições de injustiças e de insatisfações presentes na vida dos povos. Neste sentido, compreender as causas que afligem os homens é fundamental para planejar ações com intencionalidades transformadoras. Com esta perspectiva, Wanderley entende o sentido de utópico como a tentativa de “compor os sonhos com asas e raízes, traduzindo o inédito viável freireano em todas as latitudes e longitudes, detectando os sinais do tempo, antecipando metas e caminhos (WANDERLEY, 2010, p.117). Portanto, a utopia anuncia outras possibilidades para o futuro como algo inédito hoje, mas viável para o amanhã. A perspectiva utópica impulsiona os homens a “ser mais”, a romper com o determinismo imposto pela classe dominante, com o conformismo e motiva os homens



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



a fazer história, como sujeito de reflexão e de ação. Para Coelho (1980, p. 11), “a imaginação utópica é uma função própria e consciente do homem, e não algo cujas manifestações caracterizam-se como alucinatórias, esporádicas e ocasionais”. Conscientizar-se das necessidades de mudanças implica na abertura de caminhos para denunciar e anunciar alternativas viáveis, cujo sentido se alicerça na luta pela materialização dos sonhos. Assim, ser utópico remete ao engajamento dos homens como sujeitos históricos que reflete sobre a realidade, denunciando e anunciando a abertura de novas veredas como metas antecipadas. São dimensões que partem dos anseios e desejos dos oprimidos, conscientes das necessidades de mudanças e empenhados em transformar situações injustas. Neste sentido, Coelho (1980) diz que a utopia não se contenta apenas com os sonhos, mas, sobretudo, “quer transformar em algo preciso, aspira ter o seu objeto numa proximidade imediata” (1980, p. 12). O ato de conhecer e propor alternativas consiste na formação política dos homens. Por isso, essa concepção utópica também é apresentada por Paulo Freire, que nos seus ensinamentos também diz que a “utopia exige conhecimento crítico”. Ele assevera que “não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço” (FREIRE, 2001, p. 34). Deste ponto de vista, a concretização do projeto utópico se faz na práxis, pois é na ação consciente sobre a realidade que é possível transformar. Assim Freire (2001, p. 32) assegura: “o anúncio não é anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto”. O homem cultivador de utopias é um sujeito de esperança, de criação e anunciador de alternativas, de modo que a utopia é uma projeção consciente da realidade, e, sobretudo, é luta permanente dos oprimidos pela sua libertação através da práxis. É uma perspectiva enfatizada por Freire como o ato de se conscientizar para assumir a condição de sujeito histórico. Conscientizar para transformar é uma alusão feita por Freire ao relacionar consciência crítica e utopia, entendendo que quanto maior o nível de consciência crítica mais preparados estão os homens para assumir o compromisso histórico no mundo. Freire (2001, p. 32) explica que:



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A conscientização está ligada a utopia. Implica em utopia. Quanto mais conscientes nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos, mas esta posição deve ser permanente. A unidade dialética entre a realidade e o desejo de mudanças é uma exigência utópica. A condição de inacabamento dos homens impulsiona o seu movimento no mundo. Mundo este, que precisa ser permanentemente investigado para ser transformado, pois, à medida que vão ocorrendo mudanças, novas opressões vão acontecendo, novas necessidades de mudanças vão surgindo e novas projeções vão sendo constituídas no processo de busca de novas realizações. O conceito de inédito viável forjado por Paulo Freire aponta como o dinamismo dos homens no mundo e com o mundo não estabelece conclusão nem definição, mas sim processos, nos quais os sonhos se tornam possíveis, realizando-se no movimento contínuo da vida. O inédito viável se traduz na relação da realidade projetada e a realidade vivida, avançando para além da subjetividade sonhada e tornando concreto o que antes era anteprojetado, num permanente movimento de anteprojeção e projeção do mundo. Ana Maria Freire (2010, p. 224) aponta que a palavra inédito viável forjada por Freire, “nos traz, sobretudo a esperança e o germe das transformações necessárias voltadas para um futuro mais humano e ético, para alcançarmos o destino ontológico da existência humana”. A percepção da realidade através da ótica do inédito viável, de modo que é um olhar consciente e crítico, possibilita perceber uma realidade marcada por opressões. Esta percepção crítica que alcançamos do mundo que temos e do mundo que queremos, confere aos homens responsabilidade histórica, assumindo sua vocação ontológica como sujeito de palavra-ação. Neste sentido Ana Maria Freire (2010, p. 225), comentando esta categoria freireana, assevera:

Quando os seres conscientes refletem e agem para derrubar as “situações limites” que os e as deixaram a si e a quase todos e todas limitados a ser menos o “inédito viável” não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inédito realizando os sonhos. As contribuições de Freire, coerentemente, enfatizam a impossibilidade de transformar o mundo sem sonhos, sem utopia e sem projeto, tão pouco será possível transformação sem luta incessante. Nesta esteira, caminham os



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



movimentos sociais protagonistas de lutas coletivas. Estes sujeitos em coletividade são cultivadores de utopias na medida em que estão empenhados nas lutas por justiça, igualdade, direitos, inclusão. São instâncias de organizações instrumentalizadas pelos princípios da educação popular e estrategicamente organizados em dimensões de interesses e de lutas que buscam concretizações em longo, médio e curto prazo. As reflexões aqui apresentadas fazem parte das nosso trabalho de doutorado em educação: currículo – PUCSP. Para a realização do trabalho, adotamos a pesquisa qualitativa através de entrevistas semi - estruturada e observação participante, realizada em duas áreas de assentamentos rurais, localizadas no Cariri Ocidental da Paraíba: Assentamento Zé Marcolino e Assentamento Mandacaru. Os sujeitos da pesquisa foram trabalhadores assentados que passaram pelo processo de luta pela terra nos acampamentos organizados pelo MST.

Indícios do Cultivo do Inédito – Viável nas Áreas de Assentamentos Rurais A formação dos assentamentos e a sua estrutura de organização com associações, grupos de famílias, escolas, mutirões representa um lugar de ações coletivas e pedagógicas, que exigem processos permanentes de reflexão, de reinvenção e de criação de mecanismos formativos a serem desenvolvidos nestes espaços coletivos como condição para consolidar ações concretadas na realidade. É preciso compreender os assentamentos como espaços educativos que aglomeram múltiplas possibilidades de formação ideológica e ação política, tratando-se de um ambiente em que novas ideias provenientes do conhecimento teórico-prático pode contribuir para melhorar as condições de vida e de trabalho e para a participação política na sociedade. Na perspectiva do MST, a luta pela terra implica na maneira de as famílias assentadas se mobilizarem e se organizarem para enfrentar os problemas internos dos assentamentos articulados com a luta que desafia as estruturas de poder e o atual modelo de organização social. Mobilizar e organizar assumem concepções diferentes, mas se completam, haja vista que mobilizar implica numa ação imediata e organizar exige permanente mobilização. Dessa maneira, a organização nos assentamentos exige exercício coletivo e pedagógico permanente, cuja motivação que mobiliza para a organização dos assentados representa um processo formativo oriundo das necessidades



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



imediatas dos trabalhadores, mas a concepção formativa de uma consciência nova para participar da luta também nas relações macroestruturais. O MST, ao conceber a dimensão política e revolucionária da luta, fundamentalmente entende o caráter educativo das ações políticas. Por isso, a luta não deve se limitar ao terreno das condições materiais de existência, mas pode e deve estimular o protagonismo do homem histórico, capaz de superar a visão do senso comum, elevando seu nível cultural como forma de atuar contra a dominação hegemônica. Negar a força das ideias da classe dominante nos assentamentos seria encarar a realidade com ingenuidade. As áreas de assentamentos rurais são terrenos férteis para experiências em educação popular com olhar crítico sobre a realidade, mas também são espaços propícios à reprodução da ideologia dominante. Neste sentido, o depoimento do morador do Assentamento Mandacaru explicita essa dimensão, reconhecendo a necessidade de aprender com as próprias experiências práticas como possibilidade de superação.

Não podemos deixar que as coisas fiquem só no papel, pois não vão significar nada se não levarmos para prática. E é isso que as pessoas precisam compreender e aprender que é praticando que se aprende, deixando o individualismo e a competição de lado e se propor a trabalhar mais em coletivo, até porque o individualismo não traz coisa boa para o assentamento. (Morador do Assentamento Mandacaru).

O processo construtivo da matriz pedagógica que defende relações de trabalho e sociais coletivas e que também propõe uma formação contra-hegemônica desafiadora da ordem capitalista depara-se com uma estrutura ideológica e econômica poderosa e contrária aos princípios da educação popular. Os aparelhos privados de hegemonia a serviço da classe dominante pulverizam ideias corrosivas nos setores populares, inclusive nos espaços que são resultados de intensas lutas populares. Entretanto, a articulação da luta específica com questões macroestruturais da sociedade evidenciou novos sujeitos históricos, que embora apresentem valores humanos e princípios coletivos também apresentavam valores da cultura dominante arraigados no seu modo de pensar e agir.

A nossa pesquisa notou avanços significativos com a atuação do MST no Cariri da Paraíba, pois, com o engajamento no movimento social, esses sujeitos enraizaram



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



princípios humanísticos e ideais libertários. A expressão destes princípios e ideais apareceu na maioria dos depoimentos. Depois que eu vim para cá eu me capacitei, me tornei técnico de desenvolvimentos social e a partir dessas capacitações, tanto melhorou meu nível de consciência, de capacitação, quanto a parte financeira e o meu envolvimento com as questões coletivas também. Fizemos projetos, desenvolvemos e sem dúvida está bem melhor do que antes. Acredito que se nos organizarmos mais e fizermos mais trabalho de conscientização vamos obter melhores condições não só para minha família, como também para todos os assentados. Pois a prática coletiva é a melhor forma de unir as pessoas e trazer novas conquistas. (Morador do Assentamento Mandacaru).

Contudo, a pesquisa de campo revelou possibilidades e experiências de caráter solidário e compromisso coletivo, em que princípios educativos da educação popular são vivenciados nas experiências de ensino/aprendizagem tecidas na realidade dos trabalhadores.

A participação na dinâmica de organização parece construir um sentimento de satisfação à medida que as pessoas se reconhecem como sujeitos participativos e aprendizes das próprias relações com as pessoas e a realidade. Há claramente expressão deste sentimento no depoimento dessa liderança. Primeiro, é preciso ter muita paciência, ser persistente e também uma forma de querer sempre estar ajudando. Às vezes é preciso deixar as próprias coisas para ir em busca de outras coisas que favoreçam a comunidade. Para mim foi um aprendizado. Antes do assentamento eu me sentia uma pessoa muito parada e eu aprendi muito com o assentamento. Pra mim foi uma aprendizagem ir em busca das coisas, estar sempre buscando, isso serviu muito pra mim, porque aprendi muito. (Moradora do Assentamento Zé Marcolino).

Encontramos nestas experiências indícios da pedagogia de Paulo Freire, que se manifesta nos espaços coletivos através de ações solidárias para práticas eventuais, como mutirões ou para ações de contestação e de luta contra a estrutura dominante. É possível compreender que a educação popular orienta diversas experiências ligadas às relações sociais, de produção e processos de conscientização dos setores populares.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



E ainda, reconhecemos indícios das preocupações freireanas nas relações opressoras, na resistência a coletividade, na necessidade de construir de forma permanente e esperançosa possibilidade de superação diante de toda a estrutura social e dos dilemas da realidade, e que indissociavelmente a teoria precisa refletir a prática como condição para um agir consciente e transformador.

A denúncia dos aspectos desumanizadores da realidade tem a ver como o anúncio de possibilidades, cujo olhar crítico e utópico sobre a realidade vivida busca caminhos de superação dos desafios, rumo à realidade sonhada. Manter o sonho vivo é condição para denunciar a realidade injusta e anunciar novos caminhos. São traços que encontram orientação na pedagogia do oprimido de Paulo Freire que cultiva sonhos e utopias. Para ele: “Se o sonho morreu e a utopia também, a prática educativa nada mais tem que ver com a denúncia da realidade malvada e o anúncio da realidade menos feia, mais humana (FREIRE, 2000, p. 56)”.

A perspectiva do sonho e da utopia presente nas práticas de educação popular é concebida por Paulo Freire como inédito viável. Wanderley analisa essa categoria de Freire associada ao conceito de realismo utópico. Segundo ele: Determinadas elocuições de Paulo Freire configuram cenários ricos para a sua compreensão do conhecido inédito viável. Para ele, todas as lutas pela transformação exigem utopia, esperança, criação e desenvolvimento de possibilidades que as concretizem. (WANDERLEY, 2010, p. 117).

. E mais:

Unindo ação e reflexão, para transpor a “fronteira entre o ser e o sermais” na perspectiva freireana, o “inédito viável” pode ser considerado como algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora que pode passar pela teoria da ação dialógica de Freire. (WANDERLEY, 2010, p. 117-118). A trajetória das classes populares é marcada por opressões, lutas, transformações, sonhos e utopias. São dimensões que descortinam diversas facetas do cotidiano e do ser humano que, ora reproduz a ideologia dominante, ora crítica, e ora crítica e anuncia possibilidades transformadoras. De fato, a condição mutável do ser humano pode construir olhar crítico sobre a ideologia dominante, pode elaborar a hegemonia popular, e pode organizar os oprimidos para ações políticas no espaço da sociedade civil. E ainda



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mais, há possibilidade de transformar o possível de hoje sem perder a esperança de transformar no futuro o que ainda não foi possível transformar no presente.

Considerações Finais

O diálogo entre as dimensões do cotidiano favorece a troca de experiências práticas e teóricas à medida que se volta para construir espaços democráticos e de reflexões. O resultado dessas ações pode construir e ampliar uma vontade coletiva, que ainda sofre resistência dentro dos assentamentos.

Por isso, a permanência de processos formativos dialógicos pode superar o modo de pensar individual e acrítico, motivando a mobilização e organização para a ação política nos assentamentos com possibilidade de construir a nova hegemonia popular. As experiências vivenciadas por estes sujeitos ao longo da história alcançaram esferas mais amplas da sociedade com o MST através do processo de territorialização em todo o país e pela preocupação em lutar por outro projeto de sociedade.

A região do semiárido paraibano exemplifica este novo jeito de lutar pela terra sem se desvincular das questões macroestruturais da sociedade, dado que o processo de formação de uma consciência mais crítica relaciona a questão agrária com as questões gerais da sociedade, o que possibilita reconhecer que as reivindicações por terras precisam ser construídas numa perspectiva coletiva, questionadora e para transformar a sociedade capitalista. As coletivas ações abriram possibilidades de tornar os assentamentos criados sobre a organização do MST em espaços de relações sociais e de trabalho e de ressignificação do modo de pensar e de agir dos trabalhadores, acenando para um processo de aprendizagem e formação política, em que ser assentado é resultado de uma luta da qual ele foi sujeito de participação e construção da sua realidade e da realidade histórica da classe popular.

Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento** sem terra. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução** ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Inédito Viável.** In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSK, Jaime José. (Orgs). **Dicionário Paulo Freire.** 2ª ed. Belo Horizonte: autêntica, 2010.

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, 2001.

_____. **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990/2001.** Cadernos de educação nº 13. Veranópolis: Iterra, 2005.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. **Educação Popular: metamorfoses e veredas.** São Paulo: Cortez, 2001



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



“CÍRCULO DE CULTURA” DO LEFREIRE COM OS TERCEIRIZADOS DA UERN: PERCEBENDO O OUTRO EM SEU ESPAÇO DE TRABALHO

Mariane de Oliveira Nolasco¹

Francirleide Monaliza Ferreira do Nascimento²

Maria Cleoneide Soares³

Resumo

Este artigo foi elaborado com o intuito de apresentar a dinâmica promovida pelo Grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE) com osterceirizados Auxiliares de Serviços Gerais – ASGs, que trabalham na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, através de um “Círculo de Cultura”, para assim, perceber suas especificidades e visão sobre a universidade supracitada. Teve como base Freire (1983, 1987), Rodrigues (1999), entre outros. A partilha de saberes e experiências norteou o diálogo.

Palavras-chave: Círculo de Cultura, Saberes, Experiências.

Introdução

Realizar um “Círculo de Cultura” inspirado em Freire é sempre um desafio divertido de se fazer, em contrapartida também podemos classificar como algo desafiador quando aspiramos os ideais defendidos por Paulo Freire em sua montagem,

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da UERN. E-mail: mariane.nolasco@hotmail.com

²Graduanda do Curso de Pedagogia e integrante do PET Pedagogia da UERN. E-mail: monalizafdn@gmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação – POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e docente da Faculdade de Educação – UERN. E-mail: cleoneide_s@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



assumimos, então, um compromisso em demasia, de buscarmos estar constantemente problematizando com criticidade, o que está se desenvolvendo.

Ser um defensor de Paulo Freire, e tentar exercitar um pouco do que vimos através das leituras que fazemos de tal autor na prática, é embarcar em uma travessia de onde estamos, nossa zonade conforto, para a descoberta de novas terras para além de nosso olhar, é ver a si e ao outro sobre um novo prisma e nova ótica, e então começar a criticar o que sabemos?como sabemos? E o que valorizamos como saber?

Tomamos passos em busca de novos rumos, ao longo de caminhos que por muitas vezes se bifurcam, em meio a uma jornada Freiriana, pautada sempre na ação e reflexão, do que é executado durante o desenvolvimento dos “Círculos de Cultura” realizados pelo Grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, denominado LEFREIRE.

O “Círculo de Cultura” realizado pelo LEFREIRE se inspira em Freire, para o autor “Os Círculos de Cultura são precisamente isso: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo.” (FREIRE, 1980, p. 28). Neste sentido, o “Círculo” concebe conceitualmente como um espaço dinâmico, de caráter dialógico de aprendizagem e de partilha mútua de saberes, fundamentado na pedagogia libertadora e problematizadora proposta pelo teórico, as pessoas que o integram participam por meio do diálogo.

Nosso objetivo com esse trabalho é narrar uma das experiências gratificantes e enriquecedoras que foi vivenciada com amorosidade e afincado pelo grupo supracitado, demonstrando detalhes do “Círculo de Cultura” realizado com os terceirizados que trabalhavam na UERN, guiada pela temática: “Eu e o outro no ambiente do trabalho”, tendo como subtemas: Quem sou eu?; Quem e você?; Como trabalhamos juntos?; Quais os nossos sonhos desejos e esperanças?.Além disso, foi feitauma reflexão sobre tudo o que fora desempenhado ao longo desta jornada.Para Josso(2008, p. 27),

A história de vida narrada é, assim, uma mediação de conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor a oportunidade de tomada de consciência sobre seus diferentes registros de expressão e de representação de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam a formação.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Os conceitos usados nas reuniões do LEFREIRE foram aplicados também nesse “Círculo”. O diálogo, por exemplo, como mecanismo para troca de saberes uns com os outros, validando suas experiências, culturas, no qual Paulo Freire (1987: p.68) relata: “Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”. Não devendo existir imposição de conhecimento. Sendo preciso ser consciente de que não é por que o próximo tem uma posição social, nível de escolaridade superior ou inferior ao outro que deve ser enaltecido ou menosprezado por isso.

A metodologia da pesquisa é qualitativa baseada em Bogdan e Biklen (1994, p. 16). E para a produção das informações utilizamos a narrativas de experiência baseada em Josso (2008). O aporte teórico que norteia é Freire (1983), (1987) entre outros. A pesquisa é de caráter empírico, um conhecimento adquirido na observação, experiência, no cotidiano, ocorre espontaneamente sem necessidade de comprovação científica.

A primeira ação da pesquisa foi o estudo em Freire (1983), (1987) entre outros. Seguida a esta ação construímos um planejamento da realização do “Círculo de Cultura”. Neste planejamento foi definido a data, a quantidade de convidados, que instrumentos dialógicos utilizaríamos e todos os detalhes para este acontecimento.

Os círculos de cultura são umas das atividades desenvolvidas pelo LEFREIRE. A proposta metodológica é embasada nos fundamentos de Paulo Freire acerca da promoção da horizontalidade dos saberes, da valorização da cultura local, do diálogo, da interação com a comunidade, bem como, pensando o sujeito perante as situações limites em um determinado contexto e a produção do conhecimento. (SILVA, NASCIMENTO e COSTA, 2017, p. 317).

Participaram desta atividade os extensionista do LEFREIRE e os colaboradores terceirizados. Os instrumentos dialógicos foram poemas “Eu carrego comigo” de Caio Fernando de Abreu, músicas.

O “Teatro Imagem” é uma metodologia relacionada à utilização da Linguagem Visual inspirada em Augusto Boal. Que teve como apoio neste “Círculo” do professor



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dr. Hélio Junior⁴ e do Grupo Arruaça⁵ para formar as imagens a partir de uma narrativa de vivência dos terceirizados.

Para esta atividade de Teatro Imagem foram organizados cinco grupos compostos por 8 pessoas entre colaboradores e extensionistas e cada grupo dialogava sobre uma vivência cotidiana partindo desta, escolhiam uma para fazer sua imagem. Ao final desta atividade todos faziam sua imagem e os demais faziam suas reflexões.

Utilizou-se o aplicativo gravador do celular *smartfone* para gravar as falas e câmeras fotográficas para fotografar as imagens do “Teatro Imagem”.

Metodologia

Cada “Círculo” que o LEFREIRE realiza como grupo de extensão, é único e especial, e tem uma dimensão humanizadora, haja vista que todos são pensados em conjunto por seus integrantes, e são tecidos fio a fio, com formas que os tornam singulares, bordados de cores vivas que os concede um formato único e singular.

O “Círculo de Cultura” com os terceirizados que propomos narrar aqui, foi pensado coletivamente em uma reunião, buscávamos através dele, conhecer mais profundamente as pessoas que constantemente realizavam a limpeza de nossas salas de aula, e dos corredores de nossa universidade, e que vivem a realidade da terceirização. No tocante a uma consciência libertadora e crítica, “não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 130). A participação e entrosamento entre os funcionários dos setores mencionados aqui neste relato contribuem para conscientização do homem como pessoa e humanização do espaço de trabalho.

O que observamos constantemente e nos impulsionou a elaborar este “Círculo”, é que aqueles sujeitos que colaboram nos bastidores da universidade, constantemente vivem o fenômeno da mudança de setores, por muitas vezes os servidores que

⁴ Professor Dr. Hélio Junior Rocha de Lima, da Faculdade de Educação da UERN.

⁵ O Grupo Arruaça de Teatro Amador, é uma entidade civil organizada, sem fins lucrativos, fundada desde 1985. A paixão comum pelo teatro levou o aquele coletivo ao encontro diário em busca de novas informações, pesquisas, experimentos, estudos. A brincadeira virou coisa séria, virou Arruaça.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



começamos a ver no início do ano, não são os mesmos que executam o serviço ao término deste mesmo, sendo impedidos então de ter vínculos mais profundos com os locais e pessoas onde estão atuando, o que dificulta que eles reflitam sobre sua situação real.

Pensando nisso formulamos conjuntamente o “Círculo de cultura”, intitulado de: “Eu e o outro no ambiente do trabalho”, que foi realizado no dia 21 de Junho de 2018, às 14h00, em uma das salas da Faculdade de Educação da UERN no período da tarde.

Como a ideia era ter um contato prévio com aquelas pessoas, pensamos em algo que permitisse que aquela tarde fosse prazerosa e envolvente para aqueles que seriam nossos convidados especiais, sendo nossa intenção propiciar um momento em que não sobressaíssem os títulos acadêmicos, todavia mostrar que estávamos abertos a aprender e validar a carga de conhecimento que aquelas pessoas carregam em suas histórias de vida que, através de seus serviços prestados, tornam o nosso lugar de estudo/trabalho, um local mais relevante e prazeroso.

Objetivamos propor uma aproximação, que mais do que contemplar o real, deseja docemente tocar a realidade, propor uma transformação de forma sutil, e uma aprendizagem com a vida que está acontecendo no outro e em nós mesmos. Para conceder essa esfera propomos desde a chegada dos terceirizados, acolhe-los carinhosamente, para isso distribuímos rosas que foram confeccionadas em EVA, com um chocolate e um poema em cada uma delas, que utilizaríamos para um segundo momento. Iniciamos aquela tarde com um momento de descontração envolvendo músicas para nos aproximarmos dos terceirizados, neste instante estava disponível alguns instrumentos musicais para que aqueles que se sentissem à vontade pudesse se integrar ao grupo que estava tocando e cantando. Este momento foi muito prazeroso, e envolvente, pois alguns terceirizados se juntaram aos que estavam tocando, e outros dançavam conosco em pares, o que nos fez ter uma participação ativa e nos aproximou bastante, concedendo um clima de entrosamento naquela tarde.

Após este momento de descontração, foi a hora de entrarmos na estação poemas, iniciada com um trecho da poesia: “Eu carrego comigo” de Caio Fernando de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Abreu⁶, utilizada como objeto disparador para conversamos sobre o que cada um levava consigo, fazendo com que aqueles sujeitos se vissem como seres de narrativa, autores de suas próprias histórias. Durante o transcorrer deste instante, as pessoas pegaram os poemas que estavam presos nas rosas que lhes foram concedidas logo na chegada, e começaram, por incentivo dos extensionistas do LEFREIRE, a ler suas poesias, que estavam centradas na temática carregar consigo, aqueles que se sentiam mais à vontade falavam muitas vezes que os poemas pareciam ter sido escritos direcionados para eles, porque via nestes, traços de sua história.

Além desta experiência com os poemas, tivemos um momento posterior coordenado pelos integrantes de outro grupo de extensão, que estavam conosco no intuito de nos ajudarem e tornarem o trabalho desenvolvido mais abrilhantado, cujo nome é: Teatro Imagem, que é coordenado pelo professor doutor Hélio Junior

Nesta tarefa os presentes naquela tarde foram divididos em grupos para que se pudesse ouvir as narrativas da trajetória de vida dos servidores, e, posteriormente, montar uma cena estática, com momentos marcantes da história destes, através das expressões corporais demonstradas pelas pessoas que se colocavam como estátuas no centro da sala, se buscava extrair os sentidos embutidos nas performances estáticas, que eram dotadas de muitas significações. Enquanto um grupo demonstrava a cena que havia montado, os outros presentes faziam uma viagem olhando e buscando compreender os significados que derivam de sua composição, diante disso era necessário olhar profundamente aquilo que estava sendo demonstrado, sendo assim tocados por uma realidade não vivenciada por nós, mas pelo outro, refletindo sobre as vivências daqueles sujeitos. É necessário então mais do que contemplar, e sim ver, tocar e tecer relações, sobre a potencialidade do olhar Neidson Rodrigues, em seu livro: “O Elogio à educação”, quando nos diz que:

Pelo olhar o homem rompe sua diferenciação com o mundo, pois nele penetra ao mesmo tempo em que dissolve o seu auto-isolamento, fazendo com que a exterioridade das coisas invada a sua interioridade forçando-o a emergir

⁶O poema pode ser encontrado no site: <https://www.pensador.com/frase/ODQ1MTgy/>.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



desse mergulho pelo exercício da reflexão. Por isto o olho pode ser considerado como a janela do espírito. Ele é esta mediação pelo qual eu e o mundo nos fazemos um. (ROBRIGUES, 1999. p.39)

Segundo Rodrigues (1999), percebemos que através do olhar o homem quebra as barreiras de seu isolamento, sendo afetado interiormente pelas coisas que acontecem em seu exterior, que lhes força muitas vezes a refletir, e emergir de seu mergulho em si mesmo, por meio da reflexão. Ao estar observando as cenas apresentadas pelos servidores, o nosso olhar atento nos faz refletir sobre questões envoltas no mundo que nos cerca, tecendo significados e reflexões.

Logo após apresentação das cenas cada grupo descreveu os sentimentos que nortearam a composição daquela performance, relatando por muitas vezes o que se desejava demonstrar por meio delas. Por fim fizemos um lanche coletivo no pátio da faculdade para encerrar aquela ocasião magnífica.

Considerações Finais

Ao longo do “Círculo de Cultura” que tinha como tema, “Eu e o outro no ambiente do trabalho”, tentamos nos apresentar demonstrando para os servidores quem somos, buscando conhecer quem eram eles, seus sonhos desejos e esperanças. Estas tarefas que previamente estabelecemos na reunião na qual planejamos como se daria o desenvolvimento desta proposta, foram de certa forma, cumpridas, mas existe uma necessidade de continuarmos este trabalho, e realizarmos outros “Círculos”, para prosseguir na tarefa de conhecer, pois buscamos saber quem são aqueles sujeitos, seus saberes e conhecimentos de mundo.

Desejamos ao propor através daquele momento uma partilha de saberes e conhecimentos, no qual não desejávamos de nenhum modo impor o que sabíamos, nos utilizando de nossos conhecimentos acadêmicos ou grau de instrução, mas sim queríamos demonstrar que estávamos ali como aprendizes que desejavam partilhar saberes, ao passo que íamos aprendendo, também íamos ensinando. Queríamos através



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



deste instante abrir as portas inicialmente para que os sujeitos presentes passassem a refletir sobre sua realidade, nos deparamos, no entanto, com reflexões que iam surgindo sobre o que era vivenciado por nós. Paulo Freire em seu livro: “Extensão ou comunicação”:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformando em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformando em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos, que o outro lhe dá ou impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito, em face do mundo. Requer uma ação trans-formadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 1983. P.16).

Freire (1983), vem demonstrar através desta citação o conhecer assumindo a relevância desta atividade em sua dimensão humana, que não vem a ser jamais o ato de tratar os sujeitos como objetos, aos quais serão impostos os conhecimentos a serem aprendidos e sobre os quais não há uma reflexão, sem a menor crítica feita por quem estará recebendo determinado saber. Para a efetivação do conhecimento se faz necessário, no entanto, que o sujeito esteja presente, que não seja apenas alguém a quem estão sendo depositados os saberes, mas que este sim reflita sobre o que está se conhecendo de forma crítica e transformadora de sua própria realidade.

Nesses moldes, tendo Paulo Freire como nossa inspiração ao formulamos o “Círculo de Cultura”, desejávamos além de uma apresentação inicial, abrir espaço para novos encontros, nos quais pretendemos que os servidores se vejam como pessoas que além de aprender, tem algo a nos ensinar, motivando-os a refletir sobre o contexto que os cerca e no qual estão inseridos, para que enfim se percebam como agentes transformadores e cidadãos críticos e reflexivos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Referências:

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 8ª. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JOSSO, Marie-Christine. As histórias de vida como territórios simbólicos nos quais se exploram e se descobrem formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade evolutiva singular-plural. In: PASSEGGI, M. da C. (Org.). Tendências da pesquisa (auto)biográfica. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 23-50.

RODRIGUES, Neidson. **Elogio à educação**. Cortez, 1999.

SILVA, Francisca Erenice Barbosa da; NASCIMENTO, Hostina Maria Ferreira do e COSTA, Francisco Canindé de Moraes. Círculo de cultura do LEFREIRE/UERN: Aproximações e distanciamentos do saber e do fazer. **Revista Includere**, Mossoró, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7382/pdf>> acesso em 12 de agosto de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BARRO VERMELHO-SÃO CAETANO: FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E RECONHECIMENTO ÉTNICO

Dayane Dias Barbosa¹

ThaysEmanuely Alves de Araújo²

Maria Fernanda dos Santos Alencar³

Resumo: Este artigo de revisão bibliográfica discute sobre o fortalecimento da identidade e reconhecimento étnico quilombola; visando analisar como a comunidade quilombola, por meio da transmissão dos saberes de maneira oral, constrói significados sobre sua identidade e pertencimento étnico. Entende-se a questão da representatividade quilombola como elemento de identidade e pertencimento étnico. Pesquisa, em desenvolvimento, acolhe estudos de Freire (1983), Arruti (2008), Munanga e Gomes (2006), Almeida (2002), Bosi (2002) e outros autores.

Palavras-Chave: Comunidade Quilombola; Identidade; Reconhecimento Étnico.

Introdução

Este texto é produto das discussões e pesquisa, em andamento, vinculado ao Subprojeto 1 “Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas Sobre Si e a Negritude”, Convênio Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA); o qual objetiva, em sua primeira etapa, observar como se

¹Graduanda do curso de Pedagogia, membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Participante da pesquisa Comunidade Quilombola Barro Vermelho/ São Caetano/PE do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude. Convênio UFPE/CAA e Fundação Joaquim Nabuco. (2016-2018). E-mail: dayanedias91@hotmail.com

²Graduanda do curso de Pedagogia, membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Participante da pesquisa – Comunidade Quilombola Barro Vermelho/ São Caetano/PE -SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude (2016-2018). E-mail: thaysemanuely.009@gmail.com

³Profª. Orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia- NFD/CAA/UFPE e do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste –CCSA/UFPE. Líder do Grupo de Estudo Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Coordenadora/orientadora do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude. Membro da Diretoria do Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisas. E-mail: Fernanda.alencar@ufpe.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



dá o fortalecimento da identidade e o reconhecimento étnico da comunidade quilombola.

A partir dos debates, destaca-se o seguinte questionamento, como a comunidade, por meio da transmissão dos saberes, fortalece a identidade quilombola? Desta forma, a pesquisa tem por objetivo, compreender o desenvolvimento histórico da comunidade e o processo de socialização e transmissão dos saberes por seus habitantes; e, conseqüentemente, de como esses fatores atuam no fortalecimento da identidade de maneira individual e coletiva.

Para a construção da pesquisa acolhemos estudos de autores, como Freire (1983), Arruti (2008), Munanga e Gomes (2006), Almeida (2002), Bosi (2002), Rocha e Alencar (2016), Carril (2017), Barros e Bueno (2015) entre outros que abordam sobre a temática.

A pesquisa é desenvolvida na perspectiva da abordagem qualitativa, por “trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14). Este texto, de cunho bibliográfico, apresenta uma concisa revisão bibliográfica sobre a identidade quilombola e o percurso de construção do reconhecimento étnico na sociedade brasileira. No segundo momento, as discussões no que se refere à construção da identidade quilombola e de que forma as histórias e saberes da comunidade passada por gerações fortalecem à formação e o reconhecimento deste grupo étnico.

1 Comunidade Quilombola: construção da identidade quilombola e memórias de um povo

O Brasil carrega uma história marcada pela omissão e reconhecimento dos negros e seus descendentes que, durante séculos, foram considerados parte apenas do período colonial. Negros retirados do seu lugar de origem para serem escravizados em



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



terras brasileiras em grandes fazendas, sendo submetidos a condições de trabalhos desumanas.

Em consequência desse sistema colonial opressor, as pessoas escravizadas encontram uma maneira de se libertar, as fugas foram as estratégias mais usadas durante a época. Os locais onde eles se reuniam ficaram conhecidos como quilombo. De acordo com Freitas (1984) os quilombos se convencionaram como uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões evidenciadas.

Para Munanga e Gomes (2006), a história da escravidão mostra a luta e organização marcadas por atos de coragem que caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Percebe-se que, por muito tempo, a ideia de quilombo esteve entrelaçada ao conceito de fuga e rebeldias. Mas, estudos e mobilizações vêm apontando outro conceito, além do sentido de fuga se referindo a um lugar composto de famílias autônomas com características específicas e identidades próprias que iam de frente contra o sistema escravocrata.

Diante desse quadro, o termo quilombo ganhou outro sentido, sendo nomeado por “comunidade remanescente de quilombos” que ressurgiu no final da década de 80. Debates e movimentos surgem, nessa época, como forma de reivindicações de direitos essenciais para a população negra do Brasil. Conforme Leite (1999) não apenas para descrever um processo de cidadania de forma incompleta, mas como forma de sistematizar as aspirações por mudanças da sociedade brasileira.

De acordo com Arruti (2008, p. 14) “remanescentes surge como um diferencial importante no uso do termo “quilombo”, no sentido de resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente”.

Desta forma, novos sentidos de quilombo emergem, como territórios marcados de memórias e carregados de identidades que ultrapassam nomes de identificação, mas sendo lugares marcados por lutas, resistências, conquistas; e, principalmente, memórias



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de histórias que diversas vezes foram silenciadas. De acordo com Almeida (2002), as lutas são tratadas como um processo histórico que trouxe aos indivíduos de um grupo a autoidentificação. No caso dos quilombolas, significa pensar a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar, nesse caso, um território. Conforme o Art. 215. 216. Inciso V. 5º _ Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. [...] Disposições Transitórias – Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.

É importante ressaltar que as lutas não acabaram, os quilombolas até hoje exigem do Estado direitos, assim como também uma maior visibilidade para seu povo; podendo, assim, ser reconhecidos oficialmente sua cultura e identidade. No entanto, assim como no passado, de acordo com Furtado, Sucupira e Alves (2014), a identidade quilombola se constrói ainda como uma identidade de luta e resistência, antes contra o sistema escravista, e hoje contra a negação e invisibilidade, enquanto sujeitos quilombolas.

As comunidades quilombolas são marcadas de identidades que são consideradas o produto da ação do próprio indivíduo e da sociedade. É o pertencimento do sujeito em um determinado grupo, seja pela etnia, raça gênero. Conforme Hall (2006, p. 13) É definida, historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. De acordo com Font e Rufí (2006) identidade é compreendida como sendo de caráter individual ou coletivo, ultrapassando a associação a características como sexo e origem étnica, mas no que diz respeito também ao espaço geográfico e cultural que o grupo habita.

Nessa lógica, a identidade quilombola está estreitamente ligada às formas como os quilombolas se relacionam com os membros da comunidade, com o território, com sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, fortalecendo, e se autoidentificando como pertencente ao grupo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Para Calheiros e Stadther (2010) denominar-se ou reconhecer-se como quilombola resulta na identidade construída socialmente demarcada por relações de poder que resistem desde a escravidão até os dias de hoje. Nesse sentido, a história dos quilombolas ganha significação por meio da transmissão de narrativas ricas de saberes e conhecimentos ao longo das gerações, “[...] os quilombolas ao se reconhecerem como tal, compartilham valores, crenças, e acima de tudo uma identidade com outros sujeitos constituindo e reconhecendo como tal” (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 113).

A transmissão de narrativas contadas oralmente pelos habitantes da comunidade é um meio de manter as memórias vivas de um povo, como também lutar e resistir, principalmente, as histórias da própria comunidade que são conhecimentos importantes e que precisam ser repassados de geração para geração, em razão de serem saberes essenciais e fazerem parte do reconhecimento e construção da representatividade quilombola.

É por meio do contato com as histórias contadas sobre a comunidade que o quilombola estabelece relações com os espaços e com outros quilombolas, reafirmando sua cultura, seus modos de vida, seja ele individual ou coletivo, sua religião. A partir dessas relações, os quilombolas assumem sua identidade frente à sociedade, sendo sujeitos ativos e construtores de sua própria história. De acordo com Freire (1992, p.10) “Ao se descobrir como produtor de cultura, os seres humanos se veem como sujeitos e não como objetos da aprendizagem”.

Quanto a memória, segundo Bosi (2002), essa ganha contorno no processo de luta, regulando a identidade desses grupos sociais pelos laços entre o presente e o passado, reforçando a organização social, articulando os quilombolas em torno de sua etnia e terra.

Nesse contexto, para reforçar o laço etnia e terra, o reconhecimento e a valorização da história da comunidade quilombola é muito importante no sentimento de afirmação do ser, e também na construção da identidade quilombola individual e coletiva. Assim, a construção da identidade quilombola se inicia dentro da própria comunidade, por ser o lugar rico em conteúdos simbólicos que precisam ser



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



compartilhados e trocados para a preservação de elementos culturais. O primeiro passo para autoidentificação quilombola é sair da condição de “historicamente negados, diante da sociedade escravista e fazer uma reflexão sobre as diferenças, especificidades e o processo de negação que perpetua sobre a sua cultura” (ROCHA E ALENCAR, 2016, p.4)

É preciso valorizar a história da comunidade para romper com as antigas conceituações sobre “quilombolas” associados ao sentido de escravos refugiados. Compreendemos que para a ressignificação desse conceito hegemônico, as lutas e resistências precisam ser constantes. Nesse sentido, os quilombolas necessitam ser participantes conscientes, sujeitos de direitos buscando sua cidadania e dignidade que, por muito tempo, foi roubada e ainda hoje sofrem com preconceitos de discriminação. Freire (1987, p. 16) nesse sentido aponta que “[...] a luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos”.

2 Reconhecimento Étnico: contexto de ausência e presença na sociedade brasileira

O percurso trilhado pelas comunidades quilombolas é marcado por inúmeras situações de ausência e presença na sociedade brasileira, sendo cada um deles de grande relevância, pois coloca em destaque o processo negativo de identidade do negro, os momentos de superação, luta e resistência para a conquista de reconhecimento que caracteriza o quilombo como um dos movimentos sociais mais fortes na reação e resistência à escravidão.

Com o término do período escravocrata, os quilombos passaram por uma fase de ausência, tendo sua história silenciada, sua cultura, costumes e identidade desvalorizados. Submetidos à exclusão social, com seus direitos básicos negados. Mas, a partir do século XX, inicia-se um processo de revisão para a regularização dos territórios quilombolas e o reconhecimento dessas comunidades no contexto social brasileiro.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O direito à titulação das comunidades se fez presente na Constituição de 1988; no entanto, com o termo remanescente que vinculava os membros da comunidade ao período escravo. Esta situação dificultou a identificação dos sujeitos, o que resultou em um deslocamento da visão de caracterização a partir dos traços biológicos para a introdução da história e da cultura no debate sobre o reconhecimento.

Neste sentido Carril (2017, p. 541) destaca que “no campo da cultura e da identidade, seria preciso pensar sobre as formas de como, no presente, as pessoas se veem e como elas se identificam e de que aquele entendimento dificulta a análise ao pressupor o quilombo como reminiscência do passado.”. Com essas discussões, surge o decreto n. 4.887/2003 que possibilita a autodeterminação dos membros da comunidade.

Com a autodeterminação, os sujeitos começam a ganhar espaço nesse contexto de luta por direitos, e passam a compreender a necessidade de pelear pelo seu espaço como descreve Freire (1987p. 42-43) ao relatar a condição do oprimido na sua busca por libertação.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

A luta por reconhecimento étnico dos quilombos destaca a reação ao desrespeito e a superação das formas de opressão, e também o direito à titulação das terras. Carril (2017) esclarece que o processo de autodefinição é realizado a partir dos elementos de indicação de uma trajetória histórica e a relação de ancestralidade, marcada por meio do vínculo com o território. Território esse que é símbolo de poder e espaço de reprodução cultural, social, religiosa, entre outras. Sendo a permanência na terra considerada construtora de histórias e memórias.

Essa relação com o território se intensifica pressupondo a necessidade de preservação da memória coletiva como meio para assegurar os saberes da comunidade, perpetuando-as por gerações. Apresentada por Carril (2017, p. 547) “a memória coletiva



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



articula os quilombos em torno da terra, da etnia e do território”, sendo ela um elemento importante da tradição, das lembranças e histórias do grupo.

A coletividade é um aspecto fundamental para o reconhecimento de si e da comunidade, pois é através das atividades coletivas que o diálogo é estabelecido para a transmissão dos saberes. Fazendo-se necessário que os sujeitos, a partir de uma organização social e de um alinhamento consciente de sua história, alcancem um lugar de poder. Esse lugar é a educação e a partir dela inicia-se o processo de emancipação.

A emancipação se dá a partir da construção de conhecimento e significado dos seus direitos enquanto cidadão. No entanto, a sociedade opressora faz com que as comunidades não tenham acesso ao conhecimento, à escolarização, e não construam um pensamento crítico acerca das questões sociais. Freire (1987, p. 177) destaca “que a única forma de pensar certo do ponto de vista da dominação é não deixar que as massas pensem, o que vale dizer: é não pensar com elas.” Isto implica que pensar com elas significaria não mais dominar.

Sem a dominação, a autonomia ganha espaço, sendo ela uma conquista a partir do amadurecimento, como descrito por Freire (2018, p. 105) “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente [...]. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.” É nesse sentido que a autonomia está diretamente ligada a práxis, decisões e responsabilidades voltadas às experiências de liberdade e reconhecimento.

De acordo com Barros e Bueno (2015) se faz necessária a reflexão sobre a “valorização do conhecimento popular de comunidades quilombolas como registro de suas histórias que foram silenciadas pela história imposta pela cultura predominantemente branca” desconstruindo a invisibilidade dessas comunidades, visando o reconhecimento das mesmas a partir da afirmação dos sujeitos.

O reconhecimento étnico parte da afirmação do sujeito, de como ele se identifica e como é identificado pelo grupo. De acordo com Carril (2017 p. 558) “a perspectiva da oralidade vai ao encontro de questões de memória e identidade, buscando a partir de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



questões do presente o encontro com o passado” como valorização da tradição, visando à identificação de si e do outro na aproximação com a cultura da comunidade.

Nesse contexto de ausência e presença na sociedade, Freire (1987, p. 74) esclarece a importância da conscientização para alcançar a libertação.

A libertação dos oprimidos é a libertação do homem e não das “coisas”. Por isto, não é auto libertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros. [...] O convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização.

Para a efetivação do reconhecimento étnico, é preciso que o sujeito participe ativamente de todo processo e conscientização. Não sendo apenas ouvinte, mas se fazendo parte da história, ocupando o lugar que tem por direito e assumindo uma postura de resistência diante das adversidades do etnocentrismo. Em relação ao reconhecimento, Freire (2018, p.53) destaca “Afim, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.”

É preciso considerar os saberes da comunidade para ressignificar os conceitos, e construir uma história pautada no reconhecimento étnico dos povos quilombolas. Compreender todo percurso de luta e resistência desde o período da escravidão até os dias atuais implica na busca de uma sociedade igualitária em direitos e valorização da cultura que por muito tempo foi silenciada e esteve ausente em um período histórico, e que ainda hoje permanece na busca por sua presença efetiva na sociedade brasileira.

Considerações Finais

Este texto é resultado de uma etapa da pesquisa em andamento vinculado ao Subprojeto 1 “Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas Sobre Si e a Negritude”, Convênio Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Neste, por meio da revisão bibliográfica, temos como objetivo, compreender o desenvolvimento histórico da comunidade e o processo de socialização e transmissão dos saberes por meio de seus habitantes, e consequentemente



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de como esses fatores atuam no fortalecimento da identidade de maneira individual e coletiva.

Observamos que os negros e as comunidades negras, estão presentes no território brasileiro, e que o percurso para se manter no território é permeado de lutas e resistências. Esse processo de territorialização é importante para a construção da identidade quilombola, para reivindicar e garantir direitos essenciais e políticas públicas diferenciadas.

A memória se torna importante, por ser o meio pelo qual as comunidades quilombolas reconhecem, individual e coletivamente, em razão dessas comunidades terem forte tradição oral. Esse processo de transmissões de narrativas estabelecem relações com o seu território e etnia. As histórias narradas são recuperadas e vêm para desconstruir os paradigmas impostos pela sociedade em relação à comunidade quilombola, mostrando o outro lado da história, a sua luta por permanência, seu modo de vida, sua ancestralidade, que são passadas para outras gerações perpetuando saberes, histórias, memórias e cultura quilombola.

No cenário brasileiro, as comunidades têm conquistado seu espaço, saindo da condição de exclusão para a participação efetiva na sociedade. O reconhecimento étnico é o início do processo de superação das injustiças sofridas pelas comunidades quilombolas, de subordinação e desvalorização de sua cultura. A legislação vem para contribuir e assegurar direitos, antes negados, a essas comunidades reafirmando sua identidade e seu lugar na sociedade.

A conquista de direitos se fez presente pela resistência dos povos quilombolas em sua compreensão de si e do outro, e da necessidade de lutar na busca de emancipação, conquistada através da construção do significado sobre sua cultura e identidade. Valorizando seu percurso histórico e reconhecendo-se enquanto sujeitos de direito.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'Dwyer. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008.p. 315-350.

BARROS, M. O. Bueno, J. B. G. **Educação Quilombola: Diálogo entre a educação formal e conhecimento popular**. IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e avaliação. 2015.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: Bosi, A. **Cultura brasileira**, São Paulo, 2002, p. 13-41.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CALHEIROS, F.P.; STADTLER, H.H.C. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**, 2010.

CARRIL, L. F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. Revista Brasileira de Educação. V. 22 n. 69 abr-jun. 2017.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade, globalização**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 282p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, 1987.

FREITAS, D. Palmares– **A guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FURTADO, M.B.; SUCUPIRA, R.L.; ALVES, C.B. **Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: Uma leitura a partir da Psicologia Cultural**, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou folclorização**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ROCHA, Almir João; ALENCAR, Maria Fernanda Santos. Práticas Educativas na comunidade quilombola Guaraciaba/Cabeleira/Altinho-PE. **Anais do IX Colóquio Internacional Paulo Freire**, 2016. Disponível em: www.coloquio.paulofreire.org.br. Acesso em abril de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



**CONGRESSO DO POVO BRASILEIRO, EDUCAÇÃO POPULAR E
RETOMADA DO TRABALHO DE BASE: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA
FREIREANA**

Autora: Ana Lúcia Gusmão Brindeiro¹

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo mostrar a importância da pedagogia freireana no momento atual que o Brasil sofre um golpe neoliberal. Por meio dos seus princípios, essa pedagogia, tem ajudado a organizar um grande processo de formação política chamado Congresso Povo Brasileiro, onde a educação popular e a retomada do trabalho de base denunciam o presente desumanizador de injustiça e anunciam um sonho humanizador por meio da construção do projeto popular para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Popular. Trabalho de Base. Congresso do Povo Brasileiro.

Está em curso no Brasil um processo de destruição de conquistas históricas do povo brasileiro e rapina do patrimônio nacional emplacado por um golpe neoliberal que encolhe o espaço público dos direitos e alarga o espaço privado dos interesses do mercado.

Esse artigo tem como objetivo mostrar a importância da pedagogia freireana, nesse momento atual do Brasil, contribuindo por meio dos seus princípios para retomada da educação popular e trabalho de base junto aos movimentos e organizações populares, através da convocação do Congresso do Povo Brasileiro.

O Congresso do Povo, iniciativa da Frente Brasil Popular², é uma convocação do povo brasileiro que institui na atual conjuntura golpista seu próprio congresso como um

¹Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Educação Popular e Movimentos Sociais; anagusmaoalgb@gmail.com

²A Frente Brasil Popular reúne mais de 80 entidades nacionais, além das entidades estaduais e locais. Constitui-se como uma articulação de movimentos populares, sindicatos, entidades, partidos políticos e ativistas que desde a sua fundação em 2015 atua como um instrumento de resistência ao Golpe.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



grande processo pedagógico que deve ajudar a politizar a sociedade, entendendo o atual momento e identificando saídas para essa crise por meio da construção de um projeto popular para o Brasil.

O Congresso é instalado nas comunidades, bairros, locais de trabalho, por qualquer pessoa ou pelos movimentos e organizações populares na defesa da democracia, dos direitos e da soberania. Sua construção é aberta, e deve envolver os diferentes segmentos da classe trabalhadora como: camponeses, indígenas, quilombolas, sindicalistas, lideranças comunitárias, LGBTs, mulheres, negros e negras, jovens, igrejas, grupos e cultura, agentes de saúde, etc.

Sendo o ponto de partida dessa trajetória a realidade concreta dos territórios, o debate acumulado é levado por meio da sua sistematização para os congressos municipais, estaduais, e por fim, para a etapa nacional que deverá reunir no início de 2019 dezenas de milhares de pessoas que participam desse debate³.

Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade (FREIRE, 2001.p.35).

A convocação para esse diálogo pedagógico começou nos estados brasileiros em abril de 2018, com a etapa de formação de formadores e formadoras, envolvendo principalmente militantes dos movimentos populares com o objetivo de apresentar a proposta do Congresso e prepará-los para a prática pedagógica a ser desenvolvida nos territórios.

Nesse sentido, considerando a contribuição e a atualidade da pedagogia freireana para criação de uma ação cultural para liberdade, alguns princípios dessa pedagogia,

³Cartilha Para Formadores – Congresso do Povo Brasileiro (página 09).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



assim como, alguns momentos organizativos do trabalho popular são priorizados na práxis da educação popular e na aposta da retomada do trabalho de base.

Peloso (2012), fazendo uma seleção de roteiros organizados pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), durante os anos de atuação no campo da educação popular, considera o trabalho de base como uma:

Ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta e contribui para despertar, organizar e acompanhar sua população na solução dos problemas do cotidiano também ligando essa luta á luta geral contra a opressão (PELOSO, 2012. p 71).

Retomar hoje o trabalho de base é resgatar uma estratégia, um caminho de luta e organização que no decorrer das últimas décadas foi enfraquecendo-se dentro dos movimentos e organizações populares. Essa estratégia prima pelo envolvimento dos próprios interessados no conhecimento e na solução de seus desafios, apontando para uma nova ordem social alternativa ao capitalismo.

A educação popular é a ferramenta político-pedagógica que constrói, divulga e acompanha a implantação da estratégia da organização popular como resposta aos desafios do cotidiano e da história. No Brasil e na América Latina a educação popular e o trabalho de base como pedagogia social têm como principal referência o legado de Paulo Freire. Segundo Gadotti (2018), nos escritos de Paulo Freire, existem vários livros sobre trabalho social, filosofia social e sobre psicologia social. Nenhum livro tem como título “Pedagogia Social”. Contudo, isso não significa que Paulo Freire não estivesse constantemente ligado a esses processos de educação não-formal que acontecem fora do espaço do Estado.

Ainda que ele não tenha usado exatamente o termo pedagogia social em seus escritos, ele é considerado como um grande inspirador da Pedagogia Social no Brasil. Para o autor, mais do que nos ater neste ou naquele texto de Paulo Freire para encontrar sua pedagogia social devemos enxergar a sua obra como um todo para entender as suas principais contribuições para a educação popular, para educação realizada nos movimentos sociais em que as lutas políticas se juntam às lutas pedagógicas. Nesse



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sentido, o autor destaca algumas contribuições que podem ser consideradas como princípios freireanos para educação popular e trabalho de base.

Silva (2005, p.133) destaca que as experiências de educação popular e trabalho de base têm mostrado que para o povo ir conseguindo resolver seus problemas, ele precisa se dar conta de alguns princípios para o desenvolvimento dessa prática pedagógica. O autor, assim como Gadotti, traz a pedagogia da práxis de Paulo Freire, como uma das mais importantes contribuições para o trabalho popular.

Considerando a sistematização desses autores à luz do legado freireano, podemos trazer como princípios da educação popular e trabalho de base que:

- Todos e todas têm sabedoria – O reconhecimento da legitimidade do saber popular, da cultura do povo, das suas crenças. Todas as pessoas têm conhecimento. A vida é uma grande escola e a sabedoria não vem só do estudo, não existe quem sabe mais ou quem sabe menos. O que existem são saberes diferentes e que se completam. **É preciso garantir a troca de saberes no trabalho de base;**

- Buscar acesso ao saber sistematizado –O povo, a partir da experiência, vai desenvolvendo uma sabedoria popular chamada de empírica, “saber da experiência feita”. Mas existe também uma sabedoria chamada ciência. **Precisamos no trabalho de base construir o diálogo entre essas duas sabedorias. É necessário dominar esta sabedoria da ciência e trazê-la como uma teoria crítica do conhecimento,** construir através desse diálogo um novo saber, um saber aberto as necessidades populares, que tenha relevância social como critério de qualidade da ciência.

(...) Partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. Partir significa pôr-se a caminho, ir-se, deslocar-se de um ponto a outro e não ficar, permanecer. Jamais disse, como às vezes sugerem ou dizem que eu disse, que deveríamos girar embevecidos, em torno do saber dos educandos, como a mariposa em volta da luz. Partir do “saber de experiência feito” para superá-lo não é ficar nele. (FREIRE, 1997. p, 70-71).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



- A formação se dá a partir da ação –teorizar a prática para transformá-la. A conscientização se dá a partir da ação assumida pelo povo. As ações visam responder às necessidades do povo. O papel da teoria é ajudar a aprofundar a prática do povo, para que ele possa ver melhor o caminho. **No trabalho de base é preciso dominar o conhecimento científico para melhor lutarmos pela transformação da sociedade. Não vale a pena estudar, por estudar. No trabalho de base o povo é protagonista do seu próprio aprendizado e ator de sua emancipação.**

- O trabalho de base é um processo de luta e de formação –É um processo longo, difícil, com avanços e recuos. **No trabalho popular o educador, dirigente, precisa acompanhar e apostar sempre na capacidade das pessoas.** “Se a fé nos homens é um dado a priori do diálogo a confiança se instaura com eles. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronuncia do mundo” (FREIRE, 1985. p. 96).

- Precisa-se trabalhar a partir de uma visão de classe – O trabalho de base, assim como a educação popular não é neutra. O *popular* é endereçado a classe trabalhadora. Aos interesses da classe trabalhadora. É preciso transformar a sociedade capitalista para resolver os problemas do povo. A politicidade é inerente ao ato educativo, toda educação pressupõe um projeto de sociedade. O erro está neste sistema que exclui a base para concentrar a riqueza na mão de poucos.

(...) não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com idéias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insisto nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade. (FREIRE, 1985. p. 78).

- O trabalho de base visa multiplicar os companheiros e companheiras – **O trabalho de base deve envolver mais gente na luta.** Essa multiplicação é de quantidade, mas também deve ser ao mesmo tempo de qualidade. Precisamos de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



companheiros e companheiras esclarecidos, competentes, militantes. Os processos de formação devem contemplar a formação na base, a formação dos militantes e educadores e a formação dos dirigentes. Todos e todas permanentemente participando de processos de formação na perspectiva libertadora.

- O trabalho de base é coletivo – **O trabalho de base deve ser feito com a colaboração de todos e todas.** Cada participante deve ser e se sentir parte interessada. Ninguém pode ser excluído.

- **O trabalho de base é conflitivo**– O trabalho de base se dá no campo de interesses contrários, pois nem sempre as pessoas (da base) envolvidas quer a mesma coisa, tem o mesmo objetivo imediato. Ou o educador e a base tem objetivos diferentes. Ele também se dá num campo de interesses contrários, pois o opressor (patrão, fazendeiro, negador dos direitos), com a ajuda do Estado, fazem de tudo para submeter os trabalhadores ou para impedir que eles se libertem.

- **O trabalho de base não pode ser paternalista** – O trabalho de base não deve criar dependência entre o agente (educador, dirigente, liderança) e a base (povo). O povo tem que participar de todo o processo, tem que se sentir sujeito da luta. Quem não é sujeito, é marionete, é tarefeiro, é massa e manobra. Uma ação é assistencial quando busca resolver um problema emergencial. Torna-se assistencialismo quando não se preocupa em revelar que existe uma raiz responsável por essa situação.

- **O trabalho de base é planejado** – O trabalho de base tem intencionalidade, metodologia, tem planejamento. O povo precisa estabelecer metas, propor atividades, combinar os prazos, distribuir serviços, cobrar as responsabilidades, realizar avaliações.

Com o objetivo de garantir a dialogicidade em todo o processo do trabalho popular, desde a elaboração e organização do planejamento das ações, até a preparação das atividades de participação comunitária, três momentos são referenciados para o fazer educativo popular crítico:

- O Estudo da Realidade ou Problematização Inicial – em que se analisa uma situação significativa da realidade local, problematizando-a e questionando os



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



modelos explicativos propostos pela comunidade e educandos (codificação / descodificação de contradições);

- Organização do Conhecimento ou Aprofundamento Teórico – Em que os conhecimentos sistematizados selecionados são confrontados com a problematização inicial, buscando uma nova concepção das situações analisadas;
- Aplicação do Conhecimento ou Plano de Ação – em que o conhecimento anteriormente construído e apreendido é utilizado para “reler” e reinterpretar a própria realidade levando a uma ação transformadora.

SILVA (2005, p. 12) tratando sobre esses momentos da construção do fazer educativo popular, chama atenção que esses momentos não podem ser compreendidos como estanques e dissociados, mas como referências na articulação e organização do diálogo entre conhecimentos na práxis da educação popular. Para o autor, trata-se da busca constante, coletiva e histórica, da participação crítica, em que o diálogo entre saberes se estabelece em movimentos de avaliação, superação e reconstrução. Aposta-se na capacidade dos formadores e formadoras, educadores e educadoras populares, construírem o planejamento participativo das ações, fazendo da prática educativa popular um momento de construção de conhecimento, organização e luta para transformar as realidades desiguais e injustas.

O Congresso do Povo em Pernambuco

Em Pernambuco, o Congresso do Povo teve sua etapa inicial de formação de formadores e formadoras em abril de 2018, no Centro de Formação Paulo Freire, no Assentamento Normandia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra(MST), em Caruaru e reuniu cerca de 400 pessoas militantes de todo o estado. Depois desse momento diversas atividades do Congresso do Povo foram organizadas em vários locais do estado com suas programações e lutas. Muitas regiões têm organizado atividades em comunidades, bairros e assentamentos, discutindo soluções para problemas como saneamento básico, o sucateamento do Sistema Único de Saúde, direito à moradia, a educação, democracia no Brasil, reformas impopulares e retrocessos nos direitos, entre



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



vários outros temas e questões pautadas a partir das contradições e das suas problematizações.

No momento atual, vários municípios estão realizando seus Congressos e como resultado desse processo inicial, observa-se uma nova e ampla geração de jovens militantes, um levante das organizações já existentes, o fortalecimento da formação política e da articulação dessas organizações e lutas.

Para FREIRE (1997), alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos e oprimidas. Ao desvelá-las, contudo, os oprimidos e oprimidas dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão. Para o autor

A esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quão indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e oprimidas. Enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica (FREIRE, 1997. p. 32).

O Congresso do Povo é um rico momento de formação popular, que mobiliza lutas sociais e desperta a consciência política para que o povo brasileiro aprofunde as situações limites que os impede de ser mais. Oportuniza a compreensão que sem formação, luta e organização não se mantém as históricas conquistas por direitos, e que desmobilizados, inclusive, muitas conquistas populares estão retrocedendo.

Em andamento, essa grande ação de mobilização social, deve encerrar seu ciclo, assim como, outras mobilizações populares históricas no Brasil. A educação popular e o trabalho de base, por meio da contribuição e atualidade da pedagogia de Paulo Freire, estará a serviço da formação política do povo brasileiro que organizados em movimentos populares ganham as ruas, denunciando o atual projeto opressor emplacado pelo golpe neoliberal e anunciando um projeto popular para o Brasil.

REFERÊNCIAS

CONGRESSO DO POVO BRASILEIRO, Cartilha para Formadores. Frente Brasil Popular, 2018.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária. Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**, disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2018.
- PELOSO, R. **Trabalho de Base (Seleção de roteiros organizados pelo Cepis)**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- SILVA. A. F. G. **A busca do Tema gerador na práxis da educação popular**. Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares. Editora Gráfica Popular CEFURIA. Curitiba, 2005.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS PARA O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE TRABALHADORES DO CAMPO

Juliani Suellem Kelly do Nascimento¹
Karla Christiane de Góis Lira²
Maria Cleoneide Soares³

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo refletir sobre o pensamento de Paulo Freire com foco na emancipação social dos povos camponeses, bem como no seu processo educativo, na perspectiva das influências adquiridas para a construção e conservação dos saberes e fazeres laborais da população do campo. Como referencial teórico, serão usados também aportes teóricos de autores como Caldart (2008 e 2012); Leite (1999); Oliveira (2004), entre outros. Este trabalho resulta na valorização social e cultural da educação do campo.

Palavras-chave: Educação popular. Educação do campo. Emancipação.

Introdução

O processo de emancipação dos sujeitos se constrói com mecanismos que venham a favorecê-lo, a fim de formar no cidadão uma consciência crítica, capaz de o fazer ser transformador de uma realidade de vida, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em seus aspectos econômicos, culturas e sobretudo educacionais.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Professora da educação básica e membra do Projeto de Extensão Diálogos em Paulo Freire Educação Popular – LEFREIRE, ligado à Faculdade de Educação – FE, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: juliani.nascimento@hotmail.com

² Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação - POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular – LEFREIRE/UERN, participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Linguagens – UERN, Bolsista CAPES. Email: chrisgois1@hotmail.com

³ Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação - POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, docente contratada da mesma instituição e participante do Projeto de Extensão Diálogos em Paulo Freire Educação Popular – LEFREIRE, ligado à Faculdade de Educação – FE, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.. Email: cleoneide_s@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O educador Paulo Freire, em suas obras, nos permite refletir a maneira de como acontece a negação de uma real emancipação dos sujeitos em detrimento de um sistema opressor e também nos possibilita enxergar aqueles que há muito vem sendo oprimidos.

Neste sentido, o presente trabalho faz um recortada historicidade da conquista do povo do campo, considerando a real necessidade de fazer valer o direito de reconhecimento social. Assim, a abundante contribuição das teorias freireanas suscita pensar a educação como um todo, a atender a população do campo considerando suas características popularese sua necessária ascensão, em seu desenvolvimento econômico, de forma e desmistificar paradigmas que afetam a este público.

Metodologia

O trabalho foi elaborado a partir de um estudo bibliográfico sobre o pensamento freireano como favorecedor de conquistas para uma educação popular de qualidade, que respeita e estimula a emancipação dos sujeitos do campo. Segundo Gil (1999, p. 65) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, baseada em Bogdan e Biklen (1994, p. 16). Tais autores assinalam que neste viés os dados colhidos são designados por qualitativos por serem “ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas”. Os autores afirmam ainda que: “A fonte de dados é o ambiente natural, o que expressa à preocupação com o contexto no qual as informações são obtidas”. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.47).

A primeira ação da pesquisa foi a realização de estudos relacionados a temática geral da educação popular, dos movimentos sociais, e da implementação das políticas de validação da educação do campo.

Em seguida foram consultadas algumas obras do educador Paulo Freire, bem como artigos publicados que mais assemelharam-se aos objetivos desta proposta, afim de refletir a construção do atual discurso.

Resultados e Discussões



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A luta dos povos do campo não é de hoje. A busca por suas conquistas, legitimação da sua identidade, refuta o engajamento social tomado por Freire (2002, p. 78) como significado de que “somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vacuidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante”.

A história da educação do campo no Brasil ainda perpassa por momentos difíceis. Por um histórico cultural advindo de traços coloniais estes sujeitos sofreram momentos de conformação antes de suas rupturas e atuais conquistas. De acordo com Leite (1999, p. 14) a educação do campo no Brasil:

Sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Construía-se uma imagem de que o homem da roça não tinha necessidade de adquirir um conhecimento institucionalizado e formal, que os conhecimentos oferecidos pela escola não eram necessário para os afazeres que ali se constituíam, e a educação era oferecida aos filhos da elite.

Com o passar do tempo, a educação foi oferecida ao homem do campo através das escolas, com salas multisseriadas, que na maioria das vezes as escolas eram de difícil acesso e seu ensino sempre foi questionado por causa da mistura de séries.

É importante declarar que a educação do campo se encontra hoje em nosso país como uma modalidade relativamente nova de ensino, de acordo com os documentos a seguir: o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que infere sobre a política nacional de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a educação básica; e também, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que estabelece as diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Essa institucionalização se concretizou a partir da criação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. Antes de muita luta em prol dessa nomeação. Lutas de professores do campo, juntamente com vários movimentos sociais do campo, portanto, o histórico da educação do campo antecede ao ano em que foi institucionalizada.

De acordo com Oliveira (2004), construir reflexões acerca do campo, seus sujeitos, e mais precisamente, sobre a Educação do Campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico. Entende-se aqui que a escola do campo tem que andar conforme a realidade do homem do campo, em prol de que o processo ensino/aprendizagem atenda às necessidades locais, para que o sujeito do campo não perca seus saberes e fazeres laborais, e conseqüentemente que não percam sua identidade.

Ao que se pode perceber, ao invés do ensino proporcionar ao homem do campo dinâmicas que permitam a ele uma autonomia pessoal e a uma emancipação social sem que ele perca sua identidade, o ensino em sua maioria tem afastado o indivíduo de seus saberes laborais, por trazer muitas influências urbanas em seus currículos e práticas.

Alguns autores definem a educação do campo como ela realmente se apresenta mediante as tantas lutas, durante tantos anos. Caldart diz que a educação camponesa:

[...] nomeia um fenômeno educacional na realidade brasileira, protagonizado pelos movimentos sociais e suas organizações. [...] objetivo e sujeitos remetem às questões do trabalho, da cultura e das lutas sociais camponesas, entre projetos de campo e entre lógicas da agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e formação humana. (2012, p. 257)

A partir do discurso da autora, é possível compreender que a educação do campo se revelou a partir das lutas dos movimentos sociais em prol da terra e de uma reforma agrária, que surge mediante a luta por uma educação que seja designada pelos e para os sujeitos do campo, sem que seja construída a partir de coisas que se distanciam deles.

De acordo com Caldart (2008), com relação ao conceito de educação no e do campo, ele busca esclarecer que o prefixo “no” é relativo ao direito que o povo tem de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ser educado no lugar onde vive; já o prefixo “do”, indica o direito dessa educação ser pensada do lugar e com a participação desses sujeitos, vinculadas a cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

A partir dessa explanação sobre o significado da educação do campo, apreende-se que essa educação não pode e nem deve ser pensada sem que seus sujeitos estejam inseridos nesse pensar. De acordo, com Freire (1980, p. 33-34) “para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem a quem queremos educar”. Planejar a educação do campo requer um olhar de quem vivencia o campo, sejam eles agricultores, pescadores, assentados, entre outros.

Segundo a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, as “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Básica do Campo”, no artigo 1º é esclarecido a quem se destina a educação do campo:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.(BRASIL, 2008).

Nada mais idôneo que essa seja pensada, planejada e destinada por e para seus respectivos donos por direito, sem que haja um distanciamento e uma divergência entre ambos.

O indivíduo, seja do campo, seja urbano, tem suas raízes e se faz necessário que essas raízes não sejam esquecidas e nem abandonadas, pois, são essas características, esses saberes, esses fazeres, que nos tornam importantes diante da sociedade em que se vive, cada um com suas particularidades que se fazem necessárias para a vida e formação de todos.

O autor Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, enfatizaque:



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, este poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE 1987, p. 17).

Não somente nessa obra, *Pedagogia do Oprimido*, mas em várias outras, Freire nos traz reflexões que são fundamentais para a construção de uma luta pela educação popular. Pois,

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí e tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. “Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua” promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. (FREIRE 1987, p. 22).

Diante desses direcionamentos do educador Freire, pode ser enfatizada mais ainda a necessidade de uma luta por uma educação que priorize os valores do homem do campo, uma educação em que os conhecimentos possam ser compartilhados e que os saberes dos sujeitos sejam cada vez mais ampliados, qualificados a partir de uma educação que tenha origem na realidade em que se vive, e que sejam assim constituídos.

Em leitura a obra *Extensão ou Comunicação?* Freire (2017), realizada durante a disciplina *Perspectivas freireanas e educação popular*, do curso de pedagogia da UERN, foi possível averiguar alguns conceitos concernentes a relação interpessoal de forma prejudicial ao viés da educação popular e que comprometem o êxito do processo emancipatório.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dentre estes se destaca o termo “coisificado”, que significa reduzir alguém a uma coisa, no sentido de não levar em consideração a cultura, os anseios, as preferências, os saberes e demais características provenientes do humano. É uma forma desrespeitosa de enxergar alguém como algo. Na prática esse conceito se aplica de forma em que o opressor manipula o oprimido. Em como a população do campo fica refém dos anseios de quem só age manipulando como objeto de alcance nos seus ideais. Neste caso, a comunidade campesina, por diversas vezes não recebe oportunidade de desenvolvimento, de uma educação libertadora e é tratada lançada de um lugar para outro em busca da sobrevivência.

Concomitante a este termo, destaca-se também a “invasão cultural”. É preciso agir com cautela nos processos de ensino para que essas relações sejam em suma contextualizadas e consideradas os saberes laborais do homem ou mulher do campo, nas questões de não impor este ou aquele método de plantio, por exemplo, excluindo o conhecimento empírico das pessoas referidas no assunto.

A perspectiva freireana coopera para o intuito de militar contrariando esse paradigma da irrelevância social que envolve o não reconhecimento das peculiaridades dos sujeitos do campo, intensifica a luta pela libertação opressora e dá resistência a labuta dos movimentos sociais. Pois,

A Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Libertação refletem os aprendizados que Paulo fez aproximando-se, estando atento aos movimentos de libertação contra a opressão que se manifestavam com tanta radicalidade nas décadas de 50 e 60. Os educadores para Paulo foram esses coletivos, os movimentos sociais. (Arroyo, 2001, p. 59)

A Pedagogia Libertadora de Freire estabelece um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização dos sujeitos, portanto, na constituição dos movimentos sociais. Não é em si a condição de exclusão, de opressão, que leva homens e mulheres a se articularem nas lutas, mas sim, a compreensão da razão de ser de sua condição de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliados ao anseio da transformação e ao saber que mudar é difícil, mas possível, possibilita aos excluídos da história a se organizarem e se engajarem na luta para modificá-la.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Conclusão

As discussões sobre emancipação do homem do campo proposta do Freire, ainda são bastante pertinentes e atuais. Pois a proposta de Paulo Freire favorece uma metodologia de ações “libertadoras”, “humanizadas”, “conscientizadoras”. Com afincos impulsiona o desenvolvimento do homem popular no seguimento da sua permanência no campo.

A educação do campo deve ser pensada com/para o homem camponês, pois, estes são sujeitos constituintes dos seus conhecimentos, saberes e deve ser levado em consideração na elaboração de propostas pedagógicas, pois cada um pode contribuir com seus saberes, do contrário se mostra como uma educação que não leva em consideração os conhecimentos do “homem da terra”.

Na atual conjuntura educacional, a educação do campo carrega consigo elementos políticos e pedagógicos da Educação Popular que permitem refletir sobre a educação numa perspectiva emancipatória, haja vista que, a educação pensada por Freire se insere em diferentes contextos históricos e sociais como um processo dinâmico e de múltiplas relações, precisando ser pensada de maneira crítica e problematizadora, devendo ser primeiramente dialógica, na medida em que o ato educativo pode superar a prática de dominação e construir uma prática da liberdade em que educador e educando são os protagonistas do processo, através do diálogo, mediante a análise crítica das relações entre os sujeitos e o mundo.

Ao refletir sobre educação como um instrumento de transformação e libertação, a educação popular carrega consigo elementos basilares para pensarmos o processo educativo nas escolas camponesas. Isso porque a educação é “ato político” e um “processo permanente” e pode chegar a uma prática da liberdade, desde que reconheça e supere as estruturas opressoras da sociedade. Portanto, esses fundamentos e práticas promovem uma reflexão sobre a Educação do Campo, considerando que esta se constitui numa perspectiva crítica e emancipatória.

Referências



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ARROYO, Miguel G. Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: CALDART, Roseli S. & KOLLING, Edgar J. (orgs.). **Paulo Freire: um educador do povo**. São Paulo: Ed. Peres, 2001.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 11 de ago. de 2018.

_____. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 de ago. de 2018.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 11 de ago. de 2018.

_____. Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Seção 1, p. 824. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 11 de ago. 2018.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12. Disponível em: <http://www.cref14.org.br/boletin/res_cne_cp_002_03072015.pdf>. Acesso em: 11 de ago. 2018

_____. Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao0208.pdf>> Acesso em 11.08.2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.**In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 3ª edição. Petropolis – RJ: Vozes, 2008. p. 147-158.

_____, R. S. **Educação do Campo.** In: CALDART, R.S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Tradução de Kátia de Mello Silva. Revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo.**Extensão ou Comunicação?.**18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO QUILOMBO DE PARATIBE, JOÃO PESSOA – PB.

Iany Elizabeth da Costa¹
Josildo dos Santos Silva²

Resumo

Nesta comunicação buscamos um diálogo entre a Educação Popular Freiriana e a Educação Não Formal vivenciada no Quilombo de Paratibe, João Pessoa – PB, com o intuito de demonstrar que os saberes/fazeres desta comunidade, constituem saberes importantes que devem ser valorizados e trazidos para o âmbito da educação dita formal, para isso, utilizamos de revisão de literatura e das leituras de mundo que fomos realizando junto à comunidade em vários momentos desde 2014, a fim, de trazer outras falas, outros saberes/sabores.

Palavras-chave: Educação Popular, Educação Não-Formal, Quilombo de Paratibe.

Introdução:

Fundamentamos nosso diálogo entre a perspectiva da Educação Popular Freiriana e da Educação Não Formal no Quilombo de Paratibe, João Pessoa-PB, a partir do conceito de Educação encontrado em Brandão (2004) no qual expõe que a Educação não é característica apenas de instituições de ensino formal vinculadas ao Estado, mas sim, é fruto de um processo que envolve muitos outros sujeitos sociais, que acontece por meio das trocas de saberes, constituindo-se em uma prática educativa, que ocorrem em vários lugares, mediante as vivências sociais.

Neste sentido, buscamos aproximar o saber dito não formal produzido nas vivências/experiências da comunidade quilombola de Paratibe, situada na Zonal Sul da cidade de João Pessoa – PB, com a perspectiva da leitura de mundo em Paulo Freire, compreendendo que os saberes/fazeres de comunidade correspondem a outras formas de aprendizagem que fundamentam a identidade dos movimentos sociais, essa educação reivindicada/protagonizada pelos quilombolas, trás consigo questionamentos das dificuldades de acesso e permanência na Educação das comunidades tradicionais no

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, bolsista CAPES de doutorado. ianyelizabethufpb@gmail.com;

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, orientador educacional na Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, josylldo@hotmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Brasil, bem como, a existência/persistência de currículos excludentes que desconhecem as demandas destas comunidades, e perpetuam práticas de invisibilidade social.

Frente à invisibilidade social, as experiências educativas das comunidades quilombolas, abrem espaço para uma proposta curricular fundamentada na *práxis* coletiva e na valorização do saber ancestral, contraponto preconceitos, fortalecendo as identidades coletivas, a partir, da visão positiva do ser negro, ser quilombola e da sua relação com o território ancestral. Dialogamos assim, com a Educação Popular freiriana, visando à promoção de uma educação que empodere os sujeitos, por meio, da participação destes nos processos educativos, que fortaleça suas identidades enquanto sujeitos sociais ativos capazes de refletir e modificar sua realidade (FREIRE, 1981).

Buscamos destacar a importância da experiência educativa na Comunidade Quilombola de Paratibe, partindo do princípio de que o quilombo é um espaço de múltiplas vivências construídas pela memória, ancestralidade e pela relação histórica com o território, que por sua vez, são bases fundamentais dos saberes e fazeres comunitários que constituem a identidade deste povo. Quando os quilombolas vão à mata da Portela para cata caranguejo, goiamum, pitu (espécie de camarão de rio), utilizando-se da “ratoeira” (armadilha artesanal, feita com a folha e o caule do dendezeiro) (GONÇALVES, 2011) eles estão produzindo saber que deve ser lembrado e reconhecido enquanto prática educativa na afirmação da identidade. Para destacar estas experiências realizamos levantamento teórico documental relacionado à nossas idas a comunidade desde o ano de 2014, a fim, de trazer saberes e vivências desta comunidade na contribuição para a valorização dos fazer comunitário e do fortalecimento da identidade quilombola na Diáspora.

Educação Formal e Educação Não Formal um diálogo possível a partir da contribuição da Educação Popular em Paulo Freire.

A educação constituísse como um processo constante de aprendizado, fruto das múltiplas vivências em sociedade, não estando apenas vinculada ao saber produzido nos espaços formais escolares, a educação segundo Brandão (2004, p.17) “abrange todos os processos de formação do indivíduo”, neste sentido, as experiências sociais



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



individuais ou coletivas também fundamentam o processo educativo, sendo dever do Estado, assegurar o acesso a Educação, conforme dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948, p.5) em seu art. 26, inciso 1º, no qual estabelece o direito à instrução, sendo esta gratuita nos graus elementares. A promoção do direito a Educação fortalecer o vínculo familiar e social do indivíduo, como disposto no art. 27, inciso 1º (*Idem*, 1948, p.5) no qual: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”.

Esta participação na construção do saber corresponde à participação dos sujeitos em sociedade, valorizando diversas formas educativas, fundamentadas na premissa que a educação é fruto da construção social e não se efetivando apenas no âmbito escolar, sendo vivenciada, segundo Paulo Freire a partir da leitura de mundo, desde a primeira infância, no despertar dos sentidos familiares, culturais, educativos, no qual o sujeito se educa antes mesmo de ingressar nos espaços formais de educação do Estado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.294/96, em seu art. 1º, a Educação tem um aspecto abrangente, pois, envolve uma série de atores sociais: família, convivência humana, trabalho, instituições escolares normativas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e na expressão da cultura local. Essa abrangência nos possibilita compreender de que modo o ser humano aprende em sociedade, para além, âmbito escolar. Segundo Gaspar (1990, p.171): “A educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de educação formal”. Onde o currículo oficial estabelecido segue determinados procedimentos metodológicos que contribuem para uma escala de poderes na escola, dos quais, os alunos são submetidos ao poder do professor, estabelecendo uma relação de submissão, conforme Foucault (1999, p. 52) define em:

Uma multiplicidade de sujeições (a da criança ao adulto, da prole aos pais, do ignorante ao erudito, do aprendiz ao mestre, da família à administração pública, etc). São todos esses mecanismos e todos esses aparelhos de dominação que



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



constituem o pedestal efetivo do aparelho global constituído pelo aparelho escolar.

Neste contexto, a educação escolar reproduz em muitas perspectivas a Educação Formal, pois, ainda perpetuassem nos espaços escolares práticas que negligenciam o protagonismo e o saber de mundo dos educandos, sendo desconsiderados. Frente a este cenário a Educação Não formal de acordo com Gohn (2006. p.32) trás a tona:

Processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área.

Estes processos educativos são fruto das vivências coletivas, que segundo Freire constitui-se na leitura de mundo destes sujeitos sociais, ou seja, “uma leitura dentro e fora de mim” (Freire, 1981), na qual, o individuo aprende diversos saberes/fazerem que antevem o processo de alfabetização, se educam no mundo e nas experiências que vivenciam, produzindo novo saberes, dando continuidade aos saberes de suas comunidades. Neste sentido, a educação não formal se opõe a educação formal, pois, valoriza o fazer junto, fortalecendo e reconhecendo práticas educativas em espaços familiares: em casa, no terreiro, na igreja, na feira livre, no quilombo, na natureza, entre outros.

A Educação Popular neste contexto, trás consigo uma proposta fundamentada na *práxis* freiriana que valoriza estes saberes, dialogando com a educação não formal, ao trazer as falas destes sujeitos, dos movimentos sociais para junto da produção do saber, ao compreender que estes indivíduos têm consigo uma gama de saberes e fazerem que faz parte do que os fortalece enquanto grupos em marcha por direitos sociais, buscando outros mecanismos de reivindicação política visando a transformação social do meio em que vive, ou seja, o dialogo entre a educação popular e a educação não formal propõe a formação de sujeitos capazes de conquistar e produzir cultura, a partir do enfretamento critico da negação de direitos e da conscientização da importância de seus saberes para a construção de espaços coletivos mais igualitários.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O ato de educar, a partir dessa relação é recíproco, segundo Freire (1981, p.61) o “educador e educando (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram em uma tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. Construindo assim pontes de conhecimento no intuito de empoderar os sujeitos, não apenas no sentido crítico, mas, também na percepção da importância que os farezes/saberes em comunidade têm a necessidade de preservar suas práticas e da continuidade no território, de acordo com Gohn (2006) essa aprendizagem dialogada surge do exercício de práticas educativas que sejam capazes de conscientizar os indivíduos na mobilização em prol dos objetivos de comunidade, por meio, do fortalecimento de suas identidades na luta por direitos.

Nesse sentido, a educação a partir de Freire, fundamenta-se em um método de aprender mais do que ensinar, repleto de trocas de saberes, valorizando os fazeres coletivos, a fim, de colaborar com a conscientização do papel dos sujeitos em sociedade, bem como, quais os caminhos podem ser construídos para reivindicação social, a partir, da valorização de si mesmo e dos outros enquanto parte do mosaico social, através de ações concretas que potencializem uma educação libertadora que se materializa fora da escola e que dever continuar dentro dela.

Saberes e fazeres na comunidade quilombola de Paratibe, João Pessoa – PB.

A comunidade quilombola de Paratibe, está localizada na Zonal Sul da cidade João Pessoa, na Paraíba, encontrando-se em processo de titulação desde o ano de 2006, conforme seu Laudo antropológico a comunidade ocupa a região a mais de 200 anos, sendo os primeiros registros documentais identificados datados da primeira metade do século XIX. Nascimento Filho (2006) ao citar Tavares (1989, p.157) nos aponta outras informações importantes sobre o processo de ocupação dos quilombolas de Paratibe, iniciado provavelmente no final do século XVIII:

Segundo a documentação, existiam dois quilombos na Mata Sul da Paraíba, o quilombo de Paratybe, cujos moradores, segundo Archimedes Cavalcante, atacavam os viajantes e pequenos comerciantes que faziam o trajeto Cidade da Paraíba-Recife e o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



quilombo do Guajú, o primeiro deles ainda no termo da capital e o segundo e menos conhecido em terras da Vila do Conde.

O território ocupado pelo Quilombo de Paratibe, conforme Nascimento Filho (2006) ao citar Tavares (1989) fazia parte da sesmaria que pertenceu anteriormente a Ordem Religiosa dos Carmelitas, com o advento da Lei de Terras (1850) o território do quilombo de Paratibe, foi registrado por famílias negras em sistema de consenhoria, segundo Nascimento Filho (2006) ao citar Tavares (1989, p.158):

Muitos posseiros, entre eles o mulato João José Pereira de Carvalho, que registrou duas propriedades, uma em seu nome e da esposa Marcelina Ramos de Oliveira, denominada Mussumagro e a outra propriedade, denominada Paratybe, em nome de uma mulher chamada Maria Rosa da Conceição Carvalho³.

Essas duas propriedades, habitadas, quase exclusivamente por negros, originaram os atuais bairros, que possuem a mesma denominação; os moradores mais antigos dessas comunidades, provavelmente são descendentes dos primeiros quilombolas, pois nem a documentação, nem a historiografia, descrevem uma expedição punitiva para destruir o referido quilombo, [...] Sendo assim, ao menos alguns quilombolas, embora as fontes não esclareçam como, foram não só importantes agentes produtores do espaço, como também se tornaram proprietários do disputado solo da Mata Sul da Paraíba.

O quilombo de Paratibe atualmente coexiste com um bairro que recebeu o mesmo nome este foi originado no boom urbano da cidade de João Pessoa, segundo Gonçalves (2012, p.27): “O período de 1970-1990 é [...] o primeiro movimento forte de urbanização da região onde está localizada a comunidade de Paratibe, vindo por dentro das entranhas da cidade” a construção do bairro do Valentina da Figueiredo iniciada em 1984 e de outros bairros no entorno do quilombo como o Loteamento Sonho Meu e o Condomínio da Amizade, conhecido por “Torre de Babel” o qual a comunidade quilombola considera: “a derrota de Paratibe” (GONÇALVES, 2012, p.27) foi responsável por grandes mudanças sociais e territoriais na comunidade incidindo na redução de seu território, o asfaltamento dos principais acessos ao quilombo ocorreu em 2002 com a construção Rodovia PB-008 pelo Governo do Estado, ampliou o acesso à

³ Nascimento Filho (2006, p. 158): Segundo os atuais moradores do lugar, possíveis descendentes dos quilombolas, Maria Rosa da Conceição Carvalho, seria amante de João José Pereira de Carvalho.

Opressão e Libertação na Atualidade

região
Mata Sul que
é ocupada por
tradicionalistas
indígenas,
Gonçalves



chamada de
historicamente
comunidades
quilombolas e
segundo
(2012, p.25):

Quem chega à Paratibe pela PB-008, vindo por fora da cidade, ou seja, pela orla, tem a impressão de chegar numa localidade quase rural, com uma demarcação peculiar das áreas de terra de cada família (cada núcleo familiar se organizar construindo suas casas em círculo, ao redor da casa paterna/materna).

Conforme podemos constatar no mapa nas partes rasuradas a ocupação do território Quilombola de Paratibe, apresentado em Silvestre & Rodrigues (2010, p.06) (Ver figura 1) e no registro de áreas que pertencem ao território da comunidade (Ver figura 2) mesmo com os problemas enfrentados pelo crescimento urbano, a comunidade resiste, sendo urgente a demarcação de seu território:

Figura 1 Processo de Ocupação do território da Comunidade Negra de Paratibe –
Fonte: Google Earth Adaptação: Diego Silvestre



Figura 2 Casas Quilombolas de Paratibe em circularidade. Fonte: Costa, I.E.

A área que corresponde ao quilombo existe resquícios de Mata Atlântica, um rio chamado Rio do Padre, uma grande extensão de mangue constituído entre o seco e o molhado, estes espaços fazem parte do saber da comunidade que relacionado à educação popular, procedem do ato de ensinar ou, em outras palavras, da “experiência realmente fundante do aprender” (FREIRE, 1996, p. 26). E é nessa experiência que se fundamenta o saber popular repleto de processos simbólicos que juntos formam a *práxis* comunitária que identifica o sujeito como sujeito social participante (MELO NETO, 2015).

Pensando esses saberes na interrelação do conceito de quilombo ancestral: lugar de negros fugidos e semelhantes ao quilombo africano (RATTS, 2003), (MUNANGA, 1995) com o de quilombo contemporâneo: lugar de vivências múltiplas culturais, aprendizagem e resistência na Diáspora Africana (ARRUTI, 2003); (ALMEDA, 1996), percebemos o quilombo de Paratibe como um território étnico (BARTH, 1998), repleto de múltiplos saberes que dialogam com a perspectiva da educação popular fundamentado em Freire (1981, 2002), Brandão (2006) e Melo Neto (2015), sendo um lugar identitário que produz e valoriza da identidade dos sujeitos (HALL, 1997), (CASTELLS, 2001).

Dessa resistência, foram conquistados diversos direitos no campo das políticas públicas, como a inserção do artigo 65 da ADCT na Constituição de 1988 que garante o direito ao território quilombola e a manutenção da sua cultura, no âmbito educacional, a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



promulgação da Lei nº 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História Africana e Cultura Afro-Brasileira, sendo, uma das importantes leis educacionais que abriram espaço para a visibilidade do povo negro e do povo quilombola.

Sendo assim, defendemos o diálogo entre a educação popular e o saber/fazer da comunidade quilombola de Paratibe, porque, entendemos que a Educação Popular é uma: “prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-la enquanto sujeitos coletivos” (CEAAL, 1994, P.73). Onde o fortalecimento vem da afirmação identitária, que: “promove no sujeito o fortalecimento de aprendizagens para a compreensão da realidade em que este inserido, contribuindo para a aquisição do poder de decisão sobre os modos de intervir e modificar a sua realidade” (CASTILHO&OSÓRIO, 1997, p.43).

O fortalecimento da autoafirmação identitária, por meio da problematização da realidade, faz com que o sujeito possa compreender que é na diferença que se reafirma a identidade, ou seja, “aceitar e respeitar a diferença, é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar” (FREIRE, 1996, p.76), fundamentada no “construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996, p.77).

O saber popular desenvolvido nas atividades cotidianas de extrativismo (cata de caranguejo e goiamum, pesca, coleta de lenha, dentre outros) dos quilombolas de Paratibe constituíram-se de um processo educativo popular ancestral, formado por vários elementos simbólicos que passam de geração para geração. Destacamos entre eles o uso do Rio do Padre para a lavagem de roupa (Ver imagem 3), a cata do pitu (camarão de rio) (Ver imagem 4), utilizando a isca do fruto do dendê (Ver imagem 5) que também é utilizado pela comunidade para a produção do azeite e na alimentação a partir do cozimento do fruto, todos esses fazeres são saberes de comunidade importantes para a manutenção de suas identidades e permanências no território.



Figura 3 Mulher quilombola demonstrando como é feita a lavagem de roupa no Rio do Padre. Fonte: COSTA, I.E.



Figura 4 Pitu Camarão encontrado no Rio do Padre. Fonte: COSTA, I.E.



Figura 5 Mulher Quilombola levando na rudilha (pano de cabeça) o fruto do dendezeiro. FONTE: COSTA, I.E.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Todos os aspectos apresentados no levam a perceber a importância da preservação dos saberes/fazeres ancestrais que fortalecem a identidade coletiva dos quilombolas de Paratibe, nos colocando outros espaços de aprendizado que ultrapassam o saber tradicional, trazendo para nós que o saber popular, erroneamente dito como não formal na verdade tem em si, vários aspectos culturais que vivenciados de forma positiva atribuem valor, cor, sabor a cultura do povo de quilombo.

Conclusão:

O quilombo de Paratibe é um espaço de múltiplas vivências construído pela memória e ancestralidade, sendo as práticas ancestrais de extrativismo e sua relação com o território e a natureza, elementos do saber popular passado de geração em geração muito importantes para o fortalecimento da identidade e a permanência no território, quando os quilombolas vão à mata da Portela estão produzindo saber que deve ser lembrado e reconhecido dentro do espaço escolar para afirmação da identidade étnica. Desta forma, o território quilombola constitui um território de saber educativo, contribuindo na construção de uma educação emancipadora, pois, materializam várias vivências do povo negro na diáspora, por isso, valorizar esse saber popular é de suma importância, tanto na construção e afirmação da identidade quilombola, quanto da desconstruir de práxis excludentes, visando trabalhar a autonomia, a liberdade e a capacidade de reinventar os modos de aprender e os modos de ensinar.

Referências:

- ALMEIDA, Alfredo W. B de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In SMDDH; CCN. (Org.) Frechal. **Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís: 1996, p. 11-19.
- ARRUTI, José Maurício A.P. A Emergência dos ‘Remanescentes’: notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas. In: MANA 3(2), 1997, p. 7-38. _____. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: Texto para discussão: **Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)**, 2003.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: P. Poutignat & J. Streiff-Fenart (orgs.). **Teorias da Identidade**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 185-227.
- Brandão, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: brasiliense, 2006.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.294/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 de Agosto de 2018.
- CASTILHO, A.; OSÓRIO, J. **Construcción de ciudadanía em América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana**, 1997.
- CEAAL. **Educação Popular para uma Democracia com Cidadania e Equidade**, s/l, 1994



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no College de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. SP: Martins Fontes, 1999.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. In _____ Col. **Polêmicas do Nosso tempo**, Editora Cortez, São Paulo, 1985.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 10º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GASPAR, A. **Experiências de ciências para o 1º grau**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas nas escolas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 12 de Agosto de 2018.
- GONÇALVES, Ronízia Maria. **Relatório Técnico de Titulação e Delimitação do Território da Comunidade Negra de Paratibe**, João Pessoa: 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. Ed. 1997.
- MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: Editora do CCTA, UFPB, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. "Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil". QUINTAS, Fátima (Org.). **O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995. RATTI, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTI, A. J. P. (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.
- ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em: 30 de Julho de 2018.
- RATTI, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTI, A. J. P. (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.
- SILVEIRA, **Diego de Oliveira**; RODRIGUES, **Dra. Maria de Fátima Ferreira**. **Territorialidades Quilombolas em Paratibe – PB: Histórias de Resistências e Lugares de Reprodução Camponesa**. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Territorialidades-Quilombolas-Em-Paratibe-Pb/366161.html>. Acesso em: 10 de Agosto de 2018.
- TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982/1989. 2v.
- FILHO, Carmelo Ribeiro do Nascimento. **A Fronteira Móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba**. Dissertação de Mestrado. UFPB. João Pessoa: 2006.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERCEBENDO COMO A QUESTÃO ESTÁ SENDO ABORDADA EM DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS.

Antonio Anderson Brito do Nascimento¹

Zélia Cristina Pedrosa do Nascimento²

Orientadora: Karla Christiane de Góis Lira³

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual tivemos como fonte de análise, teses e dissertações produzidas em quatro Universidades e programas de Pós-Graduação das mais diversas regiões do país, com o objetivo de refletir a respeito das produções acadêmicas e contribuições desses pesquisadores com relação a educação do campo, percebendo como essas questões estão sendo abordadas em diferentes regiões do país e que problemas e esperanças levantam para esta realidade.

Palavras-chave: Educação do campo. Estado da Arte. Saberes e fazeres do campo.

Introdução

O presente trabalho discorre sobre o “Estado da Arte”, acerca de trabalhos que abordem temáticas ligadas a educação do campo e de modo particular aos saberes e

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação (DE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Aluno bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET PEDAGOGIA/UERN), integrante do grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE/UERN); participante da pesquisa de fluxo contínuo do Grupo de Pesquisa Educação e linguagem (GEPEL/UERN); aluno voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UERN); e-mail: andersonb.nascimento@gmail.com

²Graduada do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN); integrante do grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE/UERN); participante da pesquisa de fluxo contínuo do Grupo de Pesquisa Educação e linguagem (GEPEL/UERN); e-mail: zeliacebi@hotmail.com

³Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação (DE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda em Educação e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN); integrante do grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE/UERN); participante da pesquisa de fluxo contínuo do Grupo de Pesquisa Educação e linguagem (GEPEL/UERN); e-mail: chrisgois1@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



fazeres do homem do campo. Tendo como fonte de análise dissertações e teses produzidas e publicadas entre os anos de 2010 a 2017, em alguns programas de pós-graduação de diversas universidades do país.

O interesse pelo estudo do “Estado da Arte”, deu-se em virtude ao atendimento a um trabalho avaliativo da disciplina Pesquisa em Educação, do curso Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Entendemos o estado da arte como um estudo que intenciona “mapear e discutir uma certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento, utilizando predominantemente fontes de consulta disponíveis na forma de resumos ou catálogos” (FERREIRA, 2002, p. 258). Ainda de acordo com a autora, o estado da arte é “uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar” (FERREIRA, 2002, p. 258). Sendo assim, intencionamos refletir um pouco a respeito das produções acadêmicas e contribuições desses pesquisadores com relação a educação do campo, percebendo como essas questões estão sendo abordadas em diferentes regiões do país. Assuntos que nos nortearão na pesquisa para a construção da dissertação de mestrado da orientadora desse artigo.

Trazemos aqui algumas critérios importantes que devemos levar em consideração ao realizar o “Estado da Arte”. A princípio escolher para fazer a pesquisa em um banco de dados que traga um histórico de confiabilidade, para que ela seja fundamentada em uma documentação verídica e confiável, inclusive no que diz respeito a ética. Isto proporciona mais segurança ao escrever sobre o tema. Escolher um recorte temporal e espacial para que facilite a busca dos trabalhos, pois as buscas de determinados assuntos estão muitas vezes ligadas ao contexto histórico, cultural, político do pesquisador. Fazer um recorte temático e definir palavras-chaves e assuntos os quais queremos investigar, a delimitação dos temas é imprescindível para uma pesquisa exitosa.

É importante ter uma postura respeitosa aos pesquisadores. Mesmo não sendo eles a fonte principal da investigação e estudo, é necessário que haja fidelidade



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



aodiscorrer sobre o que foi encontrado nos trabalhos, tendo o cuidado de não esconder nem distorcer o conteúdo dos trabalhos em prol de interesses pessoais.

Metodologia ou referencial teórico

Para iniciarmos a presente pesquisa, buscamos o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para construir um quadro quantitativo de trabalhos produzidos em programas de pós-graduação de várias Universidades brasileiras que abordassem assuntos que se aproximassem com o tema pesquisado, utilizando palavras-chaves como educação do campo, saberes e fazeres do campo, dentro da perspectiva que queríamos, entre os anos de 2010 a 2017.

Ainda falando um pouco do que seria o “Estado da Arte”, trata-se de uma revisão bibliográfica que nos permite analisar as produções sobre determinadas temáticas, dentro de uma área de conhecimento específica e que seja similar, ou se aproxime o máximo possível da temática que se pretende estudar.

Este método nos permite ver teorias que estão sendo construídas sobre determinadas temáticas, os pontos que ainda não foram discutidos sobre tais assuntos e que precisam ser abordados, quais os procedimentos e quais os bancos de dados utilizados para a construção de tais pesquisas e os referenciais teóricos que discutem sobre o assunto pesquisado.

Sendo assim, ainda de acordo com Ferreira (2002) o objetivo ao utilizar esse método é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção.

A pesquisa traz um estudo de cunho bibliográfico, tendo como fonte principal de análise, teses e dissertações de programas de pós-graduação de vários programas de nosso país, trazendo como objeto de estudo: Saberes e fazeres das populações do campo na interface com o urbano, trazendo como problema, Em qual contexto social, cultural, econômico e educacional se inserem saberes e fazeres laborais de mulheres e homens do campo na interface com o urbano? Partindo de palavras-chaves como: educação do campo; saberes do campo; cidade-campo; urbano-rural; trabalho rural; campesinato.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dentre os assuntos que abordaremos neste artigo e consideramos mais importantes para o momento, trazemos a educação do campo e suas influências para a construção e conservação dos saberes e fazeres laborais do homem do campo.

Temos como referencial teórico, nomes como Ferreira (2002); Leite (1999); Oliveira (2004); Freire (1987) e Caldart (2008, 2012), entre outros.

Intencionamos desenvolver uma pesquisa dissertativa como requisito avaliativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em nível de mestrado, que venha abordar alguns conceitos antes citados no início desse artigo, consideramos bem essencial para nossa futura pesquisa dissertativa.

O que dizem os trabalhos analisados sobre os conceitos estudados

Esse tópico traz uma breve reflexão sobre os conteúdos analisados nos trabalhos, fazendo um pequeno recorte do que falam os autores sobre as temáticas que mais se aproximam com a pesquisa dissertativa a ser desenvolvida.

Em um dos primeiros trabalhos analisados, “A Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Centro Familiar de Formação por Alternância de Pinheiros-ES: Possibilidades pedagógicas de superação da fragmentação campo/cidade”, seu autor Gutemberg Gomes de Oliveira (2016), fala de desafios encontrados pela Educação do Campo e pela Pedagogia da Alternância em uma escola do campo que historicamente vive um aumento da participação de estudantes na cidade, influenciando em mudanças no cotidiano pedagógico e nas metodologias de ensino.

Mais precisamente em seu segundo capítulo, traz um histórico sobre a criação em maio de 1985 do Centro Familiar de Formação em Alternância de Pinheiros (CEFFAP) em maio de 1985, que tem seu histórico enraizado nas comunidades camponesas do município.

O trabalho relata as propostas de Educação do Campo construídas por eles, que fortalecem a autonomia da família e da comunidade, uma formação de sujeitos críticos capazes de analisar, refletir e agir na sua realidade, uma educação que não separa o mundo do trabalho, da família e da comunidade do mundo da escola, estabelecendo uma unidade dialética através do método da Pedagogia da Alternância.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O autor do trabalho analisado, mediante suas pesquisas, diz que essa Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em meio a década de sessenta introduzida por padres jesuítas e teve seu início na França num grupo de camponeses e educadores que, com a ajuda da igreja, lutavam contra o modelo de educação urbano desenvolvido para os jovens do campo e contra o modelo de desenvolvimento do capital.

O mesmo trabalho, em seu terceiro capítulo, destaca questão Agrária e o avanço da monocultura da cana-de-açúcar no município de Pinheiros, desenvolvendo assim o desafio em fazer a formação/educação dos filhos destes sujeitos que mantêm relações com o campo em alguns casos apenas como assalariados, proletários que vendem sua força de trabalho para o agronegócio ou no comércio na cidade.

No contexto em que foi feita a pesquisa, o CEFFAP era composto por estudantes filhos de agricultores que ainda mantinham relações diretas com a terra, com o trabalho familiar, produção para subsistência e o pequeno comércio, que encontra condições favoráveis para pôr em prática as técnicas e conteúdos abordados na escola.

Em contraponto a estes, ainda de acordo com Gutemberg (2016), tem um número cada vez mais crescente de estudantes, que vivem nas cidades, famílias que vendem em grande parte do dia a sua força de trabalho para o agronegócio, indústria ou comércio, como assalariados e autônomos, limitando a convivência familiar no dia-a-dia e o acompanhamento do estudante na escola.

Os estudos do trabalho analisado e acima citado, entram em concordância com algumas questões que pretendemos discutir no trabalho dissertativo, como por exemplo, essa importância da educação do campo ser voltada para os saberes e fazeres do homem do campo, pois o afastamento de certas atividades faz com que esse homem do campo perca sua identidade e desenvolva cada vez mais atividades em interface com o urbano, deixando de lado esses saberes que não só são importantes para o espaço rural, mas também para o urbano.

O que se pôde perceber com o trabalho analisado é que o grande avanço da monocultura trouxe uma grande perda de jovens camponeses para a CEFFAP, a grande quantidade de agrotóxico além de prejudicar a natureza ainda afasta os moradores do campo, levando seus filhos para a cidade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O segundo trabalho analisado, intitulado de “A práxis pedagógica no Centro Estadual Integrado de Educação Rural: Um estudo em educação do campo e agricultura familiar em Vila Pavão/ES”, do autor José Pacheco de Jesus (2012), investigou o momento educacional vivenciado pelas comunidades rurais e a comunidade escolar do CEIER/VP-ES.

No desenvolvimento do estudo, desde as análises documentais até a pesquisa de campo, o autor procurou abordar, construir, coletar, identificar, analisar, sistematizar os dados que pudessem revelar, nesta investigação, as potencialidades e/ou fragilidades do universo pesquisado. Fala sobre uma alternativa em Educação do Campo, que seja planejada dentro dos anseios dos produtores rurais, da comunidade rural e dos princípios de convivência humana com a natureza. Jesus diz que:

Através dessa práxis, poderia se imaginar, na comunidade a possibilidade do exercício da prática educativa do bem comum, da humanização, das trocas dos saberes-fazeres, da perseverança na busca de fortalecer o coletivo em prol da melhoria de vida no espaço-tempo da comunidade rural. (2012, p. 20)

Desta forma, estabelecer-se-iam os princípios de uma cultura do ensinar/aprender (FREIRE, 1996), de acordo com a realidade campesina. Diante das declarações do autor, percebemos que o trabalho aborda conceitos que não só se aproximam da temática a ser pesquisada no trabalho dissertativo, como também, traz muitos aspectos do primeiro trabalho que foi analisado dentro dessa perspectiva de educação do campo.

Apesar de trazerem contextos e pesquisas diferentes, a educação do campo é abordada nos dois trabalhos como questão bem central da pesquisa, seu conceito, sua influência, a forma que é planejada, entre outros aspectos.

O trabalho ainda traz um pouco de como a comunidade rural percebe o processo de ensinar/aprender praticado pelos professores e o processo de envolver a comunidade na discussão e no planejamento das atividades da instituição escolar aponta para necessidades de convencionar alguns ajustes aos seus interesses formativos e participativos.

O autor apresentou quadros que mostram dados coletados através de questionários, que confirmaram que em relação ao processo de envolver a comunidade



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



nas discussões e planejamento das atividades da instituição escolar, dois desses dados apareceram nas respostas de forma mais forte, que foram a “discussão e organização das atividades campesinas” e “discussão e organização das trocas de experiências e parcerias”. De acordo com Jesus, ambos com 86% das respostas dadas em “precisa melhorar” para cada um dos respectivos itens propostos no questionário. Sendo 40% dos pesquisados, disseram que no primeiro caso “deixa a desejar”.

Isso só nos mostra o quanto a cada dia as atividades desenvolvidas para o homem do campo se distanciam de sua realidade, fazendo com que os mesmo se distanciem de seus saberes e fazeres laborais, o que nos impulsiona a querer saber mais sobre esse assunto e perceber como de fato isso tem acontecido em realidades rurais que estejam mais próximas de nós, em nosso trabalho dissertativo.

O terceiro trabalho analisado, “O viver e o produzir no contexto da educação do campo: o caso da Escola Estadual De Ensino Fundamental Dirceu Moreira, Pelotas-RS”, do autor Lânderson Antória Barros (2014). O trabalho discute sobre os novos objetivos traçados para o espaço rural brasileiro, e o quanto esses interferiram diretamente nas relações sociais do agricultor, pois de acordo com o autor, concomitantemente ao processo de modernização, ocorreu um aumento na dependência dos produtores em relação a fatores externos, entre outros significativos impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O autor ainda destaca que a partir desse contexto, entende-se ser de extrema relevância que se estabeleça um novo projeto de educação nas escolas localizadas no espaço rural, pois esta possui um grande papel nesses espaços.

Ainda segundo Barros, “nesse contexto de negação da cultura do camponês, a educação do campo vem propiciar uma reflexão sobre tais processos e, paralelamente a esse debate, contribuir para a valorização do camponês através da ressignificação de sua cultura”. Barros diz que:

A Educação do Campo constituiu-se através das demandas do campesinato e da incorporação de experiências educacionais a partir dos movimentos sociais, sendo construída como uma maneira de resistir à invasão do capitalismo no campo. Tal situação está diretamente relacionada como uma forma de resistência tanto política como cultural desses atores sociais frente os avanços do capitalismo no campo. (2014, p. 19)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Barros declara que a educação do campo está diretamente ligada a ideia de sustentabilidade e que ela deve se preocupar com a permanência dos sujeitos no campo. Diante do exposto percebemos que os trabalhos trazem sempre a educação do campo como ferramenta central para que se construa um trabalho de valorização dos saberes e fazeres do homem do campo, mediante ao contexto que se vive hoje, pois a cada dia que passa esses estão ficando adormecidos devido a grande influência do urbano no campo.

Destaca-se em todos três trabalhos conceitos, origem e aspectos da educação do campo, sempre enfatizando sua importância para a continuação e conservação de uma cultura camponesa.

O quarto e último trabalho analisado, foi o “Por uma Educação do Campo”: Um Movimento Popular de Base Política e Pedagógica para a Educação do Campo no Brasil, do autor Clésio Acilino Antonio (2010). O autor nos traz uma pesquisa teórica, fundamentada na dimensão de análise de como a luta popular pela educação no campo atinge “conteúdos” e “formas”, a partir das significativas reivindicações dos movimentos sociais populares do campo, no interior do movimento “Por uma Educação do Campo”.

O trabalho aponta em seu quarto capítulo a política social da Educação do Campo como resultado de dois elementos indissociáveis: o Estado liberal como constituído de classes sociais antagônicas e as pressões advindas dos movimentos sociais populares do campo como representativos da classe trabalhadora.

De acordo com Clécio (2010), “a Educação do Campo se insere na dimensão de uma política social, porque a Educação de modo geral se apresenta possibilitada por este Estado assim, sociometabolicamente, de modo contraditório, controlada pelo capital”. O que torna o Estado um controlador econômico e social das comunidades que a recebem.

Em conclusão ao que pudemos perceber no tocante dos trabalhos analisados é que, a Educação do Campo foi abordada nos mais diversos aspectos, político, social e cultural, enfatizando sua importância no cenário brasileiro, e destacando a necessidade de mudança das políticas que regem essa educação, pois, apesar de ser advinda de lutas de movimentos sociais do campo, essa educação se mostra cheia de políticas públicas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



que vem muitas vezes descaracterizar essa educação e afastá-la daquilo que deveria ser sua real função, de educar os sujeitos do campo sem que ele perca sua essência.

Dentre os autores mais citados nos trabalhos analisados, destaca-se Paulo Freire, principalmente com sua obra “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Autonomia”, e Caldart com “Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção” e a obra “Sobre uma Educação do Campo”.

Conclusão

O trabalho em questão buscou vislumbrar a produção científica sobre assuntos que se aproximem da temática a ser pesquisada no trabalho dissertativo, principalmente no que diz respeito a educação do campo, nas pesquisas de Programas de Pós-Graduação de diversas áreas e regiões de nosso país.

De acordo com os trabalhos analisados consideramos que a pesquisa sobre educação do campo, na Pós-Graduação, tem um índice significativo nos últimos anos. As temáticas contidas nas teses e nas dissertações, se apresentam de forma a mostrar detalhes de um terreno vivenciado, analisado e sentido pelos sujeitos do campo.

Algo evidente é que vários aspectos trazem inquietações com relação ao futuro dos sujeitos do campo. Entre esses aspectos estão: as questões e problemas que envolvem a formação de professores para atuar no campo, o currículo, planejamento e políticas que envolvem a educação do campo, questões relacionadas aos movimentos sociais do campo, a educação profissional para o homem camponês, o retrato atual das escolas do campo, assuntos que concordam dentro de diferentes pesquisas e que abordam realidades que divergem uma da outra.

Em uma visão mais ampla, entendemos que as publicações de trabalhos que abordem esse tipo de temática contribuem para o enriquecimento do conhecimento nesse contexto da educação do campo.

Através dos olhares investigativos e reflexivos dos pesquisadores, podemos perceber as lacunas que ainda existem entre os contextos educação do campo/saberes do campo, o que nos faz perceber que realmente a cada dia que passa as fortes influências do setor urbano tem modificado a realidade do sujeito do campo, o que faz com que os



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mesmo venham a cada dia se distanciar de suas origens, culturas, saberes e fazeres laborais que tem toda uma identidade e um valor que não podem ser deixados de lado, pois acreditamos serem bastante importantes tanto para o setor rural como o urbano.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Clésio Acilino. **‘Por uma Educação do Campo’**: Um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_3b7bc1c8c2b391939cfff37f97cb2a25. Acesso em: 10/10/2017.

BARROS, Lânderson Antônia. **O VIVER E O PRODUZIR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dirceu Moreira, Pelotas-RS**, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_f3471044298b164f03e35b0333eb6e46. Acesso em: 12/10/2017.

BDBTD, **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Endereço: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Seção 1, p. 824. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 30 jun. 2015.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12. Disponível em: <http://www.cref14.org.br/boletin/res_cne_cp_002_03072015.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao0208.pdf>> Acesso em 12.11.2008.

CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.**In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 3ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 147-158.

CALDART, R. S. **Educação do Campo.** In: CALDART, R.S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, José Pacheco de. **A Práxis Pedagógica no Centro Estadual Integrado de Educação Rural: Um estudo em educação do campo e agricultura familiar em Vila-Pavão/ES**, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2336>. Acesso em: 10/10/2017.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Gutemberg Gomes. **A educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Centro Familiar de Formação por Alternância de Pinheiros-es: Possibilidades Pedagógicas de Superação da Fragmentação Campo/Cidade**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144397>. Acesso em: 15/10/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



EDUCAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE RUA

MARDEN VERGETTI CARDOSO DÓRIA

Marden Vergetti Cardoso Dória

Professor do Instituto Federal de Alagoas, Campus São Miguel dos Campos

Mestre em Engenharia Industrial pela UFBA

mardendoria@gmail.com

RESUMO

Segundo carta capital, em dezembro de 2017, a população ocupada era de 92,1 milhões de brasileiros e os trabalhadores informais (sem carteira ou por conta própria) eram 37,1% do total, ou 34,2 milhões, superando o contingente formal, que somava 33,3 milhões. A partir dos ensinamentos de Paulo Freire, da necessidade do diálogo, da ação-reflexão como fonte de mudanças de uma realidade, foram criados no Instituto Federal de Alagoas, projetos de extensão e de pesquisa com o objetivo de desenvolver a conscientização através do diálogo e da educação, na área da saúde e segurança do trabalho para profissionais de rua.

Palavras chave: Paulo Freire, educação, profissionais de rua.

INTRODUÇÃO

A quantidade de trabalhadores informais no Brasil tem aumentado de forma significativa devido a grave crise política, social e econômica que abalou o país a partir do ano de 2015. Desta forma, vários trabalhadores após perder os seus empregos formais, iniciaram atividades autônomas, sem a garantia de direitos e benefícios trabalhistas, com jornadas exaustivas, baixos salários e sem a devida proteção à saúde e a segurança do trabalho.

O presente artigo tem como objetivo a partir da constatação do aumento do número de trabalhadores de rua, descrever a importante função dos Institutos Federais do Brasil e mais especificamente em Alagoas, a partir da política pública de expansão, na realização da pedagogia do oprimido junto aos trabalhadores de rua. Para isto, apresenta casos de projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos por alunos do



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



município de São Miguel dos Campos, também oprimidos, mas que a partir da transformação adquirida em sala de aula, ultrapassam os muros da escola, para conscientizar outros oprimidos, profissionais de rua, sobre a necessidade da educação e conscientização com os cuidados básicos para a sua saúde e segurança durante suas atividades laborais.

METODOLOGIA

Para alcançar este objetivo foi realizado estudo teórico sobre a realidade dos profissionais de rua do Brasil, profissionais oprimidos pelo sistema em que estão inseridos, ratificando o papel primordial que os Institutos Federais adquiriram, após a expansão dos campi, através da realização de projetos de extensão e de pesquisa de cunho social, baseados nos ensinamentos de Paulo Freire sobre a pedagogia do oprimido.

DESENVOLVIMENTO

Segundo carta capital, em dezembro de 2017, a população ocupada era de 92,1 milhões de brasileiros e os trabalhadores informais (sem carteira ou por conta própria) eram 37,1% do total, ou 34,2 milhões, superando o contingente formal, que somava 33,3 milhões. Segundo o IBGE, foi a primeira vez na história que o número de trabalhadores sem carteira assinada superou o conjunto de empregados formais.

Parte das atividades do setor informal ocorre em ambientes caracterizados por: ausência de limites físicos ou territoriais, grande amplitude, desorganização ou mobilidade dos espaços de trabalho, como, por exemplo, os que trabalham na rua.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Conforme Graciane (1999) a “rualização” é consequência de um sistema econômico fundado na injustiça, que produz a marginalidade, a pobreza, o povo da rua das cidades e o trabalhador sem terra nos campos.

Estes trabalhadores de rua são considerados oprimidos por um sistema perverso que em épocas de retração econômica , como a que se iniciou a partir do ano de 2015, aumenta as desigualdades sociais e reduz a dignidade humana, desenvolvendo um cenário de tragédia social , que pode ser comprovada pelo aumento de crianças, jovens e adultos nos sinais de trânsito, nos estacionamentos públicos , no crescimento da violência e de trabalhadores, que buscam nas ruas oportunidades de sustentar as suas famílias , como os moto-taxistas e os vendedores ambulantes.

Esta opressão, segundo Freire (1968) quase sempre assume atitudes fatalistas referindo-se ao poder do destino ou da sina ou do fado – potências irremovíveis – ou a uma distorcida visão de Deus. Dentro do mundo mágico ou místico em que se encontra, a consciência oprimida, sobretudo camponesa, quase imersa na natureza, encontra no sofrimento, produto da exploração em que está a vontade de Deus como se Ele fosse o fazedor desta “desordem organizada”.

Sobre a desigualdade social Piketty (2014) nos resultados dos seus estudos esclarece que a história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos. Em particular a redução da desigualdade que ocorreu nos países desenvolvidos entre 1900-1910 e 1950-1960 foi antes de tudo, resultado das guerras e das políticas públicas adotadas para atenuar o impacto desses choques. A segunda conclusão de Piketty é que a dinâmica da distribuição da riqueza revela uma engrenagem poderosa que ora tende para convergência, ora para divergência, e não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam forças desestabilizadoras aquelas que promovem a desigualdade.

Desta forma, considera-se os fatores políticos determinantes na manutenção de uma realidade de desigualdade social e da existência de opressores e oprimidos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



De maneira geral, as condições de trabalho no setor informal nas ruas são perigosas e insalubres, observando-se nelas a presença de múltiplos fatores de risco para a saúde e a ausência de dispositivos e mecanismos básicos de proteção. Soma-se a esses fatores de risco presentes ou decorrentes do trabalho a ausência de proteção legal assegurada pela informalização do contrato de trabalho, o descumprimento de normas básicas de segurança, a ausência de fiscalização, além da falta de cobertura do seguro social e acidentes do trabalho.

Segundo Costa (2010), a informalidade é marcada pela precariedade das condições de trabalho e de vida, assim como pela negação dos princípios mais elementares de cidadania, acentuando as desigualdades sociais. Esta afirmativa baseia-se nas peculiaridades inerentes ao trabalho informal.

No Brasil, assim como nos países em desenvolvimento de forma geral, boa parte da população ocupada está inserida no trabalho informal. Neste cenário, encontramos relações autoritárias, prevalecendo a falta de segurança, a ausência de educação, a assistência médica de péssima qualidade, a pobreza, a fome e a exploração. Esta última, corriqueiramente expressa por longas jornadas de trabalho, remunerações muito baixas e a não garantia de acesso a direitos sociais e laborais básicos (Matsuo, 2009).

Segundo Costa (2010), a informalidade é marcada pela precariedade das condições de trabalho e de vida, assim como pela negação dos princípios mais elementares de cidadania, acentuando as desigualdades sociais. Esta afirmativa baseia-se nas peculiaridades inerentes ao trabalho informal.

Para a grande maioria dos trabalhadores demitidos, a informalidade significou uma oportunidade de permanecer no mundo do trabalho. A população passou a encontrar a sua fonte de renda em atividades laborais definidas como informais, que se expandem em diversas modalidades: Vendedores ambulantes, vigias de carro nas ruas, catadores de lixo, *outdoors* humanos ambulantes, trabalhadores domésticos casuais, entre outras (Costa, 2010).

Os estudos sobre esse fenômeno mundial da precarização de contratos de trabalho, que vem recebendo várias denominações como trabalho temporário, trabalho



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



contingente, etc., são ainda muito escassos e focalizam, principalmente, aspectos demográficos e econômicos. Todavia, mais recentemente o impacto sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores vem sendo estudado do ponto de vista epidemiológico. Os resultados têm demonstrado situações diferentes de acordo com o cenário social onde se estuda. Enquanto nos países industrializados trabalhadores informais apresentam maiores incidências de acidentes de trabalho e outros problemas de saúde, no Brasil, essas diferenças não foram encontradas, o que tem sido atribuído à pouca efetividade das políticas de proteção oficiais, voltadas para os trabalhadores formais, que precarizam a sua situação de saúde, apagando os contrastes nos indicadores. (IRIART et.al., 2008).

Desta forma diante deste cenário de aumento da quantidade de trabalhadores informais, podemos citar que os principais atores nesta conjuntura são: Os trabalhadores informais, que são os mais prejudicados, desprovidos de qualquer proteção ou benefícios sociais; O estado representado pelos governos federal, estaduais e municipais que se encontram estagnados, falidos e que não conseguem desenvolver políticas de geração de emprego e renda, devido à falta de políticas públicas de investimentos; A imprensa que divulga os fatos conforme os interesses do estado, salvo algumas exceções; A classe política cujos interesses individuais sobressaem-se sobre os interesses coletivos; A sociedade que assiste a este cenário lamentável, estarrecida pela grave crise social, econômica e moral que nos encontramos.

Segundo Souza (1998) as classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou subordinação.

No caso da conjuntura verificada pelo aumento dos trabalhadores de rua, do crescimento da informalidade no país, percebe-se que as relações entre os atores citados; os profissionais de rua, o estado, a classe política, a imprensa e a sociedade não é de confronto, não é de coexistência, não é de cooperação, mas sim de subordinação da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



classe dos trabalhadores de rua, a um sistema que tem como uma das características principais a desigualdade socioeconômica .

Desta forma é uma relação completamente desfavorável, de humilhação e subordinação a um sistema e a uma realidade, cujos atores principais, os trabalhadores de rua, buscam apenas a sobrevivência em um ambiente insalubre, sem quaisquer direitos e benefícios sociais.

Segundo Souza (1998), o sistema do capital mundial se constitui no pano de fundo do processo econômico, social e político que se desenvolve em nosso país, caracterizado pela concentração dos bens de produção sob o controle de uma minoria e concentração de riqueza nas mãos de pequenas parcelas da população

Percebe-se que a estrutura do sistema capitalista em consonância com um governo neo-liberal, que prioriza o capital, em uma conjuntura de retração econômica, como a enfrentada pelo Brasil desde o ano de 2015, eleva as desigualdades socioeconômicas, reduz os empregos formais, aumenta os empregos informais, fomentando assim uma situação de tragédia social, a qual estamos presenciando.

Contribuições do Instituto Federal de Alagoas com a educação dos profissionais de rua.

Conforme destaca Santos (2015, p. 107) os investimentos na Rede Federal saltaram de dois bilhões em 2003 para nove bilhões em uma década depois. Foi principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) que, em articulação com o projeto desenvolvimentista exposto em seu Plano Plurianual (2004-2007), que se identifica o deslocamento de unidades das escolas técnicas federais para o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



interior sob a lógica de que é necessário desenvolver o local para desenvolver o nacional.

Os números da expansão são elevados, no período de 1909 a 2002 existiam 140 unidades, entre 2003 e 2010 foram criadas mais 214 unidades, totalizando 354 e entre 2011 e 2014 foram construídas mais 208, perfazendo 562 campi de institutos federais.

Em Alagoas, antes da expansão haviam três campi, o de Maceió, o de Satuba, o mais antigo com 107 anos, e o de Palmeira dos Índios, após a expansão existem 15, distribuídos nas diversas regiões de Alagoas, são eles: Batalha, Benedito Bentes (bairro de Maceió), Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa.

É inegável a importância da expansão dos Institutos Federais no Brasil e em Alagoas, Estado cujos indicadores sociais e econômicos se encontram entre os piores do país. A abertura dos Institutos em cidades do interior possibilitou oportunidades para jovens e adultos que talvez jamais tivessem a chance de se libertar através da educação. São jovens e adultos provenientes de municípios pobres, com índices de desenvolvimento humano que se encontram entre os piores do Brasil, são jovens e adultos oprimidos por um sistema cruel e por uma realidade de extrema pobreza.

Segundo Freire (1968) a pedagogia do oprimido tem como ideia animadora toda a amplitude humana de “educação como prática de liberdade”.

Evidentemente que há diversos profissionais, jornalistas, políticos da oposição, principalmente os neoliberais, inclusive professores dos próprios Institutos Federais que criticam a expansão, devido à falta de estrutura, de melhores condições de muitos campi. Entretanto independente das dificuldades existentes, a existência de um Instituto Federal em uma cidade do interior de Alagoas, é um acontecimento para muitos jovens e adultos que não possuíam nenhuma perspectiva diante da vida, é a oportunidade de viver a educação como prática de liberdade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Segundo Gouveia (2016) a este respeito cabe crítica a respeito do potencial dos IFS para o desenvolvimento local e a transferência de conhecimento, conteúdo presente de forma clara nos objetivos e finalidades que explicam sua criação. Em pesquisa recente da Fundação Joaquim Nabuco, coordenada pelo pesquisador Adriano Baptista Dias, chegou-se à conclusão que a maioria dos IFS não realiza pesquisa que contribuam para a realidade local. A explicação para essa ausência está na própria precarização do modelo de expansão: no tripé ensino, pesquisa e extensão comprometido com as extensas horas de trabalho do professor quase que exclusivamente na sala de aula, nos deficientes laboratórios e infraestrutura em geral, na falta de material humano, no atendimento de diferentes níveis e modalidades de ensino que tornam complexo o trabalho dos profissionais da educação, no pouco diálogo das instituições com a localidade em que está implantado, nos acordos de instalação de campi baseados que respondem aos interesses da municipalidade, entre outros. Todo este conjunto de questões citados (poderíamos citar outros) levam os pesquisadores a concluir que os IFS não promovem a inovação nem contribuem para a redução das disparidades regionais.

Os dados apresentados por Santos, sobre as dificuldades apresentadas pelos professores para ações nas três áreas: ensino, pesquisa e extensão são reais. No entanto, os Institutos possuem uma grande responsabilidade social e podem contribuir de maneira mais efetiva para atuar nas comunidades locais, não com o objetivo de ser responsável por reduzir as disparidades regionais, pois este papel não cabe apenas aos Institutos, mas também e principalmente dos governos federais, estaduais e municipais, através de ações políticas. Acreditar que a implantação de um Instituto Federal em um município com índices socioeconômicos extremamente baixos, com um contexto histórico político, social e econômico de opressão para as classes menos favorecidas, mudará esta realidade é ser extremamente ingênuo, porém há sim condições de contribuições relevantes.

Além dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, os projetos de extensão e pesquisa são instrumentos de atuação nas comunidades locais, junto as classes menos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



favorecidas. O aluno oprimido por uma classe opressora, mas já consciente da possibilidade de transformação do mundo através da ação-reflexão, sai de dentro dos muros escolares para ajudar as classes menos favorecidas, da qual ele também faz parte, como as dos trabalhadores de rua, vendedores ambulantes, moto-taxistas e garis, que desempenham as suas atividades em ambiente insalubre.

Segundo Freire (1968) a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. Não é no silêncio, que os homens se fazem, mas nas palavras, no trabalho e na ação-reflexão. Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeiramente educação.

A partir dos ensinamentos de Paulo Freire, da necessidade do diálogo como fonte de mudanças de uma realidade, foram criados projetos de extensão e de pesquisa com o objetivo de desenvolver a conscientização através do diálogo, sobre educação na área da saúde e segurança do trabalho, para os trabalhadores de rua, no caso específico de garis e moto-taxistas expostos, considerando: A determinação dos agentes prejudiciais à saúde que incidem nos ambientes aos quais são expostos; A conscientização a respeito da importância do seu papel na sociedade e no mundo; A conscientização sobre a saúde e segurança no trabalho para a sua vida.

Estes projetos estão sendo desenvolvidos por alunos do campus de São Miguel dos Campos, município situado a 60Km da capital Maceió. Este campus não possui estrutura adequada e as aulas estão sendo realizadas em uma escola cedida pela prefeitura do município, no entanto, vários projetos de extensão e de pesquisa de cunho



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



social estão sendo realizados, ratificando que independente da falta de estrutura, há possibilidade de ir ao encontro dos oprimidos para realizar educação que liberta. Os projetos têm papel relevante, pois são desenvolvidos em cidades do interior de Alagoas, Anadia, Boca da Mata e em São Miguel dos Campos, cujos indicadores sociais são extremamente baixos e onde não há nenhum tipo de fiscalização por parte de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais. Além disto, quando se trata da profissão dos garis, geralmente eles são funcionários das prefeituras, mas com péssimas condições de trabalho.

Durante as atividades do projeto de extensão, uma das alunas responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho, descreveu no início em um dos relatórios mensais, a seguinte situação:

No município de XXXXXX os garis trabalham em situações decadentes: não recebem uniforme há mais de 2 anos, não utilizam botas, não possuem boné-árabe, não tem direito a filtro solar, mal usam luvas... a situação é precária e a secretaria não toma providências. É necessário também fazer sempre conscientizações sobre seus direitos e deveres, pois muitos não sabem dos mesmos. Também é necessário realizar conscientizações com a população, para fazer uma reeducação quanto ao descarte do lixo nas ruas e separação do mesmo. (BARROS,2017)

Este relato descreve a situação de precariedade encontrada pelos alunos quando iniciaram o projeto de extensão. Durante o andamento dos trabalhos, ocorreu uma melhora significativa, devido a divulgação das informações em redes sociais, pelo envolvimento de dirigentes de sindicatos, de associações e de gestores municipais.

No final de outro projeto sobre o mesmo tema, mas desenvolvido por outras alunas, em um dos últimos relatórios, a descrição seguinte comprova a melhoria das condições de trabalho dos garis, apesar de ainda haver resistência no uso das luvas: “Diante do que já foi apresentado, percebemos alguns resultados alcançados da ação, entre eles estão o uso do fardamento e a utilização das luvas, que mesmo tendo posse, eles não queriam usá-las”.(GLAYDS,2018).

O primeiro projeto teve um público alvo de 128 trabalhadores, entre garis, moto-taxistas e taxistas no município de Boca da Mata e o segundo projeto foi divulgado



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



junto a 40 garis em Anadia. Os projetos continuam em andamento e foi criada uma página na rede social do instagram denominada “profissõesderua” com o objetivo de divulgar informações sobre a situação dos trabalhadores de rua e sobre educação na área de saúde e segurança do trabalho.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a expansão dos Institutos Federais desenvolveu oportunidades de transformação da vida de milhares de jovens, oprimidos por um sistema perverso, caracterizado por uma enorme desigualdade social e econômica. Estes mesmos jovens, conscientes do seu papel no mundo, buscam através da educação a libertação de outros oprimidos, os trabalhadores de rua, seguindo os ensinamentos de Paulo Freire que destacou em seu livro pedagogia do oprimido que: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”.

REFERÊNCIAS

BARROS, S.K.M; NASCIMENTO, S.S.A. **Profissões de rua: A falta de informações e a precariedade com os cuidados básicos.**2017. Projeto de extensão – Instituto Federal de Alagoas, Campus São Miguel dos Campos, 2017.

BERNARDINO, M.A.C.D.; ANDRADE, M. **O Trabalho Informal e as Repercussões para a Saúde do Trabalhador: Uma Revisão Integrativa.** Coimbra: Scielo Portugal, 2015.

BRASIL. **Norma regulamentadora nº 09 (Programa de prevenção de riscos ambientais).** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF,08 jun.1978

COSTA, M. S. (2010). **Trabalho informal: Um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Caderno CRH, 33(58), 171190. Recuperado de: < www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 02 jun.2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



GLAYDS, F. **Promoção de saúde e segurança do trabalho através do uso adequado de EPIS**. Projeto de extensão – Instituto Federal de Alagoas, Campus São Miguel dos Campos, 2018

GOUVEIA, S de P, F.A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Revista Espaço e Economia, revista brasileira de geografia econômica**. Rio de Janeiro, n.9, Ano V, 2016.

GRACIANI, S, S, M. **Pedagogia social de rua**: Cortez, 1999.

IRIART, J. et al. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil**. Rio de Janeiro, RJ: Scielo, 2008.

MATSUO, M. (2009). **Trabalho informal e desemprego: Desigualdades sociais** (Tese de doutoramento). Disponível em :<www.teses.usp.br/teses/disponiveis >. Acesso em: 02 jun.2018.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

SANTOS, J.A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade? In FRIGOTTO, G. (coord.geral). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 100-112.

SOUZA, J de H. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRABALHO informal é a nova regra. Carta Capital online, São Paulo,01 fev.2018. Disponível em:<www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-anova-regra>. Acesso em: 01 jun.2018.



EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMINHOS OUTROS PARA UMA FORMAÇÃO EMANCIPADORA

Joelma Miriam de Oliveira¹
Gleyssa Nayana Soares da Silva²

Resumo

Este artigo apresenta as possíveis contribuições da Educação Popular e Educação do Campo para uma formação emancipatória. Então, identificamos os principais fundamentos políticos de ambas as modalidades educacionais; descrevemos as principais aproximações entre a Educação Popular e a Educação do Campo e suas finalidades. Os resultados apontam que a Educação do Campo e a Educação Popular contribuem para que os sujeitos possam desenvolver uma postura crítica com uma visão de mundo outra que os possibilita romper com a lógica segregadora.

Palavras-chaves: Educação Popular, Educação do Campo, Fundamentos Políticos.

1. Introdução

A educação é uma temática que nos possibilita levantar questionamentos diversos. Então, neste trabalho vamos apresentar os fundamentos de duas modalidades de educação que se aproximam em suas perspectivas e em seus objetivos, a Educação Popular e a Educação do Campo. Tanto a Educação Popular quanto a Educação do Campo visam à valorização dos sujeitos que historicamente foram subalternizados em nossa sociedade.

Nosso interesse por essas modalidades de educação se deu através das discussões realizadas durante as aulas na disciplina de Educação do Campo no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Durante as aulas as aproximações

¹Centro Acadêmico do Agreste- CAA, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Pedagoga-UFPE/CAA, Mestranda pelo PPGEduc-CAA/UFPE. joelmaoliveiradj@gmail.com

²Centro Acadêmico do Agreste- CAA, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Pedagoga-UFPE/CAA, Mestranda pelo PPGEduc-CAA/UFPE. gleyssanayana@gmail.com



entre as características da Educação Popular com a Educação do Campo despertou nosso interesse, percebemos semelhanças entre seus objetivos.

Então, para a elaboração deste artigo trazemos o seguinte questionamento para o nosso estudo: Quais as aproximações entre os principais fundamentos políticos da Educação Popular e da Educação do Campo? Temos como objetivo geral: compreender os principais fundamentos políticos da Educação Popular e da Educação do Campo. Nossos objetivos específicos são: a) identificar os principais fundamentos políticos da Educação Popular e da Educação do Campo e b) descrever as principais aproximações entre a Educação Popular e a Educação do Campo.

Nosso percurso metodológico se apoia na abordagem qualitativa defendida por Minayo (2010), consulta bibliográfica (LAKATOS, 2006) e consulta documental para nos apropriarmos dos marcos legais voltados para a Educação do Campo. Nosso trabalho além da introdução apresenta as seguintes seções: a) Educação Popular – Refletindo sobre seus fundamentos políticos; b) Educação do Campo: contemplando saberes outros; c) Metodologia; d) Discussão e Resultados; e) Conclusão e por fim apresentamos nossas referências.

2. Educação Popular: refletindo sobre seus fundamentos políticos

Nessa seção, discutiremos um pouco sobre o conceito de Educação, e refletiremos sobre a Educação Popular, fazendo um percurso histórico no tempo em que esse tipo de educação surgiu na América Latina e no Brasil. Nessa direção, agora partimos para uma reflexão sobre a Educação Popular e seu sentido na Educação dos sujeitos a partir dos pensamentos de Costa (2012); Souza (2002); Paludo (2005); Brandão (2006); Freire (1993); Carrillo (2013).

Primeiro, iniciaremos pensando sobre o que é Educação? O que é a Educação na escola? Para responder a esses questionamentos trazemos o conceito de Educação defendido por Costa (2012): “A educação é um denso e rigoroso processo de humanização, de preparação para a vida em sociedade, de formação para a alegria de viver, de ser, de sentir, de conviver. Dessa forma, a primeira função social da escola,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



consiste, exatamente, em contribuir no processo de humanização” (p. 119). Diante disso, a educação é um dos meios de humanização dos sujeitos para uma vida em sociedade e na relação com a escola, ela funciona como ferramenta para esse processo.

A escola carrega a função social de contribuir para a formação humana do sujeito, sobretudo por trazer como base sua ideologia que influenciará diretamente nesse processo de humanização. Pensando nisso, ao olharmos para a educação brasileira percebemos que esta tem servido aos interesses da elite, uma vez que a formação ofertada às classes trabalhadoras prepara a massa popular apenas para o mercado de trabalho, atendendo assim, aos interesses do poder dominante (COSTA, 2012). No percurso histórico, nos anos de 1950, a Educação Popular se referia apenas a ideia de extensão do ensino, da escola aos filhos dos trabalhadores rurais e urbanos. Nessa época a Educação Popular era conhecida como Educação de Adultos. A partir dos anos sessenta, a Educação Popular passa a adquirir novo sentido aqui no Brasil e na América Latina (SOUZA, 2002).

Para se pensar a Educação Popular, antes é preciso situar o tempo e o contexto em que esta nascia na América Latina como um movimento de Educação Popular. Em meados dos anos sessenta, esse movimento passou a sofrer influências diversas como do Concílio do Vaticano II; dos documentos de Medellín e da Teologia da Libertação; do pensamento de Paulo Freire; do pensamento marxista, entre outros que movimentavam a sociedade civil na época. O movimento de Educação Popular impulsionava a construção do poder popular que caminhava por diferentes perspectivas e reunia diversos sujeitos das classes populares. Junto a esse movimento se uniram também alguns locais como as igrejas, as organizações dos trabalhadores, partidos políticos que se caracterizaram como Centros de Educação Popular. Mais tarde, esses centros passaram a se chamar de ONGs (Organizações não-governamentais) (PALUDO, 2005).

A partir do alto índice de analfabetismo no Brasil com 85, 2% no ano de 1920, o governo começou a pensar em uma educação para todos. Esse pensamento representava a preocupação dos empregados em ter mão de obra qualificada para aumentar a produtividade. Para isso, era preciso ampliar o acesso a escolarização, além de que as organizações de grupos e partidos políticos passaram a reivindicar pela democratização



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



da educação e pela construção de uma sociedade mais justa. Desse modo, iniciava-se “uma luta pela educação” e o “combate ao analfabetismo” por meio da expansão da educação para a camada mais pobre da sociedade (BRANDÃO, 2006).

Nascida no berço dos Movimentos Sociais, a Educação Popular busca o conhecimento a partir das lutas dos diferentes Movimentos que se utilizam de uma prática transformadora para a conscientização dos sujeitos, “[...] na defesa de seus direitos e na busca de uma sociedade mais justa” (COSTA, 2012, p. 122). Nessa perspectiva, a Educação Popular se dá pelo comprometimento com as classes populares, como uma ação político-pedagógica que parte dos seguimentos das lutas populares. Ela é uma práxis. Segundo Brandão (2006), a Educação Popular surge como um meio de se pensar em uma ressignificação do processo educativo que possa partir das ideias das classes populares e da sua realidade de vida. Nessa direção,

A Educação Popular é a negação da negação. Não é um método conscientizador, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É a negação de uma educação dirigida aos setores menos favorecidos da sociedade ser uma forma compensatória de tornar legítima e reciclada a necessidade política de preservar pessoas, famílias, grupos, comunidades e movimentos populares fora do alcance de uma verdadeira educação. Ela procura ser, portanto, não a afirmação da possibilidade de emergência de uma nova educação para o povo — o que importaria a reprodução legitimada de duas educações paralelas, condição da desigualdade consagrada — mas a da necessidade da utopia de transformação de todo o projeto educativo a partir do ponto de vista e do trabalho de classe das classes populares. (BRANDÃO, 2006, p.50).

Levar isso em consideração nos faz refletir sobre que tipo de formação tem sido ofertado nas escolas? Qual a verdadeira intenção que está por trás da escolarização e da formação escolar para a humanização? O que se tem constatado é que esse processo formativo tem alienado os indivíduos ao conformismo e aceitação da desigualdade social. Então, a Educação Popular surge como contraponto a esse tipo de formação, ou seja, ela vem oferecer um novo tipo de educação que rompe com essa lógica do mercado. Esse novo modelo de educação é voltado para os interesses das camadas populares, pois ela se constitui “[...] como fortalecedora de uma luta pela qualidade de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



vida da pessoa, ou seja, pela possibilidade de conquista real dos direitos [...]” (COSTA, 2012, p. 119).

Os sujeitos são construtores do saber e são sujeitos de sua própria história, rompendo com a ideia de que somente os ricos podem refletir sobre a situação do país e assim, decidir sobre ele (FREIRE, 1989). Nesse sentido, a Educação Popular contribui para essa construção do saber mediante

“[...] uma Proposta Pedagógica, que partindo das aspirações, frustrações, desejos, projetos e anelos dos diferentes setores da classe trabalhadora, concretiza-se através das mais diversas e diferentes atividades sociais, econômicas, sociais, políticas e religiosas, organizativas, artísticas e de lazer [...]” (SOUZA, 2002, s.p.).

A Educação Popular viabiliza um novo modelo de vida para o sujeito, ou seja, por meio da Educação Popular, o indivíduo passa a ser sujeito ativo de sua realidade, transformando-a. Para isso, ela precisa adentrar os vários campos da vida do ser humano, além de levá-lo a participar coletivamente da vida social, de modo democrático. Isto quer dizer que a Educação Popular não se fundamenta apenas em teorias, pois a prática é conjunta na prática pedagógica deste modelo de educação que busca a emancipação dos sujeitos.

Na Educação Popular a democracia se estabelece enquanto fundamento para a prática, isto é, ela se dá por meio da participação dos indivíduos seja na construção de um currículo, seja na execução das atividades. Essa educação “nada contra a correnteza”, sobretudo por não se referir a transmissão de conteúdos desvinculada da realidade, ao contrário, a Educação Popular funciona por meio do ensino dos conteúdos a compreender a realidade na qual o sujeito está inserido (FREIRE, 1993).

Segundo Carrillo (2013), a Educação Popular contribui para a construção de um novo modo de ensinar e aprender. Os sujeitos da Educação Popular passam a interpretar a realidade de forma crítica; estes transformam-se em sujeitos políticos por meio de um posicionamento político frente a realidade; e a prática da Educação Popular ainda vem orientar as ações individuais e coletivas dos sujeitos na transformação da sociedade. Nessa direção, é por meio da Educação Popular que os sujeitos são instigados a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



interferir na sociedade, buscando e cobrando alternativas de vida frente às injustiças e desigualdades sociais.

O caráter emancipatório da Educação Popular vem redirecionar as práticas educacionais por perceber que há uma pluralidade de contextos, temáticas e atores sociais. E isso tem feito com que surjam novas práticas e saberes no contexto educacional (CARRILLO, 2013). Dessa forma, a educação em geral, tem ganhado uma nova roupagem quando busca conduzir o sujeito a partir do seu contexto para compreender o mundo e se transformar em sujeito de sua própria história.

3. Educação do Campo: contemplando saberes outros

Nesta seção abordaremos questões que permeiam a Educação do Campo que é uma modalidade de educação que valoriza o contexto campesino no processo de produção do conhecimento no meio escolar. A Educação do Campo é fruto das lutas dos movimentos sociais do campo que reivindicam uma educação que respeite as especificidades dos camponeses e valorize seus saberes nas práticas educativas.

Na luta pelos seus direitos os povos do campo solicitam uma educação que atenda e respeite suas especificidades, pois, “a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39) que historicamente ocuparam uma posição de subalternos à classe hegemônica. Então, “uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologia na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população” (FERNANDES, 1999, p. 51).

Então, ressaltamos que para os povos do campo a educação é extremamente importante para que esses sujeitos possam conseguir sua afirmação social e cultural, sendo assim, esta educação deve ser pautada no contexto campesino, incluindo os saberes e as vivências desses sujeitos na construção epistêmica. Portanto, um diálogo entre os conhecimentos produzidos nos centros urbanos e aqueles advindos das



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



experiências dos camponeses é indispensável nas práticas desenvolvidas nas escolas localizadas em território camponês.

Neste sentido, a Educação do Campo vem romper com a lógica de segregação que coloca os povos do campo numa posição de inferioridade, ela busca promover a afirmação desse povo que historicamente foi subalternizado, promovendo a valorização dos saberes da cultura camponesa por meio de processos outros de produção do conhecimento nas escolas localizadas no campo. Logo, para que os povos do campo tenham seus saberes incluídos e valorizados na produção do conhecimento, precisamos de um projeto educacional que considere os saberes outros dos camponeses e compreenda as especificidades de povo que vive no/do campo, nas práticas educativas desenvolvidas no chão da escola. Assim,

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38).

A LDB em seu Art. 28º assegura à população rural que os sistemas de ensino devem realizar adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural de cada região. Na Resolução CNE/CEB nº 2/2008 - Diretrizes complementares normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo é reafirmado o compromisso para com as especificidades dos camponeses. Logo, a educação do campo deve atender as necessidades advindas do contexto camponês. O Decreto 7352 de 04 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o Art. 2º apresenta os princípios da Educação do Campo que são:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Entretanto, ainda existem muitas questões a serem efetivadas e que impedem que a educação ofertada aos povos do campo contemple as particularidades dos sujeitos dos territórios campestres, pois, “a cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos e pré-modernos” (ARROYO, 1999, p. 23). A perspectiva da Educação do Campo rompe com a lógica de subalternização dos saberes dos campestres e possibilita o protagonismo dos sujeitos do campo na produção de conhecimentos outros.

4. METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos o nosso percurso metodológico adotado para a elaboração deste artigo, que se deu por meio de uma abordagem qualitativa, pois entendemos que a pesquisa qualitativa é um processo de reflexão, onde as conclusões surgirão a partir das relações estabelecidas nos mínimos detalhes que só uma pesquisa deste caráter pode oferecer. Pois,

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (DESLANDES,1994, p.21)

Segundo Minayo (1994), a metodologia se constrói pelas escolhas teóricas do pesquisador que traça um caminho buscando compreender os processos sociais vivenciados por diversos sujeitos sociais. Sendo assim, essa pesquisa é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica. A análise dos dados ocorreu por meio de uma reflexão sobre as leituras que tratam do nosso objeto de estudo: os fundamentos políticos da Educação do Campo e da Educação popular. Nesse sentido, Lakatos (2003) sublinha que a fase da análise e da interpretação “é a crítica do material bibliográfico, sendo considerado, um juízo de valor sobre determinado material científico” (p.48).

Utilizamos a técnica da análise de conteúdo que segundo Bardin (2009) é caracterizada como um método que se materializa mediante um conjunto de técnicas de análise de comunicações, fazendo uso de procedimentos sistemáticos para interpretar os dados de um estudo. Nesse estudo realizamos uma consulta documental para podermos nos apropriar da legislação voltada para Educação do Campo. Analisamos a LDB, os Pareceres e os Decretos voltados para essa modalidade de educação.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Inicialmente, anunciamos nossa primeira percepção sobre em quê comungam a Educação Popular e a Educação do Campo afirmando que os dois modelos de educação pensam em uma educação voltada para atender a classe trabalhadora que está tanto na escola, como fora dela. Podemos considerar que há uma relação entre Educação Popular e Educação do Campo quando ambas vêm instigar nos sujeitos a autonomia de serem ativos na sociedade, na busca pela liberdade e a emancipação destes sujeitos. Tanto a Educação Popular quanto a Educação do Campo apresentam direcionamentos para que a Educação contribua para libertar os sujeitos das opressões sociais, fazendo-os sujeitos políticos e militantes.

Um dos maiores percursos da Educação Popular foi Paulo Freire que nos apresentou uma nova reflexão sobre o que é Educação, partindo da ideia de uma



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Educação Libertadora. Para tanto, Freire faz uma desconstrução da educação que por muitos anos tem perdurado nas instituições de ensino, afirmando que esta educação é alienadora por enquadrar os sujeitos em modelos de educação que não consideram suas realidades e seus contextos. Diante disso, Freire (2009) acredita que a educação tem a função de conscientizar o sujeito, levando-o a olhar criticamente para sua realidade como forma de considerar o sujeito como Pessoa.

Assim como a Educação Popular, a Educação do Campo fomenta a conscientização do sujeito com base em uma educação libertadora que educa para liberdade, conduzindo os sujeitos a intervir na sociedade e em sua realidade (ARROYO et al, 2004). Nesse sentido, a Educação Popular, a partir da militância de Paulo Freire tem contribuído para a Educação do Campo quando inquieta os sujeitos do campo a questionar sobre que tipo de educação tem sido implantado nas escolas do campo.

A Educação Popular que se materializa nos movimentos sociais reúne sujeitos coletivos e políticos em busca da garantia seus direitos sociais para uma transformação social. Nesse ponto, concebemos que há uma aproximação com a Educação do Campo, sobretudo, pela coletividade, reivindicação por melhores condições de vida asseguradas pelos direitos a partir da implantação de políticas públicas que estarão sendo discutidas no cotidiano escolar como parte do conteúdo (Ribeiro, 2013). Logo, os dois modelos de educação fomentam a mobilização dos sujeitos para reclamar seus direitos e intervir na realidade social.

O ensino na Educação Popular parte dos saberes populares para então relacioná-los com os conteúdos trabalhados nos encontros e momentos de aprendizagem (FREIRE, 1997). Essa conexão também está presente na Educação do Campo quando esta requer “[...] um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento a partir de questões relevantes para a intervenção social nesta realidade” (ARROYO et al, 2004, p. 53).

Tanto a Educação Popular como a Educação do Campo têm como princípio o respeito à realidade dos sujeitos envolvidos, às diferenças, identidades, aos saberes e às manifestações culturais como parte da educação. Pensar o princípio da educação seja na Educação Popular, seja na Educação do Campo, é refletir sobre uma educação para a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



cidadania ativa que é discutida por Costa (2012) ao conceber um modelo de educação que conduz o indivíduo a questionar as situações da realidade e a buscar um novo projeto social baseado na democracia e na liberdade de expressão.

6. CONCLUSÃO

Compreendemos que a Educação Popular e a Educação do Campo se aproximam por meio de suas perspectivas emancipatórias que contribuem para que os sujeitos outros se tornem protagonistas de suas histórias ao possibilitar através do processo educativo uma visão de mundo outra e a valorização das culturas que foram silenciadas e subalternizadas historicamente.

Então, por meio de um processo educativo baseado nas necessidades coletivas dos sujeitos outros, a partir de uma formação crítica que contribui para o processo de reflexão a partir do chão da escola é que a Educação Popular possibilita transformar a realidade e contribui para a luta dos sujeitos contra o padrão hegemônico que inferioriza as culturas outras. A Educação do Campo que é fruto das reivindicações dos movimentos sociais encontra nos fundamentos da Educação Popular subsídios que complementam a formação dos seus sujeitos que lutam pelo reconhecimento e valorização de suas epistemologias.

Concluimos que através do viés da Educação Popular e da Educação do Campo nos processos educativos, os sujeitos podem desenvolver uma postura crítica e obter uma visão de mundo outra que os permite ocupar diferentes espaços no meio social rompendo com a lógica segregadora. No entanto, ainda existem muitas questões a serem pensadas: As especificidades dessas modalidades de educação são respeitadas nas práticas educativas desenvolvidas no chão da escola? Em nosso contexto social a perspectiva da Educação Popular está alcançando seus objetivos? Mesmo com uma legislação específica voltada para a Educação do Campo, as especificidades e a cultura campesina estão inseridas no currículo e nas práticas educativas das escolas localizadas em território campesino?

Referências



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.)

Por uma educação do Campo. Petrópolis. RJ Editora Vozes, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo.* Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos.** São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. **Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** (Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB N.º 02/2008.** Estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: CNE, 2008.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB N.º 04/2010.** Discute as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade,** in: MINAYO, M.C.S. (org.) Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

CALDART, R. S. A escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do Campo.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CARRILLO, A. T. **A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica Emancipadora.** In: STRECK, R. D. ; ESTEBAN, M. T (Orgs.) Educação Popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COSTA, Lucinete Gadelha da. **A Educação do campo em uma perspectiva da educação popular.** In: GHEDIN, Evandro (org.). Educação do Campo: epistemologia e práticas. 1ªed. São Paulo: coertez, 2012.

FERNANDES, B. M. Por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. (Org.). **Por uma educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

FREIRE, P. **Diário Oficial do Município de São Paulo – Carta dirigida Aos que fazem a educação conosco em São Paulo,** 1º de fevereiro de 1989.

_____. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez Editora, 1993.

Silva, Janini Paula da. **Educação do campo: um olhar sobre as políticas públicas, o Programa Escola da Terra (no estado de Pernambuco) e a formação docente.** / Janini Paula da Silva. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria; 6ª edição- 3ª reimpressão; São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

SOUZA, J. F. **Entrevista: Nem pedagogismo, nem politicismo (Keli Boop).** Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set02/entrevista.asp>. Acesso em 21 de maio de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA PRÁXIS DE CONSCIENTIZAÇÃO POLITICO-PEDAGÓGICA DO SUJEITO CAMPESINO

ARLENE TAÍS CUMARU FERREIRA SOUZA¹
AILZA GUIMARÃES ALVES²

Resumo

A educação popular no campo traz em seu contexto histórico as marcas da opressão e da dominação capitalista, todavia é marcada também pelas lutas e avanços conquistados pelos movimentos sociais. No decorrer do texto, tratamos da educação do campo no contexto histórico, político e social, sendo esta uma ferramenta para libertação dos povos oprimidos. Objetivou-se compreender a proposta educação do campo em uma perspectiva da educação popular e conscientizadora de camponeses bem como o espaço pedagógico como campo de lutas.

Palavras-chave: Educação do campo, conscientização, educação popular.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas não são suficientes para sanar as desigualdades que sustentam o sistema capitalista que atinge a população em geral, tanto de origem urbana quanto camponesa. A proposta da educação rural surgiu com o propósito da formação técnica dos camponeses (SOUZA, 2009).

Nesse modelo educacional não problematizava a realidade social ou conscientizava o sujeito camponesino acerca de seus direitos e valor social, mas consistia

¹ Faculdade do Belo Jardim - FBJ. Professora dos municípios de Brejo da Madre de Deus PE e Sanharó – PE. Graduação em Pedagogia – FBJ; Especialização em Psicopedagogia Institucional – FACOL. E-mail: arlenethais@hotmail.com.

² Faculdade do Belo Jardim - FBJ. Professora do município do Belo Jardim PE. Graduação em Ciências Biológicas – FBJ; Especialista em ensino da Biologia e as novas tecnologias – FBJ. E-mail: ailzagalves@hotmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



no conformismo em relação às desigualdades e “atraso” atribuído ao campo. “A missão principal do professor e do extensionista rural seria demonstrar as excelências da vida no campo, convencendo à população campestre a permanecer marginalizada dos benefícios aos quais as áreas urbanas tinham acesso” (SOUZA, 2009, p. 3).

No período de 1920, com a expansão industrial e a lógica da modernização da agricultura, culminou em iniciativas voltadas a educação dos povos campestres, visto que as indústrias necessitavam de pessoas minimamente qualificadas para mão de obra. Com isso, muitas pessoas migraram do campo para os espaços urbanos resultando no inchaço populacional nestes territórios (SILVA, 2015).

O êxodo rural significou um êxodo curricular dos sujeitos que habitavam os territórios campestres de não referência, de não lugar. Esta realidade foi acompanhada ora pela ausência, ora pela precariedade e descontextualização dos materiais didáticos utilizados nos territórios campestres (SILVA, 2015, p. 96).

Dessa forma, a população urbana foi alimentando a medida que os campos se esvaziavam, porém nem todos que abandonavam suas terras conseguiam trabalhar nas indústrias. Ainda de acordo com Silva (2015), o governo passou a pensar em uma educação que fortalecesse os traços regionais e fixasse os homens e mulheres no campo. Esse modelo educacional é intitulado “Pedagogia Ruralista”. Na concepção ruralista, a natureza e os campestres são considerados meios para consolidação de uma monocultura capitalista.

A concepção de atraso que foi atribuída ao campo foi se fortificando a medida que a modernidade trazida pelas indústrias e a eletricidade eram considerados benefícios exclusivos da cidade. Dessa forma, a educação rural objetivava a fixação dos campestres no espaço rural e a manutenção da condição servil.

Esse modelo de educação rural torna-se um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, e seus territórios não existem porque não são entendidos como territórios de vida (SILVA JUNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 7).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Falar de educação do campo nos remete as lutas coletivas dos movimentos sociais que marcam o processo histórico de camponeses em busca da materialização do direito a educação de qualidade. De acordo com Silva Junior e Borges Netto (2011) a educação do campo tem em seu processo de construção as marcas da hegemonia entre o campo e a cidade em que tende a segregação do meio rural, bem como de sujeitos do campo.

A proposta da educação do campo traz em si as conquistas dos movimentos ruralistas que lutam por uma educação do e para o campo, não apenas objetivando a fixação do sujeito, mas o reconhecimento deste como produtor de conhecimento e cultura valiosos. Diante disso, nos questionamos de que forma a escola enquanto espaço pedagógico pode aguçar as discussões acerca da realidade política e social de maneira conscientizadora de estudantes camponeses/os?

De acordo com Souza (2009), essa foi a proposta de educação mais dialética inserida no contexto do campo. Tendo como base as concepções da educação popular de Freire e a inserção da pedagogia do oprimido, que permeou os discursos de entidades sociais e também as propostas governamentais, representando avanços significativos para a construção de uma proposta educacional conectada com a cultura e os saberes do campo.

Tivemos como objetivo: Compreender a proposta educação do campo em uma perspectiva da educação popular e conscientizadora de camponeses bem como o espaço pedagógico como campo de luta. Como objetivos específicos: ^{a)} analisar pesquisas acerca da educação do campo, bem como a educação popular e a pedagogia Freiriana; ^{b)} relacionar pesquisas estudadas.

METODOLOGIA

Metodologia é o caminho do pensamento e a ação executada na abordagem da realidade, consistindo na execução do método (teoria) e nas técnicas utilizadas (MINAYO, 2015). Diante disso, partimos do método dialético que nos permitiu analisar e discutir para compreender o contexto do objeto pesquisado. Dessa forma, nos utilizamos da análise de conteúdo de Bardin (2016), passando pelo processo de estudos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de pesquisas acerca da educação do campo analisando todo material pesquisado e priorizando o conteúdo relevante a discussão.

Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizando-se como qualitativa, uma vez que busca compreender uma realidade social provisória, a qual não pode ser mensurada ou quantificada (CHIZZOTTI, 2003). Seguindo o método de análise de conteúdo de Bardin (2016), o processo de análise passou por três etapas, sendo a Pré-análise, que consiste no processo inicial da pesquisa através de leituras de outros estudos e pesquisas relacionados com a temática em discussão, escolha do tema e objetivos; exploração do material na qual é estudado é classificado o material, selecionando o conteúdo do material para a construção das discussões; interpretação dos resultados onde é feito um estudo geral de todo material para ter uma visão geral do conteúdo da pesquisa.

RESULTADOS

O Campo como Espaço de Construção de Saberes

Muitos são os conhecimentos e de acordo com Saviani (2011) esses saberes são adquiridos através das experiências vividas. A escola enquanto espaço de construção de conhecimentos, possui poder de valorizar esses conhecimentos e reafirmar a cultura do sujeito como produtores de tais saberes. Dessa forma, é possível considerar a riqueza de saberes produzidos pelos camponeses no e para o campo. Saberes estes, que se aprofundam com o tempo, contribuindo para “discutir e subsidiar a construção de uma política de educação do campo incorpore o respeito à diversidade cultural” (SILVA JUNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 6). Dentre tantos conhecimentos empíricos adquiridos pelos camponeses em relação a colheita, ao tempo e muitos outros não podem ser invalidados, mas aprofundado também na escola.

Tanto a História como a Cultura são produções dos seres humanos, numa escala espaço-temporal, sendo um movimento consciente e dialético, de transformação da natureza, que existe no conflito entre diversos interesses de grupos sociais diferentes. Esse movimento gera processos educativos em que há o confronto entre propostas de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



reprodução de desigualdades e superação das mesmas, na qual os homens são condicionados a irem se desumanizando ou se humanizando, dependendo dos condicionamentos e de suas reações aos mesmos. Sua reação provoca aprendizagem e, conseqüentemente, o processo de educação. (ARAÚJO; SILVA; SOUZA, p. 2).

Para tanto, entendemos que a história e a cultura são construídas através da interação entre os diversos grupos sociais e as experiências e saberes adquiridos. sendo a escola o espaço de aprendizagem e construção de conhecimentos, Freire (1979) vem invalidar a ideia da neutralidade escolar, uma vez que esta não pode se distanciar de sua função social e política de problematizar e tomar partido. A educação não pode ser neutra, pois em sua essência está à necessidade problematização e discussão, tendo intrínsecos princípios e valores que resultam em posicionamento ante a realidade política e social. Dessa forma, não existe uma escola neutra e “mesmo quando se nomeia apolítico e seus realizadores desconheçam sua finalidade, fez a opção por ocultar seu verdadeiro objetivo” (ARAÚJO; SILVA; SOUZA, 20? p. 2).

As pedagogias que se consideram puramente científicas, utilizam a ideia de neutralidade para esconder seus interesses hegemônicos para com a sociedade de maneira autoritária e domesticadora. Por outro lado, as pedagogias críticas como a educação popular, a educação social e a educação comunitária que reconhecem a politicidade da educação e a necessidade de problematização no espaço escolar, situando-se no campo democrático e popular. Essas pedagogias têm em comum o compromisso étnico-político com a transformação da sociedade (GADOTTI, 2013).

Apesar da proposta de educação do campo representar avanços significativos ainda notamos muitos alvos que se perdem no caminho ou mesmo a ausência de sentidos. De acordo com Dias e Lopes (2009), a formação das políticas curriculares são feitas de maneira homogeneizadora, porém é no chão da escola que essas políticas se materializam, no entanto, essa escola não é e nunca será homogenia. É necessário olhar para a escola como espaço de diversidades particulares de cada contexto.

Educação do campo carrega em si um direcionamento da pedagogia libertadora, possibilitando um leque de fazeres pedagógicos e políticos que são



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



construídos através do diálogo, do reconhecimento e valorização do sujeito. De acordo com Gadotti (2013), não se pode falar em educação de um modo geral, separando-a de seu contexto histórico, pois toda educação é necessariamente situada historicamente.

Dessa forma, compreende-se a necessidade de desconstruir os estereótipos atribuídos ao campo como lugar de atraso, onde nada acontece e da cidade como o paraíso de possibilidades, tecnologias e lazer. Reconhecer a existência das diversidades, bem como sua riqueza de saberes distintos é um grande passo para a conquista de uma educação comprometida com a educação mais que com a reprodução de mão e manutenção do sistema capitalista, hegemônico.

Educação Popular do Campo: uma práxis libertadora

A educação do campo tem em sua história as marcas da opressão e da formação do modelo ruralista que foi concebido com intuítos de subversão em lugar de libertação. De acordo com Freire (2008), não há quem possa compreender melhor a situação da opressão que não o oprimido, uma vez que este sente em sua pele suas consequências danosas. Portanto, só o oprimido tem noção da necessidade de libertar-se.

O opressor não é solidário com os oprimidos senão quando deia de olhá-los como uma categoria abstrata e os vê como pessoas injustamente tratadas, privadas de suas palavras, de quem se abusou ao venderem seu trabalho; quando cessa de fazer gestos piedosos, sentimentais e individualistas e arrisca um ato de amor. A verdadeira solidariedade não se encontra senão na plenitude desse ato de amor, em sua realização existencial, em sua práxis (FREIRE, 1979, p. 69).

Apesar da proposta da educação do campo ser voltada uma pedagogia crítica no viés da educação popular, está deve ser materializada na escola do campo. De acordo com Pinto (2011), a práxis da educação, é relevante ressaltar que esta se encontra na interação entre teoria e prática, havendo uma inter-relação na qual uma se reflete sobre a outra.

De acordo com Gadotti (2013), a educação popular encontra-se na pedagogia Freiriana da conscientização e a reflexão da prática e sobre a prática da educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



popular. Dessa forma, não basta está consciente da condição de oprimido, mas deve-se organizar-se e mover-se para que se possa transformar o mundo a sua volta. “Afirmar que os homens são pessoas e que, enquanto pessoas, devem ser livres, mas não fazer nada para que essa afirmação se torne realidade, sem dúvida, é uma comédia” (FREIRE, 1979). Dessa forma, compreende-se a educação como ferramenta de libertação dos povos camponeses, que através de sua práxis pedagógica, possui o poder de conscientizar e aguçar o desejo e organização para a transformação.

Diante disso, compreendemos a necessidade de problematizar questões sociais, na escola enquanto instituição política, social e de construção e interação de conhecimentos. Os povos camponeses já foram oprimidos por tanto tempo e não se pode continuar as margens da sociedade, com uma educação dominadora e hegemônica. É necessário falar sobre tais carências, pois apesar dos avanços, ainda notamos que muitas lutas ainda serão travadas em busca da tão sonhada educação laica, de qualidade e para todos.

A Educação Popular e a Educação do Campo

A educação popular no Brasil enfrenta assim como a educação do campo, políticas educacionais brasileiras que não construíram uma proposta democrática de diminuir as desigualdades na estrutura socioeconômica do país. A finalidade da educação do campo trouxe fatores excludentes e segregadores, que fizeram do campo um espaço de reprodução do capital, ou seja, os sujeitos camponeses deveriam aceitar a tarefa de obediência, desempenhando seu papel na sociedade capitalista. De acordo Souza (2009), o desenvolvimento da educação do campo deu-se por meio de programas compensatórios educacionais, o conhecimento transmitido aos sujeitos camponeses não tem sua participação, se distancia da realidade, na qual essas necessidades partem externamente do próprio processo de organização dos trabalhadores camponeses. Dessa forma, a educação do homem e mulher do campo nessa perspectiva de educação rural, não trouxe a conscientização e liberdade de igualdades de conhecimentos populares.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Em concepção da Educação Popular se estabelece a Educação do Campo, num contexto de luta e transformação social, que dialoga com a reconstrução do saber. Segundo Campos (2016), Paulo Freire propõe uma educação popular voltada para a sociedade relacionada aos setores populares e dos oprimidos, por isso, que a educação do campo no pensamento freireano, traz consigo os movimentos sociais camponeses, para romper com o paradigma de exclusão e de desigualdades, numa perspectiva de formação humana que dialogue e construa processos educativos emancipatórios.

[...] A Educação Popular e suas expressões concretas no campo possui inspiração, sobretudo no pensamento de Freire, pelo seu legado de caráter ético, epistemológico, pedagógico e político. A Educação Popular ampliou seus horizontes e hoje engloba outros campos do conhecimento, espaços de influência e interação com outros sujeitos. A educação popular nos contextos da Educação do Campo aponta para processos educativos emancipatórios na perspectiva política e pedagógica, ao tempo que, a educação do campo cria e recria a educação popular em múltiplas práticas, principalmente em defesa da democracia e da justiça social no campo como território de vida, lutas e conquistas (CAMPOS, 2016, p. 02).

Para situarmos a base dessa reflexão sobre educação do campo, é considerável que nos voltemos a Lei nº 10.639/03 na Educação do Campo, que garante os direitos às populações camponesas. A construção dos sujeitos sociais tem designado um espaço de luta, buscando coletivamente o direito e garantia das relações culturais, sociais e raciais inseridas no contexto curricular e pedagógico da Educação do Campo. Os movimentos sociais trouxeram também um aspecto muito importante da educação popular, no que diz respeito da educação do campo assegurar os sujeitos negros do campo, nas relações étnico-raciais, combatendo a discriminação racial e o racismo, que por inúmeras vezes na história da educação brasileira a população negra é excluída no direito de ser reconhecida como pessoas de direito.

Os projetos educacionais ao implementarem a Lei, constrói possibilidades a todos independentemente de seu pertencimento racial. A educação popular e do campo



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



rompe com os projetos de uma educação hegemônica e eurocêntrica implantada pela elite branca, que objetivava negar a negritude e a identidade do negro no espaço brasileiro. Conforme Magalhães (2015, p.88):

“[...] o pertencimento racial da população do campo, sejam eles agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, assentados, indígenas, ainda hoje coopera para o processo de exclusão e não prioridade nas políticas públicas do campo. Logo, compreender que a população negra do campo não está concentrada somente no quilombo, ou mesmo que o quilombo se constituiu como uma das estratégias da resistência negra, é fundamental para ressignificar e reeducar para as relações étnico-raciais, fortalecendo, assim, o combate às atitudes racistas que existem cotidianamente no ambiente escolar.

A educação popular no campo, traz efetivamente a garantia de direitos para a população negra inserida no meio rural. A diversidade do campo, é um instrumento de luta para afirmar os sujeitos negros e não negros do campo, se comprometendo com uma nova educação, articulando as relações étnico-raciais em um novo currículo do espaço campesino. De acordo Magalhães (2015, p.93) destaca, que “A Educação do Campo, ao buscar construir um novo referencial educacional, deve estar atenta a fortalecer em seus princípios a história e cultura dos sujeitos sociais que moram no meio rural”. Por isso, é relevante efetivar a Lei nº 10.639/03 para garantir essa conscientização político-pedagógica do sujeito campesino, seja a população negra ou não, reconhecendo a diversidade que o campo possibilita e valorizando os grupos sociais e os sujeitos neles inseridos.

O Movimento de Luta por uma Educação do Campo

A educação do campo teve seu surgimento através dos movimentos sociais, por meio dos trabalhadores rurais que reivindicavam seus direitos na construção de políticas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



educacionais voltadas para a reforma agrária. A Educação do Campo, num contexto de luta e transformação social, que dialoga com a reconstrução do saber. Segundo Campos (2016), Paulo Freire propõe uma educação popular voltada para a sociedade relacionada aos setores populares e dos oprimidos, por isso, que a educação do campo no pensamento Freireano, traz consigo os movimentos sociais camponeses, para romper com o paradigma de exclusão e de desigualdades, numa perspectiva de formação humana que dialogue e construa processos educativos emancipatórios.

Os movimentos sociais e seus objetivos de mudanças sociais dentro do embate político, traz consigo a ação coletiva dentro da sociedade, por isso, que é um espaço de luta a educação das populações mais pobres que vivem do trabalho agropecuário, da caça, pesca e tanto outros diante as políticas desinteressadas a escolarização rural. Arroyo (1983, p.20) citado por Azevedo e Queiroz (2015, p. 61) enfatiza que:

[...] O homem do campo tem seus próprios valores sobre o tempo, o lazer e o trabalho, o que condiciona qualquer projeto de reeducação para os novos valores requeridos pelas novas relações de trabalho. Neste sentido trata-se de um processo conflitivo, que transpassa a política de instrução elementar e do ensino técnico agrícola.

A educação tornou-se um cenário dual, contemplando um modelo diferenciado para os ricos e para os pobres, dessa forma, havendo educação rural o modelo econômico se voltava a consolidar o capital, continuando suas articulações e estratégias político-ideológica do Estado. A educação que se destinou as classes camponesas, vinculou-se em impor um modelo de educação urbana para torna o meio agrário em industriais. Vale lembrar as políticas públicas que Noce e Neto (2016) traz na discussão dos programas, visando o desenvolvimento rural, mostrando que o engajamento de organizações pública quanto da privada traz políticas que se desarticulam do verdadeiro sentido do combate à pobreza no meio rural, produzindo simplesmente políticas estatais que gerenciam estratégias de poder, partindo desse pressuposto acabam fugindo do interesse público que deveria ser as políticas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Os programas de combate à pobreza, traz um caráter assistencialista como os autores citam o Programa Bolsa Família, transformando os cidadãos em dependentes sociais do governo. Sabourin (2007) citado por Noce e Neto (2016) enfatiza que, por meio desse programas e projetos (aposentadoria rural, bolsa-alimentação, bolsa família, previdência) transforma produtores em consumidores agroalimentares e agricultores capitalizados.

Dentro desse modelo educacional brasileiro hegemônico, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de reprodução e produção das classes sociais e de seus conjuntos de ideologias, como ocorridas nas décadas anteriores, no qual as políticas educacionais implementadas materializam os projetos definidos e articulados pelo estado que estão afinadas com o modelo de “governabilidade”, implicando na construção do conhecimento social muitas vezes voltado unicamente para a produtividade econômica (OLIVEIRA, 2008, p. 08).

Os movimentos sociais frente a realidade dos camponeses, constituiu-se em um espaço de luta, como temos o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que em diversos assentamentos e acampamentos por todo território brasileiro, sempre desenvolveu sua história por uma escola do campo inclusiva, uma educação voltada e assumida pelos sujeitos que a conquistaram, reconhecida e fortalecida pela luta dos povos do campo, ou seja, os próprios reprodutores de sujeitos sociais, em um processo de humanização de toda sociedade. Segundo Oliveira (2008, p.12) “[...] para o MST a educação e a luta social não se desvinculam, uma fortalece a outra e caminham juntas para a formação da nova sociedade brasileira”.

Na perspectiva de uma Educação do Campo para os sujeitos do campo, a Educação Popular é considerada mediadora ao ser pensada pelos camponeses e para os mesmos, numa prática educativa que é diferenciada, voltada aos interesses das classes subalternas. Os sujeitos camponeses, são raízes do sofrimento marcado pela opressão e exploração do sistema econômico, no que se refere ao dificultoso acesso à educação de qualidade. Segundo Caldart (2002) citado por Campos (2016) mostra que a Educação do Campo é difundida pelos movimentos sociais se referencia a Pedagogia do



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Movimento, Pedagogia do Oprimido e na Pedagogia da Terra, sendo “os oprimidos os sujeitos de sua própria educação”.

CONCLUSÃO

A Educação do Campo e a Educação Popular carregam consigo a luta e a emancipação do ser humano na sociedade. Buscando elementos pedagógicos e políticos de uma educação crítica e problematizadora, sendo construída por sujeitos formadores de liberdade e próprios protagonistas desse processo emancipador de educação.

Portanto, a educação pensada pelos camponeses se configura em um instrumento de libertação e transformação social, trazendo um processo permanente de saberes e vivências em uma perspectiva crítica e emancipatória na sociedade. A Educação do Campo traz consigo a relevância da existência de escolas de direito e da terra, que carregam consigo narrativas de uma riquíssima diversidade do campo, tendo em sua história características de povos vivos, dinâmicos e que estão inseridos em territórios sociais e políticos, como sujeitos camponeses de múltiplas ações coletivas.

Cada avanço dado na Educação do Campo, mostra os direitos conquistados através das lutas dos movimentos sociais populares do campo. Portanto, a Educação do Campo diferente da Educação Rural é reinventada por meio de suas potencialidades articulados ao projeto de educação popular.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Monalisa Porto; SILVA, Severino Bezerra da; SOUZA, Israel Soares de. **FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO: O FORTALECIMENTO DA CULTURA POPULAR.**

Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi8jeKnh4_VAhWBg5AKHUwTDnsQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufscar.br%2Fpublicacoes%2Fpublicacoes-seminarios-do-gepec%2Fseminarios-de-2013%2F4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja%2Fd09-freire-e-a-educacao-popular-do-campo-o.pdf%2Fat_download%2Ffile&usq=AFQjCNEwzhBfluTpuXUerIq2MbrY9MelaQ&cad=rja

Acesso em: 15/08/2018.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. QUEIROZ, Maria Aparecida de. **Políticas de educação (a partir dos anos 1990) e trabalho docente em escolas do campo multisseriadas: experiência**



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



em município do Rio Grande do Norte. P. 61-72. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes. HAGE, Salomão Mufarrej (Orgs). Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Editora Almedina Brasil, ed. 70, 2016.

CAMPOS, Raimundo Sidnei dos Santos. **Educação popular e educação do campo na articulação de concepções e práticas educativas emancipatórias**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID10183_17082016213621.pdf. Acesso em: 08/08/2018.

CHIZZOTTI, A. A PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: EVOLUÇÃO E DESAFIOS. In **Revista Portuguesa de Educação**, 2003. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf. Acesso em: 08/08/2018.

DIAS, Rosanne Evangelista, LOPES, Alice Casimiro. Sentidos da prática nas políticas de currículo para a formação de professores **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.79-99, Jul/Dez 2009 <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/dias-lobes.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

FREIRE, P. 1979 **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, Editora Centauro, ed. 3º, 2001.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. In **SciELO**, 2013. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf> Acesso em: 12/08/2018.

MAGALHÃES, Leila de Lima. **A Lei nº 10.639/03 na Educação do Campo: garantindo direito às populações do campo**. P. 85-94. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes. HAGE, Salomão Mufarrej (Orgs). Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MINAYO, C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis. (Org.). RJ, ed. 34. Vozes, 2015.

NOCE, Marco Aurélio. NETO, José Ambrósio Ferreira. **Uma Análise De Política Pública Brasileira De Desenvolvimento Rural, Com Foco No Combate À Pobreza No Campo**. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Recife, Vol. I, N.8, jan / jun, 2016. Disponível: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/955/926>. Acesso em: 17/08/2018.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. **DOS PROGRAMAS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO RURAL AOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**. Disponível em: <file:///C:/Users/Junior/Documents/6672-11772-1-SM.pdf>. Acesso em: 14/08/2018.

PINTO, Umberto de Andrade. **PEDAGOGIA ESCOLAR: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO EDUCACIONAL**. Cortez Editora, São Paulo, 2011.

SAVIANI, D. (Org.). **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. Campinas, Editora Autores Associados, Ed.11, 2011.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, in **entrelaçado** Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo. N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011). Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj2v5esiI_VAhXLj5AKHTzXCLoQFggjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.ufrb.edu.br%2Frevistaentrelacando%2Fcomponent%2Fphocadownload%2Fcategory%2F119%3Fdownload%3D125&usg=AFQjCNHUpEbRuRDW98i0epWLUmbeS4TSrQ. Acesso em: 10/08/2018.

SILVA, Filipe Gervásio Pinto da. **OS PARADIGMAS QUE ALICERÇAM OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA COLEÇÃO DIDÁTICA PROJETO BURITI MULTIDISCIPLINAR: UM OLHAR ATRAVÉS DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL**. Dissertação de mestrado . Caruaru, 2015.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **A educação popular no campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20161/10758>. Acesso em: 12/08/2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



EDUCAÇÃO POPULAR E O PAPEL DOS MEDIADORES EM PROCESSOS EDUCATIVOS

GISANIA CARLA DE LIMA
Universidade Federal da Paraíba-UFPB
Bacharel em Ciências Sociais -UFPB
Licenciatura em Pedagogia - UFPB
Mestre em Educação - UFPB
Doutoranda em Educação - UFPB
profgisania@outlook.com

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre elementos encontrados em dissertação, que indicaram a importância dos mediadores em processos educativos que resguardam a concepção de educação popular. Autores como Gohn (2005) mostram a trajetória dos sujeitos educadores desde as Ong's até o terceiro setor. Realizou-se um levantamento bibliográfico, análise das ações desenvolvidas e aplicação de entrevista com roteiro semi-estruturado. As ações dos processos educativos buscam constituir uma resistência dos sujeitos, considerando o processo político-educativo de empoderamento, autonomia e emancipação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Cidadania; Processos Educativos.

Introdução

No processo contínuo de reinvenção da educação popular novos sujeitos sociais, novos temas e práticas são encontrados onde se reavaliaram princípios políticos, filosóficos e pedagógicos que garantem sua vigência como ferramenta para conscientização, libertação e reorganização de grupos, para uma cidadania ativa, um protagonismo para o enfrentamento das desigualdades e precariedades sociais (SILVA,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



2016). Dessa forma, ao considerar as possibilidades da educação popular diante do quadro de mudanças, torna-se relevante refletir sobre o papel dos mediadores em processos educativos que resguardam os princípios dessa concepção e estão voltados para a juventude do campo.

Nesse caso, considera-se mediador sujeitos que se empenham na elaboração e desenvolvimento de ações educativas favorecidas pelos princípios da educação popular. Essas ações estão voltadas para o plano coletivo com a finalidade de promover a autonomia dos sujeitos, promovendo aprendizados através do debate de temas como: cidadania, sustentabilidade, e políticas públicas, demandados pelas organizações sociais e grupos que articulam seu público com vistas a uma atuação combativa e propositiva.

Referencial Teórico

Dessa forma, a educação popular se constitui como um paradigma emancipador como dimensão ética do diálogo, considerando elementos da realidade dos sujeitos, como cultura, trabalho, liberdade e igualdade, e gera experiências e reflexões para a busca da superação da exclusão e da desigualdade (MELO NETO, 2004). Esta concepção formou-se a partir de acontecimentos históricos de um período que antecede a década de 1970 – momento de auge dessa concepção no país. Segundo Brandão (2002), as escolas anarquistas de/e para trabalhadores dos bairros operários de São Paulo, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, representaram o germe da prática educativa popular no final do século XIX e início do XX. Estas experiências buscaram acrescentar ao ensino regular das “coisas-que-todo-mundo-deve saber” uma espécie de saber-de-classe, com uma forte marca ideológica.

Ressalta-se que a definição desse paradigma revela sua relação com as práticas dos movimentos sociais populares, mostrando sua influência na formação de um projeto político pedagógico para a vida dos homens e mulheres, com a promoção da ideia de democracia enquanto um valor cultural a ser difundido através da educação e da participação nos processos de aprendizagem como momento importante na formação dos sujeitos. A citação a seguir expõe essa concepção:



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O “Paradigma da Educação Popular” (PEP) é aqui compreendido como um conjunto de idéias políticas, filosóficas e pedagógicas que nasceram com os Movimentos de Educação de Base e Cultura Popular (...). Alguns pontos de honra deste paradigma são: a valorização da cultura popular; a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade de vida dos educandos e a forma com que eles encaram esta realidade - a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; o estímulo à participação dos educandos em todas as fases do processo educativo; a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano, a tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa, uma investigação curiosa sobre a realidade (TEMPO PRESENTE APUD COSTA, 2000, p.16).

Portanto, o conjunto das práticas educativas populares ganha espaço junto aos movimentos sociais, garantindo o estabelecimento da dimensão educativa e reforçando o caráter político e transformador da educação popular. Os movimentos sociais são formas renovadas de promover educação popular através de suas ações e das práticas educativas que desenvolvem (GOHN, 1992). De acordo com as considerações de Gohn (2004), os movimentos sociais são fontes de inovação de ideais socialistas com uma nova interpretação para igualdade, fraternidade e liberdade, que passaram a ser consideradas como justiça social, solidariedade e inclusão social no contexto atual, tornando-se “matrizes” geradoras de saberes. Percebe-se com isso que os movimentos sociais têm na sua dinâmica perpetuado e valorizado essa interpretação, direcionando a autonomia dos sujeitos para ações reflexivas e para a compreensão de conceitos, como cidadania e democracia.

Nesse contexto a mobilização e articulação dos sujeitos ganham visibilidade, instituindo uma realidade onde se pode perceber a construção de relações sociais que valorizam a participação nos processos decisórios, promovendo práticas de organização da ação coletiva e de conscientização dos sujeitos sociais, com vistas à superação das desigualdades.

A participação funciona como um mecanismo de poder que deve fazer com que os interesses particulares dos governos sejam influenciados pelos interesses coletivos,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



inibindo escolhas independentes, redefinindo as relações sociais e também de poder. Sobre as relações sociais, devemos considerar que a “democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (CHAUÍ, 2005, P. 24). Conseqüentemente, o conflito é considerado como legítimo e necessário, assim como a capacidade de estabelecer diálogo e de construir consensos num contexto de participação. Dessa forma, as ações educativas possibilitam a criação de uma cultura para a cidadania, sugerindo a existência da democracia como valor cultural apreendido por qualquer cidadão.

Portanto, este trabalho constitui-se na tentativa de aproximar elementos encontrados na pesquisa da dissertação “A DIMENSÃO EDUCATIVA DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL”, apresentadas ao programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, das práticas e ações educativas voltadas ao desenvolvimento da concepção de educação popular. Para isso, considera-se os sujeitos que promovem os processos educativos para a juventude do campo, caracterizando-os como mediadores nestes processos.

Para aproximar-se de elementos sinalizados em minha dissertação, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema da educação popular seus conceitos e os movimentos sociais e organizações populares, acompanhamento sistemático, com o objetivo de aproximar a teoria e os sinais encontrados na realidade observado. Além disso, realizou-se análise das ações desenvolvidas e pesquisa documental. Por fim, aplicou-se entrevista com roteiro semi-estruturado.

Desenvolvimento

Na literatura sobre educação popular a definição dada por vários autores sobre a categoria de mediadores, mostra que a contribuição destes personagens favorece o aspecto educativo da ação dos movimentos sociais. Segundo Bezerra (1980), a contribuição dos diversos grupos sociais, a exemplo dos quadros universitários, tornou-se pertinente no processo de animação e mobilização dos movimentos populares no período de 1959-64. Embora não sejam considerados os agentes principais da ação social do movimento popular, enquanto sujeitos educadores, os mediadores foram



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



importantes para o desenvolvimento de atividades educativas voltadas para a alfabetização, educação de base e cultura popular, segundo esta citação da autora.

[...] o movimento popular não deve a sua existência ao poder de mobilização dos quadros do governo, da Igreja, dos partidos pseudopopulares ou das universidades. Mas foi a luta pelo destino a dar a esse movimento popular que deu margem à mobilização dos quadros das citadas instituições em torno da força potencial das camadas populares. Sem querer com isso negar o estímulo que significou e o peso que teve, para o movimento popular, a presença atuante desses diversos grupos. (BEZERRA, 1980, P.21).

Os mediadores surgem como personagens importantes no cenário das lutas dos movimentos sociais populares, colaborando para a organização coletiva na sociedade. Também considerados como sujeitos educadores, a Igreja, o Estado, os partidos políticos, Organizações Não Governamentais(ONGs) entre outros, contribuíram para que as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais fossem direcionadas para uma “prática consequente” na sociedade (WANDERLEY, 1980).

É necessário fazer um rápido resgate da trajetória histórica do conceito de sujeito educador para apresentar as impressões sobre a realidade estudada. Segundo Gohn (2005), os anos de 1970 e 1980 mostram que as Ong's apoiavam os movimentos sociais e populares na luta contra o regime militar, preocupadas com a redemocratização da política no país. A partir de 1990, também com o aparecimento do terceiro setor, elas passaram a atuar em redes, desenvolvendo processos mais autônomos, e, em alguns casos, desvinculadas dos movimentos sociais. A autora, segue sua análise apresentando aspectos positivos e negativos da forma de atuação dessas instituições na sociedade, partindo da fundamentação de um novo paradigma, de acordo com a citação a seguir:

No novo paradigma, mobilizar as pessoas deve ser uma tarefa integral: mobilizar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma que se provoquem mudanças nos hábitos e no comportamento dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação política, inserindo-o na comunidade próxima, ajudando a desenvolver um espírito fraterno e comunitário. (GOHN, 2005, P.93).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Esta citação se identifica com as considerações que apresentam-se sobre a relevante atuação de Ong's, que no caso do projeto¹ “As Cores do Solo” - “Implantação do Núcleo de Agroecologia Capacitação em Análise e Manejo de Solos e Produção Orgânica de Alimentos no Município de Bananeiras-PB”, destaca-se o papel desempenhado pela Associação Sedup – Serviço de Educação Popular. Esta organização guarda em sua trajetória momentos que exemplificam a configuração desse novo paradigma citado por Gohn (2005).

Estruturada a partir da necessidade da formação de uma instituição voltada para a organização política dos grupos populares na região do Brejo paraibano, a Associação Sedup foi criada na década de 1980 com a união de agentes de pastoral, coordenação do PEM, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), padres e a presença de Dom Marcelo Pinto Cavalheira, primeiro bispo da diocese (criada em 1980), que tinha uma visão ideológica ligada a Teologia da Libertação, representando o apoio de uma ala importante da Igreja Católica local.

Alguns serviços foram articulados para assessorar os movimentos sociais, principalmente os do campo no processo de renovação sindical, criando o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), para acompanhar a luta pela terra que surgia a partir do trabalho ligado a Pastoral Rural, e a Associação Sedup, juntamente com a Irmã Valeria Rezende. Além disso, nesse período foi dado incentivo a criação das pastorais da Igreja, formando um conjunto de pastorais na região que desenvolvia o processo de organização tanto na cidade quanto no campo com um apoio significativo as Comunidades Eclesiais de Base que atuavam nos bairros através dos Grupos de comunidade. Conseqüentemente os membros desses grupos participavam dos movimentos sociais na região sendo apoiados e assessorados pela Associação Sedup com formação política, organização de grupos e processos de capacitação. Contudo,

¹ O projeto desenvolveu um curso de extensão em agroecologia que contou com os seguintes módulos: saúde do solo, recuperação de áreas degradadas – RAD, Gestão integrada de recursos hídricos – GIRH e sistema agroecológico de produção de alimentos - SAPA. A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus de Bananeiras; o Movimento de Educação do Campo e Agroecologia – MECA; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Associação Serviço de Educação Popular – SEDUP; Fórum dos Assentados e Assentadas os municípios de Pilões, Areia, Serraria e Remígio; as Comunidades Quilombolas; a AS-PTA e o Polo Sindical; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Bananeiras e Solânea; somaram esforços para garantir a formação política e social dos/as jovens que participaram do curso.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



essa ação da Associação Sedup, como já dissemos, voltava-se especialmente para o campo, resultando na renovação no sindicalismo rural na região.

Com o passar dos anos, a entidade consolidou suas ações acompanhando os processos políticos-culturais da região, e tornou-se uma associação, em 1991, autônoma, sem fins lucrativos, de utilidade pública. A Associação Sedup têm suas atividades financiadas por projetos institucionais apoiados, principalmente por entidades como Misereor, fundada pela igreja católica da Alemanha. Atualmente desenvolve seus trabalhos tanto na zona rural – em áreas de assentamento dos municípios da região –, como na zona urbana de Guarabira, onde capacita, organiza e mobiliza os sujeitos sociais para a participação cidadã e controle social das políticas públicas com vista a transformar a democracia, tornando-a mais acessível, representando mudanças na qualidade de vida dos cidadãos.

A articulação dessa Associação com outras organizações e movimentos sociais em fóruns estaduais e nacionais possibilitou a essa entidade realizar atividades em cooperação, fortalecendo a organização e articulação da sociedade civil em rede para a formação social e política de diversos segmentos da sociedade civil, bem como a incidência nas políticas públicas locais. Portanto, o resultado dessa articulação foi o envolvimento da entidade com diferentes temáticas e em diferentes espaços.

Como sujeito educador, a Associação Sedup desenvolve um papel importante no município de Guarabira, tornando-se articulador dos movimentos sociais e organizações e entidades populares, contudo eles possuem uma dinâmica própria representando uma postura autônoma das organizações diante da influência do mediador, como pôde ser sinalizado no trabalho de dissertação.

As ações que compõem os processos educativos demandaram mobilização que considere a diversidade dos sujeitos sociais e a relação entre os movimentos sociais. A dimensão educativa dos movimentos sociais que estiveram envolvidos nos processos formativos garantem uma articulação em rede dessas organizações. Sobre a dimensão educativa, Vasconcelos (2006) reafirma a existência da dimensão educativa nos movimentos sociais e lembra a importância da ação dos indivíduos nos movimentos sociais para a manutenção dessa dimensão. Além disso, o impacto provocado por essa



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ação que se constituem em processos educativos e participativos pode representar mudanças conjunturais para a sociedade. Já para Gohn (2001), isso é possível quando os movimentos sociais passam a se definir como espaço voltado para a formação através da dimensão educativa da ação e da “libertação social”, buscando desenvolver ações em direção à conquista de direitos. A constituição da dimensão educativa dos movimentos sociais pode ser identificada da seguinte forma:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2001, P.50).

Há uma perspectiva do trabalho em rede para o desenvolvimento de ações educativas junto aos segmentos sociais. Para Scherer-Warren (2006) rede de movimento social se define como uma “síntese articulatória” ou “amálgama” do agir coletivo de vários atores com um princípio identitário que reconhece a redefinição da luta em torno de um sujeito plural, nesse caso, as juventudes do campo. O quadro de funcionamento das redes compreende a seguinte formação: organizações que se encontram na base da sociedade; organizações de articulação política que representam os mediadores na interlocução entre sociedade civil e Estado, associações de ONGs e redes de redes; mobilizações na esfera pública que servem como forma de expressão e de pressão pública: marchas, campanhas, semanas de conscientização, entre outros; e os apoios financeiros vindos de agências nacionais, internacionais e simpatizantes políticos, que contribuem para dinamizar as ações coletivas.

Por isso, a mobilização e articulação dos sujeitos tornou-se ferramenta indispensável para os processos de formação onde sujeitos sociais participam de forma efetiva da elaboração e execução da ação educativa. Por isso, a participação ganha um



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sentido diferenciado com um caráter construtivo, libertador, caracterizando-se como processo que pode resultar na partilha de responsabilidade, fortalecendo os sujeitos para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social.

Entendemos participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e agregando novos valores e uma cultura política nova (GOHN, 2005, P.30).

Assegura-se, dessa forma, que uma das principais funções da participação para a vida dos sujeitos é a função educativa. Na prática, essa função educativa da participação pode ser reconhecida através do desenvolvimento da capacidade dos sujeitos de avaliar e de se relacionar a partir de princípios democráticos. Lembrando que nesse realidade isto significa pensar o campo e seus sujeitos sob a perspectiva que busca enfatizar as possibilidades de transformação social e melhoria da qualidade de vida dessa população.

Nos processos formativos, os sujeitos apropriam-se de discussões sobre as relações sociais, participação política e social, as análises conjunturais, sendo, portanto, aplicada uma metodologia problematizadora e questionadora da realidade. As ações direcionam-se para a construção coletiva dos conhecimentos, bem como para a valorização das mudanças ocorridas a partir do processo educativo que os envolve. É neste momento do pensar metodológico que observa-se a prática da educação popular como o caminho a ser percorrido para o fortalecimento da atuação dos movimentos sociais e organizações populares.

Conclusão

O presente artigo tratou da importância do papel do mediadores nos processos educativos que envolvem os vários sujeitos sociais, certificando que a base educativa desta prática educativa está voltada para a educação popular. Portanto, a educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



popular se renova na atual conjuntura da ação dos movimentos sociais e organizações populares.

Além disso, o sujeito educador, como chamou-se o mediador, desenvolve uma ação institucional específica que lhe garante aprendizados, ou seja, o movimento é o de formar e si formar no processo educativo, lembrando a celebre frase de Paulo Freire “Ninguém forma ninguém...”. O aprendizado é coletivo podendo gerar mudanças na concepção que se forma sobre a organização política e social, podendo intensificar os conflitos ou reafirmando posturas que possibilitam o enfrentamento da realidade de precariedades.

Dessa forma, é possível considerar a necessidade de discutir e (re)fundamentar o tema da educação enquanto prática popular. Isto para que as ações dos processos educativos não caiam no vazio e no esquecimento, tendo em vista todas as conquistas já alcançadas e a necessidade de mantê-las vivas, buscando constituir uma resistência dos sujeitos, considerando o processo político-educativo de empoderamento, autonomia e emancipação dos sujeitos.

Referências

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: **A Questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular 40 anos depois. IN: **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Polis, 2005.

COSTA, Beatriz. Do surgimento aos desafios atuais. In: OLIVEIRA, Antonio Carlos de.; ROCHA, Regina; VIEIRA, Vera (orgs). **Educação Popular: práticas plural**. Rio de Janeiro: NOVA: Rede Muler de Educação, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



GONH, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Movimentos Sociais e Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Uninove/CNPq. IN: **Alfabetização e Cidadania**, nº 18, setembro de 2004.

_____. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETO, José Francisco de Melo. **Educação Popular:** enunciados teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

STRECK, Danilo R; ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva** / Danilo R. Streck, Maria Teresa Esteban(orgs). – Petrópolis; RJ: Vozes, 2013.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. Educação popular e processo de democratização. In: BEZERRA, Ailda; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs). **A Questão política da Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 1980.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: CONSTRUINDO SABERES

VIEIRA, Fernanda. A.¹
GUALBERTO, Ana J. M.²
DAMASCENO, Raquel S.³

RESUMO

Este artigo apresenta uma a revisão bibliográfica sobre Educação Popular em Saúde. Os autores que fundamentaram o presente estudo foram: Freire, Brandão, Gadotti, Bastable. A metodologia se baseou no levantamento bibliográfico de artigos, livros, revistas, em formato digital, na base de dados da Scientific Electronic Library Online (scielo). A Política Nacional em Educação Popular em Saúde, discute sobre o papel do enfermeiro como educador, apresenta metodologias participativas para construção do conhecimento de uma educação pautada nas especificidades da educação popular.

Palavra Chaves: Educação em saúde. Educação Popular. Enfermagem.

Introdução

Este estudo apresenta a revisão bibliográfica sobre Educação Popular em Saúde, no âmbito da disciplina Comunicação e Educação em Saúde, no curso de Enfermagem na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC em Ilhéus, Bahia.

A Educação Popular em Saúde, conquista um marco a partir de 2013 com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), contextualizando a organização na saúde e sua relação com as práticas do SUS.

Esta Educação propõe uma nova perspectiva em relação à atuação do enfermeiro no âmbito da saúde, propondo novas metodologias, encaminhamentos e práticas educativas,

¹Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus BA-Brasil. Membro do Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos- Ilhéus –BA. E-mail fernandaandradevieira10@gmail.com

²Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus- BA-Brasil. Membro do Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos- Ilhéus –BA. E-mail-Anajuliamacedo3@gmail.com

³Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA – Brasil. Membro do Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos- Ilhéus –BA. Email raquel_damasceno10@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



com intervenções propostas pela mediação dialética no atendimento as classes populares.

Os movimentos sociais desde a década de 60 vêm reivindicando uma educação que seja pensada por eles e com eles, baseada nos estudos de Paulo Freire, um dos mais importantes idealizador da Educação Popular no Brasil.

Outros estudiosos da educação popular vem demarcando espaços de diálogos entre a academia e as comunidades, sobre os saberes populares e suas práticas educativas entre eles estão: Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti e Jose Francisco de Melo Neto. Neste sentido, o processo educacional deve estar atrelado às estratégias que, embasadas a questões sociais, culturais e econômicas são referências para a construção do saber.

Para o desenvolvimento deste estudo a metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica, com base em referencial teórico em formato digital, localizados na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e os descritores utilizados foram: Educação em Saúde. Educação Popular. Enfermagem.

O objetivo deste estudo foi ampliar a visão dos discentes, acerca da educação popular em saúde, visando reconhecer as referências da Política Nacional em Educação Popular em Saúde visto que tal documento é de grande valia para reconhecer construção do conhecimento em Saúde.

Metodologia

O presente estudo compreende uma Revisão de Literatura, dissertando sobre o conhecimento acerca do arcabouço teórico/científico da Educação Popular em Saúde. Deve-se ressaltar que pesquisas do tipo Revisão Narrativa de Literatura são aquelas que não precisam esgotar as fontes de informações, não utilizando-se de busca exaustiva, sofisticada, podendo estar sujeitas as subjetividades dos autores.

As questões norteadoras deste estudo foram: Qual o conceito de Popular em Saúde? Quem é o público beneficiado da Educação Popular em Saúde? Quais as



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



características específicas da Educação Popular em Saúde? Qual o papel do enfermeiro frente à Educação Popular em Saúde?

O levantamento bibliográfico foi realizado, utilizando-se artigos, livros, revistas, em formato digital, localizados na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizando os seguintes descritores: educação em saúde e educar para a saúde. Como critérios de inclusão das fontes de dados/informações, foram escolhidos os textos que se encontravam atrelados às questões norteadoras. Foi também utilizado como critério de exclusão das fontes de dados/informações, textos que não responderam nenhuma das questões.

Com a finalidade de responder as questões norteadoras e alcançar os objetivos estipulados neste estudo, foi realizada a leitura do material didático considerando título, ano da publicação, resumo, introdução, conclusão relacionado ao tema abordado.

Educação Popular em Saúde

A educação é um conjunto de processos que visam socializar o indivíduo através do conhecimento, adquirido através de mecanismo pré-existent no meio ao qual ele está inserido. Segundo Brandão (1986), a construção da educação não pode ser pensada como uma ação individual, todavia a construção deve se basear na coletividade e na comunicação entre pessoas.

Quando inserida no contexto social, resulta na reprodução cultural do indivíduo, já num contexto pessoal a educação pode ser construída através da troca de conhecimentos.

É necessária uma maior discussão sobre educação para de fato pensar em educação popular, pois a educação popular não é algo engessado, rígido ou institucionalizado, mas sim um processo educativo, que preza os conhecimentos prévios da população, e a participação da mesma nas diferentes formas da construção do saber (BRANDÃO, 1986).

Brandão (1981), afirma que não existe uma única forma de educação, ou um modelo que seja o correto para que haja a educação popular, em diferentes povos e culturas. A



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



educação existe de variadas formas, a educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam de acordo a sua cultura.

Neste sentido, a Educação Popular em Saúde foi idealizada para estimular a participação e o empoderamento dos indivíduos em todos os âmbitos da sociedade. É uma importante estratégia de cuidado, pois possibilita a união, do saber coletivo ao científico.

Ao discorrer sobre isto, Freire salienta que a educação se torna popular pela sua capacidade de organizar a classe trabalhadora e tem sua ideia central na contestação da atual ordem econômica e do sistema político por isso faz-se transformadora Gadotti (1983) em sua discussão sobre esta temática salienta que:

(...) a Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica (...). Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é essencialmente político e é o político que é transformador. (GADOTTI, 1983, p.162-163).

Nessa ótica, os saberes advindos da Educação Popular, tem a intenção de transformar o sujeito em agente político no sentido de promover uma participação ativa nas transformações sociais, com responsabilidades e organização coletiva, em prol de relações mais humanizadas.

A relação movimento popular e educação popular gera uma ruptura com o modelo tradicional de uma escola burguesa que tem compromisso com o modo de opressão. Esse confronto é importante, pois a educação popular nesse modelo é compreendida como do povo e para o povo. Freire (2005), propõe que somente os oprimidos poderão lutar por uma educação transformadora, devido a sua inserção nas situações de opressão, suas vivências e seus conhecimentos para a sua libertação.

Em novembro de 2013, o Ministério da Saúde instituiu por meio da Portaria Nº 2.761 a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). A política propõe, além das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, o diálogo entre o saber científico e o saber popular deve ser o diferencial para a construção de conhecimentos e a inserção destes no SUS (CNEPS, 2012).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O termo popular é remetido a algo do povo, que atende as necessidades do povo, assim Paulo Freire, nos traz a concepção de uma comunidade específica, que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania.

Por isso, para se pensar em Educação Popular, é necessário repensar as estratégias educativas de tal forma, a contemplar o saber dessas comunidades e através do conhecimento possibilitar a mudança, pois o processo-ensino-aprendizagem é visto como ato de transformação social dos sujeitos, ocorrendo em uma mão de duas vias, tanto aprende quanto ensina, através da educação de diversas populações. (FREIRE et al., 2002).

Considerando as especificidades da Educação Popular

Dentre as características específicas da educação popular abordaremos o diálogo, a humanização, o ser humano como sujeito integral, as metodologias participativas sendo elas: círculos de cultura, roda de conversa e momentos de escuta e a problematização das situações-limites do contexto social dos sujeitos envolvidos.

Entender e incorporar o diálogo enquanto atividade prática é estar colaborando com a transformação do ser humano e da realidade. A dialogicidade propicia a construção do conhecimento de forma coletiva, por isso é tida como uma dimensão crucial no processo educativo na educação popular de sua cultura, crenças e histórias.

Este é o primeiro passo para a autonomia em se sentir um sujeito conhecedor desta forma, dando espaço para expressão e não ser apenas o destinatário das informações “É preciso recuperar a educação como diálogo, do processo educativo, dimensão fundamental de reconhecimento de sujeitos, que são agentes de sua história, trajetória, cultura e valores” (PULGA, p.126,2014).

A humanização não ocorre enquanto há opressão, assim, como não pode haver desumanização enquanto não há libertação. A humanização se dá somente na solidariedade e na busca para o ser *mais*, como nos propõe (FREIRE,2005).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Através dos valores propostos por Pulga (2014), podemos compreender o processo de humanização. “O ser humano precisa ter autonomia e maturidade para tomar decisões, enquanto sujeitos conscientes e éticos, cuja expressão se dá pela vivência cotidiana de valores, atitudes, ações e posturas condizentes com a ética” (PULGA, p.126, 2014).

Para educar é necessário compreender o ser humano como um todo, em todas as dimensões deste sujeito, biopsicossocial, cultural e afetivo, para que isso ocorra é preciso começar a partir de uma pedagogia que diferencie os valores, que reconheça este sujeito como um ser cultural.

Na Educação Popular, as metodologias participativas se caracterizam pela ação e reflexão dos participantes, momento em que as metodologias se consolidam através da interação dos sujeitos.

Segundo a PNEPS-SUS (2012), no que se refere às práticas e o cuidado com o outro “enquanto práticas sociais ocorrem no encontro entre diferentes sujeitos e se identificam com uma postura mais integradora e holística que reconhece e legitima crenças, valores, conhecimentos, desejos e temores da população”.

Uma das metodologias participativas na Educação Popular é o Círculo de cultura, um espaço em que todos tenham voz e possam interagir em um processo de ensino e aprendizagem, utilizando como instrumento a fala, constituindo relações horizontais, vivenciando ações coletivas em comum, retratando suas práticas e seus pontos de vista, sempre fazendo uso do diálogo. Paulo Freire foi o precursor desta metodologia, nos movimentos sociais e a define como:

[...] os Círculos de Cultura são precisamente isto: centros em que o Povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo, [...] estabelece-se um dinamismo entre os Círculos de Cultura e a prática transformadora da realidade, de tal modo que passam a ativar-se e reativar-se mutuamente. (FREIRE, 1980, p.141-142).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O Círculo de Cultura, contribui com o trabalho do enfermeiro (a), pois através do diálogo irão conhecer melhor as dificuldades vivenciadas pelo paciente, promovendo uma intervenção mais efetiva e significativa.

Outra metodologia participativa é a Roda de Conversa, segundo a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS, 2012), “se dá de forma horizontal promovem o debate e a construção do saber referenciadas na cultura popular”.

A escuta é uma das características importantes dentro da ação educativa da educação popular bem como a problematização, metodologia fundamentada nos princípios freireanos, essencial para o reconhecimento do contexto social dos pacientes.

Neste aspecto Paulo Freire e Nogueira(2007), discorrem sobre as vivencias e as experiências coletivas apresentando suas ideias:

Penso que nesse processo as pessoas não se limitam a discutir sobre conteúdos, mas as pessoas discutem sobre as dimensões e os momentos da prática. [...] As pessoas que, em grupo, procedem nesses rumos estão compondo sua (delas) compreensão coletiva sobre as dificuldades e sobre as soluções.

A enfermagem se insere nessa perspectiva através de um caráter refletido em ações de promoção da saúde, no âmbito da prática cotidiana, onde o enfermeiro utiliza a educação em saúde como ferramenta de trabalho.

Nesta perspectiva auxilia o enfermeiro (a) aprender comportamentos relacionados à saúde, desta forma incorporar em sua vida cotidiana, com o objetivo de promover o autocuidado, para então, prestar uma assistência integral e holística ao ser humano (BASTABLE, 2010).

Bastable (2010), afirma que, a função de educador é primordial na prática da enfermagem, para que se obtenha uma assistência de qualidade, de forma efetiva e eficaz. No entanto, a atuação do enfermeiro como educador vai além do diálogo expositivo ou conversas apenas sobre saúde, todavia, engloba toda a dinâmica popular, através de rodas de conversa, diagnósticos participativos, assembleias e manifestações da cultura popular.

Desta forma, o usuário do Sistema Único de Saúde será motivado a lutar e conquistar seus direitos. Vale a pena ressaltar que, o direito à saúde só pode ser



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



conquistado quando os demais direitos são respeitados. E esta conquista só acontece de forma organizada com a mobilização e participação popular.

Para nós enfermeiras (os) através do estudo sobre Educação Popular, das metodologias freireanas, das especificidades referendadas no documento sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, afirmamos que nossas práticas educativas em saúde, podem ser redimensionadas, no sentido de incluir outros saberes populares reconhecendo que existem outras práticas medicinais, culturais e ancestrais, que nos ensinam outras lógicas e práticas educativas populares e humanizadas.

REFERÊNCIAS

BASTABLE, Susan Bacorn. **O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem.** Artmed, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. (CNEPS, 2012).

SANTOS, Ronaldo Bezerra dos. Síntese das Contribuições Teóricas da Educação sobre o Processo Ensino-Aprendizagem. **Id onLine REVISTA DE PSICOLOGIA**, Edição.v. 10, n. 31, p. 163-176, 2016.

FREIRE, P; NOGUEIRA, A. **Que fazer? Teoria e prática em educação.** São Paulo: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 47ª

HENRIQUES, Lucas Fernando César; TORRES, Michelangelo Marques **Potencialidades do Círculo de Cultura na Educação Popular.** In: Educação Popular LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública.** Edições Loyola, 2001.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.** 2011. na Perspectiva Freiriana – São Paulo : Editora e Livraria instituto Paulo Freire, 2009.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PULGA, Vanderléia Laodete. **A Educação Popular em Saúde como referencial para as nossas práticas na saúde.** IN: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.



ENTRE MARTINHO LUTERO E PAULO FREIRE: PEDAGOGIAS PERTINENTES

William Francisco da Silva¹
Everaldo Fernandes da Silva²

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa de mestrado na área de Educação, enseja distinguir e aproximar de forma dialógica as pedagogias Luterana e Freireana. Não obstante, o distanciamento espaço-temporal entre ambos, com as especificidades contextuais, materiais e simbólicas, situamos aspectos relevantes em suas empreitadas educativo-políticas. Para tanto, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para alcançarmos o objetivo dessa investigação.

Palavras-chave: Martinho Lutero – Paulo Freire - Pedagogias

Introdução

O presente artigo é fruto de uma parte da dissertação do mestrado em Educação Contemporânea, concluída recentemente. Tal investigação objetivou conhecer e analisar alguns aspectos relevantes do pensamento luterano que traduzem a sua ideia de educação. Da mesma forma com Freire, ressaltando suas possíveis aproximações com as ideias embrionárias e revolucionárias do Reformador acerca da educação.

Com esta investigação, alvitrou-se um diálogo aproximativo entre a Educação Luterana e a Educação Popular como fonte inspiradora para uma melhor compreensão de práxis pedagógica tecida pelos atores de uma instituição não-escolar no agreste pernambucano. As abordagens epistemológicas foram representadas, prioritariamente, por dois de seus expoentes: Martinho Lutero e Paulo Freire. Aqui, detemo-nos à empreitada de estabelecer um diálogo entre as pedagogias destes dois autores, elegendo algumas categorias, como um mapa de referências, que foram possibilitadoras de maior lucidez sobre as pedagogias engendradas pelos referidos autores.

No intento de encontrar luzes para a compreensão teórico-metodológica, elucidamos, a princípio, alguns pontos de mutualidade e de complementaridade em que a Educação Luterana e a Educação Popular parecem ajudar-se reciprocamente e, assim,

¹ Mestre em Educação Contemporânea. Técnico em educação da Secretaria de Educação de Riacho das Almas – PE. E-mail: william2007silva@hotmail.com

² Doutor em Educação. Professor adjunta da UFPE – CAA. E-mail: everaldofernandes.silva@gmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ampliar a nossa concepção dos processos aprendentes e ensinantes nas diversas ambiências sociais. E, posteriormente, discorreremos acerca de categorias nucleares provenientes do pensamento dialético-hermenêutico de Lutero e Freire com o intuito de clarear possíveis estruturantes da *práxis* pedagógica desenvolvida em espaços educativos não-escolares.

Salvaguardadas as devidas proporções de tempo e espaço, enxergamos possíveis aproximações entre o pensamento educacional de Lutero e a pedagogia de Freire. Vale salientar que tanto Lutero quanto Freire estava enraizado num tempo, em contextos diferentes e tratando de educação com públicos diversificados e cosmovisões distintas. Mesmo assim, notórias são as contribuições desses autores para a sistematização de um modelo educacional mais humano e igualitário em meio às peculiaridades sociopolíticas e espaço-temporais.

Podemos constatar simultaneidades, a partir dos cenários distantes, nos quais se instauram: a Reforma Protestante e a Educação Popular. A primeira, de modo crítico, denuncia os abusos da corte religiosa romana com relação às práticas exploradoras de simonias e a própria crise da escolástica, evocando um novo jeito de se fazer educação, mais aberto, menos punitivo e repressivo, e que estivesse voltado para todos, inclusive os empobrecidos da Alemanha. A segunda, emerge em meio aos movimentos civis e de lutas por uma educação que levasse em conta as necessidades dos mais pobres e marginalizados da sociedade; como instrumento de conscientização, encabeça a luta pela democratização do saber escolar, a inclusão de povos subalternizados nos espaços escolares e o reconhecimento dos saberes prévios acumulados pelos/as educandos/as.

Educação em Martinho Lutero

Como prenunciado, a primeira parte deste artigo pretende estabelecer uma relação dialógica acerca das pedagogias de Lutero e de Freire. Cada uma delas carregada de sentidos, as quais contribuiriam e continuam a corroborar com as compreensões de Educação na contemporaneidade. A pedagogia de Freire bastante conhecida e referendada, já a de Lutero pouco referendada e bastante desconhecida nas literaturas do pensamento educacional do Brasil. Entretanto, na história da educação,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ambas, assumiram um papel extremamente relevante para a instauração de práticas pedagógicas mais abertas e progressistas.

Antes de entrarmos nas questões que nos propomos examinar, faremos duas observações: uma sobre o que compreendemos por pedagogia, outra sobre o lugar de fala de Lutero.

Ao quê nos referimos quando falamos de *pedagogia* luterana e *pedagogia* freireana? Referimo-nos a processos de construção de teorias da formação humana. Em consonância com João Francisco de Souza, entendemos

a Pedagogia não como curso de pedagogia, mas como elaboração de uma teoria da formação humana do sujeito humano. Isso supõe uma teoria da transformação da sociedade (uma reinvenção da emancipação humana), portanto uma teoria da ação coletiva (reconhecimento das ciências sociais/humanas) que se especifica ao interagir com os fenômenos econômicos, políticos, culturais, nos quais se incluem os educativos, analisando-os, na busca de identificar suas contradições, conflitos e ambigüidades, mas também suas potencialidades, indicando meios de promovê-las, sendo, nesse processo, permanentemente reelaborada (SOUZA, 2006, p. 40).

Essa compreensão de pedagogia fornecida por Souza nos põe em situação confortável para associarmos as contribuições do pensamento teológico de Lutero a uma pedagogia luterana. Entretanto, o lugar de fala do Reformador não é a educação, propriamente dita. Lutero é teólogo e não pedagogo, assim explica o pastor luterano Davi Haese:

Constato que Lutero não quis ser pedagogo, nem reformador da pedagogia. Sendo teólogo, e como tal ele se manifesta sobre questões de educação. Apesar disso friso que a sua contribuição para com a educação é muito valiosa e vale como desafio de reflexão para os dias atuais³.

Para melhor compreendermos a pedagogia luterana, faz-se necessário de início, um breve resgate histórico e hermenêutico contributivo dos alcances educacionais desenvolvidos no período da Reforma Protestante na sociedade alemã, chave

³ Trecho de entrevista concedida para fins dessa pesquisa, no dia 19 de dezembro de 2017.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



interpretativa para se ter maior clareza sobre a educação de sua época em diálogo com a contemporaneidade. Assim, retrata Jardimino ao tonificar o legado de Lutero e dos demais reformadores:

relegar o ato educativo desses humanistas apenas à *educação cristã* retira de nós a possibilidade de compreender as profundas mudanças político-educativas e pedagógicas que propuseram os ideários da Reforma Protestante, as quais abriram uma rachadura no velho edifício educativo medieval a caminho da modernidade (2009, p. 7).

Deste modo, a atribuição a Reforma de um retorno às origens merece destaque não somente no âmbito religioso, mas transcende as ambiências educativas religiosas e este novo modo de pensar o humano, abre veredas para outras leituras de sociedade e educação a partir da tradição bíblica. Por isso, chama-nos a atenção quando da ausência ou a incipiência de dados consubstanciais sobre o espólio de Lutero e dos outros reformadores do século XVI nos manuais e compêndios de História da Educação, constatação feita por Jardimino (2009)⁴ e também evidenciada por nós, na obra de Dermeval Saviani, intitulada *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, quando o autor faz uma vaga referência à Reforma, tão somente, com o intuito de ilustrar o objetivo primordial da contrarreforma: “À Reforma protestante, materializada na ‘tese luterana da sola *scriptura*’, para a qual a doutrina, em sua pureza original, derivava dos textos originais hebraicos e gregos, a Igreja de Roma moveu tenaz oposição...” (SAVIANI, 2013, p. 46), levando-nos a entender que para a história das ideias pedagógicas no Brasil nenhuma contribuição pôde ser extraída da Reforma protestante, nem tampouco do pensamento de Lutero.

Em contrapartida, o italiano Cambi ao analisar os impactos da Reforma protestante, ressalta que a partir do movimento do protestantismo,

[...] afirmam-se em pedagogia o princípio do direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e

⁴ Atentamos para a afirmativa do autor: “Os nossos compêndios de História da Educação dedicaram a essas ideias poucas páginas. Há uma ausência de material mais reflexivo do que foi esse momento na história da Educação” (JARDILINO, 2009, p. 8).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus (1999, p. 248).

Para se concretizar a reforma tão almejada, Lutero entende uma intrínseca ligação entre Reforma e Educação das crianças e dos jovens. E, ao pensar a educação, não a pensa como fenômeno ilhado, e sim, como uma manifestação humana estabelecida na relação com a sociedade. Daí, sua preocupação com a democratização do ensino. Pessoas educadas e bem instruídas poderiam sustentar e alastrar o pensamento reformador, isto é, apenas à luz da Palavra, sujeitos livres das autoridades eclesiásticas da Igreja obteriam a condição autônoma (emancipada) para construir a sociedade, como afirma o próprio Lutero:

[...] o progresso de uma cidade não depende apenas do ajuntamento de grandes tesouros, da construção de grandes muros, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armas. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando ela tem muitas pessoas bem instruídas, muitos cidadãos sensatos, honestos e bem educados. Estes então também podem ajuntar, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens (2000, p. 19).

Entendendo que a produção discursiva do sujeito abarca um mundo de sentidos e significados e que não há consciência que atua fora do mundo, referimo-nos a uma consciência engajada, de um sujeito criado mediante contextos, cujo *ser-no-mundo* é também *ser-ao-mundo*, sendo a intencionalidade sua experiência em construção (Rezende, 1990). Desta feita, situar Lutero no espaço e tempo implica na compreensão de uma época de transição, como já dissemos no capítulo primeiro, a era medieval entrava em declínio cedendo lugar aos prenúncios da modernidade, ressaltando as tensões pujantes entre a Igreja Católica e o movimento de Reforma, na mesma direção os embates políticos e econômicos na sociedade alemã, sobretudo, as crises na moral e na ética cristãs e a decadência na qualidade da educação oferecida.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Educação em Paulo Freire

Da mesma forma que a pedagogia luterana emerge em meio a um contexto de crise e de reorganização na estrutura social, política e econômica de sua época, a pedagogia freireana é fruto de uma época de profundas mudanças, ou pelo menos, que clamava por transformações, principalmente, de ordem econômica e social. Diante dessa realidade, o educador Paulo Freire associa o processo de libertação dos oprimidos às políticas educacionais e não de programas de alfabetização. Isto é, sem uma educação crítico-humanizadora seria impossível pensar na superação de uma consciência ingênua para uma consciência crítica.

De acordo com Saviani (2013) ao discorrer sobre a pedagogia libertadora de Paulo Freire, destaca que é possível detectar no ser social, três níveis de consciência: 1) consciência mágica; 2) transitivo-ingênua e 3) transitivo-crítica. O primeiro nível é peculiar a uma sociedade fechada; e a passagem desse para o segundo nível de consciência, dá-se de maneira automática com a mudança provocada pelo processo de industrialização e urbanização e evoca, mas não efetiva, a participação do povo na vida política; no entanto, a passagem da consciência transitivo-ingênua para a transitivo-crítica não se dá de modo automático, mas a partir de um trabalho educativo voltado intencionalmente para a libertação, a emancipação dos sujeitos empobrecidos.

Baseado nessa *teoria das transitividades*, Freire parte da realidade brasileira, apontando e denunciando, mediante “elementos histórico-antropológicos, as raízes de nossa inexperiência democrática, localizadas na forma como ocorreu a colonização do Brasil” (SAVIANI, 2013, p. 324). Freire propõe então, uma educação direcionada para a responsabilidade social e política, que encorajasse e desse ao ser humano, condições de empoderamento para discutir e problematizar a sua própria realidade existencial e social.

A mola mestra da educação em Freire é articular uma pedagogia que potencialize a práxis educativa como ferramenta de libertação. Desta feita,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência. Sua imersão na realidade, da qual não pode sair, nem ‘distanciar-se’ para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser ‘fora’ do tempo ou ‘sob’ o tempo ou, ainda, num tempo que não é seu (FREIRE, 2008, p. 16).

O processo educativo forjado por Freire necessariamente estabelece uma conectividade com a contextura da sociedade a que se aplica. Sem esse diálogo entre ser humano e mundo não há comprometimento histórico, não há como se transformar nada e nem tampouco “esperançar” uma realidade nova e surpreendente, isto é, o “inédito viável”. Nesse sentido, é tarefa primordial da pedagogia freireana fazer emanar no humano o profundo ato de alfabetizar a existência, no sentido que, “aprender a ler é aprender a dizer sua palavra. E a palavra humana imita a palavra divina: é criadora” (SAVIANI, 2013, p. 329).

Essa abertura humana para compreender o mundo e compreender-se junto ao mundo é que torna possível ao ser humano realizar sua vocação ontológica de *ser mais*. Para essa direção nos aponta, Calado:

Os humanos, como **seres de relação** ontologicamente vocacionados a **ser mais**, não se contêm no seu pedaço, e sentem-se, **ipso facto**, arrastados pela curiosidade e pelo gosto da aventura a contemplar outras paisagens, pois, se se fecham em seu mundo, correm o risco de sentirem-se de tal modo próximos do mundo natural, que se sentirão antes parte dele do que como seus transformadores (2001, p. 34) [grifo do autor].

O que nos chama maior atenção nessa discussão é compreender que a natureza relacional humano-mundo assume uma função genuinamente social: reinventar a educação. Na medida em que o ser histórico toma consciência de suas potencialidades inventivas e criativas, sua existência oportunamente passa a ser *no* e *com* o mundo, enchendo-o de sentidos e significados. “O mais importante nesta palavra, ‘reinventar’, é a ideia de que a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diverso, até oposto (BRANDÃO, 2013, p. 103). Naturalmente, essa afirmativa nos leva a entender que a educação é um instrumento de poder, dependendo de quem a cria e para quem a faz, pode servir para oprimir ou para libertar.

De acordo com Brandão, ao fazer a crítica da educação capitalista, Freire tentava desarmá-la da ideia de que ela é superior ao ser humano. Fazer diluir essa ideia de que as pessoas são um produto da educação; e florescer a compreensão de que somos sujeitos e protagonistas dela. Em outras palavras, é necessário crer que, antes, determinados tipos de homens e mulheres criam determinados tipos de educação, para que posteriormente, ela recrie determinados tipos de homens e mulheres.

Para Lutero quanto mais pessoas tivessem acesso à educação melhor seria para a sociedade. Ter acesso aos estudos, sobretudo, aos textos bíblicos possibilitaria aos homens e mulheres uma relação direta com o seu criador sem depender da mediação de nenhuma autoridade eclesiástica. Acessar diretamente as Sagradas Escrituras e poder interpretá-las cunhava uma relação mais livre e autônoma entre o crente e Deus no sentido de uma autodeterminação; liberdade de tutela das mediações na relação com Deus; atuação social como cidadãos de caráter, honestidade e de ajuda aos pobres. No dizer de Lutero, “fluem da fé o amor e a paixão por Deus, e do amor flui uma vida livre, disposta e feliz, para servir ao próximo gratuitamente” (2017, p. 185). A lógica cristã defendida por Lutero era a lógica do apóstolo Paulo: “de graça recebestes, de graça deveis dar”. A vida livre surge do conhecimento da Palavra e para conhecê-la é necessário passar pela educação.

Enquanto Freire parte da leitura/problematização do mundo para a palavra, Lutero parte da Palavra para a leitura de mundo. Embora, partam de pólos distintos para interpretar a realidade, ambos potencializam a ação e participação do indivíduo como agente transformador. Pois, quem ler e interpreta o mundo, senão o indivíduo? Da mesma forma, quem ler e interpreta as Escrituras Sagradas, senão o indivíduo? Vale salientar a preocupação desses pensadores com a criação de métodos educacionais que viessem a favorecer a criatividade e a formação dos indivíduos. Que não ficassem na mera memorização ou na repetição de conteúdos. Mas, que os conteúdos vivenciados



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



por educadores e educandos fossem pertinentes para a vida, atravessassem os sujeitos, dando-lhes sentido à existência, à convivência social e à presença no mundo.

Aproximações dialógicas e complementaridades

Algumas categorias em Lutero e em Freire apontam para aproximações e complementaridades, é o que se compreende, por exemplo, sobre **liberdade/autonomia**. Aproximações porque ambos abarcam os conceitos de liberdade e autonomia enquanto ascendência do indivíduo, isto é, superação de uma condição de opressividade, na qual se encontra o indivíduo. Complementaridade no quesito que para Lutero o indivíduo livre/autônomo é aquele que não se deixa aprisionar pelo condicionamento dogmático, a liberdade cristã parte de uma aderência interna (autodeterminação) do indivíduo em direção à vontade divina, aqui se justifica a livre interpretação das Sagradas Escrituras, enquanto instrumento de efetivação do potencial humano, pois, todos/as temos o livre acesso a Deus, mediante a compreensão do sacerdócio comum dos fiéis. Ademais, a superação do próprio sistema medieval burocrático e institucional notado quando o Reformador evidencia a valorização da ampliação das estruturas, modos de participação e do livre pensamento de caráter individual (doutrina da justificação pela fé e a compreensão do sacerdócio universal dos fiéis).

Para Freire, a autonomia é também um ato de superação dos dogmas, principalmente no que tange à compreensão de verdade absoluta na ciência positiva, mas é também o exercício permanente da criticidade, que valoriza a espontaneidade, criatividade e a organização social, a ponto dos sujeitos sociais questionarem e transformarem a ordem sociopolítica vigente. Autonomia no sentido de empoderamento e de consideração do potencial humano, antes visto e entendido como mero aprendiz, agora deixa de ser objeto para ser protagonista da sua aprendizagem, da sua história (FREIRE, 1996). Nessa perspectiva, é possível que o/a educador/a aprenda junto ao seu/a educando/a.

E, naturalmente avanços, pois Freire fala do estado emancipatório dos sujeitos a partir de um contexto político-pedagógico. Essa emancipação é materializada numa



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



compreensão de *práxis* pedagógica (ação movida à reflexão e reflexão gerando ação). Desse modo, os sujeitos emancipados tomam consciência dessa autonomia, e em coletividade lutam pela emancipação de outros sujeitos e pela quebra de paradigmas tradicionais opressores.

Outro elemento que nessa relação dialógica fica evidente é o elemento da *humanização*, entendida enquanto perspectiva ético-política, de engajamento consciente dos sujeitos (Freire) e enquanto perspectiva ético-religiosa, de engajamento com a vivência da Palavra (Lutero). A humanização em Freire tem a ver com o processo de transividade da consciência, quando o sujeito deixa para trás a consciência ingênua e ressurge por meio de uma consciência crítico-reflexiva, possibilitadora de diálogo com a realidade humana e histórico-social. A humanização em Lutero ganha forma quando o indivíduo encarna o Evangelho enquanto proposta de vida nova, de libertação, mas de encontro consigo mesmo e com irmãos (fraternidade). Desta feita, o processo de letramento/alfabetização engendrado por Lutero tem a finalidade de humanização, pois, por meio da educação cristã, homens e mulheres novos/as construirão uma sociedade mais harmoniosa e solidária.

Tanto a educação luterana quanto a educação freireana compreende o processo formativo enquanto via de humanização dos sujeitos. Quando se fala que a proposta é educar o indivíduo de maneira integral se pensa numa educação que forme para a vida, que desenvolva a criticidade e os posicionamentos éticos para o enfrentamento desses sujeitos em meio às suas realidades sociais. Sendo assim, essa educação não pode se dar desapegada do contexto sociopolítico em que se encontram os educandos/as, mas é atrelada a essas realidades do educando/a que a educação ganha força enquanto ação social de transformação humana.

A **universalidade da educação** é mais um ponto convergente entre as pedagogias de Lutero e a de Freire. Propor e lutar por uma educação universal, pública e obrigatória são princípios defendidos por ambos os pensadores. É possível perceber como preocupação tanto de Lutero como de Freire a construção de uma educação popular, voltada às populações empobrecidas, privadas do direito ao saber e ao conhecer. Nesse sentido, tanto a perspectiva de educação luterana bem como freireana



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



compreende a aproximação entre indivíduo e sociedade/mundo. Ademais, uma educação para todos/as, em que meninos e meninas possam usufruir dos mesmos direitos, embora com funções e destinos distintos na educação luterana (LUTERO, 2000).

A **práxis pedagógica** observada mediante as concepções de educação em Lutero e em Freire assume intencionalidades formativas com acentos diferentes e aproximativos. Quanto a Lutero, este não atentou, naturalmente, para a compreensão de uma formação em conjunto, mas inovou quando em seu método educativo considerou a brincadeira enquanto atividade pedagógica, levando em conta a espontaneidade e os contextos culturais dos educandos/as, fazendo do estudo um momento prazeroso, significativo e de utilidade para vida, objetivando, inclusive, a formação dos novos agentes da sociedade; Com relação a Freire, percebemos a compreensão, propriamente dita, de *práxis* enquanto ação-reflexão-ação, uma prática pedagógica coligada a uma ação social coletivizada e consciente, propulsora de humanização e emancipação. Assim, enquanto Lutero articula uma ação pedagógica voltada para o funcional/situacional, Freire propõe uma ação pedagógica direcionada a transformar as estruturas sociais, de modo particular, aquelas de natureza opressora.

Considerações

Portanto, as questões abordadas, a partir do acesso às literaturas: luterana e freireana, de um modo geral, aguçam a nossa curiosidade epistêmica em torno da compreensão dos sentidos presentes na *práxis* pedagógica desenvolvida por sujeitos aprendentes e ensinantes das diversas ambiências educativas, sobretudo, a não-escolar.

Os resultados oriundos da relação dialógica entre as pedagogias de Lutero e de Freire apontaram para uma tessitura de vida, conhecimento e emancipação no percurso formativo dos sujeitos envolvidos com a proposta de educação que articula as práticas dos dois autores. A tecelagem apontada fora construída de modo coletivo e intencional, a partir das leituras de mundo e das vivências pedagógicas. Assim, os processos de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



humanização e emancipação demonstram os constructos aprendentes e, simultaneamente, circunscreve a missão formadora das pedagogias luterana e freireana.

Referências:

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** Col. Primeiros Passos. nº. 20, São Paulo: Brasiliense, 2013.

CALADO, A. J. **Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade.** Caruaru: Edições FAFICA, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança.** Trad. de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JARDILINO, J. R. L. **Lutero e educação.** Coleção Pensadores e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LUTERO, M. **Educação e reforma.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. Coleção Lutero para hoje.

_____. **Martinho Lutero: uma coletânea de escritos.** São Paulo: Vida Nova, 2017.

REZENDE, Antonio Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, J. F. de. **Prática pedagógica e formação de professores.** Ensaio para concorrer ao cargo de professor. UFPE, Recife, 2006.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



ENTRELAÇAMENTOS EDUCATIVOS E ENGAJAMENTOS COMUNITÁRIOS: NOTAS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NA PASTORAL DA CRIANÇA

Leyla Menezes de Santana¹
Marizete Lucini²

Resumo: Este texto analisa as relações coexistentes entre uma prática educativa considerada de base crítico-libertadora e os processos de engajamentos comunitários. Forjada a partir dos princípios freireanos, esta prática educativa foi desenvolvida entre os anos de 1991 e 2012 pela Pastoral da Criança com o objetivo de alfabetizar pessoas adultas. As percepções desta experiência foram captadas a partir de uma investigação de cunho bibliográfica-documental, sob o olhar da fenomenologia que revelou uma prática marcada pelo compromisso social engajado.

Palavras-chave: Alfabetização de Adultos. Pastoral da Criança. Engajamento Comunitário.

1 Balanço introdutório: perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa

Ao nos propormos a escrever este texto intencionamos dialogar com a força dos saberes, dos signos, das expressões, dos ditos e não ditos experienciados a partir de vivências comunitárias. Vivências que nos chegam por diversos caminhos, por diferentes falares e outros sujeitos. Escrever sobre as escutas nos coloca na posição de aprendizes que no diálogo se encontram e reencontram com sua ancestralidade, principalmente através dos outros que nos habitam. Outros que vieram antes de nós, mas que permanecem em nosso fazer e dizer, são reinventados na experiência que nos acontece no presente. Contudo, por mais força que a palavra escrita tenha, ela não é capaz de dizer tudo, conforme afirma o griô maliense Tierno Bokar Salif, citado por

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe / São Cristóvão-Sergipe. Bolsista Fapitec-SE. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade (GPEHI/UFS). Contato: leyla.menezes@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora no Departamento de Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade (GPEHI/UFS). Contato: marizetelucini@gmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Pacheco (2006, p. 78), “A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem.”.

A palavra está longe de esgotar o vivido, mas ela é capaz de nos fazer pensar, lançando-nos interrogações e exigindo reflexões. Sendo assim, é a este exercício reflexivo que nos propomos, ampliando a polissemia duma experiência educativa entrelaçada por vidas comunitárias que consideramos ser – embora sem atribuir juízo moral, de certo ou errado, de êxito ou não êxito – de relevância significativa, por protagonizar práticas pedagógicas inclusivas e libertadoras.

Neste texto nos propomos a analisar as relações coexistentes entre uma prática educativa considerada de base crítico-libertadora e os processos de engajamentos comunitários proporcionados pela inserção no “[...] contexto dos envolvidos no processo, de seu universo sociocultural, de sua leitura do mundo e do nível de compreensão da realidade em que vivem.” (GOHN, 2013, p.38).

Nos parece ingenuidade desassociar tal prática educativa dos processos de engajamentos, pois, na verdade, sempre acreditamos ser o segundo um condicionante do primeiro. Sendo assim, o que nos interessa aqui é ratificar, a partir de uma experiência de alfabetização de adultos cunhada pela Pastoral da Criança, que nas práticas educativas, cuja bandeira perpassa uma crítica que liberta, é quimérico não existir engajamentos comunitários.

É legítimo abriremos um espaço neste início e anunciarmos que as reflexões sustentadas neste texto são incursões teóricas oriundas do projeto de pesquisa doutoral em andamento, intitulado “Trajetórias de Educadoras Populares” (SANTANA, 2017)³ desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cujo objetivo geral é compreender o processo de tornar-se educadora popular, através da análise das trajetórias narradas por mulheres que atuaram no Projeto de Alfabetização da Pastoral da Criança, no período de 2000 a 2011, no Estado de Sergipe.

³ Pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE, através da concessão de bolsa de estudos com recursos oriundos do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNTEC.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A Pastoral da Criança é um Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1983, pela médica e ativista social Zilda Arns Neumann (1934-2010). Nesse período o Brasil convivia com índices expressivos de desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo.

Uma década após a sua criação, a Pastoral da Criança “[...] começaria a ser modelo de intervenção social seguido por outros países da América Latina e da África.” (CUNICO, 2013, p.28). Atualmente a instituição encontra-se presente em 22 (vinte e dois) países, numa dinâmica pautada por desafios e atualizações das suas práticas a partir das realidades sociopolíticas de cada país.

A missão da Pastoral da Criança sempre foi a de promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres⁴, do ventre materno aos 6 (seis) anos, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida⁵.

O projeto de alfabetização de adultos, concebido e experimentado na esfera da instituição Pastoral da Criança, cuja seiva de sustentação perpassa engajamentos comunitários, foi inspirado nos pressupostos teóricos de Paulo Freire. Dessa forma, ao descrever aspectos desta prática educativa, além de nos ancorarmos no pensamento freireano, faremos conexões com a Pedagogia Engajada e Comunitária da professora, escritora e feminista negra Bell Hooks (2017) e com a Pedagogia Griô, cuja base se sustenta na Educação Comunitária (PACHECO, 2016, p. 51) e que também serve-se do pensamento de Paulo Freire ao revelar que é o diálogo o ato político por excelência que está presente na ação do educar. Faremos menções teóricas a tais pedagogias por considerarmos que essas correntes estabelecem uma relação dialógica com a prática

⁴ “Na Pastoral da Criança desde a fundação, foi exatamente a referida mística de ação social, espírito visceralmente cristão, que animou o trabalho de extensa capilaridade junto aos mais pobres. Tratava-se de uma operação estrategicamente disposta a meio caminho entre as ações meramente caritativas, tão próprias do catolicismo tradicional, e proposições mais radicais preconizadas pelos teólogos da libertação.” (COSTA, 2015, p.152-153).

⁵ Mais adiante trataremos dos aspectos que levaram a instituição a adotar em suas ações uma prática comunitária de alfabetização de adultos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



educativa aqui descrita, bem como articulam possíveis conceituações para os processos de engajamentos comunitários.

O caminho metodológico desta pesquisa enviesa-se por duas estradas vicinais. Na primeira encontra-se o método de abordagem cuja perspectiva é fenomenológica hermenêutica, pois a partir do movimento de “[...] abarcar a aparição no sentido de captar a sua essência (aquilo que o objeto é em si mesmo)” (SILVA; MEDINA; PINTO, 2012, p. 51) é possível interpretar o fenômeno tal como ele se mostra, sem realizar adaptações a esta teoria ou àquele pressuposto, mas optando por uma atitude esclarecedora ao que é perceptível.

A segunda estrada, que faz limite com a primeira, é a lógica que rege a coleta dos dados. Para colhermos as informações necessárias e assim traçarmos o panorama proposto neste artigo, o procedimento adotado transitou entre o bibliográfico e o documental. Esta técnica híbrida favoreceu a análise da documentação primária disponível acerca do Projeto da Pastoral da Criança e seus cruzamentos com os campos teóricos aqui definidos.

2. Cotejando os resultados: o caminho percorrido pela Pastoral da Criança no processo de alfabetizar pessoas adultas

Interessa-nos agora demonstrar como a Pastoral da Criança inseriu em suas ações uma prática educativa voltada para alfabetização de pessoas adultas. Sendo assim, três perspectivas atraíram nossa atenção neste caminho de análise.

A primeira perspectiva aborda a questão de que a Pastoral da Criança desde sua fundação já evidenciava preocupação com a não alfabetização dos seus voluntários. Zilda Arns certa vez questionou-se: “Como líderes⁶ analfabetos poderiam ser estimulados a multiplicar o saber?” (NEUMANN, 2003, p. 66). Dessa forma a proposta

⁶ Os voluntários e as voluntárias da Pastoral da Criança são chamados de “Líderes Comunitários”. Na época da fundação esses voluntários eram chamados de agentes comunitários, porém devido ao termo se confundir com agentes que eram pessoas ligadas ao governo ditatorial, optou-se então pelo termo “Líderes” que é adotado até hoje. (CUNICO, 2013, p.33)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de alfabetização trazia no seu bojo o objetivo de contribuir para que líderes e familiares das crianças acompanhadas pudessem resgatar um dos direitos humanos fundamentais que lhes foi negado: a alfabetização.

Já no início da Pastoral da Criança, tínhamos presente que o trabalho de prevenir doenças e a marginalidade junto às famílias dependia muito da democratização do saber, da formação humana para a prática e exercício da cidadania, da corresponsabilidade social e da sociedade, até do poder constituído (PASTORAL DA CRIANÇA, 1996, p. 113).

Esta preocupação da Pastoral da Criança com a não democratização do saber que resulta evidentemente na persistência do analfabetismo entre as pessoas adultas, retirando delas a possibilidade do exercício pleno da cidadania, deveria também ser a nossa preocupação, pois se observarmos a fotografia do analfabetismo entre pessoas adultas no Brasil, podemos ainda afirmar, a exemplo de José Rivero, educador peruano que contribui com análises acerca das políticas educacionais voltadas para alfabetização e educação de adultos, que este ainda é a "expressão máxima da vulnerabilidade educacional" (2009, p. 17).

No último mês de maio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017), apresentou os indicadores mais recentes do analfabetismo. Segundo a pesquisa, o Brasil possui 11,5 milhões de pessoas acima de 15 anos analfabetas, correspondendo a 7% da população. Ao fazermos o recorte por região, vemos que a Nordeste, acumula o dobro do indicador nacional: 14,5% da população. E o Estado de Sergipe, contorno geográfico de onde pulsa a nossa pesquisa, amarga um índice aproximado de 17% da população analfabeta.

Este desenho estatístico evidencia como muitas mulheres e homens ainda estão assujeitados a uma realidade social opressora, descomprometida e acima de tudo mantenedora de um cotidiano onde impera a ausência de direitos básicos, a exemplo do direito a alfabetização, que é “[...] um valor decisivo para vencer a pobreza, melhorar a saúde e enfrentar os abusos em relação ao conjunto dos direitos humanos.” (RIVERO, 2009, p. 15).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Aprender a ler e escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se o mundo, de criar, de decidir, de optar. (FREIRE, 1981, p. 40).

A segunda perspectiva aponta para uma questão já constatada: a vinculação existente entre o analfabetismo e a mortalidade infantil. Uma problemática social que anda de mãos dadas. Quanto mais analfabetos no município, maior a taxa de mortalidade infantil. Em 1991, quando a Pastoral da Criança resolveu incluir em suas ações, de modo complementar, a alfabetização de adultos, o índice de analfabetismo nacional beirava 20,1% e a taxa de mortalidade infantil alcançava aproximadamente 70 óbitos para cada mil nascidos vivos (BRASIL, 1991).

A proposta de alfabetização visava o desenvolvimento dos voluntários, das mães e dos demais familiares das crianças acompanhadas, pois se constatava que o analfabetismo entre este público era muito alto, fator que dificultava o trabalho no estímulo ao desenvolvimento integral das crianças, desde a sua gestação, através da educação de suas famílias nas comunidades acompanhadas.

A terceira perspectiva nos remete à gênese do projeto de alfabetização e esta acontece em decorrência do Ano internacional da Alfabetização proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1990. Assim como a Pastoral da Criança nasce a partir do apelo de um diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) à Igreja Católica “[...] para que no Brasil fosse criado um projeto que combatesse as altas taxas de mortalidade infantil que aconteciam nos países considerados de terceiro mundo” (CUNICO, 2013, p. 31), a ação de alfabetização também segue esse mesmo estímulo. Assim sendo,

Em 1991 foram criadas 70 turmas, beneficiando cerca de 1.900 alunos, para testar a experiência como projeto piloto, onde os monitores (alfabetizadores) eram os próprios líderes das comunidades com Pastoral da Criança, que se prontificaram em colaborar voluntariamente no projeto. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2007, p. 72).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A citação acima menciona que os/as primeiros/as alfabetizadores/as já eram líderes atuantes nas suas comunidades e que se dispuseram a alfabetizar os seus pares. Dessa forma percebe-se que o incentivo ao engajamento coletivo, assim como à formação de lideranças comunitárias caracteriza um dos pilares da Pastoral da Criança, o que nos remete às questões que suscitaram a própria constituição do projeto da Pedagogia Griô: “[...] fundar na vivência e no diálogo sua construção coletiva.” (PACHECO, 2006, p.79).

O processo de alfabetizar era concretizado na coletividade, na troca de experiências de umas e na inexistência de outras. Continuamente experimentavam o compartilhamento e a aprendizagem. “Esta pedagogia da participação, da solidariedade, se expressava, sobretudo, em âmbito local. As práticas educativas contribuíam para que as pessoas se ajustassem aos interesses de outras pessoas e do grupo.” (RIVERO, 2009, p. 52).

Dentro do processo de alfabetização implementado pela Pastoral da Criança, o método utilizado era de orientação freireana. Para a Pastoral da Criança (2007):

Sem sombra de dúvida Paulo Freire, com esse novo jeito de alfabetizar, rompeu com um paradigma milenar e introduziu um método pedagógico inovador, revolucionário, capaz de levar os participantes a um comprometimento pessoal, social e estrutural. Paulo Freire, a partir de sua própria experiência percebeu a eficácia da criação de uma nova concepção de educação popular onde, pelo seu método, conchama a todo participante do processo a ter uma consciência crítica e lutar pela superação da opressão e desigualdades sociais. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2007, p. 13).

A partir deste registro é possível categorizar os motivos que fizeram a Pastoral da Criança adotar a proposta metodológica de Freire. Primeiro reconhece a inovação do método, sendo uma nova forma de alfabetizar que rompe com os modelos existentes. Tal método se caracteriza por ser revolucionário, progressista, propulsor de engajamentos sociais. A ideia de que foi pela experiência individual que Paulo Freire cria o método também merece destaque, pois associado a esta experiência estão os



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



entrelaços do compromisso que ultrapassa a barreira individual e comunitária, passando a ser um compromisso com dimensão social e histórica.

Bell Hooks (2017) ao descrever sobre sua trajetória na faculdade, intercalando nuances da pedagogia engajada, cita como o pensamento de Paulo Freire lhe subsidiou para enfrentar o sistema hierarquizado do ensino com a tradicional “educação bancária” - apontada também pela Pastoral da Criança como um “paradigma milenar” - e apresenta suas alianças com a proposta de uma educação pautada na prática da liberdade.

Desde o começo, foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de “conscientização” em sala de aula. Traduzindo esse termo como consciência e engajamentos críticos, entrei nas salas de aula convicta de que tanto eu quanto todos os alunos tínhamos de ser participantes ativos, não consumidores passivos. (HOOKS, 2017, p. 26).

Percebemos que a proposta de alfabetização da Pastoral da Criança inspira-se nas perspectivas freireanas quando fizemos contato com livros e manuais do projeto. Todos eles evocam as categorias teóricas do pensamento freireano. Constatamos que as aulas eram construídas a partir de temas geradores⁷, porém a ocorrência de lições já definidas nos trouxe questionamentos, visto que um princípio basilar do método de alfabetização de Paulo Freire é a não adoção de cartilhas e cadernos de exercícios previamente elaborados. Dado o objetivo e também a limitação temática deste trabalho, será impossível avançar nesta crítica ao método “pronto” que encontramos nos manuais do projeto, porém é uma abertura importante para as próximas reflexões.

Em contato com o material disponível, inferimos que a primeira semana de aula era mobilizada a partir da frase “Quem sou eu?”. Na segunda semana a lição trabalhada

⁷ A Pastoral da Criança, através da sua equipe pedagógica, elaborou o livro base do projeto, cuja metodologia era inspirada no Ver-Julgar-Agir-Avaliar-Celebrar. Intitulado “Aprendendo e ensinando, ensinando e aprendendo”, o livro era composto por lições e todas possuíam uma mesma estrutura didática: um tema gerador, uma frase da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma leitura bíblica, uma música, uma sequência de perguntas para dialogar sobre a realidade, um conjunto de atividades de fixação e sugestões de dinâmicas e materiais. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



era a partir da temática “Vida”; e as próximas versavam sobre família, moradia, terra, comida, saúde, educação, cidadania. Como afirma Costa (2015, p. 162), a alfabetização de adultos da Pastoral da Criança era uma “[...] operação inspirada em pedagogia problematizadora, com uso de palavras-chave advindas do próprio cotidiano da Pastoral”, sendo este conjunto de palavras ou temas adotados de norte a sul do Brasil.

À medida que analisávamos o material, víamos que os temas geradores tinham sentido porque foram coletados de dentro da prática, sobretudo dos entrelaçamentos comunitários, até com perspectivas mais subjetivas, que faziam ecoar descobertas sobre si, sobre o outro, sobre a comunidade, numa abertura sensível à transformação tanto das pessoas, como do mundo, através do modo como ensinavam/aprendiam, sempre numa “[...] visão da educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser.” (HOOKS, 2017, p. 32). Numa perspectiva próxima, Pacheco (2006, p. 79), indica que

É um risco, mas vale dizer que a maioria das lideranças de projetos e programas sociais está buscando sua própria inclusão social e que, nesse diálogo com o público participante, encontra o desafio de reinventar uma linguagem, um mundo, um estilo de vida.

Nas linhas e entrelinhas vimos um projeto alfabetizador comunitário com espelhamentos diversos, perpassado por individualidades, por processos coletivos sociais e religiosos, que o tempo todo seguia dando lugar a reflexões acerca das desigualdades que afetam os sujeitos, deixando-os privados da sua humanidade.

Este projeto da Pastoral da Criança teve capilaridade nacional e contava com voluntários/as que desempenhavam a função de monitores/as e supervisores/as. O/A monitor/a, alfabetizador/a responsável por uma turma, era capacitado/a nas ações da instituição e possuía, no mínimo, o ensino fundamental completo. Era também acompanhado/a pelo/a respectivo/a supervisor/a, que lhe dava orientações, apoio e esclarecia possíveis dúvidas. O/A supervisor/a de turmas, por sua vez, conhecia a filosofia da Pastoral da Criança e tinha, no mínimo, o ensino médio completo e era acompanhado/a pela Coordenação Nacional do projeto e por uma coordenação local, através de visitas e acompanhamento das F_ALFs (Folha de Acompanhamento e Avaliação de Educação de Jovens e Adultos) e relatórios.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Entre 1991 e 2012 (último ano de execução do projeto) aproximadamente 154 mil pessoas foram matriculadas, num quantitativo aproximado de 14 mil turmas espalhadas nas diversas regiões do país (PASTORAL DA CRIANÇA, 2012). Ousamos reiterar, mesmo não sendo esse o objetivo deste ensaio, que esta iniciativa da Pastoral da Criança ultrapassa os limites duma estratégia apenas educativa, podendo também ser analisada numa perspectiva política, por tratar-se de um projeto de promoção humana de grande proporção, pois é “[...] atribuído a esse espaço o papel de formulação, construção e realização da consciência política, assim como a formulação de projetos para equacionar os problemas da sociedade, via determinadas estratégias políticas”. (GOHN, 2001, p.62).

O que se praticou ao longo de 21 anos foi uma experiência plural de alfabetização de adultos, sobre os variados moldes de se praticar educações, com abertura à diversidade regional, levando sempre em consideração os espaços e experiências múltiplas, que se deu, obviamente, em “[...] territórios pequenos, muitas vezes nem percebidos como lugares pedagógicos.” (STRECK, 2013, p.361), mas que foram desveladores das diversas realidades e que se tornam também essenciais nesse conjunto de entrelaçamentos educativos e engajamentos comunitários.

3. Panorama final de uma experiência alfabetizadora atrelada pelo “*engajamento com o hoje, com o aqui e o agora*”

Dadas às devidas intenções, bem como as limitações de análise desta pesquisa, podemos considerar que avançamos em alguns pontos da discussão, outros foi impossível avançar devido ao quadro limitado de fontes. Porém, o que temos a tracejar nessa paisagem derradeira é resultado do nosso interesse primeiro cujo objetivo se enquadrava na perspectiva de analisar as relações coexistentes entre a prática educativa de alfabetização de adultos desenvolvida pela Pastoral da Criança, abalizada como de base crítico-libertadora e aqui confirmada, e os processos de engajamentos comunitários.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Interessava-nos compreender como nesta experiência emergia esse aspecto do engajamento comunitário e vimos que este era imprescindível. Todos/as os/as voluntários/as eram engajadas na comunidade por meio das ações cotidianas da Pastoral da Criança. Não se exigia experiência com a alfabetização de adultos ou com a educação básica, mas o pré-requisito indispensável era de comprometimento com a comunidade, território de funcionalidade da turma.

Podemos considerar que este envolvimento comunitário é gerador de conscientização⁸ e conseqüentemente de libertação, pois “[...] não é um ato final, mas o ato constante que relaciona os sujeitos entre si em comunidade transformadora da realidade” (DUSSEL, 2012, p.443) e inibidora de qualquer natureza de opressão.

Esta experiência construiu um caminho com os sujeitos que tiveram o direito à alfabetização negado. Neste caminho mulheres e homens que se identificavam com esta causa foram se constituindo educadoras/es populares. Sem sombra de dúvida, ambos estavam (ou estão) à margem, porém vale afirmar que estar à margem não é estar sem saída, ao contrário, é ter “[...] saídas criativas para necessidades urgentes” (EGGERT, 2013, p. 148). Então, atentemo-nos às margens e aos seus processos criativos propulsores de engajamentos comunitários críticos.

4. Referências

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores (Analfabetismo e Mortalidade Infantil)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

COSTA, Marcelo Thimoteo da. Pensando o Brasil: discurso religioso e prática social segundo Zilda Arns. **Estudos Históricos**, RJ, 2015, vol.28, n.55, p.151-168. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862015000100151&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 jul. 2018.

⁸ A conscientização como um compromisso histórico, onde os oprimidos após serem convencidos da importância do engajamento, “[...] cheguem, como sujeitos, e não como objetos.” (FREIRE, 2017, p.75).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



CUNICO, Ednilson. **Pastoral da Criança no Brasil e a formação de líderes:** contribuições da Pedagogia de Paulo Freire. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

EGGERT, Edla. As muitas margens da educação popular. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular:** Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013, p.143 – 150.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 64 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular:** Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013, p.33-48.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Editora WMF / Martins Fontes, 2017.

NEUMANN, Zilda Arns. **Depoimento Zilda Arns Neumann:** ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003.

PACHECO, Lilian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Revista Diversitas**, São Paulo, n. 3, p. 22-99, abr. 2016. ISSN 2318-2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/diversitas/article/view/113885/111741>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PACHECO, Lilian. **Pedagogia Griô:** A Reinvenção da Roda da Vida. [S.N.]: Lençóis-BA, 2006.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Relatório Geral das Atividades de 2012.** Curitiba: 2012.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Aprendendo e ensinando, ensinando e aprendendo.** Curitiba: Pastoral da Criança, 2008.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Missão e gestão:** educação de jovens e adultos. Curitiba: Pastoral da Criança, 2007.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PASTORAL DA CRIANÇA. **Nós somos a Pastoral da Criança**: nossa história e organização. Brasília. 1996.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Trajetórias de Educadoras Populares**. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 28p, 2017. Projeto de Tese de Doutorado.

SILVA, Carlos Cardoso; MEDINA, Patrícia; PINTO, Ivone Maciel. A Fenomenologia e suas contribuições para a Pesquisa em Educação. **InterMeio**: Campo Grande, MS, v.18, n.36, p. 50-63, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2371/1479>. Acesso em 25 jul. 2018.

STRECK, Danilo R.; Territórios de resistência e criatividade: reflexes sobre os lugares da Educação Popular. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular**: Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013, p.356-368.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



**ENVELHECIMENTO, UMA QUESTÃO DE CLASSE. UMA EXPERIÊNCIA DA
EDUCAÇÃO POPULAR JUNTO A AGRICULTORAS E AGRICULTORES
FAMILIARES IDOSAS/OS NA ZONA RURAL DE PERNAMBUCO**

Amarildo Carvalho de Souza¹

Rosely Fabrícia de Melo Arantes²

RESUMO

Este estudo pretende abordar algumas impressões sobre o envelhecimento humano no campo, bem como o protagonismo das/os agricultoras/es rurais de Pernambuco. Propondo-se a analisar os papéis que exercem nas organizações sociais. Esse estudo se baseia na Campanha de Valorização e no Curso de Formação Política para a Pessoa Idosa. Os desdobramentos desses processos já são perceptíveis na organização sindical, nas inserções nos conselhos de políticas públicas municipais e estaduais e se replica em outros estados do Nordeste.

Palavras chaves: Educação popular; envelhecimento no campo; pessoas idosas.

Introdução

Fazer formação política para a pessoa idosa do campo a partir da discussão do envelhecimento humano foi o desafio a que se propôs a Diretoria de Políticas para a Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco – Fetape. A dimensão do envelhecimento no meio rural brasileiro é algo novo para a sociedade, a academia e também o é para o Movimento Sindical Rural de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Um Movimento coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores

¹ Enfoc - Educadora Popular da Escola Nacional de Formação da Contag; Graduado do Curso de Licenciatura pela Universidade Católica de Salvador/BA - UCSal, 2005; Especialista em Culturas Negras no Atlântico: História da África e Afro-brasileira pela Universidade de Brasília – UNB, 2010; Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2010; amacarsouza@gmail.com.

² Enfoc - Educadora Popular da Escola Nacional de Formação da Contag; Unicap - Comunicadora Social com habilitação em Jornalismo; Unicamp - Especialista em Gestão Estratégica Pública para Governantes; Fiocruz – Especializanda em Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho; roselyarantes8@gmail.com.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



na Agricultura (Contag) nas 27 unidades federativas e em mais de 5000 municípios brasileiros.

Este trabalho pretende, de maneira exploratória, abordar algumas impressões, sobre o protagonismo destes sujeitos, percebidas pelos educadores populares da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), Rosely Arantes e Amarildo Carvalho de Souza, durante as primeiras ações desenvolvidas no campo formativo junto às idosas e idosos das três regiões do estado de Pernambuco (Zona da Mata, Agreste e Sertão).

Por pessoa idosa do campo, ou como é chamada dentro do MSTTR, a Terceira Idade, trataremos as mulheres com idade igual ou superior a 55 anos e os homens, com 60 anos ou mais.

Esclarecemos de antemão que compreendemos o conceito sobre envelhecer, como uma construção social e, portanto, algo que tem diversas compreensões. Podemos dizer, que no entender da Diretoria e do grupo de educadoras e educadores populares da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) que tem se debruçado sobre esta temática, o envelhecimento é uma fase ou etapa da vida que merece ser vivida com dignidade, prazer e felicidade e que está diretamente submetida a relação com o trabalho e as condições onde e como ele é desenvolvido.

Importante registrar que o desafio que teremos a seguir, nesta prosa, é o de olhar para as pessoas idosas do campo como sujeitos políticos que são. Muito porquê o que se tem de produção, formal ou não, é insuficiente para fazer uma fotografia sobre quem são essas pessoas. Assim, questionamo-nos cotidianamente a refletir por que é tão exigente, para não dizer inédito, pensar e falar sobre o envelhecimento no campo.

A história da Contag, ao longo dos 54 anos, avançou na concepção de uma formação orgânica que viesse a consolidar o projeto político de desenvolvimento que alicerçava sua prática e a desafiava a olhar para o futuro com um olhar propositivo e de esperança, do verbo “esperançar”.

As mulheres, jovens e ultimamente, as pessoas idosas têm buscado discutir, especialmente nos espaços formativos da Enfoc, tentando se enxergar enquanto sujeitos políticos unos, mas, também, coletivos. Sujeitos que continuam a fazer o enfrentamento para efetivação dos direitos e as garantias sociais.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Ainda que estejamos na execução da segunda turma do curso de formação política, podemos já confirmar um aprofundamento e reconhecimento dessas pessoas, das suas histórias de vida e construção da sociedade e, portanto, do Movimento. Das memórias dessa luta, desejos e sonhos. Descobrir e sistematizar a constituição dessas histórias problematizando, inclusive, o local de exercício de poder é algo que a atual Diretoria se propõe a estudar. Quem são essas mulheres e homens que hoje são as velhas e velhos do MSTTR? Como vivem e como enxergam o mundo e a sociedade? Como se veem e ao próprio movimento sindical que permeou suas vidas?

É sobre essa história que se iniciou em Pernambuco, e hoje já transita em outros estados, que queremos conversar. A história das pessoas idosas do campo. Que está fazendo o MSTTR construir um espaço de ampliação da escuta, que aponta caminhos e redefine as trilhas, parindo assim o 1º Curso de Formação Política da Enfoc para a Pessoa Idosa do Campo PE – Por um envelhecimento digno, saudável, ativo, autônomo e feliz.

DESENVOLVIMENTO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, em 2050, o número de idosos vai chegar a 2 milhões, a grande maioria estará vivendo em países de baixa e média rendas. No Brasil, a expectativa de vida está acentuadamente se elevando. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2005), na última década o percentual da população idosa no Brasil já ultrapassava 10%, em algumas regiões. Hoje já excede em 16% os demais segmentos da sociedade e, em alguns municípios, a porcentagem supera o número da população compreendida entre zero e 15 anos de idade (Seade,2011).

Mas mesmo com todos esses dados, o tema do envelhecimento humano nunca esteve na pauta das discussões do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural (MSTTR), como já afirmamos. O que não significa dizer que as



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



peças idosas estivessem apartadas do movimento. Ao contrário, elas sempre estiveram presentes, no entanto a pauta do envelhecimento é que nunca fora discutida.

Com a criação da Diretoria de Políticas para a Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais na Fetape e a definição de se pensar a política para essas pessoas, diversas questões passaram a inquietar, desde quem são essas pessoas e qual a identidade enquanto pessoa idosa rural. Esta identidade está apartada de uma identidade de ser humano, de pessoa adulta? Como as questões de gênero e geração interferem na vida dessas pessoas? E, por se tratar de uma entidade sindical, é fundamental saber em que medida as questões de classe e para além, de raça/etnia, demográfica (campo x cidade) e de gênero pressupõem diferenças? A escolha pela estratégia de desenvolver um processo formativo foi o caminho escolhido para nos dar pistas e dialogar com maior proximidade com essas pessoas, exercitando a escuta.

A primeira questão que observamos foi a ausência de dados sobre essa população residente no meio rural pernambucano, tanto com o poder público, como na academia. Na maioria das falas e estudos, os sujeitos estão alocados no espaço urbano e quando se questiona as condições campesinas, impera o silêncio.

Para se ter um exemplo do que estamos falando, no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - Abrasco, em julho deste ano, no Rio de Janeiro, houve apenas uma única mesa sobre envelhecimento³. Com apenas dezoito pessoas na plateia, a mesa “Envelhecimento e Saúde Coletiva: Políticas Públicas no enfrentamento às desigualdades”, aconteceu na tarde do último dia do evento (domingo), com falas de quatro especialistas. Nenhuma citava os sujeitos do campo. Ficou um alerta para todas/os nós, a longevidade é uma realidade no país. Mas que longevidade é essa se não estiver acompanhada de políticas públicas e sociais que garantam a dignidade da vida?

Outra observação percebida pela Rede de educadoras/es populares foi quanto a negação da heterogeneidade das pessoas velhas e da sujeição destas ao conceito de juventude, como afirma PAIVA⁴:

³ Para maiores informações, vide:

http://www.saudecoletiva.org.br/programacao/index_programado.php#2018-07-29

⁴ PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital. 1.ed. – São Paulo: Cortez, 2014.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



“o envelhecimento, longe de ser um processo multidimensional; a velhice, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem velho, a mulher velha, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo; são conceitos que traduzem sistemas de ideias e valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente da idade de quem o tente alcançar.” (PAIVA, 2014. p.142).

Merece destaque uma prosa com as mulheres do Sertão Central, em 2015, quando fomos convidados a falar sobre envelhecimento e mulheres. Nela chamou-nos atenção a compressão da velhice, para aquelas mulheres, como um sinônimo de adoecimento, do que era ruim. Que ser velha/o é ser descartável porque já cumpriu a missão, da não aceitação do corpo e de uma tristeza e descontentamento com a vida que se finda.

MOTTA⁵ bem esclarece esse pensar e sentir:

“É como se eles (velhas/os) estivessem numa dimensão não produtiva e terminal da natureza – resíduo da natureza, objetos de necessário descarte. Não se reproduzem mais, não produzem trabalho e bens materiais (ou não se permite que produzam, segundo os cânones do capitalismo). Em suma, não reproduziriam a sociedade. Portanto, ‘não pertencem’ a ela. Até o ponto da análise de Birman (1995:43), “este lugar impossível que a modernidade ocidental construiu para a velhice, (...) [onde] a individualidade deixa de existir”.

(MOTTA, 2002, p. 37).

⁵MOTTA, AB. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 37-50. ISBN: 978-85-7541-304-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Compreendendo esse lugar em que as pessoas idosas são colocadas pela sociedade capitalista, a Diretoria e a Rede de educadoras/es populares passaram a desenvolver ações que tanto diminuíssem a lacuna de informações, como também desconstruíssem dentro delas e também do MSTTR esse pensar, retirando-os do silêncio que imperava sobre as questões etária da vida. Sob o alerta de FREIRE⁶, “No fundo, esta atitude é de desconfiança também de si mesmos. Não estão seguros de sua própria capacidade. Introjetam o mito de sua ignorância absoluta”, a Diretoria e a Rede têm buscado caminho e ampliado diálogos sobre as questões do envelhecer.

Reiteramos a compressão de que envelhecer é mais uma fase ou etapa da vida e que merece ser vivida com dignidade, prazer e felicidade. E isso solicita saber o que se passa com seu corpo e sentimentos, seus prazeres, seus gostos e como cuidar bem para promover que esse envelhecer aconteça da forma saudável e ativa, com menos danos.

A primeira ação mais alargada foi a criação da Campanha de Valorização da Pessoa Idosa do Campo “O Tempo nos fortalece” para levar aos sindicatos a compreensão de respeito e reconhecimento das/os velhas/os do movimento como seres políticos e construtores das lutas e conquistas.

Uma segunda ação, e objeto dessa conversa, foi o 1º Curso de Formação Política da Enfoc para a Pessoa Idosa do Campo PE – Por um envelhecimento digno, saudável, ativo, autônomo e feliz como instrumentos para contribuir na reflexão sobre como essas pessoas se enxergam e como olham o mundo na atual fase da vida.

Para o Diretor de Política para a Terceira Idade da Fetape, Israel Crispim, “Essa política é a maior novidade para o conjunto do MSTTR. O curso de formação política que iniciamos em Pernambuco, e hoje é uma política em plena execução e espelho para o Brasil, agora garantido nos anais do 12º CNTTR⁷. É uma confirmação de que estamos no caminho certo. Hoje, os sindicatos respeitam mais os idosos, reconhecendo-os como seres autônomos, ativos e produtivos, inclusive não os tratando mais como

⁶ Extensão ou Comunicação, Freire, 1983, pág. 32.

⁷ Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais é a maior instância de deliberação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Tem o papel político de debater e deliberar sobre os grandes temas desafiadores para o MSTTR e definir os rumos da ação político-sindical no país.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



‘coitadinhos’”. Hoje, esse processo formativo está na sua segunda turma e também serviu de inspiração para outras Federações filiadas à Contag, a exemplo da Bahia.

Essa proposta pedagógica foi desenvolvida em dois tempos/espços distintos e que se inter-relacionam. Um é o Tempo Escola que se constitui no tempo presencial em que dialogam com o conhecimento sistematizado por meio de vivências moderadas pela Rede de Educadoras/es da Enfoc. O outro é o Tempo Comunidade, quando estão em suas comunidades, desenvolvendo suas práticas, bem como outras atividades de estudo e pesquisa.

O Tempo Escola foi desenvolvido em três módulos de cinco dias, com a participação de 58 pessoas, na primeira turma e 39 na segunda (ainda em curso) tendo como eixos pedagógicos três pontos fundamentais: a) o envelhecimento humano no campo pernambucano, discutindo principalmente as compreensões identitárias sob o viés da territorialidade e o bioenvelhecimento; b) o envelhecimento humano sob a ótica dos Direitos Humanos e sua repercussão nas condições de trabalho e classe desta categoria e c) a participação e controle social, abordando a necessidade da apropriação qualificada nesses espaços.

O Tempo Comunidade, que acontece entre os módulos, são momentos de execução das atividades intermódulos e versam sobre a prática e a multiplicação dos saberes apreendidos para as respectivas comunidades e sindicatos. Onde o confronto entre o conhecimento construído e sistematizado durante o Tempo Escola se depara com a realidade e, desse confronto surgem novos conhecimentos que se propõem a mudar a realidade concreta que se vive. A respeito dessa educação problematizadora FREIRE afirma que,

“Enquanto a prática bancária implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade.”. (FREIRE, 1987, p. 97)

Também compõe essa proposta pedagógica, momentos de diálogo, formação político-pedagógica e planejamento das ações pedagógicas protagonizados pela Rede de Educadoras/es e colaboradoras/es que se juntam para elaborar cada módulo, chamado de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Oficinas de Autoformação. Esta é a construção de sentido aos nossos sentidos, é a busca do significado de quem somos e para onde queremos ir. Assim, autoformar-se é constituir sentido aos afazeres cotidianos, às aprendizagens, às experiências e aos conhecimentos.

Falar de pessoas idosas pressupõe que elas/eles são protagonistas ou coadjuvantes do filme da história. Mesmo quando ela/ele não era militante, e não tinha um ativismo social, ainda assim, essa pessoa viveu aquilo que se analisa. E se torna muito mais fácil discutir, por exemplo, como é o Estado, enquanto uma instituição, e como o Estado federativo brasileiro sofreu as mudanças nas últimas três ou quatro décadas. Falar isso com quem tem vinte anos é contar história. Falar isso com quem tem oitenta anos é reconhecer que essas pessoas vivenciaram essa história e elas resgatam outros valores e conhecimentos que permeiam essa mesma história.

Por meio de abordagens da Educação Popular, foram se explicitando medos, sonhos, desejos e projetos de vida ainda acalentados por essas pessoas. Dona Arlinda Antônia de Lima, 67, agricultora familiar, de Santa Cruz da Baixa Verde, sertão pernambucano, teve toda a trajetória da vida no movimento sindical e para ela, sair do movimento significa “morrer mais cedo! ”. Segundo seus relatos durante a formação, estar sindicalizada a mantém viva e, assim, assume a missão de lutar e ensinar aos demais a lutar uns pelos outros. Ao se referir ao curso, ela afirmava que aquela formação aumentaria a responsabilidade em construir a participação nas bases para se alcançar as transformações na comunidade, no sindicato, no assentamento.

“A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”. (FREIRE, 1987, pág.58)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Essa experiência formativa desafiou-nos a reorientar a nossa prática e perceber a heterogeneidade dos grupos em processo de formação, sobretudo, quando se analisam os grupos de pessoas idosas e os demais grupos se percebem diferenças e semelhanças

A moderação de processos com pessoas velhas aguçou nosso olhar sobre o “pré-conceito” que carregávamos. Ficamos cheios de cuidados e certos da fragilidade, bondade ou incapacidade, como se essas pessoas fossem diferentes das demais educandas/os. Aprendemos que as/os idosas/os respondem com vitalidade mesmo em atividades que requerem maior mobilidade, acompanham, participam e algumas vezes excedem naquilo que se propunha a atividade. A esse respeito, Freire nos ensinou que,

“Destá maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem”. (FREIRE, 1987, pág. 97)

Nossa breve experiência aponta que esse grupo, além de momentos de lazer, solicita outras opções que envolvam cultura e entretenimento como dançar e assistir filmes, experiência nova para alguns. Percebemos, sem sombra de dúvidas, a atualidade da obra de Simone de Beauvoir, no início do século:

“A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão ‘velho e pobre’ constitui quase um pleonasma... No momento em que é, enfim, libertado das pressões, o indivíduo vê-se privado de utilizar sua liberdade. Ele é condenado a vegetar na solidão e no enfado, decadência pura. O fato de que um homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização”. (BEAUVOIR, 1908. p.13).

CONCLUSÃO



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Beauvoir já nos alertava sobre nossa condição de uma vez subordinadas/os ao capitalismo, tornamo-nos consumidores de uma lógica que nega as diferenças, o contraditório e as especificidades, homogeneizando as pessoas como se fossem meros produtos em série. E como parte dessa sociedade capitalizada o mesmo acontece dentro do MSTTR. Concluímos que, como evidencia a autora, essa ideologia da velhice enquanto, sinônimo de finitude é também reproduzida nas políticas públicas.

Para além disso podemos apontar como resultados dessa formação uma maior intervenção das pessoas participantes do Curso dentro dos respectivos sindicatos e comunidades, promovendo e ampliando os diálogos sobre o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários e contra o golpe, criação de Diretoria de Políticas para a Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais no STR de Araripina, construção de uma pauta política apresentada durante audiências públicas nos municípios e acompanhada de ato público em defesa dos direitos, a exemplo de Santa Cruz da Baixa Verde, nacionalização do Curso por meio de aprovação congressional entre outras. E, neste último (segundo) módulo da segunda turma, a construção de proposições para as candidaturas que defendem o projeto político camponês.

Para nós, que compomos o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), no atual momento de desmonte das políticas públicas e sociais vitimados pelo golpe, faz-se urgente aprofundar os conhecimentos sobre quem são essas pessoas, por meio do recorte sobre o envelhecimento humano no campo. Para isso, a Federação pernambucana definiu no planejamento para o próximo mandato (2018-2022), realizar uma pesquisa para traçar o perfil sobre as pessoas idosas do campo, já em planejamento.

Baseados nas ações desenvolvidas pela Diretoria, concluímos que não é a chegada do envelhecimento que aparta as pessoas idosas das lutas e da vida do Movimento. Elas, para além de serem aquelas que construíram o MSTTR, continuam firmes, garantem o orçamento doméstico e continuam a contribuir com a vida sindical e o fortalecimento da luta da classe trabalhadora. Reafirmando, portanto, o slogan da campanha de valorização O Tempo nos fortalece.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. 1.ed. Brasil: Nova Fronteira, 1970.

COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. **Antropologia, saúde e envelhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 37-50. ISBN: 978-85-7541-304-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12., 2018, Rio de Janeiro.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FETAPE). **Relatório do Curso de Formação Política da Enfoc para a Pessoa Idosa do Campo em Pernambuco – Por um envelhecimento digno, saudável, ativo, autônomo e feliz – 2017**. Recife, 2017.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**, 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

MOTTA, AB. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. **Antropologia, saúde e envelhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 37-50. ISBN: 978-85-7541-304-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ONU-BR – Organização das Nações Unidas no Brasil. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que ‘envelhecer bem deve ser prioridade global’**, 2014 [online] Disponível na internet via WWW URL: <https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/>

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1.ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal**. 2014 [online] Disponível na internet via WWW, em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO: OS IMPACTOS DO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO DOS ALUNOS A UMA NOVA COMUNIDADE ESCOLAR

Marta Maria da Silva Gomes¹

Maria Fernanda dos Santos Alencar²

Resumo: Este artigo de revisão bibliográfica discute sobre o impacto do fechamento de escolas do campo na vida da população campestre; buscando analisar de que forma esse processo de fechamento interfere na construção social, histórica e cultural dos estudantes e da comunidade. Compreende-se que fechar uma escola vai além do distanciamento que compromete a assiduidade do aluno e sua permanência no âmbito escolar. Pesquisa, em desenvolvimento, acolhe estudos de Freire (1989, 2013), Brandão (2006) e Arroyo, Caldart, Molina (2004), Arroyo (2017) e outros autores.

Palavras-Chave: Educação do campo. Fechamento de escolas. Identidade escolar.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de discussões e de pesquisa, em desenvolvimento, ligada ao Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/CNPq-UFPE/CAA) sobre temáticas que envolvem as discussões para a materialidade da Educação do Campo como uma política pública efetiva que atenda a população campestre. Dentre essas temáticas se evidenciam categorias como:

¹Graduanda do curso de Pedagogia, membro do Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Participante da pesquisa do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude (Coordenação da Prof^a. Dra. Maria Fernanda dos Santos Alencar- UFPE/CAA), parte do Projeto: Avaliação dos Discursos da Proposta Político-Pedagógica e da Prática acerca das Relações Étnico-Raciais na Interface com a Educação do Campo em Escolas Públicas do Agreste de Pernambuco- Convenio UFPE/CAA e Fundação Joaquim Nabuco. (2016-2018).Email: martagomes-18@outlook.com

²Prof^a. Dra. Curso de Licenciatura em Pedagogia- NFD/CAA/UFPE e Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste –CCSA/UFPE. Líder do Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Membro da diretoria do Centro Paulo Freire:Estudos e Pesquisa. Email: mfsalencar@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



identidade, pertencimento, direitos, cidadania, emancipação; categorias essas presentes nas obras freireanas.

Nesse contexto de estudo e debates, surge a problemática do fechamento das escolas do campo e o que isso significa na vida das pessoas que tem que sair de um ambiente que carrega, muita das vezes, a história da comunidade para uma outra comunidade ao qual as crianças, jovens e mesmo os pais têm que se adequar para não perderem o direito subjetivo do acesso à educação escolarizada.

Pesquisa, em desenvolvimento, acolhe estudos de Freire (1989, 2013), Brandão (2006) e Arroyo, Caldart, Molina (2004), Arroyo (2017) além de outros autores. Nessa análise, nos interrogamos: quais os impactos do processo de reintegração de estudantes camponeses a uma nova comunidade escolar? Buscando compreender como esse processo de fechamento interfere na construção social, histórica e cultural desses sujeitos e da comunidade.

Pesquisa compreendida na perspectiva da abordagem qualitativa por apontar que o “pesquisador se propõe uma questão e colhe informações para respondê-la” (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008, p.127). Este texto, de caráter bibliográfico, traz uma breve revisão bibliográfica acerca do significado da escola para o campo; sua relação com a comunidade e a importância dessa para a constituição da identidade camponesa construída em participação e na relação escola-comunidade. No segundo momento, o levantamento da base legal que orienta o direito do estudante camponês a estudar no lugar onde reside; e de que forma essa garantia impulsiona o direito à educação e possibilita o atendimento a um dos princípios da Educação do Campo, uma educação para a emancipação dos sujeitos e a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência crítica. Nesse sentido, o pensamento de Paulo Freire e os estudos sobre a Educação popular contribuem para o atendimento deste objetivo.

1- Escola do Campo: significados e representações da identidade de um povo

Uma escola nos apresenta mais do que a dinâmica, rotina e organização da unidade-instituição escolar. Ela carrega identidades; principalmente, quando ela se



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



localiza no território campesino. As unidades escolares trazem consigo marcas de identidades e de histórias que vão além dos nomes que as identificam; o calendário escolar ultrapassa o valor comemorativo para representar resistências, lutas, vitórias e também derrotas marcadas pelas memórias contadas e não contadas que teimam em se materializar por meio dos saberes da comunidade, passados oralmente de geração em geração “[...] no interior de uma vida coletiva anterior à escola, mas plena de educação, os homens entre si se ensinam-e-aprendem.” (BRANDÃO, 2006, p.22).

Nesse espaço, o saber surge e circula; a escola se institui a partir da identidade da comunidade contribuindo a forjar identidades. É ponto de encontro, de diálogo, de tomadas de decisões; espaço, muitas vezes, de reflexão e deliberação de propostas de resistência e luta. Fechar uma escola é quebrar um fator historicamente construído: a identidade que ela carrega e ajuda a formar, individualmente e coletivamente, promovendo processos educativo-pedagógicos “[...] **socialmente** a educação, um domínio da cultura entre outros, é condição da permanente recriação da própria cultura, **individualmente** a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa” (BRANDÃO, 2006, p.22, grifos nossos).

De acordo com Rodrigues (p.08, 2017) “desvincular as crianças e os jovens da comunidade e da escola pode provocar o desenraizamento da cultura local e de pertença ao grupo”, o que prejudica, conforme Arroyo (2017, p. 107), o desenvolvimento da infância em suas especificidades “étnicas, de raça, de gênero, de classe”. É importante ressaltar que o ingresso desses alunos a uma nova comunidade escolar não leva em conta as especificidades culturais de onde são transportados, ao contrário, muitas vezes as nega em decorrência da não aceitação das diferenças e por não caber dentro dos currículos, planejamentos e dinâmica escolar.

Para Freire (1989, p.39), a educação nos traz a possibilidade de Sermos Mais na condição de sujeitos históricos e situados, com identidade e pertencimento. Neste sentido, os processos educativos devem vir na direção do educando(a), porque são seres “[...] não só de contatos, não só está no mundo, mas com o mundo.[...]”. Diante disso, devemos analisar o quanto a educação que vem para promover, incluir e instruir, muitas vezes, dissemina desigualdades múltiplas, seja pelo seu currículo oculto, por seus livros



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



didáticos cheios de estereótipos reproduzindo visões distorcidas e fortalecendo uma cultura hegemônica, ou por estar alheia a realidade e as subjetividades presentes. Nesse sentido, a escola, apesar de estar no campo, não se caracteriza como do campo, pois reproduz uma cultura urbanocêntrica, negando as vivências ali construídas, as memórias, as histórias e os saberes das comunidades camponesas.

É nesse contexto de Ser Mais, que a Educação do campo apreende, em sua concepção, categorias presentes nos estudos de Freire porque acolhe um projeto de sociedade baseado no desenvolvimento sustentável do campo, escolas com valores e características dos povos do campo, a valorização do sentimento de pertença do povo do campo ao campo e uma reflexão sobre o contexto social enfocando as relações de poder instituídas a partir da questão da terra e da produção, conforme nos coloca Arroyo; Caldart e Molina (2004).

As escolas do campo, como espaços de formação para a cidadania, são locais cujos Movimentos Sociais do campo têm como espaços de possibilidade de formação do ser crítico, reflexivo, situado, com conteúdos concretos, que pode “derrubar/reconstruir a cerca do saber”, na condição e na necessidade de se assumir como sujeito pedagógico, ser de conhecimento, numa construção entre docente e discente por meio de uma pedagogia problematizadora, contextualizada e dialógica.

2. O direito a estar na escola do/no campo

A Educação do campo se fortalece por meio de uma base legal, resultado da luta dos movimentos sociais do campo para assegurar aos trabalhadores e aos seus filhos o direito à educação. Nesse processo de luta, um conjunto de legislação educacional começa a emergir fazendo com que seja viabilizada a oferta e a regulamentação da obrigatoriedade da Educação no e do Campo nos sistemas de ensino. Esse caminho começa em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, ao assegurar que a população camponesa, como todo/a o/a cidadão/cidadã brasileira, independente do local onde vive, tem conforme Art. 205 e 206, de forma específica, garantida de forma inalienável, a educação como direito subjetivo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB. 9394/96), que traz referências diretas a uma educação para o meio rural ao dispor sobre a organização escolar e curricular em seus artigos 23 e 28, tratando sobre conteúdos curriculares, metodologias apropriadas, organização escolar, incluindo a adequação do calendário escolar, etc; conforme ratifica o Caderno nº 2, produzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2007,

A LDB de 1996 reconhece, em seus arts. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A idéia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (HENRIQUES et al., 2007, p. 16-17).

Ao final da década de 1990, o movimento se intensifica em prol de uma educação diferenciada para a população do campo, impulsionado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por meio da 1ª Conferência Nacional de Educação do Campo, em 1998, quando a terminologia “educação do campo” começa a ser proclamada como uma proposição de educação contra-hegemônica que carrega em seu movimento os ideais de concepção de educação do próprio movimento e dos movimentos sociais que a ela se associam; surge daí uma concepção de educação, construída pelos sujeitos protagonistas; constituindo o movimento da Educação do campo, alicerçando discussões importantes sobre o papel da escola na formação do sujeito pertence a um território de identidade, de cultura, de saberes, de memória, história e de luta. Luta por terra, por trabalho, por políticas públicas que o façam ser Seres de direito, e por isso Ser Mais (FREIRE, 2013).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A constituição da Educação do campo, como um paradigma traz a emancipação do sujeito subalternizado, oprimido, conforme Freire (2013) no direito de dizer a palavra. E nesse dizer a palavra estão os medos que enfrentam, no de serem reconhecidos, enfrentados; porque como diz Freire (2013, p. 109). “dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.”; mas como é difícil dizer a palavra quando essas são silenciadas, negadas, subalternizadas, inferiorizadas, esquecidas na não existência (STRECK, 2013).

Em 2002, foi elaborada as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB n.1, 2002), que vem contribuir para “garantir a ampliação do acesso, da permanência e do direito à escola pública de qualidade no campo; além de respeitar o conhecimento, a cultura, os saberes e o modo de produção do ambiente” (ALENCAR, 2010, p. 208), apresentando as responsabilidades do poder público, organização do sistema de ensino, e princípios e concepções que constroem a identidade da educação e da escola do campo

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002. art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Em 2004, a 2ª Conferência Nacional de Educação do Campo, projetou o campo como um campo de desenvolvimento, como espaço de vida e de inclusão, conforme afirmam Arroyo, Caldart e Molina

Um olhar que projeta um campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos (2004, p. 12).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O Decreto nº7352/2010 vem somar-se ao conjunto de dispositivos legais, dispondo sobre a política educacional do campo, bem como sobre o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA). É um dispositivo importante para a efetivação da política de Educação do campo. Esse documento trata sobre o entendimento de quem sejam os sujeitos do campo, a escola do campo; indicando cinco princípios que regem a Educação do campo, a saber:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010)

Todos esses documentos, frutos da luta dos movimentos sociais do campo, são elaborados na perspectiva da garantia do direito aos estudantes camponeses terem seus processos de escolarização no território camponês, contribuindo para o processo de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



formação integral no que tange ao atendimento aos princípios presentes no Decreto 7.352/10 e também a um redirecionamento das práticas educativas e pedagógicas em escolas do campo, mas principalmente, nas Secretarias de Educação do Estado e dos municípios para elaboração e implementação de políticas públicas educacionais que possam fortalecer e favorecer práticas pedagógicas situadas no contexto das reivindicações e discussões atuais sobre o atendimento no campo no que se refere aos processos de formação continuada, propostas pedagógicas, ação dialógica com as comunidades e movimentos sociais entre outras ações.

Apesar de termos uma legislação que possibilite ações institucionais pelos sistemas de ensino para a efetivação do direito à educação diferenciada para a população do campo; a Educação do Campo é negligenciada pelas políticas públicas, fazendo com que os movimentos sociais do campo se unam em torno do acesso as salas de aula e garantia de direitos camponeses (ALENCAR, 2018). Esse contexto favorece o fechamento de escolas no campo, que segundo dados divulgados no site da Universidade Federal de São Carlos (UFScar, 2018) são em torno de 30 mil, totalizados no período de 2002 ao primeiro semestre de 2017; com redução de escolas no campo em todas as regiões do Brasil; o que representa mais de 1,2 milhões de pessoas sem escolas, ou deslocadas para outros espaços fora do seu lócus de vivência (ALENCAR, 2018). Essa estratégia é denominada de “reorganização das redes de ensino”, processo que necessita ser analisado considerando a perspectiva de atendimento ao direito do estudante e ao que se apresenta nos dispositivos legais que regem a política de Educação do campo quanto ao papel das escolas do campo e ao direito da população do campo em estudar em escolas camponesas, dentro de seus territórios.

É importante analisar esse fechamento não a partir das justificativas de quem tira/fere o direito do outro, mas entender o movimento de fechamento dessas escolas ao atendimentos de interesses outros os quais não contam os sujeitos neles envolvidos, nesses estão, por exemplo, medidas muitas vezes estratégicas das secretarias municipais para a contenção de gastos, ou na solicitação de um transporte escolar; entretanto, a realidade e condições das estradas apresentam precariedade e falta de segurança que impedem o funcionamento com qualidade dessa política pública- o transporte escolar.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Além desses fatores que nos levam a analisar o atendimento ao direito educacional à população do campo, ainda contamos com crianças que passam mais de 4 (quatro) horas na estrada, conforme depoimento que consta no Relatório sobre fechamento de escolas do campo, da Universidade Federal de São Carlos, do grupo de [Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo](#) (Gepec/UFSCar)

E olha que nem estou me referindo à situação no Norte e Nordeste, onde tudo é sabidamente mais precário. Falo de casos que acompanhei no município onde trabalho, no interior do estado mais rico da federação, em que crianças ficam cinco horas dentro do transporte escolar, e apenas quatro em sala de aula. Em que condições vão chegar em casa?

A C. F./88 preza a gestão democrática do ensino, mas as decisões têm sido tomadas verticalizadas. Em 2013, foi promulgada a [Lei Nº 12.960/2014, que “constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas”](#) (BRASIL, 2014). **Muitas das ações de fechamento de escolas no campo** desrespeitam essa lei; assim, as comunidades são apenas notificadas pelos gestores sobre o fechamento das escolas sem que haja nenhuma reunião ou parecer descritivo de tal medida.

São observadas várias consequências na política de fechamento de escola, dentre essas Baixa nos reportamos a falta da assiduidade devido aos trajetos, ao tempo de plantio ou pelas manifestações culturais não contempladas no calendário da “nova” escola. Esses aspectos resultam na retenção ou evasão desses sujeitos que acordam cedo, tem sua infância roubada pela exaustão de lutar cotidianamente para estar na escola. Para mascarar os índices de evasão e retenção escolar tende-se a criar falsos estereótipos como “o aluno do campo não quer saber de estudar” e essa avaliação que caracteriza um desleixo dos alunos do campo, só alimenta a visão preconceituosa de que “o aluno da zona rural não tem capacidade de aprender”, ou “coitados não tem cabeça para estudar”. A educação, cumprindo seu papel de instruir, rouba o direito de pensar, reivindicar; e o saber técnico substitui o conhecimento para que o alunado não revogue, critique, argumente e tome ciência de seus direitos. Tornando atrativo o espaço urbano e



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



aparentemente “aceito” o campo, lugar de vida, de resistência e de história se sucumbe com o peso do agronegócio e de interesse outros que necessitam ser analisados e pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, em desenvolvimento, ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CAA). Neste, por meio da revisão bibliográfica, temos como objetivo analisar de que forma esse processo de fechamento interfere na construção social, histórica e cultural dos estudantes e da comunidade.

Observamos que os povos do campo são vistos de uma maneira pejorativa, à margem de inúmeros preconceitos. Nesse sentido, compreendemos que revogar os discursos e produzir sobre é senão uma maneira de dar visibilidade e voz aos problemas que este espaço carrega em seu encaixo histórico e as lutas travadas pelos movimentos sociais do campo para o exercício concreto da cidadania, em busca da igualdade e do direito.

Partindo dessa premissa de invisibilidade e silenciamento, entende-se a relevância acadêmica deste trabalho que vem nos inquietar como estudantes, pesquisadores e estudiosos sobre a educação do campo e quilombola, e de forma específica sobre o número crescente de escolas do campo fechadas, e nos interrogar aonde estão esses sujeitos? E mesmo que os índices de matrícula digam que eles estão lá, no campo, nos inquieta saber como? Essa inquietude quer saber sobre quais condições e se, enquanto sujeitos com histórias, especificidades e identidades, se reconhecem ainda dentro de um contexto, considerado como de descaracterização.

O fechamento das escolas do campo tem impacto na vida do estudante que se desloca em distâncias absurdas em veículos que violam as normas de segurança, somando esse fator ao impacto no processo de ensino e aprendizagem, comprometidos pela baixa assiduidade, e por propor uma educação que não dialoga com a realidade dos sujeitos camponeses; prejudicando a relação entre a comunidade e a escola, cuja família



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



tem, muitas vezes, sua presença na escola, nas reuniões, perdendo o sentimento de pertença com aquela escola e com as decisões e construção do próprio projeto político pedagógico.

Várias dessas escolas fechadas caem em abandono e nenhuma alternativa é tomada para, pelo menos, amenizar esse impacto quando o fechamento atende tais políticas deliberativas. A escola que poderia ser dada à comunidade para outras atividades educativas, tornando-se uma associação, ou um ponto de encontro; é sucumbida pelo tempo, assim como a cultura, as subjetividades e toda história. Compreende-se que tudo isso esteja imbricado nos sujeitos do campo que têm uma relação outra com a terra, com o lugar, e este lugar faz parte do que são.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo: caminhos, perspectivas e desafios. **Educatrix**. Ano. 8. N. 14, 2018. Disponível em https://www.moderna.com.br/educatrix/home_ed14.html#. Acesso em agosto 2018.

_____. Educação do Campo e a formação de professores concepção de uma política educacional para o campo brasileiro. In: **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 34, n. 2, p. 207-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/868/589>. Acesso em junho 2018.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Caldart; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



BRASIL. DECRETO Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>

BRASIL. MEC. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Brasília-DF: MEC/SECAD/CNE.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIt, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In Poupard, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** (pp. 127-154). Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A pedagogia do oprimido**. 54ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2013

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2007. Disponível em: . Acesso em agosto 2018.

RODRIGUES, Ana Claudia da Silva, Marques, Dayana F. Dias, GilvaniaL. **Nucleação de Escolas no Campo: Conflitos entre formação e desenraizamento**. Disponível em www.scielo.br . Acesso em outubro 2017.

STRECK, R. Danilo; ESTEBAN, Maria Tereza (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



UFSCar. Número de escolas no campo diminui drasticamente no Brasil. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://www.fai.ufscar.br/noticia/numero-de-escolas-no-campo-diminui-drasticamente-no-brasil.html>. Acesso em fev/2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



MUDAR A VIDA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO: A III ESCOLA DE FORMAÇÃO FEMINISTA POPULAR SOLEDAD BARRET

Yara Gonçalves Manolaque¹
Cícera Maria do Nascimento²

RESUMO

O presente trabalho **consiste em estudo inicial onde a pesquisadora** pretende investigar o processo de formação e auto-organização das mulheres do movimento feminista internacional Marcha Mundial das Mulheres. O núcleo Soledad Barrett constrói coletivamente a III Escola de Formação Feminista, um espaço para o compartilhamento de experiências e conhecimentos teóricos a partir da realidade de mulheres populares. As quatro etapas desse espaço de formação se baseará em concepções do Feminismo Popular e da Educação Popular.

Palavras-chave: Marcha Mundial das Mulheres. Feminismo Popular. Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Está na hora, finalmente, de compreender que o movimento feminista não tem como objetivo a luta contra o sexo masculino, mas sim está direcionado à organização das mulheres, à mobilização daquela metade da população que está inerte para o combate dos preconceitos, independentemente de quem seja o agente deles: homem ou mulher. Anna Andréievna Kalmánovitch³

Há séculos, as mulheres - em movimento - lutam para conquistar seus direitos, desde as russas, passando pelas alemãs e alcançando as mulheres americanas, suas pautas perpassaram pelo direito de associação e reunião políticas, seguido do sufrágio feminino até a socialização do trabalho doméstico (refeitórios e lavanderias públicos, berçários e creches) conquistados pelas russas, durante a Revolução de Outubro de

1 Professora da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Graduada em Letras Língua Portuguesa e Língua Espanhola pela UFPE. Especialista em Língua Espanhola e Novas Tecnologias pela UGF. E-mail: ymanolaque@gmail.com.

2 Professora da Rede Municipal de Caruaru-PE. Mestra em Educação Contemporânea pela UFPE/CAA. E-mail: escoleitora.lp@gmail.com.

³ Nascida em Saratov, na Rússia, em data desconhecida, Kalmánovitch foi uma ativista do movimento de mulheres.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



1917. Porém, a sociedade ainda se mantém patriarcal e diversos são os direitos a se conquistar, assim, as vozes femininas ecoam de forma diversa, nos mais variados espaços de luta, agora fala-se em “feminismos” (movimento de mulheres LBT’s, de mulheres negras e quilombolas, mulheres cristãs, mulheres antiproibicionistas, transfeministas, puta-ativistas, movimento de mulheres populares...).

Em 2015, viveu-se no Brasil a “Primavera Feminista”, que foi uma onda de manifestações contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o seu Projeto de Lei 5069/2013, que tornava crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, principalmente por parte de profissionais de saúde. Esse retrocesso levou milhares de mulheres às ruas para protestar e defender o direito de escolha e da liberdade de seu corpo. Num país onde 4,7 milhões mulheres entre 18 a 39 anos já realizaram um aborto e dessas mulheres: 66% têm filhos, 88% têm religião, 56% são católicas, 25% evangélicas ou protestantes, 7% possuem outra religião. Em 2015, 181 mil curetagens pós-aborto ou puerpério ocorreram no SUS. Já em 2014, cerca de 33 mulheres foram presas, enquadradas no artigo 124 do código penal, de 1940, que criminaliza o aborto⁴. Desde então, as mulheres ocupam às ruas para denunciar as diversas violências, lutam para a legalização e descriminalização do aborto e denunciam os prejuízos das diversas reformas propostas pelo atual governo.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um desses movimentos de mulheres que desde 2000, no Brasil, se instituiu como uma grande mobilização contra a pobreza e a violência sexista, estando presente hoje em 20 Estados do território nacional, onde é organizada em núcleos e comitês. No estado de Pernambuco, existem atualmente quatro núcleos da MMM, sendo um deles o Núcleo Soledad Barrett, que surgiu pela intensa mobilização em torno da acusação de estupro de duas adolescentes pelos integrantes da banda de pagode New Hit, em agosto de 2012.

A consolidação do Núcleo Soledad Barrett com atuação em toda a região metropolitana do Recife se deu a partir da campanha do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, momento a partir do qual

4 Dados retirados F.A.Q. aborto. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/olga_faq_abortov3 Acesso em: 10 de junho de 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



também se inseriu de forma estrutural o debate sobre o caráter patriarcal do estado e a necessidade do enraizamento e fortalecimento da democracia no país.

Com o objetivo de compreender as raízes do patriarcado e a conjuntura da perda de democracia no país, o Núcleo Soledad Barrett lança, em 2016, a I Escola de Formação Feminista, experiência já vivenciada em outros estados. No ano seguinte, mais uma escola ocorreu, em ambas o objetivo foi estudar o caráter patriarcal do Estado e os passos para a sua despatriarcalização com uma reforma política popular e feminista. Este ano, a MMM lança a III edição da escola direcionada para as mulheres dos bairros de Brasília Teimosa (Recife) e Peixinhos (Olinda).

Diante dessa trajetória de ação da MMM na cidade do Recife, surgem questões que apontam para a necessidade de compreender, por exemplo, qual a contribuição efetiva dessa formação para a construção da auto-organização das mulheres? A metodologia utilizada atende a perspectiva da Educação Popular? Que elementos podemos elencar que caracterizam a formação política para essas mulheres? Tem-se, assim, como objetivo geral: Analisar, a partir da prática da Educação Popular, o processo de formação da III Escola Feminista Popular Soledad Barrett, da cidade do Recife. E como objetivos específicos as seguintes questões:

- a) Acompanhar o processo de formação política das mulheres participantes;
- b) Compreender a atuação da Marcha Mundial das Mulheres no processo formativo e auto-organizativo das participantes;
- c) Identificar os elementos da Educação Popular na proposta da Escola Feminista.

O interesse pela pesquisa, por parte da pesquisadora Yara, surge inicialmente enquanto militante da MMM desde 2014, na cidade de Caruaru, atualmente domiciliada na região metropolitana do Recife, começou então a participar mais das atividades do núcleo Soledad Barrett e em 2016 participou da construção da I Escola. Paralelamente, iniciou estudos sobre Educação Popular e a partir dessas leituras e da nova edição da Escola - contribuindo mais uma vez com a sua construção no setor de formação, o que reforça a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a temática da Educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Popular e do Feminismo. Para a pesquisadora Cícera, o interesse pela investigação surgiu da aproximação nos estudos do feminismo popular e pela participação na Escola Feminista.

Compreende-se que aprofundar o processo de formação proposto pela Escola Feminista possui relevância social, profissional e acadêmica. Socialmente, a Escola cumpre seu papel de aglutinadora e formadora de mulheres, num espaço seguro e coletivizado, no qual as opiniões e experiências serão compartilhadas, embasadas em textos teóricos produzidos por mulheres, que pensaram e pensam esta sociedade estruturalmente patriarcal. O momento de elaboração teórica se soma à prática das mulheres, contribuindo para que se diminua a distância entre a academia e a sociedade, favorecendo uma democratização de saberes e valorizando o saber popular advindo da prática e da vivência dessas mulheres. É fundamental visibilizar essas sabedorias para que elas ecoem nos espaços acadêmicos apontando para uma diversidade de raça, classe e gênero, indo de encontro ao racismo, às relações baseadas no capitalismo e ao patriarcado presentes em todas as esferas da sociedade. Profissionalmente, acompanhar a Escola Soledad Barrett -baseando-se teoricamente no feminismo popular e na Educação Popular -auxiliará, quanto professoras da rede pública de ensino, para uma prática mais libertadora e igualitária.

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizará o procedimento de análise qualitativo e como método de análise dos dados usar-se-á a análise de conteúdo, uma reunião de técnicas de pesquisa, objetivando a busca dos sentidos de um documento. A análise de conteúdo objetiva “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”. (MINAYO, 2000, p. 203)

O campo de pesquisa serão as formações da III Escola de Formação Feminista Popular Soledad Barret, que se darão em 4 etapas iniciando em julho e encerrando em



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



outubro de 2018. O local dessas formações serão em sedes de Movimentos sociais e sindicatos parceiros. Na Escola as mulheres discutirão sobre os seguintes temas: O golpe e a vida das mulheres; Conceitos feministas; Leito histórico do feminismo popular e Trabalho de base e Projeto Popular.

Para coletar as informações dessas sujeitas, realizaremos entrevistas semiestruturadas, que para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está “focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Haverá também uma pesquisa documental, que será utilizada para verificar as informações obtidas por meio das entrevistas e observação.

A técnica de análise será a documental, que consta das seguintes etapas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, de acordo com Bardin (1979). Na pré-análise, as ideias serão organizadas e sistematizadas, ocorrerá a eleição dos documentos a serem analisados, resgatando as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa, em relação ao material reunido. Na exploração do material, os dados integrais do material serão sistematizados para se obter o centro do entendimento do texto. Na última etapa, operações estatísticas serão utilizadas para analisar os dados brutos, validando e evidenciando as informações alcançadas.

Para a observação, o diário de campo será utilizado “o diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo.” (LAGE, 2009, p.15). Além desses instrumentos mencionados, as fotos, os textos estudados, as relatorias e os materiais produzidos pelas mulheres durante as etapas serão somados à investigação.

DESENVOLVIMENTO

O movimento internacional Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se organizou a partir de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



quando 850 mulheres marcharam 200 km. A ocupação das ruas, por meio da mobilização das mulheres, teve como objetivo criticar incisivamente o neoliberalismo. Dessa ação, algumas conquistas foram obtidas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. As mulheres canadenses buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres, cujo primeiro encontro, em 1998, contou com a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios.

A MMM tem como estratégias: a solidariedade, o internacionalismo, o fortalecimento de espaços coletivos das mulheres auto-organizadas, o enfrentamento ao capitalismo, racismo, patriarcado, lesbofobia, desigualdade social e pobreza. Desde o início, a aliança com outros movimentos sociais é uma forte marca, pois entende-se que para mudar a vida das mulheres é necessário mudar o mundo num mesmo movimento. Compreende-se então que o “tripé” formação, organização e luta é fundamental para o fortalecimento de um movimento popular que objetiva reunir mulheres para lidar com o que as oprime todos os dias.

Assim, as militantes da MMM se auto-organizam gestionando os núcleos por meio de setores (formação, finanças, agitação e propaganda, comunicação...) de maneira que todas participem e tenham acesso a todas as informações do núcleo nas reuniões e pelos demais canais de comunicação. No que se refere à luta, o dia Internacional de Luta das Mulheres (8 de março), o dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra a Mulher (25 de novembro), as 24h de Solidariedade Feminista (24 de abril) entre outros atos e atividades contribuem para a prática, para a noção de coletividade e compreensão da realidade, num determinado contexto histórico e político. Paralelamente, a formação ocorre nos mais diversos espaços acadêmicos e não-acadêmicos, na produção de textos e principalmente na Escola Feminista Popular.

As experiências das escolas feministas populares da MMM, no Brasil, ocorrem em diversos estados, e são atos de resistência das mulheres, e de (re)conhecer-se historicamente e socialmente, traçando assim novas possibilidades de vivência social, direcionada para a solidariedade entre as mulheres, a parte da hegemônica, que é



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



patriarcal e estimula a solidariedade masculina em detrimento da dominação das mesmas.

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (SAFFIOTI, 2015, p. 112).

Além de patriarcal, a sociedade estruturalmente é racista, o que torna a condição da mulher negra e periférica mais passível de violências, de exclusões econômicas e sociais, em relação à mulher branca e branca não periférica. As origens dessa distinção advém do período da escravidão, se mantendo até os dias atuais e afetando de maneira mais brutal as mulheres negras, principalmente no momento atual, no qual diversas reformas que prejudicam as mulheres da classe trabalhadora estão em vigência.

Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, ela se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar (SAFFIOTI, 2013, p. 237-238).

A inclusão da mulher nos espaços de trabalho produtivo, na cidade, se deu de forma excludente e exploratória, a divisão sexual do trabalho, no sistema capitalista, marginaliza ainda mais a mulher, condição criada pela própria sociedade para condicioná-la a um espaço de inferiorização justificando assim as péssimas condições de trabalho, baixos salários e profissões voltadas para as habilidades de cuidado e proteção, ou seja, funções laborais mais “femininas”. Desenvolve-se então a ideia de que as mulheres são mais maternais e delicadas. Para as mulheres negras restam as tarefas domésticas e de cuidado, normalmente realizadas na casa de mulheres brancas, as quais não possuem tempo para realizar o trabalho reprodutivo, seja porque estão no mercado de trabalho, seja porque não há uma divisão de tarefas com os demais membros da família, principalmente os do sexo masculino.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Apresenta-se, dessa maneira, segundo Biroli e Miguel (2014, p.32) a relação entre esfera pública “baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade”; e a esfera privada que “abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo”.

Somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papeis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticação feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexo (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 32).

Para o movimento feminista, entende-se que ambas esferas não podem ser apartadas, pois o patriarcado age violentando, silenciando e explorando as mulheres baseado nas relações de poder e controle. Há a manutenção dos papeis sociais, nos quais o homem sustenta a casa e a mulher se responsabiliza pelos trabalhos domésticos para a garantia do papel masculino na sociedade, sendo aqueles menos valorizados. Ao ocupar os espaços públicos, as mulheres ainda enfrentam o controle dos seus corpos pelo Estado e pela Igreja e relações de trabalho menos paritárias e seguras.

É na existência de espaços exclusivos para mulheres, nos quais elas possam dialogar e expor tantas opressões machistas, racistas e lbtófobas, se fundamentando pedagogicamente em pensadoras e nas suas experiências quanto mulheres da classe trabalhadora, que se encontrará estratégias coletivas para enfrentar essas opressões. Por meio da reflexão coletiva, do entendimento do que ou quem as oprime que se forja a luta pela libertação.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



[...] o que vimos chamando de pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com ele* e não *para ele*, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objetos de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam na dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (FREIRE, 2005, p. 34 - 35).

CONCLUSÃO

A Escola Feminista Popular Soledad Barret se propõe a seguir os preceitos da Educação Popular (EP), com o objetivo de criar condições de um ambiente de discussão horizontal e participativo. Entende-se, segundo Freire e Nogueira (2014, p.33), que a EP é um “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”. Ainda para os mesmos teóricos, para a EP “não há um programa, inexistente nessa pedagogia um programa preestabelecido de conteúdos a serem ensinados. No entanto, essas pessoas se ensinam umas às outras, elas “se medem” em “atos grupais de conhecimento.”

A relação da EP com o feminismo advém dos fins dos anos 60 e princípios dos anos 70 quando, diante do momento histórico de opressão das ditaduras na América Latina e da crise econômica, as mulheres participaram amplamente no processo de EP propondo projetos e expondo suas demandas, relacionando assim gênero e educação. Com a incorporação de gênero na EP, concebe-se uma outra maneira de se entender o sujeito, não mais unitário, nem linear e nem abstrato. Valoriza-se também os sonhos, os desejos, as limitações, questionando uma série de esteriótipos.

A EP resiste aos modelos de práticas educativas hegemônicas, com criatividade, por meio do diálogo entre educadores e educandos, buscando assim uma nova sociedade



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mais justa e igualitária. Como espaço de disputa por grupos dominantes, os espaços educacionais populares visam à transformação de uma parte, que mudará outra, alcançando, ao fim, à totalidade.

Portanto, baseando-se em tais considerações da Educação Popular e do Feminismo Popular, esse estudo busca investigar a Escola de Formação Feminista Popular Soledad Barrett, que se propõe ser um espaço no qual os anseios e pensamentos das mulheres serão expostos - aliados à teoria e à prática - dando ouvidos às suas necessidades para que suas vidas sejam mudadas e em consequência o mundo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BIROLI, F; MIGUEL, L.F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. & NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

F.A.Q ABORTO. Disponível em:

<https://issuu.com/thinkolga/docs/olga_faq_abortov3>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LAGE, A. C. Orientações Epistemológicas para Pesquisa Qualitativa em Educação e Movimentos Sociais. In: **IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: diferenças nas políticas de currículo**. João Pessoa: UFPB, v.1, p.1-18, 2009.

LOUREIRO, I. (Org). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158 1990/1991.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OCHOA, L.M. **El sueño y la práctica de sí. Pedagogía feminista una propuesta.** México: El Colegio de México, 2008.

SAFFIOTI, H I.B. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero patriarcado violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCNEIDER, G. (Org). **A revolução das mulheres:** emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA NÃO CONTADAS: MARCAS DE IDENTIDADE QUILOMBOLA-COMUNIDADE DE GUARACIABA

Adilza Alves dos Santos¹

Almir João da Rocha²

Maria Fernanda dos Santos Alencar³

Resumo: O presente artigo de análise documental trata das histórias de vida da comunidade quilombola de Guaraciaba (antiga cabileira), em que busca identificar as marcas de identidades quilombolas por meio de narrativas de histórias de vida não contadas; tendo como categoria: memória, identidade e pertencimento. Compreende-se que os relatos orais são fundamentais para manter vivos os processos históricos vivenciados pelos quilombolas, utilizando-se da memória dos mais velhos, como fonte.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade quilombola; Memória; História de vida.

Introdução

Esse texto tem como principal objetivo identificar marcas de identidades quilombolas por meio de narrativas de histórias de vida não contadas; guiando-se pela seguinte questão: de que forma as narrativas de histórias de vida contribuem para o processo de formação da identidade, individual e coletiva, das comunidades quilombolas? As marcas de identidade foram percebidas por meio do relato de lideranças da Comunidade de Guaraciaba (Cabileira) sobre a história do nome da comunidade quando da pesquisa, em desenvolvimento, vinculada ao Subprojeto “Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas Sobre Si e a Negritude”, Convênio UFPE/CAA/Fundação

¹ Graduanda do curso de Pedagogia, membro do Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Participante da pesquisa do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude, Convênio UFPE/CAA e Fundação Joaquim Nabuco. (2016-2018). E-mail: adilzaalvessantos@hotmail.com

² Graduando em Pedagogia, Membro do Grupo de Estudos Pós-Coloniais e Teoria da Complexidade em Educação. Participante da pesquisa do SUB PROJETO 1: Políticas nacionais de promoção da igualdade étnico-racial Brasil e Colômbia, Convênio UFPE/CAA e Fundação Joaquim Nabuco. (2016-2018). E-mail: almir.joao@outlook.com

³ Profa. Orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia- NFD/CAA/UFPE e Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste –CCSA/UFPE. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Coordenadora/orientadora do SUBPROJETO 1: Representação Social de Docentes de Escolas Quilombolas sobre Si e a Negritude. E-mail: Fernanda.alencar@ufpe.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Joaquim Nabuco; apresentada, em Resumo Expandido, no I Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea –UFPE/CAA, cujas autoras observaram que o processo de valorização da memória, da cultura e os seus registros tornam-se essenciais para o desenvolvimento da comunidade e que, por meio do registro oral e escrito, se localizam como cidadãos de direito (SANTOS; ALENCAR, 2017).

Pollak (1992) vem colaborando com os elementos da memória, os quais remetem como individual, os acontecimentos vividos pessoalmente e; coletiva, os acontecimentos que são vivenciados em grupo ou coletivamente. Com isso, podemos perceber que a memória de um povo é muito significativa para o desenvolvimento da comunidade, pois abordam vários aspectos relacionados à identidade cultural que está diretamente ligada às crenças, conhecimentos, comportamentos, ritos entre outros aspectos.

Figueiredo (2012, p.1) fala que a cultura “[...] diz respeito às vivências concretas de sujeitos, bem como as suas formas de conceber o mundo, suas particularidades e semelhanças a partir do processo histórico social”. Freire (1980) nos ajuda a compreender esse processo quando nos traz, em seus escritos, a importância da constituição da subjetividade a partir dos próprios sujeitos históricos para que, por meio de suas palavras, possam se tornar sujeitos no/do mundo, participe da/na construção da história e da cultura.

Freire (1980, p.13) fala da necessidade do dizer a palavra e assumirmos “conscientemente sua essencial condição humana”, contribuindo para a formação da nossa identidade, pertencentes a um lugar. É nesse caminho que consideramos a importância das narrativas, das tradições orais e as manifestações culturais que se fazem presentes nos dizeres/palavras dos sujeitos quilombolas; levando-nos a realizar uma reflexão sobre a importância dos territórios quilombolas, a narrativa de suas histórias, memórias e a sua relação com a constituição de suas identidades.

Para fins dessa pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa por considerar conforme Minayo (2001, p. 6-7) que esse tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



reduzidos à operacionalização de variáveis”. Quanto ao procedimento, fez-se uso da pesquisa documental porque essa busca a compreensão da realidade social e produção de conhecimento por meio da análise de diversos tipos de documentos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p.55).

No caso desta pesquisa, o documento analisado foram relatos escritos por pessoas da comunidade quilombola de Guaraciaba sobre alguns homens e mulheres que contribuíram para o fortalecimento da identidade da comunidade como comunidade quilombola. São documentos guardados que ainda não sofreram tratamento analítico. Por isso caracterizamos essa pesquisa como documental porque “utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p.57).

1 Quilombos e identidade

A formação territorial do Brasil deu-se graças ao ganancioso projeto de expansão mercantilista adotado pelos colonos portugueses no século XV. Ou seja, o processo de “descobrimento” do novo território, ao longo de mais de quatro séculos criou a falsa impressão de que os portugueses trouxeram para o território recém descoberto a modernidade e a civilização para os povos originários que aqui ocupavam.

O fato é que para que a expansão comercial se consolidasse não era suficiente apenas o trabalho escravo dos povos originários, era necessário desconsiderar os conhecimentos, costumes e negar as culturas *outras* que não se encaixavam no padrão eurocêntrico, em outras palavras, era necessário civilizar os “não-civilizados”.

A escravização do índio não foi o suficiente para o enriquecimento e fortalecimento da coroa portuguesa, para Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 40), “a oferta de escravos indígenas começou a declinar e os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-lo”. Inúmeros foram os fatores para o declínio do trabalho escravo indígena, como as doenças, as guerras e as fugas para o interior das florestas, o que fez com que o foco escravista fosse o outro lado do oceano atlântico. De acordo com os autores, “o tráfico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ultramarinas iniciadas com os “descobrimientos” para se transformar no negócio mais lucrativo do Atlântico Sul” (ALBURQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 41).

Nesse sentido, o negro escravizado, passou a existir no imaginário social como o outro, coisificado, estereotipado e o *não-ser* da relação colonizador/colonizado. Esse processo de dominação deu a legitimidade aos primeiros de se outorgarem como os civilizadores, capazes de subtrair, negar e inferiorizarem dos colonizados sua história, cultura, identidade e com isso fragmentar o sentimento de pertencimento destes povos com os elementos da territorialidade.

E essa é a lógica que tem alimentado o nosso ideário ao longo dos séculos, uma história fragmentada que nos leva muitas vezes negar a nossa própria identidade, por imposição de um padrão unidentitário que tem no branco, no heterossexual, no católico, etc. a única forma de ser aceito em uma sociedade dita moderna.

Contudo salientamos que onde houver opressão, submissão, castigos e mortes, existiu/existem resistências, dentre elas, as constantes fugas, rebeliões, mortes dos senhores; e a formação de quilombos se constituíram enquanto elementos da resistência da identidade negra. De acordo com Silva (2012, p. 5) “os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito”.

Nessa perspectiva, entendemos que os quilombos se configuram enquanto espaço/tempo onde a resistência passa a ser o elemento de perpetuação de uma identidade, muitas vezes subalternizada, quase sempre negada e nunca exaltada. Dessa forma, rompe-se com o discurso ultrapassado do conselho ultramarino que conceituava os quilombos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47).

A proposição de uma identidade histórica como ferramenta para a reconfiguração da cultura quilombola implica na necessidade de se compreender o quilombo como elemento em efervescência no cenário nacional, mesmo que durante muitos anos esse tema tenha ficado esquecido dos documentos oficiais do país. De



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



acordo com Almeida (2002, p. 56), se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras, tem que haver um deslocamento. “Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é, e como essa autonomia foi sendo construída historicamente”.

No caso das comunidades quilombolas, a memória tem sido o elo entre as heranças do passado e as novas configurações identitárias propostas pela contemporaneidade, sendo por intermédio dela que novas identidades têm surgido e se afirmado no campo de aceitação do ser quilombola, rechaçando o imposto, o legitimado pelo colonizador.

Se tomarmos a proporção dos escritos de Paulo Freire (1976), entenderemos que essa ação de empoderamento configura-se na retomada da consciência enquanto ação cultural para a libertação, levando o sujeito a compreender-se enquanto ser pertencente a um determinado grupo histórico.

E é justamente pela retomada da consciência que na comunidade quilombola de Cabileira, a construção da identidade tem sido o elemento propulsor tanto para o resgate do sentimento de pertencimento quilombola, como para a manutenção da cultura ainda presente naquela comunidade. É por intermédio da oralidade que os mais velhos vêm ao longo dos anos transmitindo os conhecimentos de geração para geração.

A afirmação da identidade quilombola em Cabileira perpassa pelo processo que quase todas as outras comunidades quilombolas brasileira têm passado, o fato da identidade está ligada aos aspectos de vivência do seu povo, ou seja, são nas relações com o sagrado, na convivência com os vizinhos, na partilha do trabalho, nos festejos das colheitas, nas rezas feitas pelas rezadeiras, na culinária, etc. acaba dando um sentimento de coletividade para o povo de Cabileira.

Em um dos relatos escritos sobre a comunidade, fica evidente traços desses da cultura local, quando em uma apanha de café, ao chegar à hora do almoço, “elas gostava de comer as comidas que elas levavam, xerém, molho de castanha com bredo, fava, bucho de boi, caroço de jaca cozido e outras comidas”.

O fato das apanhadeiras de café na hora do almoço desfrutar das comidas citadas acima, nos mostra que existe uma relação de pertencimento no tocante aos alimentos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



provindos da mãe natureza, ou seja, o que nos parece é que a alimentação utilizada é uma base do que é consumido na região.

Em outro trecho dos escritos, é feita menção ao fato do trabalho desempenhado no cafezal está intimamente ligado a exploração da mão de obra, como podemos perceber a seguir, “ao final da tarde quando voltavam pra casa, papai já estava esperando para medir o café e saber quantas latas cada uma tinha apanhado”.

As relações de dominação, mesmo que implícita, acabam levando, ainda, os sujeitos considerados inferiores a ocuparem os não-trabalhos. Para Silva (2012, p.5), “muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial”.

Por outro lado, é possível ver, nessa relação com o trabalho, a força do coletivo; principalmente, quando chega o final da ‘panha’ do café, quando é realizada festas para todos envolvidos no processo, “dançavam forró pé de serra e mazuca⁴”. Essa última tem sido um dos traços culturais que tem fortalecido a cultura da comunidade de Cabileira.

2 Memórias de Histórias de vida

Como analisado acima, os territórios denominados mais recentemente como comunidades quilombolas vem, ao longo dos séculos, marcando suas trajetórias de vidas, como uma maneira de preservar os conhecimentos *outros* que, historicamente, estiveram silenciados.

A comunidade quilombola de Guaraciaba (antiga Cabileira) é um espaço de memória, pois nesse lugar existem histórias de vida que foram reescritas a partir da oralidade dos mais velhos, narrativas que vem sendo repassadas de geração em geração, até os dias atuais.

O fenômeno da memória em si, pode ser entendido como a capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas, celebrais e cognitivas. As pessoas fazem uso de sua memória o tempo todo. A cada instante, seja na reprodução de um gesto corporal que em uma certa idade apreendemos e o usamos

⁴ Dança de origem indígena e africanas praticada pelos negros na construção de suas casas de taipas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



instintivamente, seja recordando a letra de uma música ou onde deixamos qualquer objeto (SILVA, 2012, p. 9).

Com isso, podemos ver que a memória são informações, fatos adquiridos, por meio de experiências, que foram ouvidas ou vivenciadas por um povo, o que é de extrema importância; principalmente, as memórias dos quilombolas mais velhos que têm conhecimentos importantes de histórias locais para transmitir as gerações futuras, ou seja, aos mais jovens.

Sendo assim, os jovens vão adquirindo aprendizagens com a força das narrativas de seus ancestrais que lutam para manter a tradição do seu modo de vida e de seus saberes. Dessa forma, Mascarenhas e Oliveira abordam que:

As narrativas orais apresentam múltiplas funções, pois além de servir de elo entre novas e velhas gerações, tem o importante papel de fortalecer relações entre pessoas e comunidades, criando uma rede de transmissão de conhecimento que valoriza um saber tradicional e modo de vida ressignificado pela interação por meio da palavra. Essa relação de aprendizagem informal se mostra eficiente na consolidação da cultura das comunidades quilombolas. (MASCARENHAS, OLIVEIRA, 2017, p.10)

Com a fala desses autores podemos perceber que as narrativas orais são significativas para a preservação da memória da comunidade, levando em consideração que os mais velhos são a principal fonte de memória para que, no futuro, suas histórias sejam repassadas e até reelaboradas, não deixando que percam a tradição e os conhecimentos da cultura de seu povo.

Dessa forma, ao analisarmos antigos escritos contando histórias de vida de alguns quilombolas e de acontecimentos na comunidade, relatadas pelos próprios quilombolas, verificamos a necessidade desses documentos serem analisados e tornado parte da produção de conhecimento que fortalece a memória, identidade e pertencimento à comunidade quilombola.

Dentre esses relatos consta, por exemplo, a do Sr. Adejar, escrita por Valdomiro Nogueira:⁵

⁵ Valdomiro Nogueira, morador da comunidade de Guaraciaba que escreveu as narrativas de histórias de vida de alguns quilombolas da comunidade de Guaraciaba.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Um cidadão de cabeleira com o nome de Adejar inventou comprar um rádio para a população dançar; Foi o comissário da vila para o povo não brigar, também inventou uma bodega para a população comprar; Adejar era um bom homem valente e muito educado, conhecido pela polícia não fazia nada errado; Quando ia prender um, não levava acompanhante com seu jeito de falar trazia qualquer suplicante; prendia muito bandido por ordem do delegado botava na sela fria e lá ficava trancado. (Material impresso sem data)

A história contada por Nogueira retrata a vida de um quilombola que era uma liderança considerada importante pela comunidade, ao mesmo tempo que fortalece, por meio da história contada, uma memória que não foi esquecida porque ainda há os que registram as histórias contadas por meio da linguagem oral. Esse processo, conforme Gonçalves e Gonçalves (2017) faz com que as histórias das comunidades não se percam no tempo e nas memórias dos antepassados.

Concordamos com as autoras, pois quando em uma comunidade quilombola os mais jovens não reconhecem sua própria identidade, com o passar do tempo a memória vai sendo esquecida porque não tem mais quem faça as narrativas orais para as próximas gerações e, assim, as tradições não são preservadas. Nesse sentido, Gonçalves e Gonçalves (2017, p. 202) também falam que “ao se utilizar a memória como fonte, isso viabiliza enxergar o sujeito como ser ativo no processo histórico, pois possui a capacidade de lembrar ou reelaborar a própria história e a história do seu povo”.

Margarida e Edjane⁶, moradoras da comunidade Guaraciaba, também se preocuparam em deixar registradas as riquezas naturais que se vinculam à produção da agricultura, uma das principais atividades de muitas comunidades quilombolas, tornando-se uns lócus de saberes tradicionais desenvolvido por essas comunidades. Essas autoras expressam que “Também tem muitas riquezas que podemos apreciar coisas da natureza, banana, manga e cajá; se você não acreditar não tem problema não, vem ver as riquezas dessa região.”

Ao deixarem marcas no que se refere à história dos moradores/antepassados, do registro de sua produção agrícola e outros aspectos que caracterizam a comunidade; compreende-se que as comunidades quilombolas são terras de memória e identidade

⁶ Essas moradoras registraram as riquezas em termos da produção agrícola da comunidade e da região.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



que, em seus espaços, encontramos, além dos aspectos que as marca culturalmente, o seu modo de vida, de sua produção econômica, da transmissão de seus saberes tradicionais que teimam em continuar viva, fazendo-os conhecer-se e conhecer o seu entorno como lugar/território de vida e cultura.

É neste sentido que Freire (1980) compreende e nos ensina que no conhecimento de nossa história, enquanto oprimidos, nós nos conhecemos e conhecemos o mundo; pois é “a partir destas relações do homem com a realidade e nela criando, recriando, decidindo, que ele vai dinamizando o seu mundo. (FREIRE, 1983, p. 102).

Considerações Finais

Este artigo foi desenvolvido a partir da análise documental de alguns escritos de histórias de vida do povo da comunidade quilombola de Guaraciaba. É uma pesquisa ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CAA), que tem como objetivo identificar marcas de identidades quilombolas por meio de narrativas de histórias de vida contadas.

As narrativas de histórias de vida do povo quilombola são essenciais para que as novas gerações, no decorrer do tempo nas comunidades, não esqueçam suas tradições, costumes, crenças e valores, pois as comunidades quilombolas enfrentaram/enfrentam muitas lutas e resistências para que seu território seja um território de saber e cultura, e que lá esteja a representação da memória e da identidade de um povo representado nas relações com suas plantas medicinais, suas riquezas naturais, com o sagrado, na convivência coletiva, no trabalho, nos festejos, nas rezas, na culinária. Ou seja, toda uma trajetória de vida, cultura que forma e fortalece o sentimento de coletividade e de ser povo quilombola de Cabileira.

Sendo assim, percebemos que as narrativas orais contribuem para o reconhecimento histórico, a valorização das raízes, ou seja, o processo de formação de identidade tanto individual, como coletiva nas comunidades quilombolas. E através da memória coletiva acontece a interação que vai interagir/construir com as gerações quilombolas mais novos o sentimento de pertencimento.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Fundação Cultural Palmares. Centro de Estudos AfroOrientais, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

FIGUEIREDO, Namar Oliveira Silva. **Mídia, Cultura e Identidade: Fragmentos de um olhar**. Revista Memento. V. 4, n.2, jul.–dez. 2013. Disponível em: <HTTPS://dialnet.unirioja.es>

FREIRE, O. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo**. In: FAVERO, O. **Cultura popular, educação popular: memória dos anos sessenta**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GONÇALVES, Dinalva Pereira; GONÇALVES, Pêdra Paula Pereira. **História e memória de quilombo: raízes, relatos da comunidade ramal de Quindiuá em Bequimão/MA**. Revista da ABPN. v. 9, Ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais, p. 199-223, 2017.

MASCARENHAS, Mayre Dione da Silva; OLIVEIRA, Sidney da Silva. **Narrativas, tradições orais e suas manifestações nos territórios quilombolas África e Laranjítuba, MOJU PA: A narrativa do MEU- A bebida sagrada**. Brasília, 2017. Disponível em: <HTTPS://www.snh2017.anpuh.org>anais>

MARGARIDA, Joseja; Edjane. S/d. (material escrito à mão, não publicado).

MINAYO, Maria Cécilia de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Valdomiro. s/d, (material escrito à mão, não publicado).

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <WWW.pgedf.ufpr.br>



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



KRIPKA, Rosana Maria Luvezute ; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de investigaciones UNAD Bogotá – Colombia, Vol. 14, N° 2. 2015.

SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra.** São Paulo. 2012. Disponível em: WWW.ub.edu>actas>08-S-Rezende

SANTOS, Adilza Alves; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. **Comunidade Quilombola de Guaraciaba: uma história em construção por meio da educação popular.** In: I Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea –UFPE/CAA. 2017, Caruaru. Resumo expandido. Impresso.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



O CLICHÊ DA EDUCAÇÃO POPULAR E O CONCEITO DE CONSCIENTIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Maria de Fatima da Conceição Dutra¹

Resumo: o artigo apresenta uma discussão teórica sobre as concepções de Brayner (2014) referente ao clichê da Educação Popular e as contribuições de Freire (1967, 1987) no tocante ao conceito de conscientização, transformação e seu método de alfabetização. Para tanto, busca traçar um breve panorama histórico da EP, apontando, a partir de Brandão (2005), a estrutura do método Freiriano. Os resultados destacam as implicações do clichê da EP e as diferentes concepções e momentos históricos no Brasil, atrelada a perspectiva Freiriana.

Palavras-chave: Clichê. Educação Popular. Método de Freiriano.

INTRODUÇÃO

Ao discutir sobre Educação Popular, Brayner (2014) enfatiza que ela é um dos campos mais atingidos pela linguagem representada pelo clichê, marcado pelo jargão que acompanha seu vocabulário. Partindo da defesa de um retorno a consciência ingênua para a produção de um novo dicionário pedagógico, o autor se compromete a pensar as consequências do uso do clichê; das contribuições de Arendt (1977), no tocante a ausência de profundidade da capacidade de pensar.

Atualmente observa-se que a Educação Popular é marcada por uma dívida política e republicana. Brayner (2011) afirma que este déficit para com a educação pública, consiste na incapacidade institucional de proporcionar a qualidade pedagógica (conteudística, material, escolar, didática) que possa atender as competências a cada

¹ Estudante do Mestrado em Educação do PPGE/UFPE da linha de Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular. Email: fatima.dutrac@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ingresso do sistema. Para ele, faltou-nos na atual república dois projetos: um nacional apoiado no “povo” e outro da escola republicana.

Conforme as contribuições de Carrilho (2013), a EP está presente em diferentes lugares sociais. Ela enfatiza que a mesma se configura como corrente pedagógica e prática educativa que se entrelaça em coletivos, movimentos sociais, organizações civis, experiências escolares e culturais. O lugar social da Educação Popular deste trabalho objetiva discutir sobre os sentidos atribuídos ao vocabulário pedagógico enquanto clichê da Educação Popular (EP) a partir da concepção de Brayner (2014) e as contribuições de Freire (1967, 1987) em suas obras Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia do Oprimido, no tocante a discussão do conceito de conscientização, problematização e seu método de alfabetização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Clichê da Educação Popular

A crítica de Brayner (2014) ao clichê se direciona aos textos educativos em suas diferentes formas (artigos, relatórios, livros) que estão impregnados de jargões acompanhados de uma discussão vazia, distanciada do senso crítico. Essas palavras estão marcadas por uma discussão semântica baseada em interações linguísticas. A repetição de palavras como consciência crítica, ingênua, neoliberalismo, educação para cidadania, qualidade na educação e demais termos do âmbito acadêmico e educacional que se reverberam no repertório repetitivo de expressões profissionais.

O clichê é um recurso utilizado pela retórica que se estabelece em técnicas discursivas a partir da relação empática com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor ou de se firmar através da cumplicidade de um dicionário vocabular atraente e "conhecido", de fácil recepção familiar (idem). A forma como a linguagem é utilizada:

em uma tão decisiva influência sobre o conteúdo (mesmo aquele que em educação pretendemos *crítico*), que esta criticidade se esvazia na medida em que o clichê representa, justamente, aquilo que nos poupa de pensar, que nos impede de nos deslocarmos de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



nossos hábitos de pensamento e que poderia permitir uma espécie de *VerfremdungsEffekt*, um efeito de distanciamento crítico. O jargão é, assim, uma das inúmeras formas que pode assumir a *derrota do pensamento*. (BRAYNER, 2014, p. 560).

O dicionário é um exemplo que expressa estratégias de seleção de palavras que permitam expressão de ideias de produção de sentidos e inteligibilidade em relação a determinados conceitos. O clichê enquanto jargão constrói algo no lugar da falta de experiência. O autor traz o exemplo da palavra "conscientização, transformação e problematização" como parte do vocabulário da Educação popular. Através destas, podemos identificar a filiação teórica de autor e estabelecer empatias e adesão à determinada linha de pesquisa. O clichê, portanto, se reverbera a partir de uma necessidade de pronúncia e repetição dessas palavras para reproduzir suas identificações.

Para Brayner (2014), o clichê é uma forma linguística que cumpre a função de ver algo na realidade. Portanto, e configura em um mundo onde as ideias produzem sentidos dentro de um sistema articulado de reflexão composto pela estrutura narrativa (começo, meio e fim). É importante ressaltar que para o autor, o problema não está centrado no uso repetitivo de frases ou palavras, mas sim na forma pela qual rompe com a experiência e se encarrega de uma significação de linguagem.

O caso de Adolf Eichmann, comentado por Hannah Arendt é uma das formas utilizada para elucidar a compreensão do clichê. Em 1961, após o sequestro de Adolf ter se dado "por um comando israelense num subúrbio de Buenos Aires e levado para Jerusalém, foi julgado pelos crimes praticados sob o nazismo" (BRAYNER, 2014, p. 5). a autora conseguiu ter o financiamento da revista The Nova Yorker, com o objetivo de acompanhar o julgamento de Eichmann, em troca de uma série de publicações. Após a divulgação do seu livro "Aichmann in Jerusalem Report da Banalidade do mal", em 1963, Arendt foi alvo de uma polêmica advinda da comunidade judaica e de ataques pessoais. O essencial deste livro é:

que ali onde as pessoas procuravam um monstro, Arendt vê uma pessoa normal, desinteressante, sem nenhuma grande afetação psicológica dilacerante que explicasse uma suposta desumanidade do personagem. Mais do que normal, Arendt vê em Eichmann um medíocre: um homem que só fala através de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



clichês, incapaz de uma frase original, que só conhece a linguagem administrativa. E é esta normalidade que constrange! (BRAYNER, 2014, p. 562).

Para o autor, a questão principal que Arendt estabelece em sua obra é a relação entre o clichê marcado pela ausência de pensamento. Dessa forma, ela realiza uma diferente leitura de Eichmann, porque não se trata de uma pessoa estúpida (imagem pela qual os judeus gostariam que fosse transmitida), e sim, de um sujeito que é incapaz de diferenciar o bem do mal, de vivenciar experiências acompanhadas da falta do remorso. O clichê se afasta desta da criticidade, buscando fixar as pessoas em uma regra de conduta. Para Brayner (2014), o exame crítico deve partir de uma fase de negação, do abandono de pensamento. É preciso negar opiniões, valores, certezas.

As concepções e trajetórias da Educação Popular no Brasil

Especificamente no Brasil, o percurso histórico da Educação Popular está vinculado a movimentos da educação e cultura, como o MCP (Movimento de Cultura Popular)² e o MEB (Movimento de Educação de Base)³, associado às lutas pela terra, moradia, trabalho, saúde e educação. Sua origem “confunde-se com os movimentos sociais populares das décadas de 1950 e 1960” (STRECK, 2013, p. 356).

Na década de 50/60, a EP ficou marcada por uma linguagem fenomenológica que demorava uma “crença numa consciência intencional que se debruçava sobre o mundo para lhe oferecer significados” (BRAYNER, 2014, p. 565). Ganhou visibilidade que se expressou através do seu vocabulário em um contexto de resistência. As obras de cunho libertadoras sofisticadas de Paulo Freire foram apropriadas pelo senso comum pedagógico através dos seus “seguidores intelectuais” que ficaram responsáveis por

² Segundo Brayner (2013), o MCP, inspirado no movimento francês, iniciou-se no Recife pela iniciativa de Miguel Arraes, Anita Paes Barreto, Abelardo da Hora, Geraldo Menucci, dentre outros, um amplo movimento de cultural que envolveu intelectuais, artistas populares, estudantes, professores/as, marcados pela “descoberta” e valorização da cultura popular.

³ No livro “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”, ao discutir sobre o percurso histórico da Educação Popular, Saviane (2013) define o MEB como um movimento cuja responsabilidade se destinava a igreja católica, sustentada financeiramente pelo governo federal. Posteriormente, se distanciou dos objetivos cristãos e se direcionou ao trabalho de conscientização e politização do povo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



produzir resumos, manuais, apostilas. Essas produções se espalharam no meio das camadas populares acompanhada do vocabulário marcado pelo clichê (idem).

Na década de 60, o trabalho desenvolvido por Paulo Freire esteve inserido nos grandes movimentos populares que fora interrompido com o modelo da ditadura militar. Neste período a Educação Popular se posicionou no embate ao regime totalitário desenvolvendo características que a marcou como uma proposta pedagógica diferente dos modelos hegemônicos de educação (STRECK, 2013). Nesse contexto a EP passou pela clandestinidade através das prisões, censuras, exílios e outras violências próprias deste absolutismo.

A Educação Popular se caracteriza por um modelo contra-hegemônico na medida em que, como afirma Streck (2013), emerge-se como crítica aos arranjos “pedagógicos escolarizados trazidos da Europa e que, ao longo da história, serviram como instrumentos de exclusão para a maioria da população na América Latina” (p. 360). Além disso, está explícito em sua produção teórica, a discordância com a prática acadêmica dominante através dos cadernos, folhetos, imagens, que dificilmente possuem espaços nas bibliografias acadêmicas. O livro de leituras para adultos⁴ do MCP, de Josina Godoy e Norma Coelho é um exemplo deste fato, embora esse livro, na concepção de Brayner (2013), contrariou a visão de Paulo Freire, porque partiu do pressuposto de que não era possível antecipar as palavras geradoras e defini-las sem o conhecimento preliminar do contexto vocabular no qual o/a educando/a estava inserido.

No campo teórico há diversas concepções que englobam a Educação Popular. A expressão se associou a universalização ou ampliação do acesso de setores menos favorecidos à educação escolarizada (BRANDÃO 2006, apud CARRILLO, 2013. p. 17). Segundo Carrillo (2013), ela é vista como um movimento educativo e uma corrente pedagógica que se diferencia por sua perspectiva emancipadora direcionada ao campo popular. Além disso, não se configura como “uma variante ou extensão da escola e sim

⁴Brayner (2013) afirma que o livro de leitura “baseava-se ainda no modelo silábico de constituição de palavras e a, a partir destas, de frases” (p.198), o que contribuiu para a repercussão de polêmicas e calúnias. Além disso, ele esclarece que o número da quantidade de adultos alfabetizados permanece até hoje obscura nas páginas da história da educação pernambucana.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



uma concepção emancipadora que busca transformar a ordem social e o próprio Sistema educacional” (ibidem, p. 16).

Como uma das características da prática, a EP se coloca na posição de resistir a realidades opressoras e excludentes. Carrega em si duas marcas: a da resistência “como a capacidade de colocar-se frente às dificuldades do cotidiano” e a “criatividade para desenvolver estratégias que vão desde a sobrevivência” até os processos de organização e de luta no campo social, político, econômico e cultural (STRECK, 2013, p. 361). Segundo a compreensão deste autor, a Educação Popular é uma pedagogia dos movimentos sociais populares na medida em que ela está integrada as lutas concretas com o objetivo de construir novos territórios. Ela se torna cada vez mais uma pedagogia feminista, indígena, quilombola, negra, da terra, mas também se configura como uma pedagogia do movimento a partir da iniciativa em não deixar se enquadrar em esquemas teóricos clássicos, marcada pela diversidade de tempos e culturas que constituem o cerne das suas práticas educativas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A conscientização na perspectiva de Paulo Freire

Nas leituras desenvolvidas para a construção deste trabalho sobre as temáticas da Educação Popular foi possível perceber a insistência de vários autores/as no tangente a repetição das palavras: conscientização, problematização e transformação, atribuindo a Educação Popular a tarefa de transformar a realidade dos sujeitos. Neste tópico, me retratarei, portanto, a utilizar as categorias Freireana na perspectiva da conscientização e transformação.

Por ser um dos conceitos centrais em suas obras, muitos atribuem a Paulo Freire a autoria do conceito de conscientização. O mesmo esclarece que ele foi criado na década de 60, por uma equipe de professores/as do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), dentre eles, professor Álvaro Pinto e Guerreiro (mestre do referido autor).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A conscientização surgiu a partir do método de alfabetização⁵. Ela não pode existir fora da práxis, sem o ato da ação/reflexão. É nesse sentido que se caracteriza por um compromisso histórico e por possibilitar a consciência histórica, ou seja, a inserção crítica na história que oportuniza a busca pela afirmação dos sujeitos (FREIRE, 1987).

A filosofia de Freire é carregada de pretensões libertadoras que se transformou em um lugar comum com seu vocabulário resultantes nas diferentes leituras, interpretações e simplificações de sua obra. "Quando uma ideia se institucionaliza, (num partido, numa igreja, ou mesmo numa pedagogia) já perdeu" a força original de sua legitimidade (BRAYNER, 2014, apud UMLMANN, 1967, p. 566). Dessa forma, o clichê representa a perda original do impulso e energia semântica.

A conscientização "não consiste em estar à frente à realidade", se desvela a própria realidade e implica que os homens "assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo" (FREIRE, 1979, p. 15) Além disso, se configura pela atitude crítica dos homens na história que nos convida a assumir uma posição utópica. Mas o que seria utopia? Para o autor, utópico não é o que não se pode realizar. Não é o idealismo, e sim, um compromisso histórico. É um ato de denúncia à situação desumanizante e de anúncio à estrutura humanizante. Ela exige conhecimento crítico a partir da realidade.

É nesse sentido que a conscientização possui uma relação com a utopia, pois a mesma nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo. O método de conscientização Freiriano é caracterizado pedagogicamente pela busca de "dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da retomada reflexiva do seu próprio processo em que vai ele se descobrindo" (FREIRE, 1987, p. 8). Ele não pretende ser um método de ensino, mas sim de aprendizagem. Com ele, o homem aprende a exercer e efetivar a possibilidade de ser livre. Tomando como base esses aspectos, o mesmo autor afirma que:

quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e

⁵Segundo Freire (1987), o método de alfabetização faz parte de algumas palavras que geram o universo vocabular do/a educando/a. São essas palavras que geram o mundo, que os significam. "A alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra" (FREIRE, 1987, p. 10).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. [...] conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade (FREIRE, 1979, p. 16).

A educação bancária, por exemplo, com a regra do arquivamento de depósitos, não possibilita o desenvolvimento da consciência crítica, cujo resultado seria a inserção dos educandos como transformadores de suas realidades. Os sujeitos não se conscientizam sozinhos, isolados. A consciência é constituída como consciência do mundo. Ela é a abertura que emerge do mundo vivido: problematiza-o, objetiva-o e o compreende não como criação, e sim, como a elaboração humana. Para compreendermos este conceito, é importante elucidar alguns aspectos da consciência crítica e ingênua (idem).

A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. É o processo de superação da consciência ingênua para a crítica na qual o homem assume um desejo de compreender e apoderar-se da realidade, atuando na sua transformação. A descoberta de que a realidade pode ser modificada, é justamente o processo de conscientização (FEITOZA, 2011, p.127). Ao discutir sobre esses aspectos, Freire (1979) esclarece que nas escolas a consciência ingênua é muito praticada, quando, por exemplo, não se concebe o conhecimento como busca, quando ele é arquivado e não desafiado para os educandos.

Nesse sentido, ela é o contrário da criação. Diferentemente desta, “a consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos com se dão na existência empírica” (FREIRE, 1967, p. 105). Contrariamente, a ingênua “se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los” (idem). Por isso, uma das marcas da consciência crítica é a integração a realidade, enquanto que a ingênua, é a superposição da realidade, ou seja, é a adaptação, o ajustamento e a acomodação. É, portanto, através do “desenvolvimento da consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade que se faz cada vez mais urgente” (ibidem, 1979, p. 21). Na consciência crítica, há um compromisso; na ingênua, há uma *busca* do compromisso.

No livro “Educação e Mudança”, Freire (1979) aponta algumas características da consciência crítica. São elas: anseio de profundidade na análise de problemas;; se



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



configura como a base da autenticidade; é indagadora e investigadora; baseia-se no diálogo; não repele o velho por ser velho nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos. Diferentemente, a consciência ingênua encara um desafio de maneira simplista; não se aprofunda na casualidade dos fatos; é marcada por conclusões apressadas e superficiais; possui a tendência de considerar o passado como o melhor; subestima o homem simples; é frágil nas discussões dos problemas; não procura a verdade; busca impô-la; pode cair no fanatismo ou sectarismo, afirma que a realidade é estática e não mutável.

Tendo em vista esse cenário, Brayner (2014) propõe a inversão da transitividade Freiriana: a passagem da consciência crítica para a ingênua. Para ele, essa proposta é até mesmo algo inusitado para a Educação Popular. Partindo da compreensão de que a EP já se encontra contaminada pelo clichê, o contraponto crítico ao seu uso requer uma reestruturação do pensar que o autor nomeia da renovada consciência ingênua. É nesse sentido que ele insiste na nova tarefa dos educadores de se construir um novo vocabulário pedagógico, levando em consideração a derrocada do pensamento crítico que o clichê se encarrega de oportunizar.

Problematização e transformação na compreensão do método Freiriano

O conceito de problematização parte de uma concepção, não em torno de um homem isolado, mas das relações educativa entre homem e mundo. Isto significa considerar “o próprio homem frente ao universo, que é estar nele e com ele, como um ser de trabalho, da ação, com que transforma o mundo” (FREIRE, 1983, p. 57).

No livro “Paulo Freire Educar para transformar”, Brandão (2005) aponta a estrutura do método Freiriano organizado em três etapas: investigação, tematização e problematização. O primeiro se caracteriza pela busca do universo vocabular do educando, os temas centrais e as palavras da sua realidade; o segundo pela codificação e decodificação desses conteúdos, objetivando o seu significado social; o terceiro se pela busca da superação da visão mágica para uma visão crítica do mundo direcionada para a transformação do contexto pelo qual os educandos estão inseridos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Para Freire (1983), a problematização é o aprofundamento da tomada de consciência da realidade. Problematizar o conhecimento é assumir relação com a própria realidade concreta. Ela deve ser feita em torno do saber do educando. O diálogo e a problematização possibilitam o desenvolvimento de uma postura crítica. Não se caracteriza por ser um ato alienado, alienante ou um modo de disfarce da negação do real, e sim, inseparável das situações concretas que parte de um retorno crítico a ação.

Dessa forma, ela “é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais na realidade” (FREIRE, 1983, p.57). Esses conteúdos são aqueles que, educador e educando se co-intencionam. O autor frisa que o esforço da Educação Popular é que, através da problematização, os homens se aprofundem na tomada de consciência da realidade aos quais estão inseridos. A tarefa do educador não é, portanto, dissertar sobre determinado conteúdo e entregá-lo de forma acabada, e sim de problematizá-lo.

Ao longo de sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) direciona a palavra transformação as seguintes questões: transformar o mundo, a realidade opressora, tudo que os cerca em objetos de seu domínio e a mentalidade do oprimido (pretensão dos opressores). A transformação se encontra no sentido de modificar a situação concreta de opressão, no seu modo de perceber a realidade injusta, que cede lugar a libertação. Além disso, ele destaca que o reconhecimento de uma determinada realidade que não possibilite a inserção crítica, não conduz nenhuma modificação na realidade objetiva.

A partir da inexistência da participação democrática e o estado de ignorância das massas e da ausência da alfabetização, o autor acredita que esse estado pode ser mobilizado por uma participação crítica e da “transformação em povo, capaz de optar e decidir” (FREIRE, 1967, p. 102). O trabalho de alfabetização só faz sentido no momento em que a palavra seja compreendida pelos sujeitos como significado e uma força da transformação e de reflexão do homem, do mundo.

Fora da busca e da práxis – ação/reflexão, não há transformação ou saber. Educação Bancária marcada pela anulação do poder de criação dos/as educandos/as, “estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade”, não possibilita a transformação da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



realidade objetiva dos/a alunos/as (FREIRE, 1987, p.34). É, portanto, a partir da denúncia verdadeira que irá existir o compromisso na transformação.

Nesse sentido, é preciso avançar na superação da contradição de opressor-oprimido. Na concepção Freiriana, a libertação é um caminho possível para esta ultrapassagem. Homem não mais opressor nem oprimido, mas sim, homens libertando-se. Para libertar-se, é necessário que os sujeitos tomem consciência crítica de sua situação de opressão. Para Freire (1987), cabe, portanto, aos oprimidos lutarem pela sua libertação juntos com aqueles que de fato, se solidarizam. No entanto, para que isso ocorra é necessário possibilitar a consciência crítica da sua situação de opressão.

Na Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) nos chama atenção para o seguinte questionamento: os opressores não podem jamais provocar a conscientização para a libertação. Como podem os opressores conscientizar os oprimidos se eles oprimem? Pelo contrário, eles possuem a tendência de mistificar a realidade através da captação do oprimido. Essa mudança ocorre de maneira não crítica, ou seja, ela não possibilita a criticidade. Por isso, o trabalho humanizante se torna o da desmitificação. O autor afirma que “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1979, p. 16). A conscientização possibilita o reconhecimento da situação do oprimido e também contribui para a inserção do sujeito na busca de sua afirmação.

Considerações finais

A partir da contribuição de Brayner (2014), podemos considerar que as diversas leituras e releituras das obras de Freire, que, aliás, se tornou a serviço para qualquer área do conhecimento, foi acompanhada pela desastrosa simplificação do seu pensamento. Segundo o autor, esse cenário resultou na formação de um grupo de empatia ideológica que identifica todos como oprimido e injustiçado social.

Levando em consideração esses aspectos, é possível considerar que, a impossibilidade do pensar, representada pelo clichê nos impede da experiência e sua



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



(re)conceitualização de nos fecharmos em um universo vocabular acolhedor. A emergência de um novo vocabulário pedagógico vem ocupando o âmbito educacional que antes era reservado ao dicionário das obras de Freire. São palavras convertidas em ideologias tecnocráticas (avaliação, monitoramento, metas, resultados) que, segundo Brayner (2014), ataca o vestígio republicano.

Por fim, é importante ressaltar a contribuição do pensamento Freiriano para a Educação. Sua filosofia libertadora pauta-se da crença na potencialidade do sujeito oprimido, na sua capacidade de ser mais e que, além disso, acredita na competência da camada popular de ser protagonista do processo de transformação da sua realidade. O esforço de Freire não se esgota somente no desenvolvimento de uma teoria dialógica atrelada as concepções que envolve a problematização, conscientização e transformação, mas na busca pela práxis (reflexão/ação), que se reverbera na qualidade crítica que o educando deverá está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, R. *Paulo Freire Educar para transformar*. 1º ed. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

BRAYNER, F, H, A. *Nós que amávamos tanto a libertação*. 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

BRAYNER, F, H, A. *O Clichê: notas para uma derrota do pensamento. Por uma consciência ingênua*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n.2, abr./jun, 2014.

BRAYNER, Flavio. *O Elixir da Redenção: O Movimento de Cultura Popular do Recife (1960-1964)*. In: STRECK, Danilo. (Org.). Educação Popular Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 188-202.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



CARRILHO, A.A. *Educação Popular como Prática Política e Pedagógica Emancipadora*. In: STRECK, Danilo. (Org.). *Educação Popular Lugar de construção social coletiva*. Petrópoles: Vozes, 2013. p. 15-32.

FEITOZA, P. *O conceito de conscientização em Paulo Freire como norte metodológico para as assessorias jurídicas universitárias populares*. 1 ed. 2011

FREIRE, P. *Conscientização. Teoria e Prática da Libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes LTDA, 1979.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 12º ed. Paz e Terra. 1979.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAVIANE, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4º ed. São Paulo: Autores Associados Ltda, 2013.

STRECK, D. *Territórios de Resistência e Criatividade: Reflexões Sobre os Lugares da Educação Popular*. In: STRECK, Danilo. (Org.). *Educação Popular Lugar de construção social coletiva*. Petrópoles: Vozes, 2013. p. 356-367.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



O LEGADO FREIREANO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EVOLUÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL

Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil¹

Prof^a. Dra. Maria Eleni Henrique da Silva²

Resumo

É chegado o tempo de um novo campo do saber, que interliga educação e comunicação: a Educomunicação. Os Movimentos Sociais contextualizam o surgimento da nova prática formativa, que também buscou na obra de Paulo Freire argumentos para sua fundamentação. O artigo propõe pontuar contribuições do legado freireano, encontradas em ações da Educação Popular e da Comunicação Popular. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, centrada a partir da leitura sobre históricos da Educomunicação, pensamento freireano, acerca de alguns princípios e Movimentos Sociais.

Palavra-chave: Movimentos Sociais; Paulo Freire; Educomunicação.

Introdução

Articulada pelos Movimentos Sociais, a Educomunicação tem em sua base epistemológica a teoria dialógica e as concepções da formação humana e pedagógica de Paulo Freire. (ALVES, 2007; ALMEIDA, 2012; PERUZZO 2017). Não que a obra de Paulo Freire seja apenas fruto dos movimentos. Apesar de estar relacionada e exercer forte influência nas ações de Educação Popular e nas lutas sociais, o pensamento freireano é autônomo e ao mesmo tempo agregador, pois a partir dele pode-se relacionar a várias temáticas afins. É o que foi feito aqui. São estabelecidas algumas relações entre os pressupostos freireanos (autonomia, criticidade, participação e transformação) e a prática educacional.

¹Autora (a): Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Bolsista Funcap. Contato: isabelmayaragf@gmail.com

²Coautora (a): Professora da Universidade Federal do Ceará, do Instituto de Educação Física e Esportes. Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba. Contato: melenih@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O legado Paulo Freire representa uma marcante contribuição exercida pelos Movimentos Sociais, que também trazem em seu repertório de colaborações para o desenvolvimento da Educomunicação no Brasil, o legado deixado pela Educação Popular e pela Comunicação Popular.

Esses fenômenos sociais têm suas características natas, objetivos e ações pontuais, dentro do contexto dos Movimentos Sociais. Este trabalho resgata alguns fatos do panorama histórico da Educomunicação no Brasil e relaciona com alguns acontecimentos decisivos no âmbito dos Movimentos Sociais, pontuando suas contribuições para o crescimento da Educomunicação no país.

Durante o caminho evolutivo da Educomunicação, apresentamos as primeiras manifestações no seio dos Movimentos Sociais, alinhadas com o pensamento freireano e de que forma essas práticas configuraram o perfil de um novo campo do saber.

É importante destacar que a obra de Paulo Freire veio como uma ponte, estreitando a aproximação entre os dois campos, comunicação e educação e, forneceu subsídios para o surgimento da Educomunicação.

Contudo, diante a intensidade da obra de Paulo Freire, é reconhecida que este enquadramento teórico é apenas um ponto desta contextualização e das imensas contribuições deixadas por Paulo Freire e pelos Movimentos Sociais. A relação entre Educomunicação e os pressupostos freireanos rende outros aprofundamentos de análises, mas nem por isso deixaremos de mencioná-la, interligando com um dos pilares do legado deixado pelos Movimentos Sociais para a Educomunicação.

Sendo assim, visando construir um entendimento sobre a proposta deste artigo, é apresentado as colaborações dos Movimentos Sociais, por meio da Comunicação Popular e Educação Popular, em articulação aos pressupostos freireanos, a partir das categorias, participação, autonomia, criticidade e transformação. Inicialmente, é apresentado o marco teórico em que a Educomunicação é contextualizada. Em seguida, é exposto alguns acontecimentos da Educação Popular e da Cultura Popular, que foram relevantes para a implementação da Educomunicação no Brasil.

Referencial Teórico



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Inicialmente, a Educomunicação ficou conhecida por sua dimensão educação midiática. A gênese desse novo campo é contextualizada no âmbito dos Movimentos Sociais, na América Latina, especialmente no Brasil, entre as décadas de 60 a 80. A Educomunicação ganhou contornos para além da leitura crítica dos meios de comunicação, a partir de ações da comunicação e da educação popular (ALVES, 2007; ALMEIDA, 2012).

Enquanto novo campo do saber, agrega experiências e elementos da inter-relação entre a comunicação e a educação. Portanto, partimos do entendimento que é um espaço de intervenção social e interdisciplinar, concentrado na criação e no fortalecimento de ecossistemas comunicativos, termo proposto por Martin-Bárbero para definir “uma ambiência que possibilita a construção e reconstrução do conhecimento de maneira coletiva, com uma reflexão constante e compartilhada do fazer pedagógico”. (SCHONINGER; SARTORI e CARDOSO, 2016, p.3).

Soares (1999, p.9) diz que a Educomunicação é toda ação comunicativa num espaço educativo. Uma nova proposta de pensamento que oferece **participação, autonomia e criticidade** aos envolvidos, sejam eles educandos ou educadores. Esses pressupostos são vistos e fundamentados na obra de Paulo Freire, encontrados no meio dos movimentos sociais, além de que serviram de inspiração para a prática educacional.

O que vem a ser a Educomunicação? Uma junção de duas palavras, duas grandes áreas do saber que resultou num neologismo. Limitar a essa definição é um pensamento no mínimo insuficiente. Para Soares (2006) o neologismo vai além da junção de dois termos, isto é, gera um terceiro termo fundamental para seu exercício, a **ação**. É a ação que dá a tônica desta **prática**, é na ação que se tem o elemento inaugural desta recente forma do saber, área do conhecimento ou campo em construção.

Soares (2006) afirma que a Educomunicação absorve os fundamentos dos tradicionais campos da educação, da comunicação e de outros campos das ciências sociais. No entendimento de Ismar Soares de Sousa, a Educomunicação não é uma metodologia fechada, mas um conjunto de metodologias que têm como objetivo a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



independência e autonomia dos educandos, por meio do acesso ao direito à comunicação.

A intenção da Educomunicação é colocar os meios de informação a serviço dos interesses e necessidades dos educandos. Uma postura correspondente à Educação Popular, com a particularidade de colocar suas ações a serviço dos interesses populares. Abreviando o pensamento de Soares, nesse sentido, a Educomunicação é a "capacidade de entrecruzar saberes, promovendo a interlocução ou a conversa entre os que constroem e/ou se utilizam desses saberes" (SOARES, 2006, p 3).

No entendimento da ABPEducom³, a Educomunicação promove o **protagonismo comunicativo dos sujeitos**, pois todos durante o processo são sujeitos ativos (educando e educador), independente de idade, gênero, nível econômico ou social, envolvendo-os em uma prática educativa participativa e criativa.

Trata-se de um campo interdisciplinar que dialoga, principalmente, entre a comunicação e a educação, possibilitando oportunidades de reflexões e ações, que visem à ampliação da capacidade de expressão de todos os envolvidos no processo, bem como garante a melhoria do coeficiente comunicativo das ações comunicativas, convertendo-as em práticas de diálogo social, a serviço da cidadania, tendo as mídias como suporte dessa reflexão.

Ao analisar o trabalho da ação educadora, em humanizar o homem, no esforço consciente de transformação do mundo, Freire (1985) parte da concepção que o conhecimento requer a ação transformadora sobre a realidade. Por toda extensão da sua obra é visível, explícita ou implicitamente, o ideário de transformação social movido pelo sonho político de mudança social. A partir da ótica do oprimido e da perspectiva de que a educação é um ato político, nasce a necessidade de fazer este sonho tornar-se realidade. E o que é a realidade? Lendo Paulo Freire, nos é conduzido a entender, que realidade é o que se passa no trânsito entre o desvelamento da realidade e a

³ A Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação tem caráter educativo, científico-cultural, interdisciplinar, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, com duração de tempo indeterminado, regida por legislação e estatuto próprio. Link: <http://www.abpeducom.org.br/abpeducom/quem-somos/>



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



transformação da realidade. Nesse trânsito a **dialogicidade** entra em cena como um lugar de problematização da realidade.

A busca transformadora implica em invenção e reinvenção e a formação libertadora, na perspectiva de Paulo Freire é o caminho para essa **transformação social**. Freire (1986) reconhece que a educação não suporta essa responsabilidade sozinha, mas acredita que é por meio dela que se cria. Criando, inclusive virtudes, apoiadas na prática, onde se re-aprende o que se acha que sabe, onde se conhece as expectativas e os sonhos daqueles envolvidos no processo.

Nesse sentido, Paulo Freire defende o diálogo como base autêntica da educação. Acredita na educação dialógica como indispensável no processo do conhecimento. “A educação é comunicação, é diálogo, é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1987, p. 66). O diálogo é o que caracteriza a comunicação, tão essencial no processo educacional. “O diálogo é um encontro amoroso dos homens que mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1985, p 33).

Apoiada na teoria dialógica e nas concepções da formação humana e pedagógica de Paulo Freire, é que se alicerça a base epistemológica da Educomunicação.(PERUZZO, 2017). Uma herança oriunda dos Movimentos Sociais, que em seu momento de latência na América Latina e no Brasil, aproximou os campos da educação e da comunicação, moldando as primeiras experiências educacionais no país em experiências transformadoras.

Sherer-Warren relembra que na América Latina, “a luta emancipatória tem suas raízes em ações de resistência e reivindicativas que se desenvolveram no coração de sistemas sociais alternadamente excludentes”. (SHERER-WARREN, p. 505, 2008)

Fazendo um paralelo com o percurso histórico da Educomunicação, é resgatado em sua trajetória, a partir da década de 60, seu perfil inicial, o mídia-educativo. Período em que a mídia-educação era fortemente comparada à teleducação e às emissoras de rádio educativa, em educação de adultos e oficiais, passa a serem promovidas por Movimentos Sociais, conforme destaca Fantin; Rivoltella (2012).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



No âmbito da América Latina, em especial no Brasil, a autora lembra que os Movimentos Sociais adequam os meios de comunicação, em prol da Educação Popular, como o Movimento de Educação Básica – MEB, rádios comunitárias, imprensa nanica, inclusive o relevante papel da Igreja Católica que pregavam contra a ditadura.

A mídia-educação vai aparecer nesses conturbados anos 1960, entre educadores e comunicadores muitas vezes ligados às igrejas, como uma preocupação com o poder ideológico das mídias de massa e sua importância na formação dos jovens e adultos, notadamente com relação aos valores humanistas e cristãos. Essa preocupação se refere principalmente aos perigos, especialmente para crianças e jovens, trazidos pelo acesso a mensagens relativas à violência e à sexualidade, que teriam como efeito a banalização de comportamentos violentos e de uma sexualidade submetida às regras do consumo. (FANTIN; RIVOLTELLA, 2012, p.37).

Primeiramente, Fantin; Rivoltella (2012) lembram que por volta da década de 60, a mídia-educação era vista como Educação Popular, inspirada nas correntes pedagógicas da Nova Escola e outras vertentes construtivistas. “A educação popular é antes de mais nada uma formação do cidadão: a alfabetização é ferramenta para compreensão do mundo (**conscientização**) e de expressão da cidadania (**participação**), segundo os ensinamentos do mestre Paulo Freire” (p.33).

Discorrendo sobre momentos significativos da Educomunicação no Brasil e seu encontro com os Movimentos Sociais, Peruzzo (2017, p.2) destaca vários atores coletivos e individuais que defenderam pressupostos da educação dialógica e libertadora nas raízes de suas práticas, como setores da católica alinhados à Teologia da Libertação, como o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária (PO), Pastoral Social (PS), o Movimento de Educação de Base (MEB), movimentos sociais populares, organizações não governamentais (ONGs) e outros atores coletivos e individuais.

Alves (2007) argumenta sobre a importância da Igreja católica como uma estratégica articuladora dos Movimentos Sociais, a partir da década de 60, através das Comunidade Eclesiais de Base - CEBs, que constituía um berço de movimentos populares da época, já que se definiam como espaços alternativos de transformação da sociedade. “As CEBs garantindo a presença da Igreja nos movimentos populares, ao



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mesmo tempo em que servem como um espaço de articulação destes movimentos de resistência” (p.3).

A Educação Popular, segundo Barreiro (1980) teve origem a partir das “práticas e descobertas de grupos cristãos comprometidos com intervenções sociais libertadoras, cada vez mais próximas de projetos realistas de participação nas transformações sociais” (BARREIRO, 1980, p. 28).

Pontuando os vínculos freireanos à proposta dialógica, tão fundamental no ato educacional, é dada passagem para o encontro com os Movimentos Sociais, que por sua vez, deu passagem para o encontro com a Educação Popular e para Comunicação Popular. No decorrer das próximas linhas é destacado, dentro da trajetória da Educomunicação, um breve histórico que contextualiza, como e que contribuições a Educomunicação absorveu da Educação Popular e da Comunicação Popular, em comunhão com o pensamento freireano. A partir de uma relação entre a Educomunicação e os Movimentos Sociais é feito o caminho de inicialmente, de mapeamento de alguns pressupostos do pensamento de Freire e, em seguida proposto uma articulação com a perspectiva histórica da Educomunicação, que se entrelaça com o trajeto da Educação Popular e da Comunicação Popular no Brasil.

Desenvolvimento

Um pouco sobre Educação Popular

A Educação Popular, de acordo com Gohn (2012) tem como princípio norteador o exercício de uma **ação pedagógica conscientizadora**, que atue em prol dos interesses das camadas populares e não das assessorias dos movimentos populares, como passou a acontecer. Mais uma contribuição da Educação Popular para a Educomunicação: a proposta pedagógica conscientizadora.

Nesse sentido, Barreiro (1980) defende que a verdadeira práxis pedagógica popular, baseia-se no princípio educativo freireano, “ninguém educa a ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Para ser autêntica, a educação popular deve estimular a tomada de consciência das classes dominadas, em forma de ação política que promova a libertação.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Dessa forma, a Educação Popular caminha no sentido de criar atitudes e comportamentos, em que conduzam a organização do povo, rumo à níveis superiores de atuação política, lutando por seus interesses, que provoquem o **sentido crítico, autônomo e criativo**, que veio a inspirar a prática educacional.

Contudo, Barreiro (1980) garante que a busca por conscientização, por parte da Educação Popular, é autêntica, quando resulta em verdadeiros processos de conscientização.

A Educação Popular passa a ser instrumento da consciência crítica popular, quando: possibilita a dinâmica entre alguns elementos transformadores e passa assumir a forma de ação crítica da realidade social vigente; quando passa a ser ação mobilizadora de transformação da realidade social; revisão crítica da ação realizada; reformulação da ação transformadora; reavaliação crítica da realidade social, entre outras condições.

Enfim, a Educação Popular deve procurar sua adequação aos processos, através dos quais se mobiliza a **ação transformadora**. Nesse sentido, a Educomunicação também se inspira na postura crítica e transformadora da realidade que a Educação Popular se propõe a fazer e delinea seu próprio fazer.

Nóbrega (1988), remete que a Educação Popular carrega uma categoria implícita, a de **autonomia**. Observa que para haver uma educação, em torno dos interesses populares, a autonomia das classes populares é preciso ser uma realidade. Dentro dessa perspectiva autônoma, o que determina a educação como popular é a comunidade como agente prioritário dos interesses propostos, antes do próprio educador e do educando. De acordo com seu olhar, educador e educando são agentes secundários, que colaboraram para a consolidação dos interesses das classes populares.

Nóbrega (1988) reforça que Educação Popular é a práxis como produtora de transformações aliada ao pensamento crítico e uma percepção mais aguda da realidade social. É a produção de um saber popular, oriundo das classes subalternas, produzidos na dialética reflexão/ação, implicada num processo de conscientização.

Resumindo o pensamento de Nóbrega (1988), são elencados os indicadores de uma educação popular: a autonomia de reflexão, autonomia da decisão, produção de um



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



poder e de um saber popular, conscientização, conscientização comunitária, consciência de classe e organização, como racionalização dos meios de reflexão e ação. Características visíveis na proposta educomunicativa.

Educação Popular e a Comunicação Popular

Ainda desenhando o panorama histórico, no que se refere à inclusão da Educomunicação no Brasil, esta chega, em meio ao contexto da necessidade de redemocratização da comunicação e educação, dois grandes eixos formadores de cidadãos.

Uma nova fase se instala no Brasil, pós a década repressiva de 70. Uma fase em que conquistar e afirmar para todos, sua autonomia, passou a ser a preocupação dos Movimentos Sociais Populares. A busca por justiça social e acesso aos direitos humanos, diante da insatisfação as restrições à liberdade e das condições precárias do brasileiro, em tempos ditatoriais, é posto em prática “novas” formas de se comunicar. Peruzzo (1998) registra uma comunicação alternativa a tudo isso, que reportava a voz das camadas populares, sem interferências diretas do governo ou da iniciativa privada.

Peruzzo (1998) relata que a Comunicação Popular “desenvolve-se no bojo da **educação libertadora**”, como instrumento de ampliação de suas lutas, por isso assume o poder de ser “**meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo**” (p.125).

Recentemente, relacionando seus estudos sobre Comunicação Popular e Educomunicação, Peruzzo (2017) comenta que a Educomunicação, apoiada nos ideais de Freire, tem seu ponto de partida em um contexto de injustiça social, necessidade de transformação, opressão política do regime militar, analfabetismo, pobreza e desigualdade social extrema, coincidindo com o mesmo contexto de atuação dos Movimentos Sociais e da Comunicação Popular.

A Educomunicação, segundo Almeida (2012) por sua vez, tem referências próprias, “enraizados na tradição da comunicação popular de resistência à invasão cultural. Sobre a relação entre comunicação popular e movimentos sociais e Educomunicação, abrem-se outros registros relevantes nesse panorama histórico.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Entende-se Comunicação Popular para e com o povo, como observa Peruzzo (1998) ao analisar os principais estudos sobre a temática – comunicação popular nos movimentos sociais absorvem a questão “povo”, como aqueles oriundos de classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes.

O termo “popular” também envereda por três linhas de pensamentos, segundo Peruzzo (1998), a de popular com conotação de folclore, de massa compreendendo o universo da indústria cultural e o popular como alternativo, onde situa-se suas ações dentro do contexto dos movimentos sociais e nessa perspectiva, a comunicação popular também vem sendo chamada de alternativa, dialógica, horizontal, comunitária e participativa.

Sendo assim, a autora aponta algumas características sobre a Comunicação Popular no seio dos movimentos sociais populares: expressão de um contexto de luta, conteúdo crítico-emancipador, espaço de expressão democrática, o povo como protagonista, instrumento das classes subalternas.

Conceitos como **autogestão**, **cidadania**, comunicação de massa, **participação social** e radiodifusão, no âmbito das formas de comunicar os Movimentos Sociais são trabalhados por Peruzzo (1998), que acredita na responsabilidade da comunicação de envolver os indivíduos na construção da cidadania. Ela apresenta um Brasil de movimentos reivindicatórios e libertários, que levantavam bandeiras de lutas em prol da vida, da justiça social e da pessoa humana.

Menezes (2013) apresenta um estudo sobre as interpelações entre comunicação e educação em processos de educação informal. No contexto dos movimentos sociais, ela tece suas exposições sobre este universo particular da comunicação, dando ênfase ao contexto dos Movimentos Sociais. Neste curso, ela salienta que a Comunicação Popular foi uma ferramenta fundamental e estratégica para expressão dos Movimentos Sociais e para a colaboração na ampliação do caráter educativo em torno da cidadania.

Apoiado nos argumentos de que os movimentos sociais partem dos ideais freireanos, de que a comunicação é essencial para a transformação social e que o processo dialógico é vital para a libertação do indivíduo, Menezes (2013) expõe que a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



finalidade educativa da comunicação tem a função de problematizar a opinião pública sobre os diversos assuntos pautado.

Menezes (2013) acredita que a Comunicação Popular conecta ao processo educacional e torna-se articuladora do estilo alternativo dos Movimentos Sociais, com produtos comunicacionais que fornecem subsídios para a **relação dialógica, bidirecional e participativa**. “A comunicação nos movimentos permite aos seus integrantes conhecerem os seus próprios problemas e lutar por uma justiça social, sem, no entanto, assumir um discurso panfletário”. Segundo o autor, a Comunicação Popular no Brasil, tem suas práticas iniciadas nos anos 60 a 64, período em que coincide com o Movimento de Educação de Base – MEB e o Método Freire, que tem como fio condutor a alfabetização que leva à libertação. Observa que é nesse processo de libertação, que se percebe a ligação entre, comunicação e educação, no intuito dos ideais dos Movimentos Sociais.

Marques e Talarico (2015) também confirmam que a expressão comunicação popular apareceu, aproximadamente, na década de 60, período em que o país passava por “severas limitações à liberdade de expressão tanto em nível individual quanto coletivo” e que os “interesses econômicos desconsideram as demandas das classes subalternizadas” (p.425), nasce com o objetivo de legitimar os interesses populares a partir do uso dos meios de comunicação. A Comunicação Popular vem de um contexto alternativo e está voltada às classes populares e às comunidades pobres, visando cedê-las espaço, vez e voz à disposição da vontade coletiva.

Finalizando, o panorama histórico da Educomunicação, principalmente na América Latina e sua implementação no Brasil, o estudo faz uso das vozes, de alguns autores, para referenciar momentos importantes nessa trajetória. Especialmente, a respeito dos encontros da Educomunicação com os Movimentos Sociais, que abriram espaços para o encontro com a Educação Popular e com a Comunicação Popular.

Embora, esta pesquisa reconheça que a referida contextualização, não compreenda a complexidade e a riqueza de detalhes de todo arcabouço histórico da Educomunicação, contudo não deixa de pontuar alguns acontecimentos, que levam ao



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



entendimento de como a prática educomunicativa absorveu características freireanas, durante ação dos Movimentos Sociais, da Educação Popular e da Comunicação Popular.

Conclusão

Abordando a competência articuladora dos Movimentos Sociais, por meio de ações pontuais da Educação Popular e da Comunicação Popular, é percebido o quanto o legado freireano (conjunto de pensamentos, obras e ações promovidas por Paulo Freire) interferiu na fundamentação de um novo campo do saber: a Educomunicação.

A base dialógica freireana, transporta para a base da Educomunicação, toda sua carga dialógica, como um único caminho para educação libertadora, portanto conscientizadora. Portanto, a Educomunicação, surge como resposta aos Movimentos Sociais que lutavam pelo o acesso democrático à educação e à comunicação, dentro de um cenário pós-repressão em que o Brasil atravessou.

De uma forma geral, pensadores das duas áreas, em suma, revelam a Educomunicação como uma prática que emite ação e reflexão, uma alternativa de movimentos sociais em busca de acesso democrático aos meios de comunicação e educação, educação para o uso crítico dos meios, um método pedagógico que usa os meios de comunicação como instrumento de estímulo da visão crítica, ressignificação do uso da mídia como elemento de transformação social, um modelo de educação de natureza dialógica.

Inclusive, há autores que relatam a Educomunicação como um desdobramento da Comunicação Popular comunitária e da Educação Popular. Como assinalam Marques e Talarico (2016), ao apontar que o diálogo entre a Comunicação Popular e a Educação Popular resultam no desenvolvimento da Educomunicação no Brasil. Esses autores reforçam que as causas populares buscam legitimidade, por meio da Comunicação Popular. E que ao ser vinculada à educação, veio fortalecer a ideologia dos movimentos sociais da época.

A Educomunicação surge em meio um contexto de injustiça social, com amplas necessidades de transformação, coincidindo com as frentes de lutas dos Movimentos Sociais daquele período, que tinham como instrumento catalisador da transformação, a Educação Popular e a Comunicação Popular. Nesse sentido, a aproximação com legado



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



freireano, que ainda estava em desenvolvimento, na década de 70 e 80, foi imprescindível.

Nessa linha do tempo dos Movimentos Sociais, é fato: a Educomunicação é apoiada nos ideais de Paulo Freire. Ao longo deste texto, algumas palavras foram destacadas em negrito, a fim de realçar os indicadores freireanos presentes nos Movimentos Sociais, na Educação Popular e na Comunicação Popular, que, portanto, inspiraram a chegada da Educomunicação no Brasil.

Referências

ALMEIDA, L. B. C. de. **Formação do professor do ensino básico para a Educação para a mídia: avaliação de um protótipo de currículo**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2012.

ALVES, Patrícia Horta. **Gênese teórica e prática da educomunicação**. In: INTERCOM, p. 01 -19, 2007.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (Org). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. p. 31 a 54. São Paulo: Papyrus Editora, 2015.

FLOR, Janaina. Fortaleza da Juventude: As políticas de juventude. **O POVO**. Fortaleza, junho de 2016. Caderno especial, p. 8.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. v.15 – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: 8^oed, Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MÁRQUES, Fernanda Telles; TALARICO, Blueth Sabrina Lobo Uchôa. **Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da educação como cultura**. Revista Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, vol. 11, n. 2, p.422-443 ago./nov. 2016.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



MENEZES, Flávia Pereira Dias. **Educomunicação: a importância nos movimentos sociais.** In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia-UFOP-Ouro Preto. 2013. Minas Gerais. p. 01-12.

NÓBREGA, Lígia de Moura Pereira. **CEBs e educação popular.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis/ Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária.** Revista Famecos-Mídia, Cultura e Tecnologia. Porto Alegre, v. 24, n.01, p. 01-16, jan./ fev./ mar./ abr. 2017

SCHONINGUER, Raquel R.Z.V.; SARTORI, Ademilde S. ; CARDOSO, Fernando. **Educomunicação e prática pedagógica educacional: uma revisão sistemática.** Revista Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. São Luis, v. 23, n 1, p. 01 – 11. jan. / abr. 2016.

SOARES, Donizete. **Educomunicação – O que é isto?** Gens, Instituto de Educação e Cultura, 2006. Disponível em:http://portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educacao_o_que_e_isto.pdf. Acesso em: 05 março 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira; MACHADO, Elliany Salvierra. **Educomunicação: ou a emergência do campo de inter-relação.** In: INTERCOM, p. 01-09, Comunicação/ Educação. 1999.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



O QUE PODE A LEITURA CRÍTICA NO ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL? NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA

Bruna Sola da Silva Ramos¹

Magda Aparecida Lombardi Ferreira²

Lucas Rocha de Brito Rodrigues³

RESUMO

O presente texto aborda uma experiência extensionista constituída à luz da educação problematizadora de Paulo Freire e fundamentada na leitura crítica como modo de enfrentamento da vulnerabilidade social de jovens habitantes das periferias da cidade de São João del-Rei. Buscamos compreender a vulnerabilidade social que os condiciona, a potencialidade da leitura como ato político e os *Círculos de leitura crítica* como metodologia propícia ao posicionamento consciente dos sujeitos, evidenciando a força molecular de nossa ação problematizadora.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Leitura crítica; Educação problematizadora.

INTRODUÇÃO

Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana.

(Paulo Freire)

Palavra. Consciência. Condição humana. Com Paulo Freire trazemos à luz a força e a vitalidade da palavra, já que “existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo”

¹ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei; Líder do Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDiP). Coordenadora do Projeto de Extensão *A formação do leitor crítico no enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e jovens do projeto Vida Nova*, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UFSJ/2017). E-mail: brunasola@ufsj.edu.br

² Mestra em Educação. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de São João del-Rei; Pesquisadora do Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDiP). Vice-coordenadora do projeto de extensão citado em nota anterior. E-mail: malf2011@gmail.com

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São João del-Rei. Bolsista do Projeto de Extensão citado em nota anterior. E-mail: rochalucas.r@gmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



(FREIRE, 1987, p.78). Ao pronunciar o mundo, crítica e responsivamente, o homem vai se constituindo na transitividade de sua consciência, o que lhe permite ir além das formas ingênuas de compreender este mundo – essencialmente pautadas na mitificação da realidade – e perceber-se “corpo consciente”; sujeito cuja consciência intencionada ao mundo capta a realidade da qual faz parte e sobre a qual se debruça, em vida.

Este pensamento nos leva à assunção freireana de um sujeito histórico que busca superar sua consciência ingênua e construir, em si e com os demais, uma consciência que se faça instrumento de sua intervenção no mundo. Para isso, somos necessariamente instados a compreender a leitura como prática social que oferece ao sujeito a possibilidade de uma inserção cada vez mais consciente na realidade vivida, o que amplia as suas possibilidades de se posicionar reflexivamente diante dela e, quiçá, transformá-la.

É neste cenário que pensamos a opressão vivida por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social como uma das mais duras opressões a que se pode submeter o homem. Isso, porque, onde está a vulnerabilidade encontra-se também o risco. *Vulnerare*: ferir, penetrar, em raiz latina. Risco de ferir nossa infância e juventude; imagem do que seremos em devir. Risco de ferir os próprios direitos humanos ao ser-lhes negado aquilo que é próprio de sua humanidade: o direito a viver uma vida digna e boa.

Com esse panorama em tela, tratamos, mais amiúde, de sujeitos de seis a dezessete anos de idade em situação de vulnerabilidade social, atendidos pela *Associação Vida Nova*, uma entidade civil da cidade de São João del-Rei, cujos membros, inspirados por uma necessária amorosidade ao humano, oferecem apoio escolar e alimentar; vivências artísticas e culturais; orientação e formação profissional e, sobretudo, acolhimento e respeito a grupos populares de crianças e jovens são-joanenses.

No contexto da *Associação Vida Nova*, desenvolvemos um projeto de extensão na perspectiva de promoção da leitura crítica como instrumento da inserção ativa de crianças e jovens na realidade em que vivem. O que nos moveu neste projeto foi a possibilidade de construir junto com estes sujeitos uma forma outra de ler a palavra e o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



mundo, vivenciando a leitura em movimentos de reflexão coletiva, de colaboração e diálogo e, por meio deles, produzir sentidos outros, trocar saberes, despertar e oportunizar o pensamento crítico tão necessário para o enfrentamento da própria realidade. Em termos metodológicos, isso se deu a partir da composição de Círculos de Leitura Crítica, que serão objeto de nossa discussão ao longo deste trabalho.

A ação extensionista foi desenvolvida ao longo do ano de 2017 com 30 jovens atendidos pela *Associação Vida Nova*, que foram divididos em três grupos organizados por faixa etária, sendo as discussões construídas neste texto delimitadas ao trabalho desenvolvido com apenas um desses grupos, composto especificamente por 9 jovens com idade entre nove e doze anos. Ainda para a composição do presente texto, evidenciamos como corpus de análise trechos de notas de campo elaboradas pelo bolsista do projeto; dados do perfil dos sujeitos levantados a partir da aplicação de um questionário e registro escrito de atividade proposta no desenvolvimento da ação extensionista.

VULNERABILIDADE SOCIAL E LEITURA CRÍTICA NA ARENA DO DIÁLOGO

[...] várias viaturas subiram a rua do Projeto com a sirene ligada, o que levou todos os alunos a irem à janela e começarem a contar, todos juntos, casos sobre polícia. Aproveitamos do assunto e conversamos sobre polícia: se a consideravam boa ou má, como a viam, se já estiveram com um policial. Vinicius contou [...] que um policial já havia apontado uma arma de fogo para ele numa operação em seu bairro, pois sua casa é próxima a um ponto de narcotráfico. Luís, outra criança, contou que já teve sua casa assaltada três vezes. Após alguns minutos, recebemos a notícia de que a polícia estava se dirigindo a um bar na rua do Projeto, porque um homem havia assassinado sua esposa. Tocou-me muito quando Henrique contou-nos sobre sua família. Ele tem onze anos, sua mãe está presa por latrocínio num anexo do presídio [...] próximo ao Projeto, e seu pai está preso também por roubo. Nem eu nem minha colega sabíamos o que significava latrocínio, e Henrique, talvez por



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



perceber nossa ignorância, perguntou-nos se sabíamos o que era e ao falarmos que não, explicou-nos: é roubo seguido de morte.

(Lucas Rocha, diário de campo, 16/03/2017).

Violência, agressão contra a mulher, tráfico de drogas, privação de liberdade, relações opressores-oprimidos, infâncias “roubadas”, são alguns dos sentidos construídos a partir da leitura da epígrafe, uma passagem do diário de campo do projeto que nos ajuda a compreender a vulnerabilidade condicionadora da realidade de vida dos jovens com quem dialogamos. Sentidos que se constroem como marcas dos processos de desumanização e de negação que, historicamente, experienciam. Sentidos de uma realidade agressiva em que “a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida [...]” (FREIRE, 2014, p. 32).

Desse modo, ao buscarmos elementos para compreender a vulnerabilidade social dos jovens sujeitos com quem interagimos em ação extensionista, entendemos que não nos bastava desvelar as camadas mais visíveis de sua significação como sujeitos que habitam as periferias de São João del-Rei e que, portanto, “são moradores de áreas que carecem de infraestrutura sanitária, moradia e congregam o maior contingente de pessoas em estado de carência total” (ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA, s/d, s/p). Necessariamente, aprendemos a nos perguntar ao longo do processo: Quem são esses jovens? Quais são suas *leituras de mundo*? Que *situações limites*⁴ vivenciam? Que vulnerabilidade os condiciona?

Ao delinear um olhar questionador para a situação de vulnerabilidade social dos jovens da *Associação Vida Nova*, pudemos (re)compor o panorama de exclusão a que estão diretamente vinculados. Segundo levantamento de dados a partir de questionário aplicado aos sujeitos, descobrimos que, entre os nove jovens que participaram do grupo de extensão delimitado neste artigo, oito são negros; cinco deles possuem um ou mais pais detentos; oito possuem um ou mais pais com apenas ensino fundamental; e cinco são filhos ou filhas de faxineiras e empregadas domésticas.

⁴ Dimensões concretas e históricas de uma dada realidade que se revelam desafiadoras dos homens e mulheres ao se constituírem como situações existenciais opressoras (FREIRE, 1987).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Comumente se pensa a vulnerabilidade social ligada à pobreza material. Contudo, segundo Oliveira (*apud* TEIXEIRA, 2015, p. 47), a vulnerabilidade social “não se restringe à categoria econômica, mas perpassa organizações políticas, de raça, orientação sexual, gênero, etnia”. Para Rado e Boneti (2009), problematizar o conceito de vulnerabilidade social pode ser uma ferramenta estratégica para entendermos a situação de pessoas em exclusão social, porque, ao explorarmos o conceito podemos perceber amplamente vicissitudes e idiosincrasias existentes nas vivências dessas pessoas, que vão muito além dos atributos de renda.

Os dados que pudemos construir acerca dos sujeitos nos revelaram uma vulnerabilidade que vai muito além da pobreza e da carência de infraestrutura em seus locais de moradia, pois é fruto da desumanização como possibilidade histórica (FREIRE, 1987). Desumanização a que estão expostos por serem negros, pobres, moradores da periferia, filhos da classe trabalhadora, convivendo diariamente com as mazelas da pobreza, da violência, do direito à educação negado e do trabalho precarizado.

Nesse cenário, entendemos, junto com Teixeira (2015, p. 48), que a vulnerabilidade social não deve ser analisada “[...] por meio de um único referencial, devido a essa poder ser determinada por aspectos próprios a cada sujeito e pelas condições do seu entorno”. As vulnerabilidades são muitas, os sujeitos em situação de vulnerabilidade são muitos e não podem ser vistos por apenas um espectro. O que se deve, portanto, é pensar quem são os sujeitos tidos vulneráveis, “onde estão, o que fazem, quais as condições de vida, quais as possibilidades que encontram e qual a visão que temos, enquanto sociedade, sobre eles” (*ibidem*).

Para Adorno (2001, p.12), o termo vulnerabilidade representa não apenas um novo modo de expressar um velho problema, mas principalmente “a construção de uma nova mentalidade”, “uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais”. Contudo, como se nota na denúncia apontada por Lopes et al (2008), ainda temos prestado assistência a essa população vulnerável na perspectiva do “fazer o bem ao próximo”, em detrimento de uma discussão acerca das causas da problemática e das ações por ela demandadas. Desse modo, fortalece-se uma “cultura de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



dádiva e benemerência”, associando a dimensão do “favor” às relações de cidadania, sendo estas configuradas pela subserviência. Ainda como argumento da denúncia, os autores pontuam que grande parte das ações direcionadas à infância e juventude de grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social são intervenções centradas no nível institucional, “pouco avançando para a dimensão territorial, para a inserção comunitária” (LOPES *et al.*, 2008, p. 66).

Daí a importância da inserção socioeducativa que realizamos junto à comunidade da qual fazemos parte, favorecendo as oportunidades de promoção da leitura crítica de crianças e jovens são-joanenses situados em perspectiva de vulnerabilidade social e amparados por uma associação que busca lhes oferecer ampliação de seus espaços de domínio vital. Acreditamos que o fortalecimento da leitura crítica seja um significativo modo de enfrentamento da vulnerabilidade destas crianças e jovens, na perspectiva da expansão de seu universo conceitual, simbólico, social, político e ético, ampliando suas possibilidades de ler a palavra e ler o mundo à sua volta.

Junto a Freire (1997) enfatizamos a máxima: “Ler para saber”. E saber é um processo de ação e reflexão permanente sobre a realidade; processo em que a consciência vai se constituindo intencionalmente dirigida para o mundo. Como leitores, temos sempre de nos comprometer com uma espécie de análise crítica daquilo que lemos, para então começarmos a perceber a significação do próprio (con)texto.

O saber humano implica uma unidade permanente entre a ação e a reflexão sobre a realidade. Enquanto presenças no mundo, os homens são corpos conscientes que transformam este mundo pelo pensamento e pela ação, o que faz com que lhes seja possível este mundo ao nível reflexivo. Mas, precisamente por esta razão, podemos agarrar a nossa própria presença no mundo, que implica sempre unidade da ação e reflexão, como objeto de nossa análise crítica (FREIRE, 1997, p. 20).

Conforme a perspectiva freireana, aprender a ler de forma crítica é poder “admirar” o mundo. É ganhar distância para ser capaz de pôr a descoberto a realidade que nos cerca e, assim, procurar entendê-la no todo. É ver de dentro, separar as partes e voltar a admirá-las, ganhando, então, uma visão mais crítica e profunda da sua situação na realidade que não condiciona (FREIRE, 2014, p. 80). Implica, também, admirar-se



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



no mundo, reconhecer-se homem capaz de atuar e transformar uma realidade desumanizante. De acordo com o educador, aprender a ler criticamente é, pois, um ato político, um ato de conhecimento, por isso mesmo um ato criador (FREIRE, 2003, p. 19). Daí que, para ele, não existe um ensino puro da palavra. O que deve existir é um ensino reflexivo da palavra, por isso enfatiza tanto a importância do ato de ler o mundo, compreender o texto e o contexto sem dicotomias.

Trabalhar a formação do leitor crítico é trabalhar a formação do “indivíduo livre”, pensante, emancipado. É dar ao sujeito condições de adquirir conhecimento, ampliar sua capacidade produtiva e comunicativa, fazendo das palavras ponte entre a linguagem e a vida, uma vez que produzir um texto ou ler um texto é dialogar com outrem, é estabelecer um vínculo entre o sujeito e o mundo em que se vive.

Em escopo macro, Silva (2009, p. 24) aponta o papel crucial da leitura crítica nas possibilidades de transformação da realidade brasileira, vez que leva o cidadão a compreender as raízes históricas das contradições e o incentiva à busca pela construção de uma sociedade em que os benefícios do trabalho produtivo e, portanto, da riqueza nacional, não sejam privilégios de uma minoria. Ler criticamente é, pois, um ato responsivo-ativo não apenas diante do texto, da palavra, mas principalmente diante do mundo, captando-o, compreendendo-o, redimensionando-o e, quiçá, transformando-o.

Abramo (1997, p.33) indica que enquanto os jovens em situação de vulnerabilidade social forem vistos como “a encarnação de impossibilidades”, não poderão ser vistos, ouvidos ou entendidos como sujeitos que apresentam suas próprias questões. Nossa pretensão, portanto, foi desenvolver uma proposta de extensão em que os jovens fossem vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos, criando com eles novas possibilidades de leitura da *palavramundo* que lhes permitissem esperar por uma realidade menos injusta e mais humana.

CÍRCULOS DE LEITURA CRÍTICA E ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Inspirados por Paulo Freire e seus Círculos de Cultura organizamos como proposta metodológica da ação extensionista o que convencionamos chamar por



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Círculos de Leitura Crítica: espaços abertos ao convívio, organizados em formato de roda e marcados pela horizontalidade das relações, nos quais buscamos o diálogo com textos de diferentes gêneros, a discussão aberta e o acolhimento às diferentes leituras de mundo e aos modos múltiplos e singulares de leitura da palavra. A metodologia dos *Círculos de Leitura Crítica* muda o foco da leitura mecânica e do processo de decodificação de palavras para uma abordagem que seja capaz de desafiar a reflexão crítica.

Na perspectiva da educação problematizadora, o caminho para a efetivação de nossa proposta extensionista foi a investigação temática da realidade dos educandos. De acordo com Freire (1987, p.88), investigar o tema gerador é investigar “o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo”. Desse modo, em uma ação que buscou contínua troca de saberes, sem imposições ou prescrições com relação às temáticas trabalhadas, foi feito um amplo movimento de descoberta e levantamento de temas que emergiram da realidade concreta dos sujeitos envolvidos. Praticando a busca da coerência entre a fala e a escuta dialógica, por meio de questionamentos, debates e percepções, que foram sendo construídas a partir das enunciações e posicionamentos assumidos pelos sujeitos participantes, partimos ao encontro das *situações limites* vivenciadas pelos jovens, para que se evidenciassem as temáticas geradoras a serem problematizadas no diálogo.

Um caminho de investigação até o desvelamento desses temas geradores foi trilhado por nós, iniciando-se por um momento de aproximação do grupo de jovens com assuntos de seus interesses, até chegarmos à realização de entrevistas com pessoas de seus bairros, em diálogo sobre os desafios e as qualidades do local onde eles vivem. Três temas geradores evidenciavam parte significativa da realidade dos sujeitos deste trabalho – convivência, condições de infraestrutura e violência. Na problematização desses temas geradores, valemo-nos de múltiplos gêneros textuais, que possibilitaram as problematizações acerca da realidade vivenciada pelos leitores em formação.

Uma nota de campo escrita durante o trabalho com o tema gerador *Condições de infraestrutura* pode nos evidenciar o exercício das problematizações feito nos círculos de leitura crítica.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Tentamos provocar: ‘De quem é a culpa de estar assim?’ ‘Ah, a culpa é do prefeito’ – respondeu Olívia. ‘Por que do prefeito?’ – perguntei. ‘Porque ele quer gastar com outras coisas’ – ela disse. ‘Que coisas?’, eu insisti. ‘Ah, tipo carro, casa. Minha avó que falou’. Continuei as provocações. Gustavo, observando a imagem do buraco que também estava colada, disse que era preciso cuidar da cidade porque senão ‘no futuro não terá nada direito’. Perguntados sobre o que esses problemas poderiam trazer para eles, disseram que poderia causar dengue, doenças. Antônio disse que deveriam ter mais postos de saúde. Continuamos a insistir nos porquês daqueles problemas. Olívia disse que achava que era assim porque ninguém cuidava, e então alguns de seus colegas discordaram, falaram que não achavam que era só por isso. Márcia discordou e citou o exemplo de sua avó que varre a rua e cuida do bairro. Questionei a elas se em todo bairro era assim, e tendo a resposta negativa, perguntei o porquê de não ser. Não responderam. Perguntei, por fim, como aquelas situações poderiam ser diferentes, e Márcia disse que deveria cuidar mais do bairro, Olívia disse que o prefeito deveria fazer a parte dele. (Lucas Rocha, diário de campo, 17/08/2017)⁵.

Podemos perceber, a partir da nota de campo, uma experiência de leitura encharcada por uma *Pedagogia da Pergunta*, porque não pretendeu preestabelecer respostas, mas suscitar a criatividade e a curiosidade crítica e epistemológica (FREIRE, 2014). Freire adverte-nos que, sem a aventura do perguntar, é impossível criar, pois “toda prática educativa que se funda no estandardizado, no preestabelecido, na rotina em que todas as coisas estão pré-ditas, é burocratizante e, por isso mesmo, antidemocrática” (FREIRE; FAUNDEZ, 1998, p. 28).

Propusemos aos jovens, dessa maneira, uma forma outra de leitura, mediante a constante problematização da palavra, que lhes permitisse ler menos ingenuamente também a realidade circundante e dela se deslocarem, para, então, a ela voltarem com maior capacidade de crítica. Nesse movimento, os sujeitos se tornam capazes de intentarem um olhar menos superficial para sua realidade e podem melhor apreendê-la, observá-la e avaliá-la. Como discorre Freire (1985, p. 57), “os homens, em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um ‘conhecimento’ de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a ‘razão’ da realidade”.

⁵ Em todas as passagens dos diários de campo seus nomes foram alterados para fins de preservação de sua identidade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Em nossos círculos de leitura crítica, experienciamos uma leitura viva, democrática, porque não imposta, mas construída em conjunto, e, então, grávida de sentidos críticos. Leitura que “cheira à liberdade, sem o ranço teorizante das salas de aula, nem a presença de um erudito centralizando as discussões” (SOUZA, 2012, p. 100). Essa leitura era representativa da realidade de vulnerabilidade social que os sujeitos dos círculos vivenciavam e, oportunizando a abstração da dura realidade, oportunizara mais: a percepção consciente dos condicionantes sociais dessa realidade. Estando em círculos de leitura crítica, os leitores com quem trabalhamos puderam experimentar e confrontar suas leituras de mundo em um ambiente em que o centro não era um professor, algum colega ou mesmo um texto trabalhado, mas o debate, a discussão problematizadora de suas próprias realidades.

ACABAMENTOS DA EXPERIÊNCIA E(M) ABERTURA AO PORVIR

Na composição da experiência extensionista, foi necessário experimentarmos um olhar mais aprofundado para o coletivo em situação de vulnerabilidade, visto que as vulnerabilidades são diversas e possuem particularidades, não se resumindo apenas a condições materiais. Nesse olhar, mais do que percebermos os condicionamentos relacionados à situação de vulnerabilidade social procuramos enxergar, também, os anúncios de uma esperança radical despertada a partir da leitura crítica, que permite aos sujeitos a assunção de sua palavra própria.

Em um cenário de periferia desumanizadora, em que vivenciar uma juventude saudável é grande desafio, a leitura é ato político quando considera a visão de mundo dos leitores, não se configurando como uma imposição insensível ao contexto social por eles vivenciado. Nessa perspectiva, a metodologia de formação em círculos de leitura crítica possibilitou, em nossa experiência, a horizontalidade no exercício de um diálogo que *criticiza*, porque problematiza.

O que foi por nós percebido é que os círculos de leitura crítica possibilitaram não apenas reflexões sobre os textos, mas também sobre a realidade concreta do cotidiano desses jovens, os quais se mostraram sujeitos atentos aos fatos sociais que vivenciam no dia a dia. Podemos dizer que os círculos de leitura crítica foram bastante



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



significativos para os jovens, que não só puderam dizer suas palavras, mas também experimentar, pela dinâmica dialógica dos círculos, maior interação pessoal e verbal entre todos, educador e educandos e educandos entre si.

Nesse sentido, divisamos como materialidades resultantes do projeto e que contribuem para o enfrentamento da realidade social vivida pelos sujeitos participantes, o fortalecimento de seu interesse e gosto pela prática da leitura e uma assunção mais clara das identidades pessoais e coletivas, especialmente no que tange às relações de gênero e raça, no interior das problematizações dos temas geradores relacionados ao racismo e à violência contra a mulher, proporcionando a muitos dos sujeitos envolvidos a possibilidade de perceber-se criticamente e as implicações decorrentes da assunção dessa identidade.

E é com uma cena enunciativa tecida por um estudante negro de dez anos de idade, em que pudemos evidenciar o movimento de tomar-se como sujeito de palavra própria, no anúncio da *assunção cultural* (FREIRE, 2014) de sua identidade negra, que encontramos, talvez, a melhor imagem de um acabamento aberto ao porvir.

Rima do cuidado

Ter amor ao próximo, porque ele também é filho de Deus.

Somos todos iguais por causa da pele, cabelo, rosto.

Todos temos coração: racismo não!

Se liga, você gostaria se fosse com você? Sou preto com orgulho, meu irmão! (S., 10 anos).

Na travessia da experiência aqui relatada, não procuramos resultados traduzidos em números. Não procuramos messianicamente levar salvação por meio da leitura. Não procuramos transplantar formas ou métodos. Não procuramos impor formas de leitura. Não procuramos grandes e imediatas transformações. Mas, cientes de que nossa ação extensionista possui força molecular, podemos dizer que cumprimos o que procuramos: excitar uma percepção crítica da realidade e dos condicionamentos a que ela nos expõe, estimulando um necessário movimento para a transformação, resistência e enfrentamento às/das opressões contidas nas situações de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA. *Projeto político-pedagógico*. s/a. s/d.

ADORNO, R. C. F. *Os jovens e sua vulnerabilidade social*. São Paulo: AAPCS, 2001.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *O processo de alfabetização política*. Ver. da FAEEBA, Salvador, n. 7, jan./jun. 1997.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 44. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LOPES, R. E. *et. al.* Juventude pobre, violência e cidadania. In: *Saúde Soc.* São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.

RADO, S. C.; BONETI, L. W. A juventude em condições de vulnerabilidade social e as políticas de acesso à educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2009, Paraná. *Anais...* Paraná, 2009. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3032_1578.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, E. T.. *Criticidade e Leitura: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

SOUZA, R. M. Leitores, leitura e círculos: uma perspectiva metodológica. *Ponto de Acesso*, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/12416>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

TEIXEIRA, E. C. Resiliência e vulnerabilidade social: Uma perspectiva para a educação sociocomunitária da adolescência. 2015. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Disponível em: <Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2015.>



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



OS LUGARES DA EDUCAÇÃO POPULAR E A EPISTEMOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS

Autora, Maria José dos Santos¹

Autora, Graça Elenice dos Santos Braga²

Autor, Adilson dos Ramos³

RESUMO

O objetivo é contribuir com reflexões sobre os lugares da Educação Popular e a Epistemologia dos Movimentos Sociais de Mulheres Negras. Baseia-se em estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde). Referenciam-se as contribuições dos escritos de Freire, assim como estudos de outros autores, na perspectiva de reconhecer as dinâmicas utilizadas pelos Movimentos Sociais de Mulheres Negras para garantir políticas educacionais, e reconhecimento dos saberes existentes na educação popular.

Palavras Chaves: Educação Popular, Movimentos Sociais, Mulheres Negras.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre Educação Popular e Movimentos Sociais de Mulheres Negras, na atual conjuntura política e social da nação brasileira, coloca educadores/as e pesquisadores/as em um contexto desafiador. A partir de uma situação histórico-social e cultural, de desconhecimento dos agentes formadores e construtores deste país, que ao

¹Mestre em Educação-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Pesquisadora do GEPERGES-Grupo de Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade Audre Lorde. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiro da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NEAB). Professora/ Pesquisadora do Curso Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de EAD e Tecnologia- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Ex-Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford. Brasil E-mail: yiamaze@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa Associado em Educação, Cultura e Identidades - Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde) E-mail: gracaelenicebraga@gmail.com

³ Graduado em Biblioteconomia, com especialização em Arquivologia e Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor-tutor no Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFPE. E-mail: adilsonram@gmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



longo da história, usam a epistemologia dos Movimentos Sociais como fontes de inspiração a pesquisas e de intervenções, no entanto são excluídos e silenciados, dos processos que protagonizam o ser na formação do cidadão.

No que se refere a Mulheres Negras, torna-se preocupante, principalmente para essas mulheres das periferias e quilombolas que, embora tenham vivido às margens das instituições públicas, buscam manter as próprias formas de educar para além das paredes e muros das escolas.

Diante de um contexto árduo e, ao mesmo tempo esperançoso, surge este artigo como fruto das reflexões realizadas no GEPERGES Audre Lorde, referenciado nas produções de Freire (1996, 2005) e Lage, (2013). No cenário da Educação Popular, destaca-se Freire, precursor e interventor na Educação Brasileira através da referida prática educativa.

É importante destacar ainda que esta pesquisa é resultante do engajamento e das preocupações das/os integrantes do GEPERGES Audre Lorde, as/os quais vão além dos muros das Universidades, a ponto de perceber a importância de estarem interligadas/os em grupos, movimentos sociais de mulheres negras, no fazer pedagógico enquanto profissionais da educação da rede pública e educadoras/res populares que acreditam na importância da participação dos/as estudantes no processo de elaborações e reelaborações de saberes, a partir das próprias vivências.

As bases do referido estudos são os escritos de Paulo Freire pelo fato desse teórico contribuir no surgimento e reconhecimento da educação popular, onde os saberes são construídos coletivamente. Como também, referenciam-se outros/as estudiosos e estudiosas que, ao longo da trajetória da educação, destacam nas próprias análises a importância de reconhecer os indivíduos nas diversas formas de organizações enquanto elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem.

Este trabalho se desdobra em três partes: Primeira, Mulheres Negras e Educação brasileira, uma breve análise documental, onde se efetiva um levantamento da realidade educacional da mulher negra, a partir de dados estatísticos do IBGE, escritos e documentos.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Na segunda, analisam-se os escritos de Paulo Freire e de outros estudiosos, com destaque aos Movimentos Sociais e à presença da Mulher Negra na Educação.

Na terceira parte, ressaltam-se as contribuições dos Movimentos Sociais nos processos educativos das Mulheres Negras. É importante registrar, neste trabalho, que as escolhas das narrativas das mulheres negras ocorrem através das visitas frequentes e das participações em grupos de mulheres. São duas mulheres negras de Pernambuco; uma operária do Município de Camaragibe e a segunda, uma liderança Quilombola do Quilombo das Onze Negras, situado no Cabo de Santo Agostinho-PE. A escolha das duas mulheres consultadas segue os critérios do voluntariado e da experiência em movimentos sociais.

Como aproximação e valorização das protagonistas com suas histórias, culturas, religiosidades, e organizações sociais se utiliza a metodologia qualitativa a partir da história oral, com base em Hampâté Bâ (2010), Ferreira (1994) uma vez que a referida Metodologia propõe o respeito à história e à cultura, valoriza a escuta e a memória, no sentido de observar as pessoas como parte do contexto da pesquisa e não meros objetos a ser explorados.

O principal objetivo desta pesquisa é contribuir com reflexões sobre os lugares da educação popular e a epistemologia dos Movimentos Sociais de Mulheres Negras. Com o intuito de colaborar com as mulheres negras, e com a educação brasileira, no processo de reconhecimento e de ultrapassagem dos grandes desafios, no sentido de ocupar espaços de aprendizagem nas escolas públicas e nas Universidades, impulsionadas pela força dos movimentos sociais e pela crença nos coletivos, onde estão inseridas.

MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. (FREIRE, 1996, p. 48)

Pensar em educação na perspectiva de Paulo Freire foi e continua sendo uma busca constante da população negra em nosso País, uma vez que a educação brasileira



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



no formato historicamente instituído favorece os detentores do poder econômico, e consequentemente os donos do saber, a ponto de excluir a grande parcela da população, Negros/as e os Indígenas, tornando-os distante da identificação com o contexto escolar.

É importante ressaltar que as marcas da escravização da população Negra percorrem por décadas, dentro e fora do contexto educacional, e forçam a perda das identidades originárias dessa população, impõem uma educação que a exclui e a discrimina.

No decorrer da década de 1930, a criação do MEC e da política nacionalista de Getúlio Vargas transforma a educação em assunto de segurança nacional. Nesse período, com a expansão da indústria e da urbanização, novas demandas educacionais forçam o governo a ampliar a rede escolar, e inclui as escolas técnicas e profissionais. Nesse contexto, pode-se identificar o surgimento de mobilizações da população negra e a criação de organizações que começam a pautar as próprias lutas e a questão da educação.

Em momentos cruciais da história republicana, podemos encontrar registros dos movimentos de protesto dos negros: o mais emblemático foi promovido pela Frente Negra Brasileira, em 1931, na cidade de São Paulo, mobilizando em torno de 100.000 militantes (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139).

É importante enfatizar esse contexto histórico do movimento trazido pelos autores, pois são movimentos negros que em toda parte do Brasil incorporam as lutas em prol da educação para a população negra e no combate à discriminação, criam mecanismos de valorização da raça negra. Isso tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com o Teatro Experimental do Negro. A concretização da compreensão de Libertação, proposta pela Lei de 1888, determinava que todos fossem educados, isto é frequentassem a escola. As entidades negras do Nordeste se uniram aos demais estados do país:

A posição de algumas entidades negras no Nordeste não deixa dúvida de que, ali também, os negros/as tiveram que, inicialmente, assumir para si os encargos da educação de seu grupo étnico. Foi criada em Recife, em 1936, a Frente Negra Pernambucana, que contava em seus quadros com o poeta negro Solano Trindade (GONÇALVES; SILVA, 2000, p.139).

Os autores destacam a busca da educação como bandeira de luta do Movimento Negro, pois é nítida que, um dos indicadores de exclusão da população negra, é a baixa



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



escolarização. Essa luta pela escola é emblemática enquanto fator de cidadania e, é preciso salientar, que ela se faz a despeito da ideologia que permeia a escolarização para o fortalecimento da indústria, ou seja, a aprendizagem se voltasse para a formação do agente produtivo, sem haver preocupação com o desenvolvimento do senso crítico do indivíduo, pois o objetivo é produzir, auferir lucros à sociedade industrial.

Nesse contexto, as populações são colocadas às margens das agendas públicas que ao longo da história, carregam o fardo das baixas taxas de desempenho escolar, e também se encontram fora dos muros e das cercas das escolas públicas, onde as mulheres negras são as maiores vítimas por razões como: negras, mulheres, pobres e de religiões de matriz africana ou afro-brasileira.

Segundo registro do Dossiê da Mulher Negra (2013), onde se encontra um elevado índice de negras e negros, e igualmente com índices elevados da população negra fora da escola, mas, embora tenhamos alguns avanços para a população nas últimas décadas, os quais são frutos das conquistas dos movimentos sociais e especialmente das mulheres negras, ainda são fortes as desigualdades social, econômica e educacional.

Enquanto entre negros e pardos o índice fica em 9,9%, com os brancos alcança 4,2%. A taxa de analfabetismo no Brasil em 2016 ficou em 7,2% o que corresponde a 11,8 milhões de pessoas.

Entre os brasileiros com 60 anos de idade ou mais a taxa de analfabetismo atingiu 20,4%. Novamente, o recorte racial evidencia a desigualdade, com 11,7% para os idosos brancos e 30,7% para os idosos negros e pardos.

Na população com 25 anos ou mais o abismo volta a se manifestar no que diz respeito ao acesso às universidades. Enquanto entre brancos o percentual é de 22,2%, apenas 8,8% de negros e pardos tinham nível superior de acordo com a PNAD Contínua 2016. No quesito tempo médio de estudo, novamente pardos e negros se encontram em desvantagem, com média de 7,1 anos, na comparação com brancos, que tiveram tempo de estudo aproximado de 9 anos. (IBGE⁴),

Diante dos contextos acima de desafios para a população negra, excluída e vista apenas como objeto de pesquisa sem o direito de viver os próprios protagonismos, enquanto mulheres negras que investiram na formação deste País com suas vidas, no contexto social e educacional.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (IBGE, 2016).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Gosto de ser gente porque, como tal percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isento da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tenção entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito haver comigo mesma. (FREIRE, 1996, p. 53)

Este reconhecimento como gente, expresso por Freire, quando reportado à população negra, é desafiador; principalmente, em relação às mulheres negras por não serem reconhecidas na sociedade brasileira e negam a essas mulheres a possibilidade de expressar as próprias forças genéticas, históricas e culturais, para que se identifiquem neste contexto amplo, social e educacional.

(...) a importância da escola e a disputa, na sociedade, por um projeto educativo que lhe imprima sentido e significado, nem sempre ela responderia aos requerimentos da população escolar, seja de forma quantitativa ou qualitativa, haja vista suas condições para a garantia da oferta, bem como os déficits e os resultados que as estatísticas educacionais apontam e as práticas que ela desenvolve ou aquelas que poderia desenvolver com o fito de ampliar e consolidar direitos sociais e justiça curricular (SANTIAGO; BATISTA NETO, 2016, p. 128)

Observa-se a preocupação dos autores com o desenvolvimento e consolidação de direitos, no tocante ao papel da escola na vida do indivíduo. Porém a formação da população brasileira exclui as pessoas com pouco ou sem poder aquisitivo, e culmina na desconsideração do ser cidadão/cidadã, a ponto de dificultar o acesso ao quadro de verdadeiros sujeitos capazes de propor mudanças, e que finalmente possam expressar as próprias ideias e conhecimentos.

(...) por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades de que decorreria sua capacidade de opção. (FREIRE, 1996, p. 67).

Ao tratar de Mulheres Negras, torna-se preocupante, principalmente para estas mulheres que, embora tenham vivido às margens das instituições públicas, buscam manter as próprias formas de educar para além das paredes e muros das escolas.

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Ao longo do tempo e dos lugares a categoria movimento social sofre transformações de significados. É com base em Lage (2013) que a pesquisa em questão se aproxima do conceito sobre movimentos sociais, o que não se restringe à concepção teórica, mas ao contexto sócio histórico de onde se produz.

Observa-se que os estudos teóricos, sobre os novos movimentos como fenômeno social, apontam novas orientações, e se distinguem das bases marxistas, ou seja, emerge uma nova forma de fazer política fora do eixo classista, a espalhar-se não apenas pela Europa, mas por toda a América Latina.

Nos anos 1970 e início dos anos 1980 um grande número de movimentos sociais surgiu e se disseminou através da América do Norte, Europa e América Latina – movimento de mulheres, ecológico, movimentos de luta pela terra, movimento indígena, negro e LGBT. Esses movimentos que tem uma ênfase nas lutas por identidade e reconhecimento forma designados de Novos Movimentos Sociais (NMS) (LAGE, 2013, p. 24).

Com base na ideia acima, Lage (2013) em diálogo com Gohn (2003), compreende como Novos Movimentos Sociais, os movimentos das mulheres, dos negros, ecológicos, contra a fome e outros; os quais sinalizam, em princípio, a um distanciamento em relação ao caráter classista que se configura nos movimentos sindicais e operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição ao sistema econômico e social vigente.

Dentro do contexto dos anos 70 e 80, destaca-se que, durante os 21 anos de ditadura, existem amplos setores da população, políticos, trabalhadores, estudantes, organizações da sociedade civil, que se opõem aos governos militares e lutam contra a repressão, pela defesa dos direitos básicos e pelos ideais democráticos.

Estes segmentos sociais, considerados novos movimentos sociais, emergem no contexto social e político uma expressiva capacidade criativa, organizativa e mobilizadora. Como afirma Arroyo (2003, p. 29) que em 70 - 80 “várias pesquisas, dissertações e teses mostraram a influencia dos movimentos sociais na conformação da consciência popular do direito a educação básica, a escola pública”.

Alguns autores como Arroyo (2003), Lage (2013) e Santana (2014) denominam de “prática social educativa”, os movimentos sociais, que são aspectos



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



baseados na compreensão da educação gestada nesses movimentos, ou seja, toda prática educativa deve tomar como referência à história, à cultura, ao saber de experiência, não para ficar neste saber, mas para partir dele e intervir no mundo.

A educação é um aspecto central da atuação dessas organizações. Mas é uma educação que passa a ser tecida fora dos espaços escolares, basicamente nos novos espaços organizativos, focada em cima de problemas específicos – habitação, racismo, transporte, violência no campo, terra, desemprego, carestia, entre outros (SANTANA, 2014, p. 8).

A educação expressa por Santana é o ponto de partida nas agendas dos movimentos sociais, e confere à proposta de educação que o autor o verbera a estender-se para além da sala de aula, e prepara o sujeito para a vida.

Streck (2013) busca argumentos para tratar da Educação popular dentre algumas características, enquanto construção histórica acompanha o movimento da sociedade. No contexto de surgimento, a educação popular está fortemente associada aos movimentos sociais populares das décadas de 1950 e 1960 na América Latina e no Brasil.

Sua origem em muitos sentidos se confunde com os movimentos sociais populares das décadas de 1950 e 1960. No Brasil, sua história está vinculada, por exemplo, a grandes movimentos na área da educação e da cultura, como o Movimento de Cultura Popular, no Recife (Barbosa, 2009), e o Movimento de Educação de Base (Fávero, 1983). (STRECK, 2013, p. 356).

Nessa abordagem o autor se refere à relação da educação popular com os movimentos sociais populares e ainda destaca outros que surgem posteriormente como movimento de luta pela terra, pela moradia, por trabalho, pela educação, pela saúde e pela igualdade racial.

Já nos anos 80, o Movimento Negro tem um caráter nacional, reúne entidades negras de todo o País em defesa da democracia, e fortalece os objetivos das políticas educacionais. Surgem nesta década os Agentes de Pastoraes Negros (APNs) que, embora tenham origem na Igreja Católica Progressista, não possuem vínculo institucional com a Igreja, são abertos para toda comunidade de fé e têm como uma das finalidades fomentar discussões sobre a discriminação e marginalização da mulher negra.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O movimento Negro, nas mais diversas atuações, insere-se neste período em várias formas de mobilização articuladas pela sociedade civil organizada, em torno da luta pela redemocratização, que visa ao final da ditadura militar e à elaboração de uma nova Constituição para o País.

Nesse contexto, a luta e a resistência negra passam a assumir um novo formato. A luta dos negros e das negras pela construção de cidadania permeia toda a história republicana brasileira. Após a queda da ditadura militar, nos anos 80 do século XX, a luta mais intensa pela cidadania e pela democracia implementada pelos movimentos sociais no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 assume contornos diferentes para negra e o negro. (GOMES, 2017, p.105)

Gomes (2017) complementa que na década de 70 emerge a organização de várias entidades do Movimento Negro em caráter nacional: Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), denominando-se posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU). As pautas de reivindicações das décadas de 70 e 80 assumem contornos diferentes, conforme os contextos vividos. As motivações para o surgimento da pauta da década de 70 estão relacionadas à violência, à discriminação racial e ao racismo ocorrido durante a ditadura militar, conforme Gomes (2017). A pauta da década de 80 acrescenta Gomes (2017), faz referências ao processo de reabertura e de redemocratização, e assim passa a configurar outro perfil para o Movimento Negro, com reivindicações específicas para a Educação.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES NEGRAS.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. (GONZALEZ, 1983, p. 223)

A história das mulheres negras brasileiras está atrelada a um passado repleto de desafios na trajetória de formação deste País, enfrentado pela população negra, com consequências que perduram até os dias atuais.

No decorrer da história, as mulheres negras aprendem utilizar as próprias experiências de vida e transformá-las em armas, com as quais foram enfrentados e, em



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sua maioria, superados, especialmente no processo de construção da cidadania do próprio povo.

Essas mulheres renegam todas as formas de acomodação e de omissão, diante das diferentes provocações da vida cotidiana privada e pública, como nos relata Fátima.

Às vezes eu fico pensando, dentro de mim, como é que eu tive essa força, essa coragem de lutar, que muitos na comunidade não tem a coragem de fazer o que eu fiz e o que faço. É porque quando eu me lembro do processo que minha mãe passou, e minha avó, escravizada com 12 anos, foi levada pelo homem de engenho. Então, isso eu não queria que acontecesse comigo, porque eu ia ser uma das negras revoltadas, porque lembro o que minha avó passou (repete). Elas começaram a luta para construir e conseguir, mas elas não tiveram acesso. (Relatos Dona FÁRIMA, agosto de 2011).

A força que sai dessas mulheres as conduz em um movimento contrário; elas são resistentes e reagem às adversas condições, de diferentes naturezas. Embora que as influências negativas apresentadas no decorrer das histórias dessas mulheres sejam constantes, como descreve Theodoro.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (THEODORO, 2011, p. 2)

Hoje, a realidade da mulher negra se manifesta na prolixa trajetória vivida no período de escravidão com algumas mudanças e muita permanência, pois ela continua em último lugar na escala social, sendo a que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Dona Maria Helena relata o próprio processo de aprendizagem no Movimento Operária ao dizer que:

Aprendi na Juventude Operaria Católica, a fazer cálculos por que muitas vezes a fabrica botava para fora, não indenizava na lei ai aprendi a fazer como se calculava tantos anos dia nessa época um operário não podia trabalhar 10 anos se ele trabalhasse 10 anos de fábrica ele tinha um processo chamado de estabilidade ai agente com 10 anos o patrão não podia botar a gente para fora. (Narrativas de MARIA HELENA, 2014).

Observa-se que, nas colocações de Dona Helena, a problemática do mundo do trabalho capitalista atinge em especial as mulheres. Na abordagem da operária as reações “táticas de resistências provocam atitudes humanizadas, de significados da cultura e do saber. Como afirma Freire (1996, p.101).“ Falo da resistência, da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas”.

Neste sentido, os processos formativos ampliam os saberes das integrantes dos movimentos sociais e constituem possíveis aprendizagens no interior das organizações e, sobretudo, na vida pessoal:

“Da negrinha operária tornou-se professora de arte culinária terminei com muito gabarito trabalhei em Jaboatão, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Ponta de Pedra, trabalhei com as pescadoras tudo isso, foi lugares que trabalhei como professora eu mim orgulhava”. (Narrativas de MARIA HELENA, 2014).

A educação popular surge na margem da sociedade, muitas vezes abertamente versus a educação formal, e contribui para que mulheres como Dona Helena ocupem diferentes espaços como agente social política. Diante dos impactos enquanto mulher negra passa a se valorizar mais reorientando as próprias identidades.

Logo, o ato de Educar como ressalta Paulo Freire (1996) é uma atividade essencial para a vida em sociedade, sobretudo para os movimentos sociais que, em seus processos educativos, a articulação constituída pelos atores sociais produz possíveis efeitos simbólicos para os próprios manifestantes no sentido político e pedagógico.

CONSIDERAÇÕES

A trajetória dos movimentos sociais, entre eles o Movimento Negro, evidencia lutas constantes em diferentes contextos, reconfigura pautas de reivindicações, destaca-se a educação como direito básico e emancipação da cidadania.

Um dos aspectos da Educação Popular é o diálogo. Esse diálogo é concretizado na pesquisa através dos referenciais teóricos, as narrativas das mulheres em expressar os próprios sonhos, dilemas vivenciados no contexto social, político e cultural.

Observa-se no decorrer das leituras e análises que, a educação popular gestada nas experiências dos movimentos sociais de mulheres negras, transforma essas mulheres em protagonistas, a partir dos próprios espaços formativos de intervenções, a fim de possibilitá-las a ampliar os saberes, e fortalecer articulações e agendas sociais.

Nesta perspectiva, os saberes abordados fazem parte de uma concepção que amplia o conhecimento para toda ação humana, a relação tempo e espaço, ou seja, o ato



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



de aprender e de intervir, o envolvimento das mulheres em espaços, levaram-nas a reivindicar direitos, entre eles a educação.

Portanto, convidam-se a refletir como os movimentos de mulheres negras podem ser visibilizadas em ações educativas. O momento é bastante desafiador, e o repensar, o fazer pedagógico das ações coletivas e consciência crítica provocam a aprender com Freire a importância de partir da realidade e da abertura para colher o novo, embora este traga consigo riscos e maiores desafios.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf> acesso no dia 25/09/14.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em Campo Aberto: Escritos Sobre a Educação e a Cultura Popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. São Paulo. Anuário das Mulheres Brasileiras, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro-RJ: Diadorim editora Ltda. 1994.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões In: _____ (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**: Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

_____. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES. Luiz Alberto Oliveira; SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000, Nº 15.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983

HAMPÂTE BÂ, A. A tradição Viva. In: **História geral da África I: Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 2010. p. 167 – 212.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa do IBGE aponta desigualdade racial na educação**. [Brasília, DF]: PNAD, 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/48664>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LAGE, Allene. **Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

SANTANA, Moisés de Melo. A proposta de Cotas para negros/as na Universidade Federal de Alagoas: contemplando a raça e o gênero. In: GOMES, Nilma Lino (Org). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006, p.56-65.

SANTIAGO, Eliete; BATISTA NETO, José. Formação de professores e prática pedagógica na perspectiva freireana, **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 127-141, jul. – set. 2016.

STRECK, Danilo R. Territórios de Resistência e Criatividade: Reflexões sobre os lugares da Educação Popular. In.: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THEODORO, Helena. 2011. Mulher negra luta e fé- Séculos XVI a XIV. In: WWW.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm (Pesquisa em setembro de 2011).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



OS OLHARES RESSIGNIFICADOS DA DOCÊNCIA, A PARTIR DE UM ENCONTRO COM PAULO FREIRE E DAS VIVÊNCIAS NO CÍRCULO DE CULTURA.

Luana Soares da Silva¹
Mariane de Oliveira Nolasco²

Resumo

Este artigo é uma síntese das experiências vivenciadas por discentes do curso de pedagogia ao conhecerem as teorias de Paulo Freire, apresentadas a estas através da optativa Educação Popular e Perspectivas Freirianas. Por meio deste trabalho se busca associar as aberturas de novos horizontes proporcionados pela disciplina, ao ingresso das educandas no Grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE) narrando o primeiro círculo de cultura realizado na comunidade Gangorra, município de Tibau.

Palavras chaves: Docência, Círculo de cultura, trajetória.

Introdução

Em nossa jornada formativa durante o curso de graduação em Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN vivenciamos muitas experiências gratificantes que contribuíram para a nossa formação tanto como sujeitos, como futuras professoras que seremos. Na academia desde que ingressamos com o objetivo de sermos pedagogas, temos aprendido demasiadamente sobre a docência, tanto através das leituras realizadas e potencializadas por cada disciplina, pela prática que vivenciamos por meio dos Estágios Supervisionados I e II, como também pelos programas ofertados pela (UERN), como por exemplo o Programa de Bolsas de Iniciação Científica, que nos possibilita a abertura de novos horizontes, e auxilia que

¹Graduanda do 7º período do Curso de Pedagogia da Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: luana17juzeamor@gmail.com

² Graduada do 7º período do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: mariane.nolasco@hotmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



possamos adentrar a pesquisa, e passar a refletir sobre a possibilidade de fazer esta acontecer dentro da sala de aula.

A universidade é um lugar que abre portas para estarmos constantemente aprendendo em conjunto e dialogando sobre os conhecimentos que temos construído até aqui, são os encontros com os outros nos corredores, as situações de aprendizagem vivenciadas em sala e para fora dela, que fazem com que percebamos os saberes fluindo e se agrupando de forma a tecer o que somos e o que entendemos como saber. Neste ambiente místico onde a aprendizagem acontece não apenas se atendo aos muros da sala de aula, conhecemos as ideias de Paulo Freire, esse encontro majestoso com tal autor nos foi oportunizado por meio da disciplina que ingressamos como optativa no 6º período que estava denominada de: “Educação Popular Perspectivas Freirianas”.

Esta matéria que pagamos possibilitou uma bifurcação em nosso caminho, modificações em nós mesmos, na maneira como entendíamos o contexto no qual estamos inseridos, pois ao longo dos estudos daquela optativa sempre estávamos tentando entender conceitos discutidos por Paulo Freire como: “O que era educação popular”, “problematização”, “ser mais”, “consciência”, entre outros, refletindo, construindo e desconstruindo muitas coisas juntos que já estavam cristalizados e arraigados em nós, um dos questionamentos feitos pela professora ficaram arraigados em nossa memória, ela constantemente nos indagava: “Conhecimento se troca?”, a partir daí começamos a substituir termos como a troca de conhecimentos, que tanto utilizávamos comumente durante os debates que fazíamos nas salas de aula, e agora empregamos em seu lugar o termo partilha.

A disciplina teve um alcance muito enriquecedor para a nossa formação tanto pessoal como acadêmica, Paulo Freire através do seu livro: “Extensão ou comunicação”, nos levou a pensar sobre nossos saberes e conhecimentos que tínhamos adquirido em meio àquela caminhada, se pudéssemos transcrever todo nosso percurso em busca de nossa identidade como docentes, teria um lugar certo o momento em que fomos apresentados a Paulo Freire, e o momento em que seus ideias nos levaram a pensar



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



diferente a sala de aula, e ver na vida e em cada pessoa alguém capaz de aprender e ensinar em conjunto.

Passamos a nos ver como educadores, que também são aprendizes, que tem muito a ensinar, porém mais ainda para aprender na dinâmica sempre constante que a escola e que a vida em si nos oferece, necessitamos então aguçar nossos olhos para contemplar as coisas para além do que está meramente estabelecido. O autor Celso Antunes (2003, p.25-26), fala sobre o olhar que necessitamos ter como professores:

Olhar de uma maneira diferente significa, em síntese, desconstruir a embalagem que envolve toda a pessoa e percebê-la na integridade da criatura que é. Qualquer pessoa é sempre um alguém maior em relação aos atos que exerce, independentemente da roupa que veste, do veículo que usa, da cor de sua pele e da cor de suas idéias ou convicções. Olhar o outro com um novo olhar expressa o resgate do encantamento de quem descobre no estranho o aprendiz, no diferente o igual.

Redescobrir com encantamento através de nossos olhos, no outro um eterno aprendiz, diz respeito quando percebemos as pessoas que se apresentam constantemente em nossa volta para além de suas embalagens, assumindo assim que todo sujeito pode ensinar alguma coisa, estando sempre apto também para aprender. Paulo Freire (1996) em seu livro “Pedagogia da autonomia” nos diz: “Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente” (p.94), tal frase nos leva a pensar que antes mesmo de nos movimentar como docentes, isso só é possível porque o fazemos primeiramente como seres humanos.

Ao adentrar a sala de aula, ou fazer do campo da vida uma escola temos que ter a sensibilidade que abre possibilidades para ouvir e para tocar o outro, para que assumamos um olhar menos egocêntrico e mais aberto a perceber as singularidades de cada indivíduo, tal como sua jornada individual rumo a aprendizagem, aprendizagem esta que está para além de saberes escolares, mas que flui das relações humanas do dia a dia. O autor Augusto Jorge Cury em seu livro: Pais brilhantes e professores fascinantes ao falar sobre sensibilidade e a necessidade dos educadores nos diz: “Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim, todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos(2003, p.65).

Em meio a estas voltas reflexivas que se iniciaram desde que começamos a efetuar a leitura dos livros de Paulo Freire, desejávamos mais do que apenas conhecer o que este escritor nos dizia, almejávamos também viver na prática seus ditos, e tendo este foco em mente resolvemos participar do Grupo de Extensão Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular (LEFREIRE), que tinha ações pautadas nos ideais Freirianos, queríamos conhecer e viver os círculos de Cultura, muitas vezes mencionados por integrantes do grupo supracitado, quando estes nos falavam de suas vivências ao nos encontrarmos sempre nos corredores. Podemos citar que um divisor de águas em nossa vida acadêmica foi o primeiro contato que tivemos com um círculo de cultura em nossa caminhada universitária, que nos tocou desde a sua formulação à sua execução. Um dos objetivos deste trabalho objetivo é descrever o círculo de cultura como metodologia para coleta de dados de pesquisa que objetiva alcançar dados relevantes por meio da vivencia, bem como a busca em conhecer a realidade e os interesses que envolvem os usuários

Metodologia

No dia 25 de Abril realizamos o nosso círculo de cultura na comunidade de Gangorra, município de Tibau, na casa da pedagoga, também participante do (LEFREIRE), Dona Amélia. O trabalho foi desenvolvimento com base em uma pesquisa de natureza empírica, que objetivou dados relevantes através da experiência e da vivencia. Desta forma esta ação extensionista foi formulada em algumas reuniões em conjunto com os participantes do (LEFREIRE) e também do grupo de extensão “teatro imagem”, que nos ajudou bastante pois de maneira envolvente montou uma encenação que recebeu o nome: Teatro do oprimido, este foi criado com objetivo de retratar o contexto vivenciado pela população que seriam nosso público alvo naquela tarde, com a finalidade de fazer com que estes pudessem refletir a respeito das situações de opressão



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



vivenciadas por estes em sua rotina, tendo em sua construção todo aquele contexto uma vertente libertária.

Nesta tarde prazerosa montamos uma ação extensionista em conjunto com a participação do grupo de extensão Teatro e imagem na sala de aula, para apresentar uma peça baseada na obra de Paulo Freire denominada de “teatro do oprimido “. Nesta ocasião iniciamos aquela tarde majestosa com a declamação feita pelos atores do poema: “O que estilhaça o amor?” do escritor Ray Lima, utilizado como abertura de nosso círculo de Cultura. Após este momento foi a vez do teatro do Oprimido entrar em cena, fazendo uma dramatização que demonstra a realidade das relações trabalhistas e sociais presentes na comunidade de gangorra, o que possibilita que os espectadores, as pessoas que residem nessa localidade, reflitam sobre o que acontece em seu cotidiano.

No instante que transcorre após o término da encenação, houve uma abertura muito grande para que os sujeitos que estavam presentes no círculo pudessem remontar a cena, a partir do que consideram pertinente de se modificar, adotando atitudes transformadoras que poderiam mudar realidades, e relações de opressão presentes no teatro. Apresentar o teatro, e dar a oportunidade para que os sujeitos da comunidade, falem, encenem, modifiquem, transformem, identifiquem os oprimidos, são ações de extensão que identificamos como libertárias, pois dão asas para que as pessoas possam pensar sobre o social que lhes cerca.

Desenvolvimento

Organizado por Paulo Freire (1991), os Círculos de Cultura estão baseados em uma proposta pedagógica cujo o caráter democrático e libertador vem trazendo a proposta de uma aprendizagem integral, que tem como objetivo romper com uma fragmentação, e trazer uma tomada voltada para problemas vivenciados em um determinado contexto. Seguindo esta linha que o (LEFREIRE), grupo de estudo das metodologias de Paulo Freire da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), organizou um círculo de cultura na localidade de Gangorra, próximo ao Município de Tibal/RN, tendo como base teórica a leitura do livro “Extensão ou



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Comunicação” (1983). Ele pode utilizar varias técnicas para obter os dados que venham permitir conhecer a situação.

Segundo Romão et. al.(2006, p. 10):

O Círculo epistemológico apresenta-se, portanto, como um método crítico e, ao mesmo tempo, sensível, pois se realiza sob um conjunto de condições que, já à primeira vista, oferece uma série de vantagens sobre outros métodos de pesquisa: a) conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semiestruturada, discussão de grupo e observação participante), para produzir dados no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional.

O Círculo de Cultura realizado na comunidade de Gangorra oportunizou aos moradores daquela localidade uma breve discussão e olhar visto de outro ângulo de fatos que fazem parte de suas rotinas, através do trabalho realizado pelo teatro do oprimido, que almejava trazer para a discussão de uma forma diferente o cotidiano daquelas pessoas. As cenas escolhidas envolvem o processo de produção de plantação e colheita do melão, onde boa parte da comunidade está diretamente ligada.

Em um primeiro momento se foi realizado as encenações do teatro do oprimido, onde cada morador teve atenção ao que se passava, e logo após o término da encenação se abriu espaço para que eles pudessem falar o que tinham achado das cenas, e se condizia com a realidade que eles presenciavam em suas rotinas, possibilitando desta maneira problematizá-las, como Freire (1983) afirma:

Aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. Este sim, é o trabalho autêntico do agricultor como educador, do agricultor como especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza. (...) não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco da sua propaganda. (p.24)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Para o autor, é preciso ter conhecimento real de sua realidade, para que só então se possa haver uma problematização e um olhar crítico daquilo que o rodeia, desta maneira levar para a comunidade a realidade que os cerca de uma forma que lhes possa exercer um olhar crítico, e real, não modificando fatos aos quais eles estão acostumados a presenciar, lhes possibilitou debater-los de forma natural, e espontânea, expressando para além das cenas outras vivências que até então não as conhecíamos.

A problematização oportunizada logo após as encenações representa um momento decisivo na proposta do círculo de cultura, pois almeja transpor uma visão ingênua através de uma perspectiva crítica, capaz de transformar o contexto vivido. A ação exercida através desse trabalho, no qual houve a participação direta dos moradores, dá ênfase no *sujeito prático*, sujeito este que vem a discutir os problemas surgidos por meio da observação da realidade com suas contribuições, trazendo explicações que ajudem a transformá-las, se fazendo de grande relevância a importância do diálogo problematizador, Freire (1983) vem falando:

Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais : a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. Dêste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto só se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro. (p. 68)

Quando Freire (1983) vem falando em diminuir a distância entre a expressão do técnico e a percepção dos camponeses em torno do significado, ele se refere ao processo de comunicação entre os sujeitos, ao interagir e ouvir fatos que a comunidade tinha a relatar, houve não apenas um maior conhecimento da realidade vivida por eles, mais também um diálogo que os possibilitou debater juntamente com o grupo do (LEFREIRE) vivências e experiências que perpassaram vidas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A extensão do olhar perante a realidade tendo como alicerce na ação-reflexão-ação, e o surgimento de consciência crítica, traz a possibilidade dos homens e mulheres se perceberem com sujeitos históricos, que fazem parte diretamente de suas histórias, que moldam suas histórias e as direcionam conforme suas ações. Ainda em Freire (2001), a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no pensar para o fazer e no pensar sobre o fazer. Desta forma a reflexão sobre a ação esta relacionada com a ação presente, com a reflexão na ação.

Outra dimensão almejada ser alcançada através da atividade exercida pelo Circulo de Cultura diz respeito a conscientização; o processo de conscientização de alienação defendido por (FREIRE 1980) vem surgindo como “o método que gera um processo de mudança e termina por identificar-se com ele, [...] o da tomada de consciência, ou melhor, o da conscientização” (1980, p.77). No decorrer da atividade se pode perceber que muitos dos que assistiram a encenação realizada pelo grupo do (LEFREIRE), acabaram por se perceberem em muitas das cenas que foram apresentadas, pois foram cenas criadas com a ajuda de pessoas que convivem e fazem parte da comunidade, e que conhecem a rotina de muitos dos moradores dali.

Conforme as cenas foram se desenrolando, e se foi abrindo espaço para que eles pudessem interagir, as falas foram se desenvolvendo atribuindo um sentido e uma explanação do ponto de vista de quem fez parte e presenciou a experiência demonstrada pelos Lefrerianos. Dentre as falas que surgiram, o comentário deles era que ver as suas vivencias relatadas de um ponto de vista diferente, de uma maneira que eles podiam presencia-las sem serem os protagonistas, mais os telespectadores, lhes permitia observar algumas coisas que como protagonistas não podiam perceber.

A experiência de poder haver estedialogo na atividade feita noCírculo de Cultura, que neste caso o diálogo é assumido como “provocação”, pois é intencionado como um movimento para a frente, sendo um fator favorável para o exercício da palavra, e principalmente da escuta do outro, e, ainda, vem surgindo como uma ferramenta de provocação da ação por meio das palavras que se transformam pela



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



criticidade dialética e dialógica, tornam-se assim palavra-ação, atividade humana que vem da significação e transformação do mundo.

No âmbito da comunicação exercida no decorrer da atividade, educador e educando vem dialogando ativamente em um processo no qual ambos são receptores e emissores do ensino, fazendo assim com que ambos eduquem-se e percebam que nenhum dos dois tudo sabe ou nada sabe.

O processo dialógico tem então o compromisso de potencializar esclarecer um o tema; quando cada participante aos poucos começou a interagir, e a integrar fatos novos as cenas, eles atribuirão não apenas mais valor ao que se tinha sido feito, mais também tornaram possível uma reflexão contextualizada, essa reflexão contextualizada conjectura um confronto de ideias (visões de mundo). Desta maneira, as atividades desenvolvidas são vistas como momentos de encontro entre, que perpassam desde a vivência prática, e a teoria na qual a intenção dada à direção pedagógica se materializa na concretização da teoria em vida, no existenciar-se.

Assim como Freire (1983) afirma ao direcionar a tarefa do educador: “A tarefa do educador, então, é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado”. (p.81)

Essa experiência de realização da atividade organizada pelo (LEFREIRE), traz consigo uma oportunidade de um aprendizado questionador defendido por Freire (1983) que não repete informações, dados e técnicas, mas reflete acerca deles e os inclui no seu contexto de mundo para usá-los como base de transformações precisas:

O educador, num processo de conscientização (ou não), como homem, tem o direito a suas opções. O que não tem é o direito de impô-las. Se tenta fazê-lo estará prescrevendo suas opções aos demais; ao prescrevê-las, estará manipulando; ao manipular, estará ‘coisificando’ e ao coisificar, estabelecerá uma relação de “domesticação” que pode,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



inclusive, ser disfarçada sob roupagens em tudo aparentemente inofensivas. (p. 78)

Conclusão

Através da ação extencionista do grupo (LEFREIRE), em conjunto com o grupo “teatro imagem”, por meio das encenaçõesque envolviam cenas que remetiam ao seu cotidiano, bem como o processo de produção de plantação e colheita do melão, oportunizaram em seguida que a participação da comunidade, onde através da interação que foi provocada por esta ação, nos possibilitou conhecer melhor a realidade e os interesses. Exercer um olhar perante a realidade, foi alicerçada na ação-reflexão-ação, que se desenvolveu por meio da necessidade que o pessoal de Gangorra sentiu em explanar e explicar algumas das cenas que se tinha sido apresentada.

Desta forma assim como Freire (2001) vem falando, que a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, onde por meio do dialogo estabelecido logo após o termino das cenas, podemos concluir que a reflexão sobre a ação esta relacionada com a ação presente, ou seja, ela reflete sobreuma reflexão baseada na ação exercida, o que oportunizou uma conscientização, por se perceberem naquela realidade retratada, e terem a consciência de assumir que alguns fatos poderiam serem diferentes. Problematicar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, é uma das tarefas citadas por Freire.

Referências

- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ANTUNES, Celson. **SER PROFESSOR HOJE**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, p. 25, 1996.
- ROMAO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, E. V. de Miranda; COELHO, E. P. **Círculoepistemológico. Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa** . São Paulo :



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



IPF, 2006. (Mimeo.) Disponível em :<http://www.metodista.br/ppc/educacao-linguagem/educacao-e-linguagem-13/circulo-epistemologico-circulo-de-cultura-comometodologia-de-pesquisa/>

FREIRE, Paulo. Conscientização – teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



**PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NO SISTEMA
MODULAR DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
PARAENSE.**

SILVA, Moisés Pereira¹

OLIVEIRA, Jôyara Maria Silva de²

Resumo

A docência supõe reflexão qualificada sobre o contexto em que se realiza e sua própria natureza, o que implica a pesquisa como especificidade desse *métier*. E se o propósito da pesquisa é indicar respostas aos problemas do presente, essa comunicação socializa os resultados de experiência de pesquisa-ação realizadas no âmbito da sala de aula cuja motivação foi aventar possibilidades de significar a ação educativa a partir do colorido da história, das alegrias e das dores dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Palavras-Chave: Paulo Freire. Educação Histórica. Pesquisa.

Introdução

A Chacina de Eldorado dos Carajás, circunstância em que foram assassinados 19 trabalhadores que lutavam pelo direito à terra, marcou profundamente a vida dos milhares de homens, mulheres e crianças que marcham nesse chão sangrento na esperança de alguma terra com que possam melhorar sua condição nesse mundo. Foi um evento terrivelmente doloroso, mas também foi provocador, quase na mesma medida, de uma reação que reanimou a luta, especialmente porque as lideranças souberam aproveitar a atenção momentânea que a mídia dedicou a esse problema. Nos meses que se seguiram à chacina o Movimento dos Sem Terra, MST, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, especialmente a partir do trabalho do padre Luis Muraro iniciou um

¹ Doutor em História Social. Professor da Seduc-PA e professor licenciado da Universidade Estadual de Goiás, UEG. E-mail: mosico100@gmail.com

² Mestranda PDTSA/UNIFESSPA. Bolsista CAPES. E-mail: joyaraoliveira@gmail.com



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



trabalho de base com as lideranças comunitárias dos bairros pobres de Marabá. Foi desse movimento que nasceu o assentamento 1º de março, comunidade atendida pelo circuito da educação modular ao qual estou vinculado e, administrativamente ligada ao Município de São João do Araguaia.

As reuniões com as lideranças comunitárias ocorriam em igrejas, escolas e associações. Nestas ocasiões, além de discutir os problemas sociais da comunidade, as lideranças do MST orientavam o povo sobre terras griladas por fazendeiros e que poderiam ser ocupadas por famílias que, embora vivessem na cidade, não tinham emprego, moradia, ou terra para trabalhar no campo. O Movimento fez um levantamento das famílias e, em dezembro de 1997 iniciou-se a ocupação da Fazenda Pastoriza, no Município de São João do Araguaia. Segundo, Letícia³ nas reuniões o MST apresentou vários motivos para a invasão da fazenda, dentre eles, exploração ilegal de madeira, trabalho escravo e sonegação de impostos. O povo saiu em romaria. Primeiro acampou perto da fazenda, onde foi celebrada uma missa. Ali as mais de 1500 famílias foram organizadas em grupos e foram formados também os grupos de trabalho entre os quais foram distribuídas atividades como lazer, segurança, educação e saúde escolhendo entre os membros das famílias as pessoas para estas funções. Finalmente, decorrido alguns dias, realizou-se a grande assembleia para decidir sobre a entrada na fazenda. Foi uma grande expectativa. Muita gente teve medo e voltou para os barracões na periferia de Marabá. Mas muita gente decidiu enfrentar. Em 1º de Março de 1997 à noite, mulheres, homens e crianças, andando e cantando, entraram na Fazenda Pastoriza. Mais um passo da luta. De acampado em 1996 o povo passou à condição de assentado em 1998 e em 2002, ocupando seus lotes, puderam também ganhar a casa na Vila 1º de março.

A narrativa faz parecer, sobretudo na brevidade temporal dos eventos, que foi tudo relativamente fácil. Mas não foi. O INCRA abanou o povo à própria sorte, mesmo quando assentados. Quando acampadas, as famílias contavam quase que exclusivamente com a solidariedade da igreja católica, o que não mudou depois de assentados. Essa miséria motivou os homens a deliberarem e bloquearem a BR 153, o que terminou no saque a um caminhão de carga e, posteriormente, na prisão de várias lideranças do

³ Nome fictício, tendo em vista implicações, como a menoridade da informante.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



acampamento. O saque e a operação policial chamaram a atenção da imprensa e a imprensa terminou mostrando, junto com a criminalização do movimento, a desnutrição das crianças, a fome e o abandono dos assentados. Essa repercussão trouxe o INCRA à cena e acelerou as fases do Projeto de Assentamento.

Houveram muitos outros desafios e, em consequência muitas outras lutas, como a luta entre as lideranças camponesas e a prefeitura de São João do Araguaia pelo controle da Escola que havia sido criada pelos assentados. A prefeitura queria decidir o currículo e o corpo docente. Os assentados não abriam mão dos professores, que deviam ser escolhidos entre os que já trabalhavam com a educação das crianças desde o início da ocupação e do conteúdo, que precisava discutir as temáticas propostas pelo movimento. Nesse caso, a prefeitura, depois de comprometer-se a atender as reivindicações das lideranças, construiu uma escola ampla e moderna no assentamento, mas na inauguração apresentou professores da cidade para as aulas. No dia seguinte, os alunos retornaram para a escola de palha do Movimento e os professores ficaram sozinhos na escola nova. A disputa cessou quando finalmente o prefeito aceitou, até a realização de concurso, os professores propostos pelas lideranças do Movimento. A memória não é só das lutas, há o caso da enorme castanheira que caiu no meio do acampamento. Não matou, nem feriu ninguém. Foi transformada em palanque para as assembleias. E quase todas as pessoas daquela época lembram, pelo menos de ouvir falar, do dia que a castanheira caiu e fez o povo debandar assombrado. E o povo sempre ria da história.

O propósito dessa narrativa à título de introdução é ser fiel com o que se desenvolveu em sala de aula. Professor de História e Aspectos da Vida Cidadã entendi oportuno que além da aproximação entre história e a questão da cidadania, os temas de história deveriam ser significados a partir das agruras do presente dos sujeitos do processo educativo, os alunos e eu próprio. Da minha parte sempre vi assombrosa a insipidez da proposta curricular do Estado, embora essa proposta chegue aos professores apenas sob duas perspectivas, a do preparo para o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, e sob a perspectiva das narrativas apresentadas pelo Livro Didático. Tanto num caso, como no outro faltam espaços às pessoas reais, às suas aventuras e desventuras



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



nesse mundo. A perspectiva da formação para o ENEM é a do estímulo resposta, da memorização de regras, da adoção de expressões de efeito, da adoção de métodos para *sacar* a alternativa correta. A do Livro Didático se desdobra em três outras perspectivas, na possibilidade de comodismo, do professor que usa o livro como manual sob o argumento de falta de tempo para avançar em outras propostas; a incompetência, caso muito disseminado em que a formação medíocre do professor não lhe permite se libertar do livro ou, pelo menos, utilizá-lo com um mínimo de adequação e, por fim, a perspectiva da pobreza estrutural da escola, situação em que alunos e o próprio professor são privados materialmente, dificultando a proposta de leituras e de outras fontes de pesquisa. Das agruras dos alunos, essa foi a minha primeira aprendizagem e, conseqüentemente, ponto de partida para o meu trabalho docente.

A narrativa inicial desse título trata disso. Do desvelamento do mundo a partir do qual os alunos leem a palavra. Propôs como atividade, desvinculada da obrigação avaliativa, que eles contassem sua história. Para fugir daquelas velhas atividades em que eles precisam contar, quase todos os anos, a história da família, escolhi a história coletiva. Me apresentei honestamente curioso com o nome da comunidade, 1º de março. Alguns já disseram, de imediato, tratar-se da data em que foram assentados. A estes provoqueei querendo saber quem da sua família estava desde o início e saberia contar como foi. Depois de muita conversa, acertamos que iriam pesquisar o assunto. Estava estabelecida aí a possibilidade de desenvolvimento, a partir da metodologia da pesquisa oral, sobre a questão agrária na região.

Os resultados, como já apresentado na narração acima, foram fantásticos. A memória experiência histórica destes sujeitos subsidiou tanto reflexões sobre o presente quanto o debate sobre aquelas temáticas propostas pela escola, como o processo de colonização brasileira. Como não relacionar o sistema de capitânicas hereditárias com o problema da terra no Brasil? Com a questão da apropriação privada da terra, inclusive da terra pública e da terra indígena? Como falar de temas tão caros à nossa história sem situar os alunos a partir da sua própria luta pela terra? Em contrário, qual sentido falar dessas temáticas? O objeto de estudo aqui, portanto, é a própria prática cotidiana do pesquisador-professor. É o esforço de emersão da mesmice implícita no cotidiano para,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



olhando sobre esse cotidiano, criar alternativas de intervenção e mudança no curso dessa vida cotidiana. É o impulso de negação do que se tem gestado enquanto política educacional no Estado do Pará e de negação de um currículo que, sob o argumento da unificação democrática, impõe aos povos do campo o silêncio sobre suas lutas, suas conquistas, suas dores e suas alegrias e, no lugar desse colorido, infunde uma visão autoritária de cultura e de história. A insatisfação com dada linearidade das ações pedagógicas, circunstanciadas pelas exigências estatísticas, é também causa desse pensar elaborado sobre o cotidiano. Há que se dizer ainda que a crítica desenvolvida por Paulo Freire ao modelo educacional, que entre outros adjetivos foi qualificada como educação bancária, tendo como pressuposto de superação a práxis docente “que não sendo ‘blábláblá’, nem ativismo, é ação e reflexão” (FREIRE, 1987, p. 21), ação e reflexão substanciados por competência científica e política (FREIRE, 1997) também é ajuda a explicar o cotidiano docente, e seus desafios e possibilidades, como objeto de estudo. Foi, portanto, a partir do espaço de sala de aula, como forma de enfrentamento daquilo que atravanca a educação, entendida como processo humanizador e libertador, que se desenvolveu uma proposta de ensino-aprendizagem que, reconhecendo o protagonismo dos alunos e valorizando-os como sujeitos que são, referendado nos pressupostos da educação histórica e da teoria freireana, empreendeu-se o que aqui chamarei apenas de educação encarnada.

Os objetivos da proposta se explicitam naquilo que entendo como educação, processo de desenvolvimento da consciência crítica. Educação como exercício de humanização. E para não perder-se na generalidade, a proposta discutida aqui pretende tornar o estudo de história mais próximo dos homens que das traças. É um esforço de resposta à velha questão sobre a utilidade da história. Sim, a história é útil. A história é a chave para o entendimento do presente e para as conjecturas sobre o futuro. A história sempre foi útil, embora quase sempre aos maus usos, como aquele que dela fizeram os construtores dos Estados Nacionais, os ditadores e todos aqueles que, em nome da civilização, inventaram o progresso como narrativa para excluir e justificar a exploração de muitos sob o argumento do atraso e da barbárie. A história que sempre foi, em diferentes momentos da história, apropriada pelos poderosos, precisa também constituir-



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



se em instrumento na luta daqueles que se engajam na construção de um mundo mais humano.

Referencial Teórico e Metodologia

Alguns intelectuais (FURMANN, 2006; SCHMIDT e GARCIA, 2005; SCHMIDT e URBAN, 2016; DA SILVA, 2014; SIMON, 2012; OLIVEIRA e SANTOS, 2016) já têm sugerido aproximações entre o pensamento de Paulo Freire e o conjunto teórico que, sob o título de educação histórica, dá novo sentido ao debate e às práticas no campo da didática da história. Enfatiza-se, de um lado, a crítica que entende a educação como processo criativo, democrático e libertador distinta das práticas comuns de educação burocrática, instrumental e instrumentalizadora. De outro, a ênfase no ensino de história que avança dos meios de instrução à educação como processo de tomada de consciência do homem sobre o seu lugar no mundo, o que implica, historicamente, situar-se em relação às temporalidades. Num caso, como no outro, a educação é um saber-se-no-mundo, condição imprescindível para a ação dos sujeitos no e sobre o mundo. Nesse sentido, o que se quer nessa comunicação é contribuir com estas reflexões a partir de um lugar e de uma prática determinados, a educação pública estadual no Pará e a minha experiência docente no Sistema Modular de Ensino em escolas de assentamentos rurais do Sudeste paraense.

A passagem da consciência ingênua à consciência crítica é o objetivo precípua do processo educativo na acepção de Paulo Freire. Para ele na visão bancária de educação os homens são vistos como sujeitos a serem adaptados, ajustados e, nesse processo, “quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele”. (1987, p. 34). A consciência crítica, na formulação de Freire, é a gradual percepção da realidade, percepção daquilo que oprime, percepção dos sujeitos da sua historicidade e, em consequência, percepção das possibilidades de luta. Essas ideias constituem a base do pensamento de Paulo Freire. A educação é para a liberdade (FREIRE, 1967) quando, rompendo com o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



modelo de educação bancária, se constitui em momentos de descoberta e de crítica sobre o mundo. A pedagogia da autonomia é, nesse sentido, uma proposta de educação em que os esforços teórico-metodológicos estejam centrados não na apreensão, pelo aluno, do conteúdo, das regras e dos valores impostos pela escola, mas nos sujeitos, professores e alunos e no desenvolvimento, numa relação dialógica, da percepção do mundo, da compreensão sobre as desigualdades, das dores, das alegrias e da necessidade de mudar o que precisa ser mudado, para o que a ciência é instrumento fundamental. A consciência crítica em Freire se aproxima da ideia de consciência histórica em Ruseen, mas não apenas Ruseen. À medida que a educação histórica implica o desenvolvimento da consciência histórica se pode dizer que também ela é uma proposta de pedagogia da autonomia.

Jörn Ruseen, teórico alemão que passou a ser conhecido no Brasil a partir dos trabalhos de professores e professoras vinculados a diversas universidades brasileiras, é uma referência para o entendimento do conceito de educação histórica. Para Ruseen (2006; 2015), a educação histórica é um processo de atribuição de sentido à temporalidade. A temporalidade, ou, para ser mais específico, os sentidos desta para os sujeitos que a vivem, é chave para o entendimento da consciência histórica. O passado é o tempo da experiência, demandada enquanto tal pelos dissabores do presente, que se orienta não apenas a partir dessas experiências do passado, mas a partir das projeções sobre o futuro. Se pode dizer que o presente demanda o passado. Esse saber do passado na sua relação com o presente é condição para as projeções de futuro, para o reconhecimento, pelo sujeito, das estruturas que o cercam e das possibilidades de mudança.

A consciência histórica não é, portanto, apenas um saber sobre o passado, e sim sobre os sentidos do passado no presente e sobre as possibilidades de ação a partir desse saber. Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Braga Garcia (2005) definem a consciência histórica, com base no pensamento ruseeniano, como o movimento que dá à vida uma concepção do curso do tempo. Para elas, o passado se apresenta como experiência ao mesmo tempo em que também é orientação para o presente. Nas palavras do próprio Ruseen (apud MARTINS; SCHMIDT, 2011, p. 57), “a consciência histórica trata do



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão pressas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança”. Acresce-se aqui a compreensão da filósofa de origem húngara Agnes Heller (1993) para quem a consciência história é a percepção que os indivíduos têm de estar-no-mundo, o que independe de educação formal.

Agnes Heller e Rüsen estão afastados no tempo e no espaço e existe aproximações e distanciamentos em suas formulações teóricas. Mas, é fundamental perceber que a experiência histórica, para ambos, é inerente ao fato de os sujeitos estarem no mundo. O que a educação possibilita é a competência de leitura dessa experiência e, especialmente em Rüsen, a experiência do passado constitui meio de orientação aos indivíduos, ou seja, o que a atribuição de sentido do estar-no-mundo passa tanto pelo saber pretérito desse estar-no-mundo quanto pelo reconhecimento das relações temporais [passado, presente e futuro] da nossa existência.

Há, desse modo, uma instrumentalidade positiva da história enquanto saber. A educação histórica, tal como a propõe Rüsen é a possibilidade de que a história seja alguma coisa além da mera ilustração. A história, à medida em que possibilita reconhecer as estruturas, sejam elas autoritárias e opressoras, ou não, viabiliza a mudança. A mudança entendida enquanto processo consciente pressupõe sujeitos autônomos. Esse sentido de instrumento de feitura da autonomia de sujeitos conscientes da sua história e da sua historicidade aproxima o pensamento rüseniano⁴ do de Paulo Freire. A educação em Paulo Freire é, antes de tudo, um processo de formação de autonomia. Essa autonomia, no entanto, decorre de uma tomada de consciência. Esta, em Freire, não se confunde com um conjunto de saberes abstratos sobre um mundo alheio ao sujeito do conhecimento, pelo contrário, como ele diz (FREIRE, 1989), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, antes da educação formal, e concomitante a ela, há um mundo de saberes sobre o mundo de quem aprende. A leitura é importante, então, porque possibilita uma releitura do mundo vivido ao mesmo tempo

⁴ É importante ressaltar, no entanto, que Rüsen formula sua teoria partindo da crítica ao que chama de *metodologias da instrução*, (RÜSEN, 2006; RÜSEN apud MARTINS e SCHMIDT, 2011), que seria a tendência de pedagogização do ensino de história, que consistiria na redução das questões sobre o ensino de história às metodologias e técnicas de ensino.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



em que esse mundo é a base sobre a qual se processa a crítica formal, viabilizada pelo processo de ensino.

É importante, agora, dizer metodologicamente sobre a proposta apresentada na escola. O referencial teórico indicado aqui, e o conjunto de aprendizagens adquiridas ao longo da minha formação, bem como as aprendizagens relacionadas ao mundo da escola permitiu, partindo de situações concretas como a recente Chacina de Pau D'arco, problematizar o presente e fomentar o interesse pela pesquisa da história da comunidade. Fez-se uma discussão sobre a importância da memória, de como as histórias podem ser conhecidas tanto a partir daquilo que está escrito quanto de outras formas, como a memória e as fotografias. Nesse ponto, demonstrei aos alunos como na minha própria trajetória de pesquisa (SILVA, 2011; 2016) as narrativas pessoais tinham sido importantes. Foi apresentado fragmentos de texto de pesquisadores (POLLAK, 1992; PORTELLI, 1997; 2010) que explicam a importância da subjetividade frente a crença comum de que os textos são importantes porque seriam mais objetivos. Esses foram os encaminhamentos que resultaram em narrativas tão preñes do mundo dos alunos-pesquisadores. Foi a partir da pesquisa oral que levantaram, e debatemos, a história da comunidade 1 de março e muitos outros tópicos de histórica e cidadania.

Desenvolvimento

A comunidade 1º de Março, como já se disse, é um assentamento. Esse assentamento está localizado no Município de São João do Araguaia, embora esteja quase no limite, 10km, da área urbana do Município de Marabá, o mais populoso e mais violento do Sul do Pará. São João nasceu, no século XVIII, das atividades extrativistas dos não-índios que descendo pelo Araguaia até a desembocadura no Rio Tocantins ocuparam a região. Até o final da década de 1980 o município de São João do Araguaia era o maior produtor de castanha do Estado do Pará e era nessa atividade extrativa que se ocupava boa parte da população. A exploração extremada do trabalhador, sob a forma do aviamento constitui a característica básica da relação entre os trabalhadores e os senhores dos castanhais, que conseguiam o arrendamento das terras junto ao Estado.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A crise da Castanha se iniciou na década de 1970, período em que os castanhais foram derrubados para dar lugar às fazendas de gado patrocinadas pelo Estado através dos incentivos fiscais. Se até então as terras eram públicas e podiam ser arrendadas, agora, com a abertura das grandes estradas, interessava ao capital a terra como bem para barganhar recursos junto ao Estado. Todo esse processo foi marcado pela violência. Primeiro a violência das relações trabalhistas e, depois, a violência da expulsão de posseiros e das lutas dos esfarrapados para conseguir algum torrão de chão para viver, o que não eliminou a violência no trabalho, posto que a alternativa à ausência de terra é sempre a venda da força de trabalho.

No processo de pesquisa oral sobre a história da comunidade, rememorando a história da comunidade, os alunos foram, aos poucos redescobrimo essas histórias. Os nomes de grandes grileiros, como da família Mutran foram surgindo. Os alunos, na produção textual, foram apresentando conceitos chave para a pesquisa sobre a questão agrária no Brasil, como grilagem, posseiro, pistoleiro, latifundiário, posseiro, luta, camponês. Houve texto que relacionou o medo das famílias que desistiram da ocupação com o Massacre do Castanhal da Oba, realizado pelo trabalho conjunto da Polícia Militar e pistoleiros a serviço de uma família importante de Marabá. Na leitura dos textos, alguns escolhidos pelo professor e outros aleatórios, conforme a disponibilidade do autor, fomos escolhendo tópicos para a discussão, especialmente, da parte do professor, foram escolhidos pontos com ideias chaves para o entendimento da questão agrária, como os conceitos de camponês, posseiro, latifundiário, grileiro, etc.

Aproveitando que o módulo em que trabalhei na 1º de Março foi no segundo semestre de 2017, ano da Chacina de Pau D'arco e aproveitando que havia produzido um material, áudio e vídeo por ocasião das atividades organizadas em conjunto pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Diocese de Marabá e Comissão Pastoral da Terra utilizamos esse material para atualizar o debate em torno de temas como trabalho no campo, terra, violência e dignidade humana.

Essa foi uma experiência que tem repercutido na sequencia do meu trabalho em outras comunidades. De fato, os alunos são sensíveis àquilo que lhes é caro, sua experiência histórica. Isso tornou a aula um momento vivo, encarnado. Nas atividades



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



procurei, além de contribuir com o desenvolvimento da consciência histórica, promover a fala, a leitura e a escrita.

Conclusão

Sob o argumento do medo do anacronismo se tem deixado de fazer muita coisa em ensino de história. Da minha parte, acredito que a escola pode ser mais interessante, do ponto de vista de quem precisa frequentá-la se as aulas tiverem algum sentido; se a história não for apenas um amontoado de coisas que não servem mais. Não vi, e não vejo, nenhum problema em discutir o processo colonizador, o sistema de capitanias hereditárias, por exemplo, a partir da Chacina de Pau D'arco. O que está em questão, num caso, como no outro, é a questão da terra. A questão da terra não responde por todos os temas da realidade brasileira. Mas, a questão da terra ainda é, sem dúvida, o tema mais caro à realidade brasileira. Não há como ser um professor competente, para retomar Paulo Freire, negligenciando a realidade, na crueldade que ela é. É preciso sim falar de violência policial; é preciso falar das castas privilegiadas, inclusive o grande parasita brasileiro, aquele formado pelos homens de toga. É preciso falar de tudo que nos oprime para falarmos de tudo que é possível fazer pela nossa libertação. É preciso falar de libertação para lutarmos, conscientes e criticamente, pela mudança.

Sou professor no Estado do Pará desde 2009. Estive fora para estudar o Mestrado e depois o doutorado, nessa segunda licença aproveitei para fazer o concurso, e fui aprovado, na Universidade Estadual de Goiás. Voltei ao Pará em 2016 e estou pagando a licença aprimoramento trabalhando no Sistema Modular de Ensino na educação pública estadual paraense. Minha trajetória de pesquisa e de trabalho se confundem. E nessa paixão por um mundo mais justo, um mundo melhor para os negros, os pobres, os indígenas e todos os que hoje estão premidos pela exploração, pela força que produz a pobreza e a alimenta poder discutir a realidade tem sido a mais rica experiência docente.

Ainda tenho alunos, em assentamentos, inclusive na 1º de Março, que se declaram contra ocupação de terra, mesmo vivendo numa área conquistada a partir da



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



coragem de outro que a ocupou. Tenho sim muitos alunos que verbalizam o discurso do rico. Convivo com muitos negros que pensam com cabeça de branco e muitos trabalhadores que defendem o patrão. Convivo, na escola e fora dela, a triste nota cantada pela Maria Fulô sobre aqueles pobres que comem ovo e arrotam caviar. Sei que, muitas vezes, existem pobres lutando contra outros pobres. Mas, acredito que se está pobreza, a pobreza política (DEMO, 1991) não existissem, o meu trabalho não seria mais necessário.

Referências:

DEMO, Pedro: **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23^a ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Col. polêmicas do nosso tempo, 4.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1997.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURMANN, Ivan. **Cidadania e educação histórica**: perspectivas de alunos e professores do município de Araucária-PR. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação de Mestrado.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de e SANTOS, Maria Auxiliadora Moreira dos. A intervenção do professor e a educação histórica na perspectiva da práxis: Um estudo realizado no IFPR campus Curitiba. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. AUGRAS, Monique (Trad.). Rio de Janeiro: Estudos avançados, vol. 05, n 10, 1992.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** In: ética e história oral. Projeto de história. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: vol. 15, 1997.

_____. **Ensaaios de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kisnick. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

_____. **Teoria da história:** uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e URBAN, Ana Claudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 17-42, abr./jun. 2016.

SILVA, Moisés Pereira. **O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970 - 1995).** 2016. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986).** 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SIMON, Cristiano Biazzo. Paulo Freire: história, historicidade, ensino e cidadania. **Territorial**, Goiânia, Vol. 2, n 2. Jan.-Jun. de 2012.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR: MANTENDO A ESPERANÇA VIVA EM TEMPOS OBSCUROS

Kelyana da Silva Lustosa¹

Maria do Socorro Silva² (orientadora)

Resumo

Este artigo empreende uma revisão histórica da Educação Popular no Brasil destacando a influência de Paulo Freire na história da Educação Popular no sentido de reafirmar papel transformador e esperançoso deste paradigma educativo, que traz consigo a possibilidade de reinvenção diante do contexto neoliberal, globalizante e excludente. Neste sentido, discutimos as seguintes categorias de Paulo Freire: **dialogicidade**, **conscientização**, **transformação** e **esperança**, refletindo sobre a Educação Popular como uma prática possível frente à conjuntura atual.

Palavras chave: Paulo Freire; Educação Popular; Esperança.

Introdução

O presente artigo resulta de um estudo bibliográfico das obras de Paulo Freire, parte integrante de uma pesquisa de mestrado recém-concluída.

O objetivo do texto é empreender uma revisão histórica da Educação Popular no Brasil destacando a influência de Paulo Freire na história da Educação Popular no sentido de reafirmar papel transformador e esperançoso deste paradigma educativo, que traz consigo a possibilidade de reinvenção diante do contexto neoliberal, globalizante e excludente. Neste sentido, discutimos algumas categorias fundamentais na estruturação da concepção de Educação Popular formulada a partir das ideias de Paulo Freire, como

¹ Mestre em Educação pelo PPGEd da Universidade Federal de Campina Grande. Licenciada em História. Professora de Educação Básica e membro do Grupo de Estudos Paulo Freire-GESPAUF. E-mail para contato: kelyanalustosa@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande- CDSA. Professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG. E-mail para contato: socorrosilva@ufcg.edu.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



dialogicidade, a **conscientização**, a **transformação** e a **esperança**, e refletimos sobre a Educação Popular como uma prática possível frente à conjuntura atual.

1. Revisitando a Educação Popular

Um primeiro desafio que se apresenta à compreensão da Educação Popular é a sua polissemia, por ser um conceito amplo e pleno de abordagens e estudos das mais diversas áreas de conhecimento.

A Educação Popular de que falamos aqui foi formulada a partir da década de 1960, enquanto uma educação tomada como instrumento político a serviço da transformação das relações sociais através da construção de um novo saber. Ao pensarmos a Educação Popular, procuramos entendê-la enraizada no processo de acumulação capitalista e nos processos de luta e resistências dos povos latino-americanos, que se estruturou como um campo de conhecimento, desde o sul do planeta, caracterizando um paradigma pedagógico latino-americano marcado pela identidade, pela história e luta no continente (Mejía, 2013).

Nesse sentido, destacamos a natureza transformadora da Educação Popular: o seu fim último é a transformação da ordem social vigente com a mediação da educação. Como bem colocou Brandão (1984), “a possibilidade concreta de produção de uma nova hegemonia popular no interior da sociedade classista é o horizonte da educação popular” (BRANDÃO, 1984, p.70).

A Educação Popular, tal como a entendemos, deve ser compreendida em seu constante processo de (re)fazer-se na ação, na prática, ao longo da história, pois ela acompanha o movimento da sociedade buscando sempre novos espaços para a sua realização.

No contexto brasileiro, antes de inserir-se em espaços institucionais, a Educação Popular consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares. Mas, apesar de nascer fora da escola, no seio dos movimentos sociais, a Educação Popular também repercutiu e foi repercutida na educação escolar.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A concepção de Educação Popular que primeiro identificamos na história da educação brasileira através da literatura consultada corresponde a educação do ensino público, o trabalho político de luta pela democratização do ensino escolar através da escola laica e pública.

Contudo, é no final da década de 1950 que começam a ser gestadas compreensões e experiências diferenciadas a respeito da Educação Popular que vão culminar no início dos anos 60 em uma significativa mudança nos fundamentos da Educação Popular.

Fundamental nesse processo foram as ideias do educador Paulo Freire que, já na década de 1950 se destacava ao propor uma pedagogia específica para a educação dos adultos, associando estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política. Pretendendo uma superação das práticas educativas que vinham sendo desenvolvidas junto aos jovens e adultos, entendida por Paulo Freire como uma educação conformadora, domesticadora e invasiva, denominada pelo autor de educação bancária, propunha-se uma educação libertadora.

A despeito do quadro de recorrente exclusão das classes populares nos processos de decisão política, o período compreendido entre os anos de 1945 e 1960 pode ser apontado como um período de “ensaio democrático”, cujo contexto permitiu a emergência de vários movimentos e organizações sociais.

A experiência democrática daquele período contribuiu para que estudantes, intelectuais, educadores, cristãos políticos se preocupassem com a promoção das massas e o processo de tomada de consciência. Verificou-se, em decorrência desse processo de engajamento, o surgimento de propostas para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos, que se colocavam de forma diferenciada das campanhas governamentais³ ocorridas em décadas anteriores, por trazer uma articulação direta

³Ao longo das décadas de 1940-1950 se deu a organização de vários programas governamentais de massa destinados à alfabetização de adultos. Podemos citar como principais iniciativas oficiais de âmbito nacional: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que funcionou entre 1947 e 1963; a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) atuante entre 1952 e 1963; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que atuou de 1958 a 1963. Orientadas por uma concepção compensatória, tais iniciativas partiam da noção do analfabetismo como o mal a ser combatido para o progresso da nação e, nesse sentido, o analfabeto era visto como desprovido de cultura que precisava “ser salvo” através da alfabetização para poder ser inserido no processo de desenvolvimento nacional.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



entre educação e política e educação e conscientização. Dentre esses movimentos, podemos destacar, como os mais expressivos, os seguintes: Movimento de Cultura Popular (MCP); Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”; Movimento de Educação de Base (MEB); Centro Popular de Cultura (CPC); Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR).

Sob a influência do pensamento de Paulo Freire, as práticas educativas empreendidas por sujeitos coletivos, organizados em movimentos sociais, entre os últimos anos da década de 50 e a primeira metade da década de 60, imprimiram novo significado à concepção de Educação Popular que passa a assumir uma significação ligada à emergência de uma preocupação com a participação política das massas a partir da conscientização, passando a ser identificada como “uma educação do povo, pelo povo e para o povo” (SAVIANI, 2013, p.317) que pretendia superar o sentido anterior criticado como sendo uma educação das elites para o povo. A Educação Popular que emerge no Brasil, naquele momento, adquiria a conotação de uma educação de classe que tem, como ponto de partida, o lugar do oprimido. Já não era uma educação dirigida aos “excluídos”, e sim uma educação através da qual as classes populares se educam com a sua própria prática, assume, portanto, uma feição de “classe” vinculada à criação de um saber popular.

Essa vinculação com as camadas populares torna-se fundamental para a prática dessa Educação Popular, que emerge dentro de um contexto permeado pela contradição e o conflito de interesses, pois, para Brandão (1984), o que tornou possível a emergência da Educação Popular como ela surge nos anos 1960, foi uma “conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares” (BRANDÃO, 1984, p.67).

Entretanto, a esperança de mudança trazida com o aumento da mobilização e participação popular foi afastada e as experiências organizativas e educativas das classes populares foram abortadas. O Regime ditatorial militar instaurado em 1 de abril de 1964 representou o afastamento da população do jogo político, inibindo qualquer tipo de participação popular no poder.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



2. O paradigma educativo freireano

Para Paiva (2000) e Saviani (2013), Paulo Freire deve ser apontado como uma importante síntese pedagógica do período, que forneceu a expressão mais acabada da orientação seguida pelos movimentos educativos populares emergentes, no início da década de 1960, no Brasil.

Diante disso, a pedagogia freireana pode ser considerada como um paradigma educativo que direcionou diversas experiências de educação de adultos e orientou os movimentos educativos populares dos anos 1960. A partir da leitura de obras freireanas, elegemos as seguintes categorias como fundamentais na estruturação da concepção de Educação Popular formulada a partir das ideias de Paulo Freire: a **dialogicidade**, a **conscientização**, a **transformação**, e a **esperança**.

A **dialogicidade** freireana se fundamenta na premissa primordial de que a educação, para ser popular, não se dá numa relação verticalizada, como transmissão do saber daquele que sabe para aquele que não sabe, mas sim, através da construção compartilhada de conhecimento. Isso pressupõe uma relação horizontal em que haja “a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos” (FREIRE, 2014, p.82)

Oscírculos de cultura são a grande expressão dessa dimensão dialógica da pedagogia freireana. O Círculo de Cultura visa promover o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita articulado ao debate sobre questões centrais do cotidiano, indo além da aprendizagem individual do ler e escrever. Em contraposição às aulas tradicionais, no círculo de cultura, a palavra circula entre todos. Não há um professor detentor do conhecimento único, acabado, e sim um professor que detém um conhecimento não partilhado por todos e que o compartilha com os educandos, exercendo o papel de mediador sem que haja hierarquia do conhecimento, agindo como animador das discussões, cuja ação,

identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



crença nos homens. Crença no seu poder criador. Isso tudo exige dele que seja um companheiro dos educandos, em suas relações com estes. (FREIRE, 2014, p.86)

Colocando-se ao lado dos educandos, o educador se reconhece como um ser que também aprende e o educando se reconhece como sujeito e não apenas objeto do ato educativo. Essa dimensão dialógica valoriza e estimula tanto a relação educador-educando como a relação educando-educando.

A **conscientização**, para Paulo Freire, evidencia o processo de construção de uma consciência crítica⁴ em superação a uma consciência ingênua. Sendo a educação como prática da liberdade, para Freire (2001), uma aproximação crítica da realidade, o processo de conscientização requer que os homens reconheçam-se enquanto seres que estão no mundo e com o mundo e assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

No livro *Educação como prática da liberdade* – o seu primeiro publicado no Brasil –, Paulo Freire expõe as suas ideias sobre o papel da educação na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, que, para o autor, se tratava de um período de transição. Freire (1983) entendia o Brasil da época como uma sociedade em trânsito, ou seja, que vivia a passagem de uma época para outra, de uma sociedade “fechada” para uma sociedade “aberta”, democrática. Nesse processo, o povo estava emergindo de uma situação de imersão⁵, querendo participar e decidir, ou seja, abandonando a condição de “objeto” e passando a ser sujeito.

Para Freire (1983), a contribuição a ser trazida pelo educador brasileiro à sua sociedade naquele momento de transição deveria ser com uma educação crítica e criticizadora, que promovesse a passagem da “transitividade ingênua” à “transitividade crítica”, ou seja, que promovesse a conscientização.

Tínhamos de nos convencer desta obviedade: uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes bruscas e em que as transformações tendiam a ativar cada vez mais o povo em emersão, necessitava de uma reforma urgente

⁴A criticidade, para Freire (1983, p.61), implica a “apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade”.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



e total no seu processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites esmos das estritamente pedagógicas. Precisamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (FREIRE, 1983, p.88).

Para o autor, a educação na fase de transição fazia-se uma tarefa altamente importante, pois seria necessária uma educação dialogal e ativa através da qual se chegaria à “transitividade crítica”, ou seja, o povo, antes imerso, mas que estava emergindo, poderia, através da educação, inserir-se criticamente na realidade através da ação reflexiva para transformá-la. Essa inserção crítica é, para Paulo Freire, a conscientização, um processo que, uma vez iniciado, não tem fim.

Nesse sentido, fazia-se necessária uma educação que fosse corajosa, propondo ao povo, “a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época em transição” (FREIRE, 1983, p.59). Uma educação que cumpra essa tarefa não pode surgir das camadas dominantes. Somente uma educação que seja, essencialmente, popular. Para tal, é preciso uma pedagogia própria,

que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação em que essa pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2014, p. 43).

Ao se constituir numa educação que visa a conscientização do oprimido, esta se faz “num esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com queem que se acham*” (FREIRE, 2014, p.100). Requer, portanto, o reconhecimento dos educandos como sujeitos, pois, enquanto sujeitos, os seres humanos se reconhecem como membro de uma classe, de uma etnia, de um gênero, possibilitando, assim, o seu engajamento numa causa com a qual se identifique.

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um ‘tratamento’ humanista, para tentar, através de **exemplos retirados de entre os opressores**, modelos para a sua ‘promoção’. **Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção** (FREIRE, 2014, p.56). (grifos nossos)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



É preciso que a educação dos oprimidos conte a história do oprimido e não a história do opressor. Uma educação que se oriente pela exaltação dos heróis que as classes dominantes elegeram para propagar o exemplo de conduta, por eles considerado adequado, e a estrutura de sociedade que continue lhes beneficiando, somente está a serviço da dominação. Uma educação que seja popular não pode se pautar pelo “esquecimento” das lutas das classes dominadas ao longo de sua história. Daí que uma educação libertadora não pode ser elaborada nem praticada por quem domina e aprisiona.

Na medida em que serve à libertação, percebemos que o fim último dessa educação conscientizadora é a **transformação da realidade**. O oprimido tem a “função ontológica” de realizar a sua libertação, mas ao se libertar o oprimido não liberta só a si, liberta também ao opressor, pois a libertação do oprimido não se dá através da troca de lugar na contradição opressores-oprimidos, mas no fim desta relação, com “o desaparecimento dos primeiros enquanto classe que oprime”.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia **deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens** em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2014, p.57) (grifos nossos)

Assim, Freire, nos lembra que a percepção crítica da realidade, através de seu desvelamento, não basta para operar a mudança da realidade. Ao desvelar a situação de opressão, os oprimidos dão um passo para superá-la, mas só a superam se engajarem-se na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão (Freire, 2015).

A esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quanto indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas. Enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica. (FREIRE, 2015, p.45)

A **esperança**, para Freire (2015), é “necessidade ontológica”, “imperativo existencial e histórico”. Contudo, não há esperança na “pura espera”, na imobilidade, pois ela, enquanto necessidade ontológica, se manifesta na prática, na luta pela



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



construção de um amanhã diferente. É nesse sentido que Paulo Freire transforma o substantivo(estado) esperança no verbo(ação) “esperançar”.

Em sua Pedagogia da Esperança, Paulo Freire defende a esperança como aspecto fundamental para a ação educativa libertadora e afirma que a compreensão da história como possibilidade seria ininteligível sem o sonho, assim como, sem a esperança, não haveria educação, mas apenas adestramento:

(...)toda vez que o futuro seja considerado como um pré-dado, ora porque seja pura repetição mecânica do presente, só adverbialmente mudado, ora porque seja o que teria de ser, não há lugar para a utopia, portanto para o sonho, para a opção, para a decisão, para a espera na luta, somente como existe esperança. Não há lugar para a educação. Só para o adestramento (FREIRE, 2015, p.127).

Portanto, uma vez que a Educação Popular tem como fim a transformação da realidade, tem a esperança como propulsora, que provoca inquietude diante da realidade e impulsiona para o movimento de luta pela sua transformação.

A partir de Paulo Freire, temos, então, o entendimento da Educação Popular enquanto processo, não sendo um fenômeno datado e situado, mas que se faz e se recria no movimento da sociedade, interrogando, a cada momento histórico, o “lugar de onde faz a sua leitura de mundo e a sua intervenção” (STRECK, 2009, p.2). Por isso, a Pedagogia Freireana entende que a educação “para ser tem que estar sendo” (FREIRE, 2014, p. 102), pois, assim como os seres humanos, enquanto sujeitos históricos são inacabados, inconclusos, a realidade, sendo histórica, também é igualmente inacabada, “desta maneira, a educação se faz constantemente na práxis” (FREIRE, 2014, p. 102). E por isso é sempre atual.

3. A conjuntura atual

Atualmente vivemos tempos de desesperança. Um dos aspectos que definem nossa época é a perda de horizonte. Especialmente a juventude atual, vive uma crise identidade expressa em dúvidas, como, não saber em que posições se colocam, em descrença nas formas de representatividade, em uma desvalorização da educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



escolar, pois não veem sentido (utilidade prática) no estudo. Tudo isso é fruto das condições socioeconômicas e políticas em que vivemos.

É fruto da globalização neoliberal, que traz, em seu “projeto de sociedade”, uma lógica, atrelada à racionalidade do capital, em que os referenciais coletivos cedem lugar à individualidade, as pessoas são levadas a desvincularem seus projetos de vida de um referencial coletivo ou público. Tal lógica submete as relações sociais a uma percepção unidimensional da vida: produzir e consumir. Daí tem-se como resultados “a exclusão social, o desmantelamento das mobilizações sociais e um pensamento único e hegemônico, que carrega consigo regras e valores orientadores das ações e das interações humanas, submetidos à economia” (Figueiredo, Andreoli e Frantz, 2013).

Harvey (2014) destaca que a instauração da neoliberalização exigiu a construção de um consentimento popular que a legitimasse. Segundo esse estudioso, os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados (meios de comunicação, universidades, escolas, igrejas, associações profissionais e mais tarde partidos políticos). Harvey (2014) destaca que o recurso à tradições e valores culturais, como a defesa da causa das liberdades individuais foi hegemônico para construir o apoio popular, e que a cultura pós-moderna foi mais do que compatível com o neoliberalismo, na medida em que ela celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais como também superestima o papel individual sobre o social do que decorre a desvalorização de movimentos políticos organizados, da ação coletiva e dos partidos.

Na medida em que o mundo se torna um grande mercado, as relações pautam-se pelos critérios do lucro e do consumo individualista e a educação também passa a ser uma mera mercadoria oferecida de modo semelhante a qualquer objeto de consumo, no mercado global. A educação e o conhecimento são encarados nessa realidade como motriz propulsora do desenvolvimento econômico, daí que se concentram os esforços numa educação menos abrangente e mais profissionalizante.

As políticas educacionais em curso no Brasil desde a década de 1990 resultam de um processo de reestruturação produtiva e de reorientação do capital onde o papel da educação tem sido modificado/ajustado diante das configurações econômicas. Nessa conjuntura, as instituições educacionais apresentam uma dependência em relação às



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



demandas do mercado conformando-se com um processo educativo fragmentado da realidade, que se aplica à lógica dominante, geradora de passividade e da submissão aos valores produtivistas e consumistas, mas que se apresenta, por outro lado, com um discurso “humanista” e “democrático”.

A educação escolar atual ainda tem sido alvo de propostas que reduzem o currículo e limitam a autonomia do professor, e assim, também restringem o poder de realização do ser humano pois silenciam, negam o direito de pensar e impedem de dizer a sua própria palavra.

Em meio a essa conjuntura desesperançosa, o referencial da Educação Popular, através da problematização, da dialogicidade, da conscientização e do esperar freireano pode – e deve – ser encarado como prática possível de reinvenção para “reacender” a esperança nas instituições democráticas e na educação atuais.

Considerações finais: Mantendo a esperança viva em tempos obscuros

Grandes são os desafios que se apresentam aos movimentos sociais e à própria Educação Popular frente a realidade atual. Nos perguntamos como é possível ter esperança diante da corrupção crônica que acompanha a história de nosso país, dos desmandos autoritários que ameaçam nossa recente e frágil democracia, da incompetência administrativa e da violência se que intensifica e generaliza a cada geração. Paulo Freire nos diz que a esperança não só é possível, como é necessária e urgente para transformar a realidade e para fazer a educação, sem a qual não é possível haver mudança.

Neste contexto, apresenta-se aos educadores comprometidos com uma educação que vise à formação de sujeitos críticos, ativos e partícipes das decisões sociais a necessidade de “reencontrar-se com práticas sociais que hoje traduzem efetivas perspectivas de transformação” (STRECK, 2009, p.6). É preciso uma educação para libertar o homem da opressão e da vontade de oprimir. Para isso, a educação deve proporcionar contextos formativos que sejam adequados para que os educandos possam se fazer autônomos. “A construção de uma educação voltada à emancipação humana e



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



do nosso País requer uma pedagogia da autonomia e da participação cidadã para a sua efetivação como possibilidade histórica” (PONTUAL,2011, p.9).

Nessa perspectiva, torna-se essencial

levar em consideração os processos político-pedagógicos, voltados para a intercooperação, entre os sujeitos envolvidos, com vistas à efetivação de práticas sociais que tenham sintonia entre os saberes populares e os saberes científicos. De igual forma, essa racionalidade deve estar sustentada em fundamentos epistemológicos e políticos com base na solidariedade, na alteridade, na responsabilidade, no amor e na reciprocidade entre as pessoas, com vistas à emergência de um mundo voltado à construção de conhecimentos capazes de gerar uma globalização cooperativa, fundada na ética, em contraponto à globalização capitalista (FIGUEIREDO, ANDREOLI E FRANTZ, 2013, p.90).

Debater as contradições sociais é um caminho que pode levar à conscientização dos indivíduos, que por meio da conscientização se fazem sujeitos políticos capazes de construir forças para contrapor o sistema. O diálogo e a problematização devem contribuir para a formação de uma nova sociedade ancorada em valores como a esperança, a solidariedade, a alteridade, a cooperação e a reciprocidade em substituição a sociedade atual repousada sobre valores como individualidade, meritocracia, competição, ganância.

A Educação Popular é, pois, um caminho não só para a denúncia da realidade desigual, excludente e opressora da globalização neoliberal, como também para a construção de uma nova realidade que se contraponha a esta. Uma realidade que não desumanize o homens e mulheres, mas em que os permita as condições para realizar a sua vocação ontológica de “ser mais”.

Assim, a concepção problematizadora e libertadora da educação que Paulo Freire propôs há 50 anos, na sua Pedagogia do Oprimido permanece atual e necessária. Ler Paulo Freire nos encoraja a encarar os riscos frente aos dessabores que estamos enfrentando nesses tempos obscuros e incertos para recusar o “lugar” submisso, passivo, da desesperança. Podemos e precisamos agir coletivamente, corajosa e ousadamente para manter a esperança acesa, buscando a criação de inéditos-viáveis para realização de nossos sonhos possíveis.

Referências



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 22ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FIGUEIREDO, José Wilson; ANDRIOLI, Liria Ângela; FRANTZ Walter. **Educação popular no contexto da globalização neoliberal**. In: Revista Educação em Questão, Natal, v. 47, n. 33, p. 86-108, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5136>

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MEJÍA, Marco Raúl. La educación popular: una construcción coletiva desde el sur y desde abajo. In: STRECK, Danilo R. & ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular**. Porto Alegre: CAMP; Tomo, 2001.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE E DA EDUCAÇÃO POPULAR À CONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**. In: Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011 EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE PAULO FREIRE. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2013.

STRECK, Danilo Romeu. **ENTRE EMANCIPAÇÃO E REGULAÇÃO: (DES)ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**. In: Sessão especial da 32ª Reunião Nacional da ANPED intitulada Sociedade, Cultura e Educação: Novas Regulações?, Caxambu-MG, 2009. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/sessoes_especiais.html



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DO MST: CAMINHOS PARA (RE)PENSAR A FORMAÇÃO HUMANA

Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo¹
Maria Fernanda dos Santos Alencar²

Resumo: Este texto analisa a pedagogia do movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) à luz da categoria freireana Ser Mais, considerando a sua constituição no processo de formação humana. É uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico. Compreende-se que a pedagogia do MST, ao se constituir na concepção de formação omnilateral, acolhe a categoria Ser Mais, apresentando contribuições para a formação humana dos seus militantes; empoderando-os da consciência crítica e da necessidade de se lutar por direitos humanos, sociais, civis e políticos.

Palavras-chave: Paulo Freire; Ser Mais; Pedagogia do MST.

Introdução

Este trabalho, resultado de estudos desenvolvidos na disciplina Educação do Campo, do Mestrado em Educação Contemporânea, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA), parte de pesquisa sobre as contribuições da Educação Popular para o processo de emancipação do sujeito por meio de propostas contra-hegemônicas de educação. No diálogo entre os conhecimentos promovidos, objetiva trazer as contribuições de Paulo Freire na formação-vocação ontológica dos seres humanos serem mais.

Neste sentido, temos como objetivo geral analisar a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) à luz da categoria freireana Ser Mais, considerando a sua constituição no processo de formação humana. Desta forma, guiados pela questão – como (re)pensar a formação humana, a partir da Pedagogia do MST, considerando a categoria freireana Ser Mais? – se estrutura como uma pesquisa exploratória, de cunho

¹Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Bento da Bahia, Bacharel em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste (UFPE - CAA).

²Prof.a do Curso de Licenciatura em Pedagogia - NFD/CAA/UFPE e do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - CCSA/UFPE. Líder do Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ). Membro da Diretoria do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. Email: Fernanda.alencar@ufpe.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



bibliográfico, realizada por meio do levantamento do que já foi elaborado sobre a categoria Ser Mais e a sua relação com a Pedagogia do MST.

A escolha do tema se deve ao fato de considerarmos que a pedagogia do MST contribui para a formação humana dos seus militantes de modo a empoderá-los da consciência crítica, da autonomia e da necessidade de se lutar para conquistar direitos humanos, sociais, civis e políticos. Desta forma, desenvolve, em seus militantes, a compreensão do caráter educativo e pedagógico da participação no MST, como um sujeito coletivo estruturado na história, possibilitador de propostas contra-hegemônicas.

Nesse caminho, compreendemos que estudar a categoria Ser Mais, na pedagogia do MST, possibilita aprofundarmos o legado do educador Paulo Freire para o Movimento em uma sociedade guiada pela corrente forte do capitalismo. A partir disso, Caldart (2012, p.21) nos convida a uma *práxis*: “Exatamente porque estamos em perigo, em um momento da história em que o ser humano aparece em perigo; então, estamos sendo convocados a fazer algumas escolhas decisivas sobre como será o futuro da humanidade, de todos nós”.

É nesse caminho que se faz necessário (re)pensar a formação humana nos espaços escolares ou extraescolares, com a pretensão de constituir reflexões críticas sobre os processos desumanizantes e humanizadores. Por isso, urge produzir conhecimento que englobe a luta do cidadão que fortaleça sua vocação própria de Ser Mais (FREIRE, 1994, p. 99), por uma educação humanizadora. A pesquisa será constituída, além de Freire (1980; 1982; 1983; 1993; 2011), por autores que podem nos ajudar a compreender os movimentos sociais e a sua contribuição para o uma pedagogia contra-hegemônica e as condições da construção da humanização: Caldart (2012) e Arroyo (2012) e também por material escrito sobre a Pedagogia do MST elaborado pelo próprio movimento (1996; 2001).

1 Categoria freireana Ser Mais: contribuições para a formação humana

Para iniciar este itinerário acerca das compreensões da categoria Ser Mais, abrimos as “cortinas” epistemológicas acenando a importância do pensamento freireano



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



para a história da humanidade desenhada libertadoramente em suas Pedagogias (obras).

Com esse intento ilustra João Francisco de Souza (2001, p. 59):

O pensamento de Paulo Freire nos leva à redescoberta da integralidade do ser humano. Na verdade, um pensamento que provoca a mudança não apenas da cabeça (o conhecimento); destina-se a contribuir com a construção da integralidade do ser humano, quer atingir o coração (o emocionar-se) e as mãos (o agir).

Como afirmado por Souza (2001), o pensamento freireano possibilita diversos horizontes transformadores no próprio ser humano presente no mundo. Por isso, ao lê-lo, compreende-se que não é possível percorrer a categoria Ser Mais sem antes questionar as veredas que todo ser humano percorre cotidianamente por meio da experiência existencial, a construção da própria identidade e os encontros sociais que favorecem a existência humana em dialéticas. Pensar a categoria Ser Mais é escancarar a existência humana por completo para perceber como cada um presente na história escolhe, toma decisões, encara as possibilidades, transformando-as, transgredindo-as, fazendo e refazendo percursos humanos. Assim, parece ser necessário olhar para o conceito “ser mais”. E, conseqüentemente, voltar o olhar para os passos de quem já iniciou a trajetória do compromisso consigo mesmo de humanizar-se e do engajamento ético no mundo, através da ação-reflexão a qual engendra a caminho da humanização (ser mais) e enfrenta os possíveis caminhos desumanizadores que, na maioria das vezes, externos ao ser humano, ousam negar a vida, oprimindo e tornando-o menos. Deste modo, estudar a categoria Ser Mais requer abrir-se às redescobertas do ser humano.

Segundo Bonamigo (2016), a importância do que se tornou mundialmente conhecido como “método Paulo Freire” – mesmo reconhecendo em sua estruturação uma genial e original fecundidade – não reside tanto no método, mas no fato de ser um construto epistemológico consistente que tem como eixo central uma preocupação antropológica profunda, a preocupação com o humano, com o humano que não é o resultado do tipo de sociedade e de mundo realizados historicamente a partir da inconclusão ontológica do homem. A lógica ontológica do homem é o *ser mais*. A categoria Ser Mais no pensamento freireano é, portanto, a força propulsora do seu método educativo, que não se restringe à simples instrução do ser humano, mas à



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



própria formação humana, pois provoca o reemergir das subjetividades oprimidas na existência delas mesmas, tecendo a sua libertação para fora (na perspectiva da sociedade) e para dentro (na singularidade de cada sujeito), num processo sempre intersubjetivo mediado pelo mundo. A educação é, neste sentido, o processo de humanização, de libertação da realidade de opressão em que se encontram os sujeitos, de violência que desumaniza tanto o oprimido como o opressor. O projeto pedagógico freireano visa a metamorfose do homem, do mundo humano e da sociedade em termos de libertação – do *ser mais*.

Ao analisar as imbricações entre ética, humanismo e técnica, Fernandes e Silva (2017) encontram na categoria freireana *Ser Mais* uma chave de leitura para refletir sobre o impacto altamente nocivo de uma formação tecnológica que não leve em conta o ser humano em sua realidade integral, aberta, plural e “em processo”. A ética de Paulo Freire se contrapõe a todos os interesses da técnica que submete homens e mulheres a lógicas que o domesticam e os exploram, desumanizando-os. Afirmando-se como vocação ontológica para o *ser mais*, a proposta freireana é o caminho da humanização, que rompe com a reificação do humano, ao pautar uma formação que não desconsidere a visão total do ser humano, mas articula saberes e procedimentos técnicos a uma compreensão crítica da realidade concreta.

A partir das leituras, percebe-se que a categoria *Ser Mais* é de amplitude epistemológica e abarca todas as outras categorias, ou seja, essa concepção reflete o ser humano no modo totalizante, ou seja, é uma concepção antropológica que compreende o percurso humano levando em consideração sua identidade (eu) e a coletividade desse ser humano. Na compreensão de Zitkoski (2017, p.369-370) “a categoria *ser mais* encontra-se situada na obra de Freire como um conceito chave para sua concepção de ser humano”. O *ser mais* é compreendido articulando-se com outros conceitos como “inacabamento”, “inédito-viável”, “conscientização”, “mundo”, “diálogo” e “possibilidade histórica”. Através dessas relações conceituais, é possível vislumbrar a compreensão freireana de ser humano historicamente lançado ao mundo, aberto a inúmeras possibilidades de vir a ser mais. Assim, entende-se que a materialização desta



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



categoria se dá quando o sujeito, por meio da consciência, age no mundo, melhora a si mesmo e busca a transformação da sociedade.

A categoria Ser Mais, entendida como vocação ontológica do ser humano, é fundamental na compreensão da educação como um projeto libertador. Segundo os autores Melo Júnior e Nogueira (2011), na concepção de Freire não é possível pensar uma teoria pedagógica que não esteja atrelada à compreensão que se tem do homem e do mundo, e das relações que estabelecem os homens entre si e com o mundo. Constatando-se as condições de opressão em que se encontra boa parcela da humanidade, é necessário compreender a educação como projeto de libertação, no processo de humanização do humano.

O caminho desenhado por Freire para uma educação libertadora é o da passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, que seja capaz de tornar os educandos sujeitos do processo educativo e de sua própria história. A promoção dessa consciência crítica se estabelece no processo de conscientização e diálogo, como denúncia de toda estrutura opressora e desumanizante e anúncio de uma nova estrutura humanizante. É nessa passagem que se expressa o início da libertação dos seres humanos em direção à sua plena humanização.

A partir do reconhecimento de sua própria condição histórica, o sujeito/educando vai poder transformar a sua própria realidade, pela via da reflexão e da ação. É numa relação dialógica e horizontal entre os educadores e os educandos que se dar este processo de conscientização. Os educadores ajudam a criar as condições necessárias para que os educandos – como seres humanos abertos, inacabados, em busca de sua autorrealização – tomem consciência de sua situação histórica e tornem-se sujeitos do seu próprio processo educativo, cumprindo a sua vocação ontológica de *ser mais*. Vê-se, com isto, que Freire aposta um sentido antropológico à existência humana.

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero (FREIRE, 1993, p.30)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Neste caminho, Paulo Freire traz suas contribuições, possibilitando por meio de suas obras, fazer com que possamos refletir sobre o papel da Educação para a destituição de nossa condição de seres desumanizados, cumprindo a vocação ontológica de sermos mais. É neste aspecto que buscamos compreender de que forma a pedagogia do MST constitui a vocação ontológica e promove a formação humana na perspectiva de sermos mais.

2 A Pedagogia do MST em diálogo com Freire para a Formação humana

Após as reflexões sobre a vocação ontológica do ser humano de *ser mais*, faz-se pertinente, a partir desse estudo, compreender a concepção de formação humana. Por conseguinte, essa perspectiva gera inquietações que mobilizam a pensar como, na contemporaneidade, tem se refletido e vivenciado a formação humana. Como essa é compreendida hoje nos espaços formais? A formação humana nos espaços escolares estaria reduzida ao princípio da formação profissional? E nos espaços informais? E como esse ser humano é formado integralmente para viver sendo mais no mundo? Contudo, esses questionamentos não serão respondidos nesse estudo. Entretanto, ao refletir a Pedagogia do MST e a compreensão de formação humana, repensaremos que a formação humana ultrapassa os ideais de homens e mulheres formando-se para o mundo do trabalho³. A formação humana é a construção educativa da boniteza da humanização e do confronto revolucionário com os processos desumanizadores para que esses cessem. A respeito do conceito de formação humana e as questões enunciadas acima, Coelho (2009) reflete:

A formação humana é entendida em seus sentidos plenos de emancipação pessoal e participação ativa na construção da sociedade democrática, conjuntamente com o desenvolvimento e apropriação crítica do conhecimento científico e tecnológico, rompendo-se o domínio “racional” no fundamento do desenvolvimento capitalista e a

³Ao apresentarmos a discussão da relação entre formar para o mercado de trabalho e o mundo do trabalho, a colhemos a perspectiva de Frigotto (2005, p. 31-32) que nos diz que “A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



sua correlata expansão do arbitrário dos aparelhos de poder. Como tal deve ser foco central nas funções da instituição educativa. Portanto, é necessário analisar criticamente a qualidade e a relevância sociais e científicas dos conhecimentos produzidos e reproduzidos. E, mais profundamente, urge indagar sobre o valor da formação profissional, para atendimento de necessidades e urgências imediatas da vida econômica, considerando como essencial o sentido mais amplo da formação do sujeito ético e político. (COELHO, 2009, p. 25).

No mesmo viés do processo de compreensão da humanização e da formação humana, o MST constitui sua Pedagogia assentada na concepção de formação omnilateral que considera o ser humano na sua integralidade. Dessa forma é possível pensar a categoria Ser Mais em diálogo com a formação humana de caráter omnilateral. Sobre essa formação o MST (1996) afirma:

Estamos defendendo então que a educação no MST assuma este caráter de omnilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer. Algumas dimensões principais que queremos deixar em destaque aqui: a formação técnico-profissional, a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas); formação cultural e estética; formação afetiva; formação religiosa (MST, 1996, p. 8).

Neste sentido, há a compreensão de que temos um sujeito ativo, que interage e age em suas diversas situações e necessidades porque o mundo não está acabado, pronto, imutável; mas se movimenta; e esse movimento, em suas dimensões, contribui para formar as várias dimensões da pessoa humana por meio de seu pensar sobre as estruturas e a realidade. É nesse caminho- de uma educação omnilateral- que se estrutura a pedagogia do MST, visando outro projeto de sociedade.

Esse projeto de sociedade e de sujeito emancipado, constituído de direito à terra, ao trabalho, à educação, fez surgir a Pedagogia do MST. Essa pode ser pensada a partir da fundação do Movimento na década de 1980, pois foi sendo tecida historicamente através das lutas e das necessidades das famílias nos Assentamentos.

Arroyo (2012) assevera que o MST é um Movimento pedagógico, pois possibilita diversas atividades de aprendizagens formais e não formais. Segundo o MST (1996, p. 4), “Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST”. E os “princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos” (MST, 1996, p. 4). Apresenta ainda que seus princípios educativos e pedagógicos são alicerçados na concretude da realidade histórica, pois “[...] são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalhos” (MST, 1996, p. 4). Os princípios correspondem a: “[...] algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Neste sentido, eles são o começo, o ponto de partida das ações”. (MST, 1996, p. 4).

No decorrer da história das lutas pela Reforma Agrária, o MST fortalece seus modos de materializar condições de transformação humana por meio de sua Pedagogia educativa e visa transformar indivíduos e coletivos novos para um projeto societário novo. Ver-se com isso a sua importância:

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento. É para esta pedagogia, para este movimento pedagógico que precisamos olhar para compreender e fazer avançar nossas experiências de educação e de escola. A pedagogia do MST, hoje, é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento. É desta prática que vamos extraindo as lições para as propostas pedagógicas de nossas escolas, nossos cursos, e também para refletirmos sobre o que seria uma proposta ou um projeto popular de educação para o Brasil (MST, 2001, p. 19).

Nesse processo, o MST traz as discussões e reflexões propostas por Freire para o fortalecimento de sua proposta pedagógica no sentido de efetivar uma pedagogia do MST. Desta forma, Paulo Freire contribui no sentido de repensar a formação humana. Neste sentido, em uma de suas últimas entrevistas, Freire abordou a importância do MST para o processo de democratização do país. O pedagogo reconhece que a dinâmica do Movimento suscita esperança para a construção social de nova realidade, sobretudo, por meio do empenho nas marchas. Deste modo, expõe:



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Se os Sem Terra tivessem acreditado na “morte da história”, da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um “neobobismo” que nada constrói; se tivesse acreditado na despolitização da política, embutida nos discursos que falam de que o vale hoje é “pouca conversa, menos política e só resultados”, se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado para suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada. A eles e elas, Sem Terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem teto, dos sem escola, dos sem hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível. (FREIRE, 2005, p.48-49).

Como exposto acima, é possível perceber o quanto Freire acreditava no projeto filosófico e pedagógico compromissado com as lutas por transformações cunhadas pelo MST. O Movimento também reconhece o potencial político, progressista, crítico, humanizador, emancipatório e transformador da Pedagogia freireana. Uma das obras que mais suscitam reflexão e alicerçam as discussões políticas e educativas dentro no MST é a Pedagogia do Oprimido, pois, a partir, dos conceitos dessa obra, o MST leva para os assentados/as a formação libertadora e crítica da realidade das estruturas sociais que se fundamentam nos princípios do capitalismo. Assim, os conceitos da Pedagogia do Oprimido, foi se tornando mais consistente a luta histórica e popular.

No âmbito dos espaços formais, o MST luta para que as escolas cheguem ao campo. Não é, porém, qualquer tipo de escola municipal ou estadual que o Movimento almeja para seus militantes. A luta constante é que essas escolas tenham outro ritmo que não seja aquele da escola burguesa que se alicerça em padrões ideológicos desumanizadores.

A partir disso, Dalmagro (2011, p. 74) afirma: “pensamos que é a articulação da escola com o sentido emancipatório latente na luta do MST que mais faz esse projeto de escola transcender a estrutura burguesa”. Nesta perspectiva, Dalmagro (2011, p.49) ainda afirma que o MST em diálogo com a escola do assentamento, ou acampamento



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



possibilita a “unidade entre saber e fazer “que funda a educação omnilateral, o desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas hoje sufocadas”. Com isso o ambiente escolar é repensado de forma integral, buscando permitir a formação humana dos sujeitos.

Para o MST, os espaços de educação não formais também se tornam um *locus* de educação, pois dão continuidade a formação das famílias do MST. Nos espaços de assentamentos e acampamentos acontecem diversas formações políticas, estudos, reuniões e cursos. Essas práticas educativas possibilitam o reconhecimento do Movimento como sujeito educativo e, por isso, sua identidade em contato com as escolas forjam uma educação com jeito de ser libertador. Para Caldart o MST, em si, é um sujeito coletivo e educativo. Nesse aspecto a autora assevera:

[...] é possível pensar que o sujeito educativo ou a figura do educador não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas. **Uma fábrica também pode ser olhada como um sujeito educativo (Kuenzer, 1985); da mesma forma, um sindicato, um partido (Gramsci), as relações sociais de produção, um movimento social. E, se o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais são as que formam o ser humano, então a escola, enquanto um dos lugares dessa formação, não pode estar desvinculada delas. (CALDART, 2012, p. 320 – grifos nossos).**

O MST, por meio da luta pela terra, também dinamizou os elementos da sua própria Pedagogia para que seus militantes tivessem formação política e se envolvessem num projeto de luta social em prol da libertação; no caso do MST, a luta contra os latifundiários e governos os quais não os reconhecem como cidadãos de boa conduta. Muitas são as críticas e estereótipos sofridos pelos Sem Terra, mas mesmo com esse olhar pejorativo voltado para os assentados/as, são audaciosos ao vivenciarem sua identidade de Sem Terra, a partir de uma proposta pedagógica, que emerge de sua Pedagogia própria. Essa proposta pedagógica libertadora, logo humanizadora, na formação humana de caráter omnilateral, pode ser refletida à luz dos caminhos do anunciar à humanização apontados por Mendonça (2008), quando o autor elege tais categorias para a compreensão da materialização do *ser mais*: conscientização, diálogo, utopia e multiculturalismo. Acrescenta-se, também, coletividade e organicidade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O militante do MST é educado para a ação transformadora na escola e na vida, isto é, a prática social, tanto os espaços formais como não formais, são a base do seu processo formativo. Deste modo, a Pedagogia do MST possibilita a libertação de muitas “amarras” e essa “ocorre em uma *práxis* histórica quando implica uma consciência crítica da relação implícita entre consciência e mundo” (FREIRE, 1985, p. 114). Assim sendo, os Sem Terra, imbuídos da formação humana omnilateral, buscam, por meio da consciência, mudar a realidade, tendo como princípio a responsabilidade. Os novos homens e mulheres engajados socialmente, guiados pela Pedagogia do MST, percorrerão o caminho de problematização da realidade e, assim, poderão trilhar o caminho da existência em vista do melhoramento individual, coletivo e de projeto de sociedade com princípios humanizadores. O ser humano, consciente de sua presença no mundo, pode saborear a boniteza das possibilidades com posicionamentos revolucionários e de confiança, alicerçada no verbo “esperançar”.

Considerações Finais

O pedagogo Paulo Freire, através de suas obras educacionais e críticas, tornou-se um personagem importante para o MST e, assim, contribui de forma considerável para a solidificação dos princípios pedagógicos do Movimento. No presente texto, ao refletir a categoria Ser Mais, é possível pensar que essa contribui para a compreensão de um dos objetivos do MST, que é formar homens e mulheres para uma nova sociedade. É a consciência da realidade, a busca pela transformação de si e a mudança social que permite ao homem fazer da sua experiência no mundo um percurso para o *ser mais*. Assim sendo, compreende-se que os/as assentados/as e acampados/as, conscientes da sua história e possibilidades na história, colocam-se no processo de luta e (re)existência de si mesmos.

Os Sem Terra, situados no mundo, conscientes de suas necessidades e organizados coletivamente para o enfretamento contra os latifúndios e o capitalismo opressor, conhecem os seus direitos e deveres. Por isso, a *práxis* do sujeito coletivo está imbuída de engajamento, compromisso, compreensão e consciência política, empoderamento e emancipação. A consciência individual e coletiva dos militantes do



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



MST, a partir da identidade Sem Terra apodera-se da constante abertura à formação humana, pois a todo momento estão formando-se através de práticas educativas escolares e não escolares dentro do próprio assentamento e acampamento. Assim, tanto os indivíduos como o coletivo são sujeitos educativos que vão tecendo novos olhares e experiências sobre o mundo. Vão, portanto, amadurecendo seus lugares no mundo, sendo melhores, sendo mais.

(Re)pensar a formação humana a partir da proposta pedagógica do MST, levando em consideração o legado freireano, sobretudo, no que tange à categoria Ser Mais, permite repensar o sistema educacional e os meios de relação da sociedade. Assim, pode-se tecer *práxis* contra-hegemônicas abalizadas de humanismo.

Deste modo, é imprescindível e atual a reflexão freireana acerca do homem contemporâneo imerso no mundo de mudanças e incertezas e, assim, na busca constante de *ser mais*, lutar e resistir contra projetos ideológicos desumanizantes. Portanto, o pensamento freireano possibilita a reinvenção dos Sem Terra que em marchas, lutas e resistência estão formando-se, humanizando-se e, mormente, contribuindo com a realização de uma história de sujeitos autônomos, libertados, problematizadores, humanizados e sujeitos individuais e coletivos responsáveis pela luta popular que forja caminhos para que homens e mulheres sejam mais.

Referências

ARROYO, Miguel G. Prefácio. In: CALCART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BONAMIGO, Gilmar Francisco. Da Mínima Moralidade de Paulo Freire. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 243-270, jan./abr. 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto das lutas do MST. In: VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Orgs). **Escola e Movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



FERNANDES, Rodrigo Rafael e SILVA, Sidney Reinaldo da. “Ser mais” na obra de Paulo Freire: relações entre ética, humanismo e técnica. **Revista Científica Interdisciplinar** - Instituto Federal do Paraná - IFPR Paranaguá, v. 2, n. 1. Agosto, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Série Ecumenismo e Humanismo, v. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **The politics of education: culture, power, and liberation**. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985.

_____. Segunda carta do direito e do dever de mudar o mundo. In: CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge (Orgs.). **Paulo Freire um educador do povo**. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação agrícola, 2005.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, Histedbr, 2005

MENDONÇA, Nelino Azevedo de. **Pedagogia da Humanização – A pedagogia humanista de Paulo Freire**. São Paulo: Paulus, 2008.

MELO JÚNIOR, Ebenezer da Silva e NOGUEIRA, Marlice de Oliveira. A Humanização do ser humano em Paulo Freire: a busca do “Ser Mais”. **Revista Formação@Docente – Belo Horizonte – vol. 3, n. 1, dezembro 2011**.

MST. **Princípios da Educação no MST**. Caderno de formação n. 8. São Paulo, 1996.

_____. **O que queremos com as escolas de assentamentos**. Caderno de formação n.18. 2001.

SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire. Contribuições ao debate sobre a educação na diversidade cultural**. Recife: Bagaço, 2001.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



PAULO FREIRE E OS CÍRCULOS DE CULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: REGISTROS DE UM MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Mariana Parise Brandalise Dalsotto¹

Resumo: O presente texto apresenta parte de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo compreender a realização dos Círculos de Cultura no Rio Grande do Sul. Este movimento de Educação Popular proposto por Paulo Freire aconteceu no estado, no início dos anos 1960, em meio à mobilização nacional em prol da educação. Apresento, então, uma reflexão teórica acerca da concepção de Educação Popular em Paulo Freire, conceituando os Círculos de Cultura e analisando jornais que relatam sua realização no estado.

Palavras-Chave: Círculos de Cultura. Educação Popular. Rio Grande do Sul.

Introdução

O termo “Educação Popular”, segundo Gadotti e Torres (1992) refere-se à uma epistemologia de educação que problematiza os saberes dos grupos populares buscando, com estes, construir novos conhecimentos e produzir um raciocínio crítico. É um movimento de educação que respeita e valoriza a cultura popular, tendo como objetivo a participação dos educandos na sociedade. Ao pesquisar a Educação Popular é impossível não se aproximar dos estudos de Paulo Freire. O educador debate sobre temática em função de sua vivência junto às classes populares, que desde a sua infância marcou sua visão de mundo e foi referência para seus escritos.

A concepção freireana de educação parte do pressuposto de que todos possuímos algum tipo de conhecimento, constituído pela realidade na qual vivemos. Por isso, Paulo Freire considera importante que o contexto dos educandos seja tomado como ponto de partida na Educação Popular. Partir do que se sabe, problematizar este saber junto à realidade dos educandos é a porta de entrada para novos conhecimentos e para uma nova práxis.

A partir deste viés, Paulo Freire compreendia e propunha modificar a realidade da educação que era excludente, silenciadora e reprodutora de uma ordem social injusta.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. E-mail: mpbrandalise@ucs.br. Orientadora: Terciane Ângela Luchese. Agência de fomento: CAPES.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Fazendo uma crítica à função domesticadora da educação bancária e pensando na concepção de educação libertadora o educador problematizou e reorganizou o pensamento sobre a Educação Popular, colocando-a em prática de diferentes maneiras.

Tomando isto como pressuposto, este texto tem como objetivo abordar a Educação Popular, segundo o pensamento Freireano, comentando sobre um exemplo de prática realizada através dos Movimentos de Cultura Popular: os Círculos de Cultura. Estes foram concretizados no Brasil, principalmente no período anterior ao regime militar, tendo Paulo Freire como proponente. Em meio a diversos estudos que abordam a temática, surge uma nova possibilidade de pesquisa ao identificar o Rio Grande do Sul como mais um dos estados nos quais os Círculos de Cultura foram organizados e desenvolvidos. A relevância deste trabalho está no caráter inovador que o texto apresenta ao pesquisar como o estado do Rio Grande do Sul acolheu os movimentos de Educação Popular.

A metodologia utilizada para a escrita deste texto foi inicialmente a pesquisa bibliográfica, aprofundando os conceitos que envolvem a temática para que fosse possível entender os pressupostos que fundamentaram o movimento de Educação Popular que ocorria no Brasil e que estava sendo organizado no Rio Grande do Sul. Esta reflexão teórica buscou explicar alguns pressupostos do campo da Educação Popular e, conseqüentemente, dos Círculos de Cultura.

Dando continuidade, apresento também relatos da prática que foi promovida no referido estado, principalmente entre os anos de 1963 e 1964, fazendo uma análise documental de fontes escritas, a partir de reportagens de dois jornais gaúchos que encontram-se no Acervo Digital da Biblioteca Nacional². Edições do *Jornal o Dia* e do *Diário de Notícias* relatam a presença de Paulo Freire e a realização dos Círculos de Cultura no Rio Grande do Sul. Esta análise permitiu corroborar a informação de que houveram Círculos de Cultura no estado e, ainda, uma mobilização de vários setores para fomentar tal atividade.

² O acesso aos jornais ocorreu por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Teoria e prática em Educação Popular

Este item apresenta o mesmo título de um livro que Paulo Freire escreve em diálogo com Adriano Nogueira (2001), pois, inspirando-me nas reflexões teóricas abordadas pelos autores no referido livro, bem como por outros autores que debatem a temática, apresento conceitos que envolvem a Educação Popular e os Círculos de Cultura.

A Educação Popular, mais que um modelo, é um movimento educacional que reconhece os conhecimentos adquiridos a partir da prática e busca ser um instrumento de organização dos educandos para que aprendam a dizer a sua palavra, e a digam, esforçando-se e mobilizando-se para transformar as relações de poder. Segundo Freire (2005) a existência humana é pronunciar o mundo e a palavra verdadeira é práxis. Desta forma, dizer a palavra é também transformar o mundo. O educador entende que é ao pronunciar-la, na ação-reflexão e no trabalho que as pessoas se fazem e, por isso, esta pronúncia da palavra é direito de todos.

Sendo um movimento de pronúncia transformadora da prática é, também, um momento político. Brandão (2006) explica que a Educação Popular não pode ser mais uma forma de reprodução da ordem social na qual alguns definem as palavras e as vidas de outros, pronunciando (ou ditando) palavras *para* eles. Deve ser um movimento para organizar os conhecimentos populares e a pronúncia de palavras próprias dos educandos para que, posteriormente, as palavras traduzam-se em práticas transformadoras.

A Educação Popular acontece através das trocas de saberes que ocorrem nas comunidades. Freire e Nogueira (2001) complementam esta ideia ao debaterem que a Educação Popular realiza-se na percepção dos problemas existentes no contexto dos educandos e na busca por soluções para modificar as relações de poder nele existentes. Problematizando a realidade e questionando por que as coisas são como são, se faz a Educação Popular. A partir da prática problematizadora que, segundo Freire (2005), ocorre nas relações de diálogo entre educadores-educandos e educandos-educadores, no seu confronto com o mundo, entende-se a todos como seres inseridos em um contexto histórico, o qual pode ser apreendido, transformado e reinventado.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Por conceber que é possível reescrever a realidade, a Educação Popular tem como um de seus objetivos que, através da conscientização, os educandos realizem uma práxis transformadora. Paulo Freire fundamenta esta ideia explicando que o ser humano, conscientizando-se, busca uma nova forma de agir, que o transforma ao mesmo tempo em que transforma o mundo e as relações que nele ocorrem. Assim a Educação Popular resulta em um movimento que visa a participação social, a conscientização e a politização das pessoas, sendo o contexto cultural dos educandos seu ponto de partida e chegada.

Segundo Brandão (2006, p. 84), a Educação Popular constitui uma nova teoria de relações que articula a prática educacional e o trabalho, aproximando-se de diferentes práticas dos sujeitos comprometidos em seu processo de organização de classe, além da escolarização. Além disso, funda uma educação libertadora por meio do trabalho do/com o povo e pensa a educação como um “instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um ‘saber dominante’ de efeito ‘ajustador’ à ordem vigente [...]”, buscando ser um trabalho político a serviço do povo.

Tendo a Educação Popular como eixo condutor de suas práticas educativas, Paulo Freire organizou os Círculos de Cultura. Estes tinham este nome devido à disposição na qual os alunos ficavam na sala de aula: uma roda que fomentava a troca de conhecimentos através do diálogo. O objetivo era colocar educandos e animador cultural num ambiente de co-participação onde o ensino e a aprendizagem tornavam-se mútuos. A prática, o trabalho e a realidade dos educandos eram os pontos de partida da proposta que tinha como objetivo final a compreensão crítica, a partir da qual poderiam entender-se como autores da própria história e da história da sociedade.

A proposta de Paulo Freire era que em cada Círculo de Cultura as temáticas abordadas para a alfabetização fossem escolhidas com a comunidade através do diálogo. A partir disto, a problematização da realidade daria o norte para a aprendizagem. As palavras contextualizadas apresentavam o início da aprendizagem da leitura da palavra e da leitura do mundo. Brandão (1991) comenta que as palavras escolhidas (palavras



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



geradoras) eram as que codificavam a vida das pessoas. Por isso era proposta a problematização que ligava a palavra ao contexto, descodificando ambos.

Gradualmente eram formuladas frases e introduziam-se novas palavras mais elaboradas. O método não parava no universo local descoberto. Este era utilizado para iniciar a construção das aprendizagens de leitura e escrita, com o intuito de que os educandos pudessem (re)conhecer e refletir sobre sua realidade, codificando-a e descodificando-a, para modificá-la na medida em que ampliavam seu universo vocabular. O programa de alfabetização buscava que os educandos construíssem uma consciência crítica da realidade local para que, a partir de sua problematização, esse universo fosse transformado e ampliado. A leitura e reflexão sobre a realidade local impulsionavam e abriam as portas para uma reflexão sem limites.

O contexto emergente

Neste item, busco abordar a Educação Popular e a realização dos Círculos de Cultura em meio ao contexto brasileiro. Apresentar a conjuntura nacional se faz importante para que se entenda que a prática de Educação Popular que ocorreu no Rio Grande do Sul foi fruto de um processo que estava sendo mobilizado em outros estados, também em anos anteriores. Com isso, ressalto que apesar da delimitação temporal deste texto ter sua ênfase no início da década de 1960, as ações destes anos só foram possíveis porque a educação popular já havia entrado em debate em momentos anteriores.

Segundo Paiva (1987, p. 178) as iniciativas para a Educação Popular ganharam e perderam força desde o início do século XX, mas no final dos anos 50 e início dos 60 “ressurge o interesse pela educação das massas”. Neste período surgiram no Brasil com mais expressão “diferentes experiências de ‘trabalhos com grupos’, de ‘educação centrada no aluno’, de projetos de pesquisa e de ação social com um forte acento sobre a participação consciente, corresponsável e ativamente voluntária”, conforme Brandão (2008, p. 69).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Freire e Nogueira (2001) comentam que o surgimento da Educação Popular acontece por vários fatores. A presença de governos populistas foi um deles, pois alavancou o aparecimento dos movimentos populares. Ainda que parte deste movimento fosse direcionado, haviam grupos que buscavam uma real participação política das classes populares. Um segundo fator apontado pelos autores é a questão da industrialização que acarretava a migração das pessoas da área rural para a urbana e, conseqüentemente, da agricultura para a indústria, fazendo com que fosse necessário “educar as pessoas para integrar em um processo de Brasil moderno” (FREIRE; NOGUEIRA, 2001, p. 16).

Algumas vertentes, acompanhando o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) apresentavam a educação como auxílio para o progresso do país, entendendo-a como formação técnica, de mão de obra. Com a aproximação das eleições de 1960, cresceu um clima de oposição ao governo aumentando, também, o movimento para a alfabetização de adultos, com o início de várias campanhas regionais e nacionais. Neste período, este movimento de educação popular estava vinculado à participação política através dos votos nas eleições, sem esquecer das vertentes que visavam à conscientização e à participação ativa das massas no processo de desenvolvimento do país.

Segundo Ferraro (2009), o Movimento de Cultura Popular (MCP) surgiu em 1960, seguido de outros movimentos realizados no país até 1964, e o próprio Método Paulo Freire nasce de uma experiência dentro do MCP no Recife, em 1961. No governo de João Goulart, presidente no período de setembro de 1961 a abril de 1964, manteve-se a valorização da cultura popular e um olhar para a alfabetização como a abertura de portas para maior participação política, fazendo com que estas iniciativas ganhassem força e a possibilidade de organização e expansão. Freire (1992, p. 279) explica que

no começo dos anos 60, houve então uma presença maciça das massas populares no Brasil, nas praças, nas ruas, reivindicando. E é exatamente no bojo dessa experiência, nesse momento histórico, social e político do país, que emerge uma série de iniciativas no campo que se chamou, em primeiro lugar, educação de adultos e, depois, cultura popular.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O Movimento de Cultura Popular, mobilizando-se nacionalmente, alcançou também o Rio Grande do Sul, onde começavam a ser organizados diversos Círculos de Cultura. Segundo Andreola, Ghiggi e Pauly (2011, p. 3) “as leituras e práticas educativas inspiradas em Paulo Freire no Rio Grande do Sul iniciaram-se no final dos anos 50 e continuaram até a primeira metade da década de 60, com a presença marcante de Paulo Freire dialogando com diversos interlocutores no estado”.

Os Círculos de Cultura no Rio Grande do Sul

Para apresentar relatos das práticas realizadas no estado, exponho uma análise documental de reportagens de jornais. Foram encontrados dois periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional que corroboram com a informação de que estavam sendo realizados Círculos de Cultura no Rio Grande do Sul, havendo mobilização de diversas instituições e prefeituras, bem como a formação de animadores culturais para que esta iniciativa acontecesse em maior escala. Paulo Freire marcou presença no estado para auxiliar na organização e formação de pessoas para atuar no programa de alfabetização fundado por ele.

O primeiro periódico encontrado foi o *Jornal do Dia*. Este apresenta uma importante reportagem, intitulada “Alfabetização em 40 dias: sociólogo pernambucano vai dar curso em Porto Alegre”. A reportagem localizada na seção “O dia no ensino” escreve sobre a previsão de que Paulo Freire estaria na referida cidade na primeira quinzena do mês seguinte para palestrar e realizar um curso para professores, estudantes e “demais interessados na solução de tão importante problema de nossa comunidade” (JORNAL DO DIA, 13/06/63, p. 12).

A mesma reportagem explica que o método já havia sido aplicado em Angicos, com grande aproveitamento e ainda, indica que já estava sendo executado no estado. A relevância desta reportagem se dá na confirmação que neste período já existiam grupos que trabalhavam no Rio Grande do Sul com o programa de alfabetização proposto por Paulo Freire. Este dado conjuga-se a outros relatos sobre a mobilização para iniciar a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



realização dos Círculos de Cultura, como as formações daqueles que seriam os futuros mediadores.

Outras reportagens aparecem no mesmo jornal, com o intuito de fomentar inscrições para o curso que Paulo Freire iria ministrar no mês seguinte sobre o seu “método de alfabetização”, à convite da Secretaria de Educação e Cultura (SEC). Além do convite, as reportagens deste periódico relatam a realização do curso, bem como a preparação posterior de voluntários que iriam mediar os Círculos de Cultura que seriam iniciados nos próximos dias. Há também reportagens que indicam o apoio de outros setores do estado, como o Centro das Indústrias e a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA) que participou do movimento realizando Círculos de Cultura e alfabetizou, na primeira turma, cerca de 73 alunos (JORNAL DO DIA, 30/11/63, p. 8).

Ainda no mesmo periódico, foram encontradas reportagens posteriores que comentam sobre o convênio das iniciativas do estado junto ao programa do Governo Federal, indicando a presença de Paulo Freire e do Ministro da Educação Júlio Sambaqui no estado³. Além destas, outras reportagens relatam pedidos de algumas prefeituras junto ao governo federal para angariar fundos junto à Campanha Nacional de Educação e realizar os Círculos de Cultura em diversas cidades.

O segundo periódico gaúcho encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi o *Diário de Notícias*. Este apresenta reportagens semelhantes às do primeiro jornal como, por exemplo, “Curso de Alfabetização para adultos: método de 40 horas”. Esta comenta sobre a programação de uma visita de Paulo Freire ao estado, na primeira quinzena de julho daquele ano, explicando que isto “possibilitará a Porto Alegre e ao Rio Grande o emprego de seu método, assim como atualmente se faz em Recife, Natal, João Pessoa e Florianópolis” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/06/63, p. 6).

Outra reportagem encontrada apresenta uma entrevista com Paulo Freire, na qual ele explica alguns dos aspectos principais que integram seu método de alfabetização e comenta sobre a necessidade de reorganizar a educação a partir do desenvolvimento

³ Um exemplo deste relato é a reportagem intitulada “Ministro da Educação chega hoje no Estado” (JORNAL DO DIA, 19/03/64, p. 17).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



econômico do país, sem esquecer de seu aspecto humanizador. O educador explicou que iniciou a organização dos Círculos de Cultura havia aproximadamente dois anos, tomando como ponto de partida o “Movimento de Cultura Popular do Recife” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/07/63, p. 2).

Assim como o jornal anterior, uma reportagem deste periódico afirma que Paulo Freire ministrou um curso sobre o método de alfabetização. Segundo o jornal foram "mais de 800 pessoas entre inscritos, curiosos e ouvintes" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/07/63, p. 15). Quatro dias iniciais do curso foram ministrados por uma equipe da Divisão de Cultura e do SEAA (órgão da secretaria de educação e cultura do RS), devido a compromissos de Paulo Freire que adiaram sua chegada. Mas o educador esteve em Porto Alegre ministrando os quatro dias subsequentes do curso. Outras três reportagens deste periódico, encontradas na sequência, anunciam a organização de várias outras prefeituras para a realização dos Círculos de Cultura.

Estes são dois dos periódicos que noticiam a presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul e algumas das mobilizações do estado para a organização dos Círculos de Cultura, compondo, através do Método Paulo Freire a realização da Campanha Nacional de Alfabetização. As reportagens já indicam que o estado estava mobilizando diversos setores para implementar o método em maior escala e podem ser interpretadas como demonstração do interesse por parte dos gaúchos que se realizasse no estado o movimento que já havia promovido a alfabetização de diversas pessoas em outras localidades.

Apesar de toda esta mobilização que ocorria no Rio Grande do Sul, assim como em vários outros estados brasileiros em prol da Educação Popular e da alfabetização de adultos, as iniciativas foram interrompidas, em sua maior escala, em virtude do regime militar. Este paralisou a organização que estava sendo proposta e as práticas que já estavam sendo realizadas, enviando Paulo Freire e outros idealizadores da Educação Popular à prisão e ao exílio por considerar que as práticas de alfabetização que conscientizavam poderiam causar a “subversão da ordem”.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Conclusão

A prática de Educação Popular realizada através dos Círculos de Cultura era um movimento que estava trazendo esperança e mudando a vida de algumas pessoas ao integrá-las no mundo letrado e, ao mesmo tempo, criando uma identidade de sujeitos pensantes, criadores de cultura e transformadores das relações que estabeleciam com outras pessoas e com o mundo. Paulo Freire pensou e desenvolveu os Círculos de Cultura a partir dos pressupostos da Educação Popular que teoricamente ele vinha propondo. Inicialmente realizado em Angicos, a prática de alfabetização alcançou também o sul do país em virtude de seus resultados positivos.

Tomando isto como pressuposto, neste artigo busquei apresentar parte da fundamentação teórica que deu origem e orientou a Educação Popular e, conseqüentemente, possibilitou a realização dos Círculos de Cultura. No decorrer do texto, expus o contexto no qual as iniciativas da Educação Popular foram viabilizadas e, por fim, indiquei através da análise de reportagens, que este movimento ocorreu no Rio Grande do Sul. É possível perceber que havia uma mobilização no estado para que os Círculos de Cultura acontecessem, acompanhados, inicialmente, pelo próprio Paulo Freire. Uma vez no estado do Rio Grande do Sul, o método foi concretizado a partir dos contextos regionais.

Apesar da suspensão das práticas, delimitadas pelo governo militar, a análise das fontes selecionadas para a escrita deste artigo permitem indicar que o Método Paulo Freire é uma alternativa que iria obter resultados positivos para a alfabetização e, possivelmente, transformaria ao menos parte da realidade social brasileira. Além disso, contrariando seu título de “subversiva”, esta era uma prática que buscava que as pessoas se inteirassem de sua realidade para que pudessem agir como sujeitos críticos, atores pensantes e transformadores da realidade.

Infelizmente, isto foi entendido como uma forma de acabar com a “ordem”, pois o povo consciente não aceitaria as “razões” de ser da sociedade injusta e lutaria por uma mudança radical, requerendo o reconhecimento como sujeitos produtores de cultura, que possuem saberes e, assim, que também são donos do poder.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Referências

ANDREOLA, Balduino Antonio; GHIGGI, Gomercindo; PAULY, Evaldo Luis. “Paulo Freire no Rio Grande do Sul - Diálogos, Aprendizagens e Reinvenções...” **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7 n.3. 2011. Edição especial de aniversário de Paulo Freire. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7600/5550>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo; RENDIN, Euclides; ZITOTSKI, Jaime. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 23 jun 1963. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Porto Alegre, 16 jul 1963. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Porto Alegre, 17 jul 1963. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas, SP: Papirus, 1992.

JORNAL DO DIA. Porto Alegre, 13 jun. 1963. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Porto Alegre, 30 nov. 1963. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



_____. Porto Alegre, 19 mar 1964. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



PEDAGOGIA DA RUA: O SABER DA EXPERIÊNCIA DA POPULAÇÃO DE RUA

¹Bruna Camilla de Castro Pessoa

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a população em situação de rua vivencia práticas educativas nas suas relações cotidianas. A perspectiva da educação popular orientada pela pedagogia freireana reconhece que o exercício educativo pode ser vivenciado em diversos espaços da sociedade, uma vez que a prática educativa está para além da sala de aula. Assim, a promoção do diálogo possibilita troca de conhecimento entende-se que existe uma relação pedagógica entre as pessoas que se encontram situação de rua.

Palavras-chave: Educação; Popular; Rua.

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Introdução

Na atual sociedade, vive-se uma intensificação da cultura do individualismo, da competitividade e da exclusão. De certo, vivemos numa sociedade globalizada e mediada pelas tecnologias, que entre outras características, provoca indução ao consumismo, exclusão social, concentração de renda, miséria e frustração.

Neste contexto, a população em situação de rua é classificada por diversas características: sem-teto, mendigos, pedintes, andarilhos, indigentes, sem-abrigo, vagabundos e marginais. As pessoas em situação de rua fazem parte de um fenômeno das grandes cidades do mundo, mas também está presente nas pequenas e médias cidades.

Neste sentido, importa reconhecer que estas pessoas criam uma dinâmica de vida nas suas relações cotidianas, podendo ser compreendida como prática em educação, pois a pedagogia pensada e vivenciada por Paulo Freire reconhece a educação como um processo de encontros entre as pessoas, onde cada ser humano tem o direito de dizer a sua palavra.

Por isso, a rua passa a ser um espaço de construção pedagógica, onde a troca de experiências mediadas pelo diálogo cria novas formas de conhecimento e estratégia de sobrevivência,

Diante do exposto, destacamos a importância de estudar no presente trabalho, os processos educativos vivenciados pela população em situação, de maneira que a socialização do conhecimento através das práticas em educação popular, pode promover reflexão acerca da sua condição no mundo

Assim, o trabalho propõe analisar como a população em situação de rua vivencia as práticas educativas na cidade de Surubim-PE. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada numa perspectiva dialógica, diretamente com os sujeitos pesquisados, na qual foi estabelecido uma conversa livre com mulheres e homens com a finalidade de identificar como se acontece as práticas educativas para população

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Além disto, a pesquisa apresenta relevância acadêmica e social, uma vez que traz contribuições significativas ao repercutir sobre uma situação problema, recorrente na sociedade brasileira, bem como um trabalho nessa perspectiva pode despertar o interesse de novos pesquisadores e sugerir possíveis intervenções na realidade.

Práticas educativas na rua: caminhos para reflexão

A educação popular descreve métodos para construção da cidadania, ela é associada muitas vezes à educação social, à educação não-formal e à educação comunitária. A educação popular prosseguiu de forma surpreendente nas últimas décadas em todo o mundo, aonde vem abrangendo todo destino de práticas para a vida, habilidades de bem viver e conviver. Sobretudo enfatiza o significativo destaque que a prática educativa popular é fundamental para aderir como princípio democrático libertador, de respeito e de construção coletiva. Para Maciel (2006, p.328):

Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitua nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

Uma educação que valoriza o conhecimento de mundo tipo, proporcionando a liberdade para o reconhecimento de cada cultura, cada encontro, vontades e desejos, podendo trazer um olhar crítico voltado para realidade de cada sujeito em situação de opressão. Assim, a educação popular busca a realidade como ponto de partida e de chegada, reconhecendo os saberes do povo como instrumento para a construção do conhecimento e transformador, pois a educação nesta perspectiva é construída através da relação dialógica, de afetos e amorosidade, na qual cada sujeito desse processo educativa aprende e reaprende a partir da compreensão e realidade do sujeito,

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



reconhecendo também a importância do saber popular e objetivando entender e transformar o seu mundo, a fim de questionar a sua posição na sociedade e construir o seu próprio caminho de acordo com suas necessidades viáveis.

A rua: meio social educativo

As práticas educativas orientadas pela pedagogia freireana, reconhecem uma dimensão ampla, podendo ser realizados em quaisquer espaços, seja no âmbito escolar ou em outros espaços da sociedade, inclusive na rua. Essa ideia lançada para a prática educativa está voltada para processos libertadores daqueles que se encontram em condições de opressão, invisibilidade e marginalização.

Reconhecer -se oprimido segundo Paulo Freire, é requisito gerador para o processo de libertação, pois, ao reconhecer-se dominado, o oprimido pode buscar alternativas para a sua libertação, levando em consideração também os valores da classe dominante, reproduzidos e disseminados em função de seus próprios interesses. Para Maciel (2006. p, 338):

Sair da condição de oprimido não é simplesmente deslocar-se para a função de opressor, mas propor uma nova relação social em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum. Partindo dessa premissa, Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética.

Neste sentido, precisa-se compreender a igualdade como um bem coletivo para se produzir um diálogo libertadora, como instrumento de prática e respeito, na ótica de transformação em um agente de qualidades singulares, potências e capacidades. Jota, Expressa entendimento sobre o assunto em seu depoimento:

A desigualdade social, política. O que a desigualdade social? Uns tem muitos outros não tem nada, então o que acontece é o seguinte: nós temos que nos superar nesse país que é sem fronteiras (como se chama né verdade?), só da oportunidade para quem chega e vence, entendeu bem ? (JOTA)

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



No depoimento acima, o olhar crítico e reflexivo revela indícios da educação como instrumento de reconhecimento da condição de opressão. Pois as pessoas em situação de rua encontram-se nos mais violentos e obscuros modos de vida, nos revelando a todo instante a insatisfação e ausência de sensibilidade por parte da sociedade que rejeita e não tem a sensibilidade de reconhecê-los como pessoas que tem sentimentos e vontades. Situação revelada pelo depoimento abaixo durante a pesquisa de campo:

A senhora conversa uma conversa boa demais, eu gostei da sua conversa, se fosse preciso eu conversava o dia todinho. Você tem uma conversa bonita que eu gostei, mas com todo respeito. (EFI)

O depoimento reafirma a carência de atenção, de respeito, reafirma a necessidade que se tem de ser tratado e visto como ser humano. De certo, essa parte da população é vítima de um sistema capitalista massacrante na execução de um novo social, de esfacelamento.

Em especial, chamamos atenção para as condições da população em situação de rua, que continua sendo vítima do discutido do estado e das expressões de preconceito e invisíveis da sociedade, de modo que geralmente, são tratados como vagabundas, drogadas, supérfluas e mal-educadas, que ocupam as ruas apenas como estratégia de sobrevivência, tendo dificuldades em reconhecer-se suas maneiras de viver e contribuir de forma própria que ensina-, aprende ao mesmo tempo. Para Maciel (2006, p. 340.):

O ensinar e o aprender expressa agora valores culturais em uma espécie de tradição inovadora. Esse deslocamento permitia aos educando mais do que a leitura da palavra em si mesma, permitia a leitura do mundo e o reconhecimento de uma cultura própria.

Por esse ângulo, a realidade do sujeito é uma das maneiras que ele pode encontrar para uma construção da participação popular e redirecionamento da vida

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



social, se reconhecendo como sujeito cognoscente e apta a se desenvolver por diferentes veredas.

O que vale pensar e colocar em prática são metodologias incentivadoras à participação e empoderamento das pessoas, permeando por caminhos de transformações sociais e orientações por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade, realçando melhor um convívio leve e humano.

Um das partes da população em muitos casos vivem no anonimato, pois legalmente não existe, em função de não possuir documentos pessoais, invisíveis por não se enquadrar no modo comum e de costume em geral, enfim pode-se dizer que esse é um processo de autoconhecimento que leva tempo, mas, de uma satisfação grandiosa para os mesmos, sabendo que pode ser um ser social como qualquer .

Observamos a falta e ausência por parte do município para acessos à educação, percebendo também que por esse caminho das práticas educativas seja ela onde for como for, formal ou informal, podem surgir novos talentos e o próprio reconhecimento como seres humanos, tendo possibilidades de ser trabalhado exclusivamente com os próprios desejos.

Decorrendo assim, da má distribuição de renda, falta de investimento na área social e educação, o sistema econômico reforça a propagação de acumulação do capital e da propriedade privada, ocasionando impactos nas mais diferentes formas de vulnerabilidades e exclusão social, aonde essa exclusão vai se fixando aos poucos a essa população em situação de rua.

Conclusão

As reflexões tecidas neste trabalho revelam como o processo de práticas educativas se manifesta de forma gritante, sobretudo, revela uma realidade perversa, onde em diferentes contextos, o sistema vitimiza pessoas que também são vítimas do descuido do poder público. Pessoas que tem sentimentos, famílias e espiritualidade e

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



estão ali muitas vezes como uma migração, outras já se acostumaram e não tem perspectiva de mudança, importante conhecer também quem são essas populações, quais os sonhos, quais desejos, e dentro disso saber o que se fazer para melhoria e demanda de urgência.

As expressões de preconceito sinalizadas pela população de rua pesquisa revelam que a pedagogia do silêncio e da opressão construídas historicamente como instrumento de dominação e de silenciamentos ainda é uma constante na atual sociedade

População essa que ainda é o reflexo de uma comunidade que possui origem pelo contexto histórico de desigualdades e exploração no processo de colonização do Brasil.

No entanto a sociedade em geral deve mudar seu olhar diante dessa situação/realidade, e perceber que todos são sujeitos de direitos, são humanos e precisam ser tratados com igualdade, mesmo que a realidade de cada um seja diferente.

Os resultados alcançados com essa análise não se esgotam aqui, mas deixa margens para novas pesquisas, tanto para área de formação como para outras áreas de conhecimentos, tendo em vista a importância e a necessidade de ampliar o debate e apontar novas possibilidades de pesquisas e de possíveis intervenções a partir dos resultados encontrados.

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.**

In: MACIEL, Karen de Fátima. 1 ed.

¹Graduada em Serviço Social (UNINASSAU). Pós graduanda em Saúde Pública, saúde mental e dependência química.

E-mail: brunacamila12@hotmail.com

Professor orientador: Dr. Ernandes de Queiroz Pereira (UNINASSAU).



PROCESSOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO POPULAR:(RE)APRENDENDO COM OS SABERES LOCAIS

Cristiane Andrade Fernandes¹
Danilo Oliveira do Nascimento²
Josefa Soares dos Santos³

Resumo

“Onde termina o asfalto começa a Fundação Fé e Alegria”, instituição inserida na comunidade Nossa Senhora da Vitória em Ilhéus-Bahia. Neste espaço os educandos, vivenciam processos educativos pautados na Educação Popular, fundamentada nos princípios freireanos, através da problematização e da reflexão-ação. O Kit audiovisual “Vida de Estudante”, elaborado por educadores e educandos, com objetivo de promover o potencial criativo com aprendizagens relacionadas à Arte e Cultura, valorizando o fortalecimento do protagonismo juvenil e os saberes históricos e culturais da comunidade.

Palavras-chave: Processos Educativos. Educação Popular. Saberes locais.

Introdução

Apresentaremos neste artigo os processos educativos desenvolvidos com educadores(as) e educandos(as) na elaboração e composição do kit audiovisual (CD e DVD), intitulado “Vida de Estudante”, com atividades vivenciadas em sala de aula e nas oficinas de artes visuais, música, capoeira, dança, teatro, cidadania e cultura da paz.

O Kit foi desenvolvido na Fundação Fé e Alegria, movimento de Educação Popular Integral social de caráter internacional, criada em Caracas na Venezuela, em 1955, baseada nos valores de justiça, liberdade, solidariedade e transformação social, que soma esforços

¹Pedagoga. Mestre em Educação e Contemporaneidade, pelo Programa de Pós-Graduação em PPGEduc/UNEB/Bahia. Atua com formação de educadores no espaço não-formal na Fundação Fé e Alegria, Unidade/Ilhéus/Bahia. Coordenadora do Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos /Ilhéus-Bahia. E-mail: crisuesc@gmail.com

²Bacharel em Marketing pelo Centro Universitário da Bahia – FIB. Coordenador de Programas Sociais da Fundação Fé e Alegria -Unidade/Ilhéus/Bahia/Brasil, E mail: danilo.nascimento@fealegria.org.br

³ Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. Especialista em Gestão Escolar Faculdade Montenegro. Coordenadora Executiva Regional da Fundação Fé e Alegria do Brasil na Unidade Ilhéus-Bahia e Coordenadora Pedagógica do Município no Centro Educativo Fé e Alegria. E-mail: josefa.santos@fealegria.org.br



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



com a sociedade e o Estado na criação e manutenção de serviços educativos e sociais nas periferias das grandes cidades e no contexto rural. As unidades de Fé e Alegria estão presentes em 21 países da América Latina, Europa e África.

No Brasil, a instituição atua com incidência nas áreas de educação formal e não-formal, na formação de educadores populares, desenvolvimento comunitário e ação pública, atendendo jovens e adultos em periferias de 19 cidades em 14 estados. Na Bahia, a Fundação atua em Ilhéus desde 1991, no espaço não-formal, e em 1999, consolidou a parceria com a SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, dando início ao CEFA -Centro Educativo Fé e Alegria, que atendendo, anualmente, mais de 500 educandos na educação formal (fundamental I).

A instituição concentrou suas atividades na comunidade Nossa Senhora da Vitória (periferia situada na zona sul da cidade), incidindo na própria comunidade e áreas adjacentes em Ilhéus II, Vila Celina e Barreira, locais onde se apresentam alto índice de pobreza e violência, drogadição, abuso, exploração sexual e trabalho infanto-juvenil.

Em 2011, estendeu suas atividades para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), através do Projeto FAIS- Fé e Alegria e Integração Social, no qual atendem, anualmente, 220 educandos em oficinas de Valores e Cidadania, Capoeira e Cultura Afro-brasileira, Teatro, Dança, Artes Visuais e Música.

O Kit audiovisual “Vida de Estudante”, teve como objetivo promover o potencial criativo, mobilizando as aprendizagens relacionadas a Arte e Cultura, valorizando os saberes locais, com fortalecimento do protagonismo juvenil.

A partir das atividades desenvolvidas com a mediação dos educadores e temas relacionados à cultura da paz os educadores e educandos, em sala de aula e nas oficinas com temas elaboraram diversas músicas e videoclipe.

Posteriormente foram encenadas e coreografadas nas oficinas de teatro, dança e capoeira, resultando em um Kit audiovisual, este material tem se constituído em um relevante material pedagógico de caráter lúdico, contribuindo como ferramenta pedagógica interdisciplinar para o planejamento de atividades da educação formal e não formal na instituição.



Educação Popular e os Processos educativos do Kit “Vida de Estudante”

A Fundação tem como prioridade o desenvolvimento de processos educativos, pautados na Educação Popular, fundamentada nos princípios freireanos, através de uma educação que se constitui em diálogo horizontal, por meio da roda de conversa, com espaço de diálogo e reflexão, em busca da transformação social. A Arte e Cultura permeiam todas as atividades nos processos de ensino-aprendizagem na instituição

Além da referência do educador Paulo Freire como precursor da Educação Popular, fundamentamos nosso trabalho em Carlos Rodrigues Brandão (1986):

um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. [...] as formas imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (BRANDÃO, 1986, p. 26)

A busca por estes saberes se materializam na Fundação, durante as atividades com os educandos, educadores, participantes das comunidades e pais, priorizando as situações problematizadoras com conteúdos relacionados aos contextos em que os educandos estão inseridos.

Nas oficinas de arte, cultura- afro, capoeira, dança, teatro e música a educação não-formal tem um papel relevante, recorremos a Gohn (2014):

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2014, p.40).

A Fundação busca interagir com a educação não-formal no espaço formal, desenvolvendo ações coletivas durante as formações e nos planejamentos, reafirmando o compromisso deixado no legado de Paulo Freire da educação como “ato político”.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Além das atividades diretamente realizadas com os educandos a Instituição também atua em rede, encaminhando as demandas, dos educandos e familiares com risco ou vulnerabilidades sociais, para o Centro de Referência Assistência Social-CRAS, Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, Programa de Saúde da Família-PSF, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, no intuito minimizar as situações em que estes tenham seus direitos negligenciados.

A metodologia utilizada no decorrer dos processos educativos fundamentada na perspectiva freiriana na investigação-ação-reflexão, nos momentos que antecedem as atividades os educadores realizam roda de conversa, para refletir sobre as temáticas e como estas se relacionam com as situações do cotidiano dos educandos. Reconhecendo o potencial formador nas ideias de Freire (2005), destaca-se nas palavras do autor:

Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não faz no ato de consumir ideias, mas no produzi-las e transforma-las na ação e na comunicação. (FREIRE, 2005, p.117).

Estas relações de investigação-ação vem propiciando aprendizagens, tanto para os educandos (as), a partir de problemáticas reais vivenciadas por ele (as), quanto para os educadores (as) na relação de aprender a escutar os educandos sobre seus contextos, seus saberes e de seus familiares.

Para a o processo de criação e elaboração do Kit, a investigação foi fundamental, pois partindo de estratégias pedagógicas, de pesquisa na comunidade, entrevistas e visitas de campo, iniciadas em 2012. As histórias de vida da comunidade, os saberes da cultura local, as situações vivenciadas no cotidiano foram discutidas em sala de aula e nas oficinas, aliada a estas atividades que estiveram organizadas aos projetos em desenvolvimento na Fundação, o educador musical juntamente com a equipe pedagógica solicitou que cada turma escrevesse coletivamente uma música que os representassem.

A atividade foi tão positiva que culminou na gravação do Kit audiovisual intitulado “*Vida de Estudante*”, o final da seleção das músicas, juntamente com a votação dos educandos o kit foi organizado com 16 músicas e 08 vídeos com repertório autoral,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



intermediado por educadores e mais de 1.200 educandos (as) inseridos na educação formal e não formal, no período de 2012 a 2015.

Durante as atividades com a mediação de educadores, os educandos formaram núcleos de artes (banda musical, com os artistas mirins, que posteriormente apresentaram e divulgaram o repertório autoral nos principais espaços de educação e cultura do município.

Entre 2013 e 2014, com as apresentações na instituição para os pais e familiares e nos espaços culturais na cidade, a proposta foi contagiando os educadores e novos educandos foram participando. Planejamos várias ações como: produções artísticas inspiradas no repertório autoral, produção de histórias em quadrinhos; coreografias; rodas de capoeira; samba de roda; encenações; produção de textos, leitura e interpretação de textos.

Os educadores da instituição contribuíram no processo de gravação, na concepção e montagem de cenário e figurinos, maquiagem cênica, deslocamentos e alimentação dos educandos durante as gravações, envolvendo também as famílias. Com destaque aos familiares da educanda Alessandra, na promoção de um evento beneficente Festival de Tapioca, em prol de arrecadar fundos para os custos de gravação do Kit, este fato demonstrou para toda a equipe escolar o quanto as atividades educativas e a gravação do videoclipe mobilizaram os pais e a comunidade local.

O Kit tem uma abordagem transdisciplinar a exemplo das músicas “*O Saci e a sereia*” e “*Antes do Brasil*”, nas quais se exaltam a cultura afro-brasileira e indígena, o resgate e valorização da identidade étnica dos educandos. Os conteúdos das composições possui uma inter-relação com as diversas disciplinas além de contribuir para extrapolar a fragmentação disciplinar. De acordo com Santos (2008), a “transdisciplinaridade maximiza a aprendizagem ao trabalhar com imagens e conceitos e mobilizam, conjuntamente, as dimensões mentais, emocionais e corporais, tecendo relações tanto horizontais como verticais do conhecimento”.

Os educadores exibiram e discutiram o vídeo-documentário “Heróis de todo o mundo” em que retrata a vida de grandes personagens negros(as), que tiveram atuação na política, na educação e na história brasileira, representados atualmente, no vídeo por atores negros nacionais brasileiros.

O documentário contribuiu para que os educandos reconhecessem o valor de suas lideranças comunitárias e de seus familiares além de evidenciar histórias e contos, o



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



reconhecimento de sua etnia, colaborando para o fortalecimento da autoestima dos educandos (as).

A música “*Nossa Senhora da Vitória*” foi uma das músicas mais relevante em nosso trabalho audiovisual, devido à identificação dos educandos com sua história. Tal música surgiu durante a oficina de música com a mediação do educador, durante o projeto “Convivendo com a Comunidade”. Houveram momentos de escuta com um dos fundadores do bairro o Sr. Vitor Bispo Santos.

A composição descreve alguns aspectos da história da comunidade a violência que foi travada por posse de terras, passando por personagens de notoriedade no bairro, Dona Lúcia, “viúva de posses” – que doou as terras e que a partir daí surgiu o bairro; as irmãs Ana, Luzia e Bernadete três religiosas, que entre suas atividades fundaram a instituição ACEAI (Associação Centro Cultural de Ação Integrada), porém a letra também, exalta os aspectos positivos da convivência no bairro, e das ações positivas das pessoas que continuam escrevendo essa história. A canção aflorou nos educandos um sentimento de pertença, evocando o orgulho comunitário, como descrita abaixo:

*Na rua da palha se ergueu o nosso lar
a viúva de posses suas terras decidiu doar
o povo aplaudiu o seu feito
conquistou o que é seu por direito
muitas famílias tiveram onde sonhar
e o que era fazenda hoje é o meu lugar
graças ao esforço de quem lutou por nós
a violência deu espaço pro amor
e o povo vibrou com clamor
com fé e alegria construímos o nosso lar
hoje eu vivo das vitórias, nossa senhora!
minha história, meu lugar
sou um pedaço dessa história
de tantas vitórias que ainda vamos conquistar. (Nossa Senhora
das Vitórias)*

Paulo Freire (1986), nos ensinou que “ensinar exige reconhecimento e a assunção da identidade cultural”, algo que para nós educadores populares tem um papel fundamental, pois quando incentivamos os educandos, a conhecer seu contexto cultural, contribuimos para o reconhecimento de si mesmo e do mundo refletindo sobre ele.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Partindo da realidade buscamos dos educandos, buscamos trabalhar com a história da comunidade, para compor a música “*Nossa Senhora da Vitória*”.

Relacionando os propósitos da Educação Popular, da educação compartilhada, partilhando e incluindo diferentes saberes, valorizando o aprender e o ensinar, com significativos gestos de trocas de conhecimentos, buscando o reconhecimento do contexto social em que os educandos/as estão inseridos/as, assim como propôs Freire (2005), “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”.

Foi justamente valorizando a voz e respeitando os saberes dos mais idosos, através de metodologias mais participativas e colaborativas, baseada na escuta dos moradores mais antigos da comunidade, nos relatos de “causos”, que os educandos reconheceram os nomes de ruas, praças, suas origens, a trajetória histórica e as identidades da comunidade.

Com a música “*Heróis*” as atividades desenvolvidas nas Oficinas de Cidadania e Valores, aconteceram debates, reflexões, no intuito de desmistificar os pontos negativos do bairro. A seguir apresentamos um fragmento da música

*No bairro onde eu moro ainda tem muita violência...
Mas, logo nascerá uma flor, um gesto de carinho que cuidará de toda
dor e espinho, dos estilhaços que houver pelo caminho. Pressinto
isso!*

*A nossa vitória, pois faço parte dessa história.
Aqui tem muita gente boa
Que ajuda aos que precisam de comida, de um consolo.
Muitos acordam cedo já no trabalho.
O dia a dia é duro e cansativo*

Avante heróis

*Somos pertence desse povo
Nossos poderes não de transformar
Nosso presente são os saberes
De nos dividir, multiplicar,
De conviver e amar (música Heróis)*

Nesta perspectiva, as histórias das lideranças atuantes na comunidade, e seus relatos foram (re)produzidos em histórias em quadrinhos; e oficinas de Xadrez, contextualizando as peças com o “tabuleiro social”. Para Brandão (1986), a educação se constrói “por meio de



diversas situações e instrumentos, do processo de um saber orgânico das classes populares quando [...] aprendem, a partir de sua própria política, a ler a sua própria história”.

Um exemplo desta educação na instituição se materializou no Projeto “Eu e o outro nos espaços de convivências” vários processos educativos foram realizados na educação não-formal e educação formal, no intuito de mediar conflitos, disseminar a Cultura da Paz, sensibilizando os educandos para práticas de hábitos saudáveis e higiene pessoal, bem como fomentá-los para o cuidado consigo, com o próximo, respeitando as suas diferenças, a partir destas ações as composições foram elaboradas, entre elas estão: “*Vamos preservar o planeta*”, “*Mais azul e verde*”, “*Pra te ver feliz*”, e “*Prato do dia*”.

As músicas “*Mais azul e verde*” e “*Vamos preservar o planeta*” e “*Prato do dia*” contemplam a sensibilidade, relacionando aprendizagens, dentro e fora das oficinas, a exemplo o acompanhamento do plantio de hortaliças nos canteiros da instituição, além das composições retratarem prática de hábitos saudáveis, e promover a consciência ecológica nos educandos, descrita, na letra abaixo representada.

*Semear um novo dia com alegria e paz
reciclar o amor.
Pôr mais harmonia em nossas casas
cuidar e proteger todas as crianças
trazer a luz à esperança em cada amanhecer
lembrar que o amanhã tem que ser infinito
mas a cada dia o futuro o homem destrói
e no futuro constrói tudo o que se destrói
vamos cuidar de nós
proteger a esfera da fera
pôr mais azul e verde
no planeta terra.(Vamos preservar o planeta)*

“*Pra te ver feliz*”, “*Brincar de ser feliz*” e “*Bailarina desastrada*” e “*Raios de sol*” evidenciam a importância de valores, o exercício de amar em sua plenitude, cuidando de si e do próximo, numa conexão com eles nutridos pela essência de cada ser, respeitando e acolhendo as diferenças. Apresentamos abaixo os trechos das músicas (produções coletivas), dos educandos, mediadas por educadores.

*“Por isso vamos cuidar de nossas famílias dos nossos vizinhos.
Amigo, vamos brincar de ser feliz”. ... (Brincar de ser Feliz)*

*“Semear um novo dia com alegria e paz
Reciclar o amor.
Pôr mais harmonia em nossas casas*



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



*Cuidar e proteger todas as crianças
Trazer a luz à esperança em cada amanhecer”... (Mais Azul e Verde)*

*[...] “Vou acender uma vela pra te iluminar
Pra que possa encontrar sua família, O seu caminho de casa
E no amanhecer o sol lá vai estar” ... (Pra te ver Feliz)*

*“Ei, amigo que não me escuta. Ei, amiga que não me vê.
Te escuto, te vejo, te percebo e aprendo com você” ... (Raios de Sol)*

*“Não seremos felizes a sós.
O mundo chora as arvores que o homem cortou,
Mãe-terra pede por nós”. ... (Vamos preservar o Planeta)*

“*Vida de Estudante*” é resultado de um trabalho, em que crianças e adolescentes, tiveram a oportunidade de sonhar, musicar, dançar, gingar, encenar, soltar a imaginação, reconhecer-se como um(a) protagonista. De acordo com Brandão (2006, p.7), o saber circula, “[...] na consciência do saber, que é começo da possibilidade de os seres vivos aprenderem não apenas diretamente do e com o seu meio natural, mas uns com os outros e uns entre os outros, culturalmente”.

Na música “*Nossa Escola*”, relata a história do surgimento da instituição, em que os educandos firmaram um sentimento de pertencentes ao Centro Fé e Alegria, conforme descrito no trecho da música a seguir “*De fé e Alegria eu sou. com fé e alegria estamos aqui. com fé e alegria eu vou escrever nossa história ler um mundo melhor e ser feliz (Nossa Escola).*”

Depois do Kit audiovisual pronto, percebemos que o material deveria continuar a contribuindo pedagogicamente no conteúdos nas atividades em sala de aula do formal e nas oficinas no não-formal, apresentaremos abaixo um dos planos de atividades elaborado com os educadores, a partir da música “*A visão do macaco Tião*”, com referencia na metodologia freireana, trabalhamos com temas geradores, roda de conversa e questões problematizadoras.

A visão do macaco Tião O macaco lá do alto avistou o leão Avisou a toda selva foi a maior confusão Voa o grilo, pula o sapo, corre o tamanduá A preguiça vai na cauda do jacaré o esquilo se espicha, a girafa grita: vamos dá no pé	Desenvolvimento da atividade interdisciplinar contemplando (a oralidade, leitura, a escrita e escrita matemática e Artes cênicas). No teatro: construir peças teatrais, elaborar uma coreografia com a letra da música, expressão corporal a partir de cada animal.
--	--

<p>Todo mundo foi embora só ficou o jabuti Com medo do perigo que corria ali Apressou o seu passo com aflição Olhou para atrás não havia o leão Parecia mais um tigre pequeno com o seu rugido: grrr..miau</p> <p>Todo mundo se zangou com o macaco tião E ele se explicou – parecia um leão Mostrou uma lente que ampliava a visão E todos perguntaram o que é isso? A jiboia com a lente avistou o pavão Que parecia um dragão</p> <p><u>Tema gerador e sub temas</u> Animais, Biomas brasileiros, Valores, Preservação Liderança, Hierarquia e Lateralidade</p> <p><u>Roda de conversa</u> (questões para que os educandos(as) reflitam sobre o tema). Quais dos animais da música você já viu de perto? Quem já viu um bicho preguiça? Por que não devemos mentir para as pessoas? Na sua comunidade você já viu um destes bichos? Quem conhece o mico leão de cara dourada, que está em extinção e vive aqui na nossa região?</p>	<p>Na música: cantar utilizando a música, trabalhar com o timbre de voz</p> <p>Cultura–afro: organizar uma roda de capoeira e ler a música, discutindo os valores contidos na mesma, confeccionar instrumentos musicais, jogar capoeira utilizando os movimentos dos animais, Elaborar de um roteiro para apresentação teatral Dramatização e elaborações de histórias em quadrinhos, movimentos dos animais e sua relação com os golpes de capoeira</p> <p>Complemento pedagógico: através do texto musical, elaborar com as crianças caça palavras, jogos de trilha, com desenhos, momentos de leitura, recontar a história contida na música através da escrita.</p> <p>Planejado pela: Equipe pedagógica e educadores do formal e não formal</p>
--	---

Durante o planejamento os educadores participaram efetivamente propondo atividades interdisciplinares, dialogaram sobre os conteúdos que poderiam ser mais destacados para cada as atividades utilizando as música do kit.

Percebemos o quanto a equipe cresceu nos momentos de planejamento, a partir da escuta do outro, dos exemplos com as experiências já vividas em outras atividades relacionadas às oficinas com a Arte e a Cultura.

Considerando os processos educativos na Educação Popular

O material do kit audiovisual tem um grande potencial educativo, por ser um trabalho com autoria dos educandos, além de possibilitar uma gama de atividades e temas a serem dialogados com ele (as) na construção de processos educativos, com a escrita, a leitura e as artes.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



O Kit audiovisual consolidou o sentimento de pertença e maior participação dos educandos dos processos de ensino-aprendizagem, extrapolou os muros da escola com as apresentações dos educandos nos espaços culturais, contribuindo para a visibilidade institucional e sensibilizando a comunidade ilheense.

Durante o processo de criação, produção e gravação, constatou-se a relevância no processo educativo, além das produções artísticas, tais como: desenvolvimento do espírito de liderança, autoconfiança, valorização étnica e cultural de sua origem e identidade, contribuindo diretamente com a autoestima, o exercício do convívio coletivo entre os educandos.

A metodologia freiriana nos ensina a partilha de saberes, em que educandos e educadores, ensinam e aprendem em constante diálogo. Tentamos construir cotidianamente, nas reflexões coletivas, nos momentos de planejamento uma Pedagogia respaldada na Educação Popular, valorizando a escuta e o diálogo para o enfrentamento dos desafios que vivenciamos durante as práticas educativas nesta instituição.

Portanto a pedagogia freiriana tem um valor inestimável para nós educadores populares, pois é nela que buscamos fortalecer nossas práticas educativas, no sentido de fortalecer as vozes dos educandos e dos educadores, aprendendo a ler o mundo dos educandos junto com eles e não para eles, reconhecendo os saberes locais e valorizando-os cada vez mais, para que os educandos construam relações educativas, sociais e históricas com o saber científico e o saber popular, reconhecendo o valor de cada um destes saberes para seu crescimento pessoal e social.

O kit audiovisual contribuiu com processos educativos no desenvolvimento cultural, criativo, inventivo e emocional dos educandos (as), nos espaços formais e não formais, o diferencial deste material está na organização de músicas autorais, criadas em conjunto com educandos e educadores, nos momentos de atividades nas sala de aula e oficinas.

Fé e Alegria é uma instituição que busca construir uma educação de qualidade baseado no tripé da Arte, Cultura e Educação, os resultados evidenciados, vão além da materialização do Kit, provocam em toda a equipe pedagógica, processos criativos e diálogos e



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



aprendizagens coletivas, aspectos, essenciais para a busca de uma Educação que se diga Popular.

Referências

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Ana Paula Brandão./ coordenação do projeto. **Saberes e fazeres**, v.1 : modos de ver - Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2006 116p. : il. color. - (A cor da cultura).

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Campinas: Papyrus, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Revista Investigar em Educação - IIª Série, Número 1, 2014

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

RAIANE. Assumpção. (Org). **Educação popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular 3)



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



PROJETO BEM NASCER: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

Jeniffer Martins de Freitas¹; Jacqueline Santos Valença²; Alexsandro dos Santos Machado³

¹Discente do curso de Bacharelado em Enfermagem - UFPE/CAV;
jeniffer.cg@gmail.com

²Discente do curso de Bacharelado em Enfermagem - UFPE/CAV;
jacqueline.s.valenca@gmail.com

³Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Adjunto do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva - UFPE;
alexdesapucaia@gmail.com

Resumo: A educação popular nasce a partir da perspectiva da educação como determinante nos processos socioeconômicos; posteriormente, alicerçados em Paulo Freire, relações entre capitalismo e saúde são igualmente problematizadas. Como resistência no SUS, a Educação Popular em Saúde resulta na criação da disciplina “Educação Popular e Saúde” no curso de Saúde Coletiva UFPE-CAV, que funciona com oficinas para produções de projetos, possibilitando a formação integral de outros cursos. O “Projeto Bem Nascer” surge alicerçado nos princípios da PNEPS-SUS a serviço da comunidade.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação Popular em Saúde; Doulas

INTRODUÇÃO

A educação é um processo que não se limita ou se manifesta apenas no ambiente escolar e também não necessita de um modelo. Em todos os lugares e nas mais diversificadas sociedades, o ser humano está aprendendo, ensinando e/ou aprendendo-ensinando. Apresentando-se de maneiras diferentes a depender de aspectos sociais e culturais que permeiam diferentes épocas e povos, a educação possui a constante de independência na sua propagação. Sendo uma importante ferramenta na construção de uma sociedade e, de semelhante forma, moldagem de seus componentes para atender suas necessidades, a passagem de conhecimento (mesmo que não necessariamente sujeita à pedagogia e seus métodos) mostra-se essencial para o aperfeiçoamento de indivíduos (BRANDÃO, 2007).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Observando o importante papel que a educação formal possuía nos processos de reprodução econômica e sociocultural que organizações populares autônomas latino-americanas transformaram a educação, a partir do seu caráter emancipatório, em uma ferramenta de resistência e exercício de contra-hegemonia. Em um “movimento político e sociocultural mais amplo” alguns setores da sociedade, com recursos financeiros internacionais, passaram a configurar campos de forças políticas e culturais inspiradas por utopias de transformações sociais. É no interior desse movimento que nasce outro: o Movimento de Educação Popular. Este se constituiu em um novo projeto de sociedade, com um povo tomado de consciência própria em busca de mais participação e em constante nascimento através das mobilizações de grupos sociais (PALUDO, 2015).

Com o Movimento de Educação Popular se configurou a concepção de Educação Popular enquanto campo de conhecimento e prática educativa, no qual vinculou educação e política em contribuição a construção de processos de resistência e emancipação humana a partir de uma ordem social que não fosse regida pelo capitalismo. Para o Movimento, a Educação Popular cumpriu um importante papel de ação cultural e foi além dele, servindo de mediação entre a realidade e o projeto de futuro que estava em construção. Das suas fontes teóricas pode-se citar a teoria marxista; autores latino-americanos como Martí e Mariátegui, Paulo Freire com a “Pedagogia do Oprimido” e o método de alfabetização de jovens e adultos; representantes da Teologia da Libertação, do sindicalismo, indigenista, movimentos urbanos, rurais e comunitários, socialismo, das artes (Teatro do Oprimido) e da comunicação (PALUDO, 2015).

No Brasil, Paulo Freire revolucionou as práticas pedagógicas propondo uma educação capaz de equipar as camadas populares contra as relações opressoras do capitalismo, colocando a Educação Popular em destaque como eixo principal do Programa Nacional de Educação em 1964. Esta se faz popular pela capacidade de organização que a classe trabalhadora possui em contestar a ordem econômica, social e política vigente. Alicerçados em Freire, movimentos sociais populares, intelectuais, militantes e profissionais do campo da saúde começaram a problematizar as relações do capitalismo e saúde como determinantes no aparecimento das doenças. A Educação



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Popular em Saúde surge como forma de resistência e afirmação da cultura popular, onde os saberes de cuidado e cura são valorizados, possibilitando a participação consciente do povo nas tomadas de decisão em busca de melhores condições de saúde e vida (BONETTI; PEDROSA; SIQUEIRA, 2011).

Desde a década de 1970, a Educação Popular em Saúde trouxe grandes contribuições ao conjunto de ideias do que viria ser conhecido como Reforma Sanitária. Porém, a conquista do Sistema Único de Saúde não foi suficiente para que os movimentos populares participassem com mais protagonismo, sendo observado um deslocamento político destes para instituições do Estado, como por exemplo, os conselhos de saúde. Só em 2003, após uma grande mobilização social que a Educação Popular em Saúde é acolhida pelo Ministério da Saúde permitindo a abertura de espaços para discussões que resultaram na criação de um grupo permanente de trabalho e na institucionalização da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) (BONETTI; ODEH; CARNEIRO, 2014).

A PNEPS-SUS tem como objetivo “implementar a Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS, contribuindo com a participação popular, com a gestão participativa, o controle social, o cuidado, a formação e as práticas educativas em saúde” (BRASIL, 2012, p. 20); e abriu caminho para uma série de iniciativas que visavam repensar os métodos de formação dos trabalhadores da saúde em uma concepção de problematização de questões não apenas de âmbito da prática profissional, mas também correlacionadas aos cenários econômicos, políticos e sociais do país. A inserção da Educação Popular na formação dos profissionais do campo da saúde busca preparar o educando para reconhecer elementos que possam interferir nos processos de cuidados presentes nele e nos seus usuários, assim como planejar estratégias resolutivas a partir de iniciativas próprias ou compartilhadas (VASCONCELOS; CRUZ; PRADO, 2016).

É nessa perspectiva que o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão) oferta a seus discentes e a graduandos de outros cursos de ciências da saúde a disciplina “Educação Popular e Saúde”, ministrada pelo professor Alexandro dos Santos Machado, Doutor em Educação pela UFRGS. Nela, os discentes são incentivados a



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



discutir e refletir, através de metodologias ativas, temas que vão desde o conceito de educação até a Política de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Como construção final, é proposto a produção de um projeto de intervenção norteado pelas concepções teóricas da Educação Popular em Saúde e pelos princípios e eixos estratégicos da PNEPS-SUS.

Com esse objetivo, o *Projeto Bem Nascer: a formação de doulas comunitárias como estratégia de humanização no Sistema Único de Saúde*, um dos projetos resultantes da disciplina, moldou-se na intenção de formar um grupo de doulas comunitárias para orientar e assistir mulheres durante todo o período de gestação, parto e puerpério; caracterizando o ofício de doula, os benefícios da sua assistência para as mulheres gestantes, em trabalho de parto e puérperas; instrução a respeito das principais alterações no organismo materno relacionadas à gravidez e os cuidados relacionados ao período; conceituando violência obstétrica, direitos reprodutivos e saúde materna e incentivando a participação cidadã no controle social do SUS.

A proposta do projeto se justifica a partir das experiências de formação no Curso “Doula Comunitária Voluntária no SUS”, realizado no primeiro semestre de 2018, pelo Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), que desde 2012 forma grupos de doulas para atuar em sua maternidade, e do estágio obrigatório em Saúde da Mulher cumprido durante o 6º período do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, em unidades básicas de saúde e hospitalar do município de Vitória de Santo Antão. Na primeira experiência, pode-se observar na prática a atuação das doulas dentro de uma unidade hospitalar e como sua presença corrobora para um trabalho de parto mais tranquilizador para a gestante, acompanhantes e equipe de saúde. Na segunda foi observado o caráter clínico da assistência prestada à mulher na atenção primária e as consequências da falta de preparo emocional e social na sua chegada à maternidade.

METODOLOGIA

A proposta de elaboração de um projeto de educação popular em saúde, requisito avaliativo para a disciplina “Educação Popular e Saúde” ministrada pelo docente



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Alexsandro dos Santos Machado, deu-se em formato de uma série de oficinas decorridas semanalmente em sala de aula. Em acordo desde o primeiro encontro com os discentes, o professor destacou que o conhecimento não deveria ser construído apenas no espaço acadêmico, permitindo que outros locais fossem utilizados, sob orientação, para sua elaboração. Assim, valorizando as experiências pessoais dos alunos, suas inquietações são questionadas como ponto de partida na escolha de uma temática para ser abordada no trabalho.

Durante os meses de fevereiro e junho de 2018, várias discussões correlacionadas foram levantadas em sala de aula, que abrangeram temas como o conceito de educação e como esta é propagada; a educação e os saberes populares junto à ideia de cultura; utopia e a instituição da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS. A disciplina “Educação Popular e Saúde” objetivou construir o conhecimento coletivo baseado na utilização de metodologias ativas, como por exemplo a fabricação de pão pelos alunos propondo uma assimilação com o processo educacional. Nela podemos identificar que assim como cada discente conhecia uma receita prévia de fabrico do alimento, a educação é construída de diversas formas e espaços, incluindo os momentos de comer.

Sendo a educação popular uma proposta teórica e prática que vai muito além de um jeito dinâmico de ensinar, a disciplina enquanto espaço para seu ensino e da educação popular em saúde permitiu a participação dos seus alunos no debate “O Golpe de 2016 e seus desdobramentos na saúde” realizado em 18 de abril de 2018, contribuindo na construção dos processos de resistências políticas empreendidas na UFPE - Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão - diante dos retrocessos vivenciados no país nos últimos anos.

Foi durante os momentos de discussões e inquietações despertadas pelo professor, que a proposta da produção de um projeto para formação de doulas comunitárias surgiu. Ela partiu das experiências prévias de formação no Curso “Doula Comunitária Voluntária no SUS”, realizado no primeiro semestre de 2018, pelo Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), e das observações realizadas durante o estágio obrigatório em Saúde da Mulher cumprido durante o 6º período do



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, em unidades básicas de saúde e hospitalar do município de Vitória de Santo Antão. Na primeira experiência, pôde-se observar que a presença da doula no ambiente hospitalar corrobora para um trabalho de parto mais tranquilizador para a gestante, acompanhantes e equipe de saúde. Na segunda foi observado o caráter clínico da assistência prestada à mulher na atenção primária e as consequências da falta de preparo emocional e social na sua chegada à maternidade.

No início do mês de abril de 2018, as temáticas escolhidas pelos grupos de trabalhos foram apresentadas em sala de aula, assim como as suas definições em propostas baseadas na educação popular em saúde puderam ser debatidas e orientadas as possibilidades de execuções. Nos meses de abril/maio o Projeto Bem Nascer começou a ser construído através de pesquisas bibliográficas das palavras-chave “oficinas pedagógicas”, “doula”, “parto” e “violência obstétrica” nas plataformas digitais Bireme e Scielo. A investigação encontrou dificuldade em obter uma diversidade maior de literaturas que contemplasse a realidade da prática da doulagem no Brasil, sendo a grande maioria produções de outros países. A leitura dos textos começou a ser compartilhada com a escrita a partir do mês de maio, onde o docente facilitou o processo de orientação a partir da criação de grupos de trabalho através do aplicativo WhatsApp, havendo também a apresentação parcial das produções. Em junho os ajustes finais do texto foram realizados e sua versão final foi submetida à avaliação pelo professor.

RESULTADOS

Com um cenário onde a maternidade acabou sendo transformada em uma experiência de medo e violência, no Brasil, a criação do Sistema Único de Saúde passou a favorecer a elaboração de estratégias focadas na humanização deste momento. O primeiro passo foi dado em São Paulo em março de 1999, quando promulgada a Lei n°. 10.241, que assegurava a presença do companheiro não somente no momento do parto, mas também nas consultas de pré-natal; de semelhante modo, anos depois a Lei n°. 11.108 de abril de 2005 garantiu a nível nacional que o parceiro (ou qualquer pessoa de



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



confiança da parturiente) possa estar presente nos processos de parto, nascimento e pós-parto imediato (SÃO PAULO, 1999; BRASIL, 2005).

O estado de Pernambuco, por sua vez, aprovou por meio da lei nº 15.880 de 2016 o direito à presença de uma doula, do grego “mulher que serve”, sendo esta uma profissional de livre escolha da mulher e sem vínculo empregatício com qualquer instituição hospitalar (pública ou privada), tampouco substitui a figura do acompanhante ou pai da criança (PERNAMBUCO, 2016). A garantia da assistência de doulas nas salas de parto de Pernambuco, em outros estados, e a tramitação de Projeto de Lei (5.304/2013) em nível nacional é o reconhecimento dos seus benefícios já comprovados em estudos realizados no mundo todo (BRASIL, 2013).

Nas salas de parto, a doula presta constante apoio a gestante e seu companheiro/acompanhante encorajando, aconselhando medidas para seu conforto, proporcionando e orientando contato físico, além de explicar sobre o progresso do trabalho de parto e procedimentos obstétricos que devem ser realizados. Sua participação na assistência a mulher desperta efeitos positivos na condução do parto, destacando-se as reduções de 50% número de cesáreas, 25% no tempo do trabalho de parto, 60% dos pedidos de analgesia peridural, 30% no uso de analgesia peridural, 40% no uso de ocitocina, 40% no uso de fórceps (BRASIL, 2013).

Com a extensão da assistência da doula para no pré e pós parto, o suporte emocional e psicológico prestado por elas permite o fortalecimento do vínculo entre mãe e o bebê nas primeiras semanas do puerpério, com o aumento no sucesso da amamentação, satisfação com a experiência do parto, redução da incidência de depressão pós-parto, diminuição dos estados de ansiedade e baixa autoestima (BRASIL, 2013).

A proposta tem como objetivo realizar a intervenção educativa “BEM NASCER”, alicerçada no conhecimento coletivo, a fim de formar um grupo de doulas comunitárias para orientar e assistir mulheres durante todo o período de gestação, parto e puerpério; caracterizando o ofício de doula, os benefícios da sua assistência para as mulheres gestantes, em trabalho de parto e puérperas; instrução a respeito das principais alterações no organismo materno relacionadas à gravidez e os cuidados relacionados ao



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



período; conceituando violência obstétrica, direitos reprodutivos e saúde materna e incentivando a participação cidadã no controle social do SUS.

Norteadas pelos princípios e eixos da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), propõe-se como metodologia de aprendizagem a execução de oficinas, caracterizando um espaço de troca de conhecimentos populares, respeitando os diversos níveis de saberes e que estimulem a intersectorialidade e articulação do cuidado junto a uma participação ativa na construção do SUS (SCHULZ apud VIEIRA e VOLQUIND, 2002; MOITA e ANDRADE, 2006; BRASIL, 2013).

Pensada para ter sua execução teórica três dias de oficinas na Unidade Básica de Saúde de Redenção, Vitória de Santo Antão, propõe-se a participação ativa da equipe de saúde da família e de um grupo de quinze mulheres voluntárias, escolhidas por gestantes que estejam sendo acompanhadas no pré-natal. Além de dois plantões supervisionados de oito horas na maternidade pública do município, com o propósito de vivenciar na prática os conhecimentos construídos durante a formação.

No primeiro dia, pela manhã, a oficina terá três momentos. O primeiro será iniciado com uma mística inspirada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Originalmente, o conceito de mística está ligado ao campo religioso, ao mistério, algo que a razão não pode mais explicar. Na prática, ela é um conjunto de motivações comuns que organiza os sujeitos e os liga do presente ao futuro (COELHO, 2010). Assim, para sua realização será utilizada a música “Anunciação” do cantor e compositor pernambucano Alceu Valença, onde as participantes, facilitadas pela psicóloga da equipe do NASF, possam refletir sobre como a gestação é um momento de transformação na vida familiar. No segundo momento, a caracterização do ofício de doula, dos seus benefícios na assistência às mulheres gestantes, em trabalho de parto e puérperas será discutida a partir da exibição do documentário “Aquele que Serve”, direção de Izabela Borges e Carlos Henrique Wilhelms.

Na tarde do primeiro dia será levantada uma discussão a respeito de questões éticas e bioéticas que permeiam o cenário da obstetrícia no Sistema Único de Saúde (aborto, estupro, gravidez na adolescência) onde agiremos como facilitadoras,



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



abordando as temáticas com embasamentos legais e dentro de diretrizes do Ministério da Saúde. Posteriormente, para abordar a temática de biossegurança, será utilizada a metodologia ativa para a lavagem de mãos através de uma simulação com tinta guache vermelha, de maneira que possa ser observada a importância da realização correta do procedimento dentro do ambiente hospitalar para que se evitem episódios de infecção a partir do contato com sangue ou outros fluidos corporais; de semelhante modo, serão apresentados equipamentos de proteção individual (EPI's) e a importância de seu uso correto, finalizando assim o dia de oficinas.

Na manhã do segundo dia, será feita a leitura do poema “Para minha amiga grávida”, de Talita Rodrigues Nunes, na intenção de levar as mulheres a ponderar a respeito das diferenças que serão notadas pelas gestantes durante o período de gravidez em seus corpos. Em seguida, o grupo irá dispor de um desenho de um corpo feminino feito em cartolina e as integrantes serão encorajadas a listar as mudanças que acreditam ou sabem, por experiência, ocorrer no organismo durante o período gestacional, bem como desenhar ou pintar essas alterações no modelo levado. Em sequência, em uma roda de conversa que contará com a participação da enfermeira da UBS, serão discutidos os motivos dessas mudanças e sua progressão de acordo com o avançar da idade gestacional, bem como maneiras de aliviar os possíveis desconfortos e queixas das mulheres grávidas. Por fim, será discutido com o auxílio de modelos anatômicos e vídeos, o mecanismo do parto e suas etapas, contando com a participação e relatos de experiência das mulheres presentes.

Na tarde do segundo dia, serão levados alguns óleos essenciais utilizados na aromaterapia, junto a alguns objetos de massagem, bola suíça e banquetas, todos utilizados como métodos não farmacológicos para alívio da dor, demonstrando seus usos e benefícios de maneira prática. Finalizada a mostra e discussão, a tarde dar-se-á por encerrada com a participação de gestantes assistidas pela UBS já em estágio final de sua gestação para que seja realizada a pintura de sua barriga como maneira de despedida; o momento também será oportuno para apresentar outras maneiras de registrar o fim da gravidez e fazer deste um momento especial para familiares e pessoas próximas.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



A manhã do terceiro e último dia será iniciada com a mística “Parirás com dor”, onde as participantes serão orientadas a fechar os olhos; contando com a música “Triste, louca ou má” da banda *Francisco, el hombre* as facilitadoras irão proferir frases que costumam ser repetidas em situações de violência obstétrica, como: “*Se você continuar com essa frescura, eu não vou te atender*” e “*Na hora de fazer você gostou, né?*”. Por fim, o grupo estará livre para partilhar relatos próprios ou de terceiros onde foram espectadores ou vítimas desse tipo de violência, bem como outras ações e dizeres que caracterizam como violência obstétrica. À tarde, abordando a cartilha “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Uma prioridade do Governo” do Ministério da Saúde, serão discutidos os aspectos de planejamento familiar, métodos contraceptivos (reversíveis e irreversíveis), atenção e reprodução humana assistida no SUS, acesso à esterilização cirúrgica voluntária no SUS, serviços para atenção às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual e doméstica.

Com o auxílio de bonecos e mamãs didáticas, o grupo será brevemente instruído a respeito da importância da amamentação e seus benefícios, a identificar a pega correta, alternativas de posturas para o bebê durante a amamentação e métodos para evitar ou aliviar problemáticas como mastite e fissuras.

Na discussão final sobre SUS e seu controle social, será utilizada a metodologia ativa de construção de uma árvore feita de cartolina e figuras ou palavras escolhidas pelas integrantes do grupo para representar o que é o sistema e como elas se identificam como usuárias do mesmo. Dessa forma, será trabalhada a percepção de que o SUS necessita da participação ativa da comunidade para que tenha um poder de resolutividade melhor, mais humanizado e capaz de atender adequadamente às demandas da população.

Para finalizar a formação, acredita-se que é importante a vivência de ao menos dois estágios de oito horas na maternidade pública do município a fim de que os conhecimentos adquiridos dentro da teoria sejam postos em prática, além da observação da prática da doulagem na sala de parto

CONCLUSÃO



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Levando em consideração o desenrolar do semestre letivo, as metodologias nele aplicadas e os os projetos resultantes da disciplina de Educação Popular e Saúde, faz-se clara a relevância da elaboração e implementação de outras disciplinas que contemplem a Educação Popular na grade curricular de cursos de graduação em educação e ciências da saúde. A criação de novas oficinas dentro das matérias que incentivem a produção de projetos é pertinente tanto na formação didática do indivíduo como na intenção de fortalecer os pilares de extensão em educação (e saúde) que valorizem em seu decorrer o diálogo e o saber popular para uma construção mais sólida e dinâmica de conhecimento.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11. 108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8. 080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto, e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de abr. 2005. p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Portaria nº 2. 761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Diário Oficial da União** 2013b.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5. 304, de 2013. Altera as leis nº 8. 808, de 19 de setembro de 1990 e nº 9. 656, de 3 de junho de 1998.

BONETTI, O. P; PEDROSA, J. I. S; SIQUEIRA, T. C. A. **Educação Popular em Saúde como política do Sistema Único de Saúde**. Rev APS. 2011 out/dez; 14(4): 397-407.

BONETTI, O. P; ODEH, M. M; CARNEIRO. F. F. **Problematizando a institucionalização da educação popular em saúde no SUS**. Interface (Botucatu). 2014; 18 Supl 2: 1413 - 1426.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 49ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20)

COELHO, F. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. **O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública**. Reunião anual da ANPED, v. 29, 2006.

PALUDO, C. **Educação Popular como resistência e emancipação humana**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago, 2015.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



PERNAMBUCO (Estado). Lei nº 15. 880, de 17 de agosto de 2016. Garante o direito à presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Pernambuco, 18 de ago. de 2016.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.241, de 17 de março de 1999. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de março de 1999. Seção 1, p. 1.

VASCONCELO, E. M; CRUZ, P. J. S. C; PRADO, E. V. **A contribuição da Educação Popular para formação profissional em saúde**. Interface. 2016; 20 (59): 835-8

VIEIRA, E; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4ª Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na
Atualidade



VISITA A UM GRUPO DE CAPOEIRA DA CIDADE DE MOSSORÓ/RN: PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO POPULAR.

Islaneide Karla da Silva¹

Leidiane Nogueira dos Santos Duarte²

Maria Cleoneide Soares³

Resumo:

O trabalho em tela vem expor uma experiência no âmbito da disciplina Educação popular perspectivas freireanas do curso de pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, onde foi proposta uma atividade, para que os alunos realizassem visitas a diferentes grupos sociais da cidade, com o objetivo de identificar elementos de educação popular. Diante disso, a visita foi realizada a um grupo de capoeira que fica localizado no bairro Costa e Silva na cidade de Mossoró/RN.

Palavras chave: Grupos Sociais; Educação popular; Capoeira.

Introdução:

O presente estudo pretende apresentar a experiência de duas alunas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, a partir da realização de uma visita a um grupo de capoeira existente em sua cidade (Mossoró/RN), no intuito de conhecer o grupo e as atividades desenvolvidas por eles, observar o papel social que o grupo emprega na comunidade, e principalmente, identificar elementos de Educação Popular existentes na prática dos envolvidos.

A proposta dessa atividade surgiu a partir da disciplina Educação Popular: Perspectivas Freireanas⁴, no qual foi proposto pelos professores deste componente curricular que os alunos realizassem visitas em grupos de diferentes contextos e

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Graduanda; islaneidekarla@hotmail.com.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Graduanda;
leidianenogueirauern@gmail.com

³ Professora orientadora e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação - Poseduc da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e docente contratada da faculdade de Educação;
cleoneide_s@hotmail.com

⁴ Componente curricular optativa da Faculdade de Educação da UERN, ofertada no 7º período do Curso de Pedagogia da referida faculdade.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



atividades, para que pudéssemos encontrar elementos de educação popular presentes nas experiências observadas.

A visita ao grupo “Cordão de Ouro” aconteceu no dia 13 de junho às 16h00min, no espaço Viola Lilás, o atual local dos encontros, que fica localizado no bairro Costa e Silva, Mossoró/RN. O grupo visitado é composto por crianças e pré-adolescentes, no total de 15 membros, coordenado pelo monitor Espeto.

O trabalho está dividido em duas partes, onde primeiramente apresentaremos a capoeira, seu surgimento e desenvolvimento, em seguida relatamos um pouco da entrevista e visita ao grupo Cordão de ouro, relacionando com autores que tratam do tema em questão. Posteriormente, no tópico conclusão, trazemos alguns resultados encontrados e colocamos os nossos apontamentos sobre os objetivos estabelecidos, encerrando dessa forma o trabalho.

Metodologia:

O contato com o grupo se deu a partir de redes sociais, local no qual, o monitor do grupo expõe alguns vídeos de trabalhos realizados, e no contato marcamos o encontro. A entrevista realizada na visita se caracteriza como semiestruturada, de caráter qualitativo, onde construímos um “roteiro” com algumas questões que precisavam ser feitas para alcançar os objetivos estabelecidos, tais como: Conhecer a historicidade do grupo; Ver como acontece a organização do espaço; Se o grupo possui financiamento; Como acontece o planejamento das atividades, entre outras questões, podendo também ter abertura para novos questionamentos, de acordo com o fluir da entrevista.

Durante a visita, para a documentação da entrevista, utilizamos gravação de voz como também registros fotográficos e vídeos. O grupo foi bastante receptivo, o monitor respondeu todas as questões, e os alunos ficaram à vontade com nossa presença. Conhecemos alguns instrumentos utilizados na capoeira, foi explicado sobre o processo de mudança de nível e conhecemos alguns movimentos utilizados na prática do grupo.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Resultados ou Desenvolvimento:

O surgimento da capoeira segundo Oliveira e Leal (2009) teve seus primeiros registros no século XIX, neste período era praticada por escravos que viviam reprimidos e marginalizados e a capoeira foi utilizada como uma forma de defesa pessoal pelos escravos, sendo posteriormente proibida no Brasil. No entanto, com a proibição, essa prática começou a acontecer de forma clandestina sendo punido severamente quem a praticasse (Melo, 1996, p. 32).

Para Reis (1997, p. 19), “A capoeira é uma manifestação cultural brasileira nascida em circunstâncias de luta por liberdade, nos tempos da escravidão”. Essa manifestação cultural nos dias de hoje está por toda parte, sendo praticada por pessoas muitas vezes marginalizadas. Com o advento da abolição da escravatura em 1888, muitos escravos estavam na rua sem nada, e uma das saídas foi a capoeira, porém ainda era mal vista.

Areias (1983, p. 65) comenta que não sendo mais perseguidos, os capoeiristas, sedentos de expressão, infestavam as ruas e praças das cidades com as suas rodas de capoeira. A capoeira era parte integrante e obrigatória de todas as festas populares. Neste sentido, a capoeira surge como um movimento de educação popular.

A educação popular para Gadotti (2011, p. 8), “tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, buscando colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas”. Neste sentido, a educação popular constitui como um movimento que visa dar voz e vez aos menos favorecidos.

Para Freire (2001, p.16),

A Educação popular é, sobretudo, um processo permanente para refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

Neste sentido, a capoeira se caracteriza como um movimento de educação popular. Para tanto, o grupo de capoeira visitado em Mossoró/RN, inicialmente



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



chamava-se “Alforria dos Bambas”, coordenado pelo mestre “Birimba”. Após o falecimento deste, o grupo não tinha como continuar, pois devido existir etapas para se chegar a um determinado grau de formação, que são estes: monitor, instrutor, professor, graduado, mestre, contra mestre, entre outros, precisam de um mestre formado para que forme os seguintes. Dessa forma, os alunos passaram para o grupo “Cordão de Ouro”, coordenado pelo mestre “Curió”.

O grupo visitado é composto por crianças e pré-adolescentes, no total de 15 membros, coordenado pelo monitor “Espeto”. Para participar do grupo, entra-se em contato com os coordenadores e após ser informado sobre regras e ordens do grupo, já pode iniciar a participação nas aulas. Atualmente é cobrado 25 reais por aluno, porém a maioria não tem condições de pagar, mas isso não impede que participem das aulas.

Após um tempo treinando, os alunos passam por um batismo para receber a corda, que significa uma mudança no nível de aprendizagem, também no batismo é recebido um apelido, que geralmente é de acordo com as características de cada pessoa.

O monitor destacou que o seu sonho sempre foi ministrar aulas para crianças, ter sua própria academia e um dia chegar ao nível de professor. Enfatizou que a caminhada para conseguir a mudança de nível é longa, e apesar de existirem muitas barreiras, principalmente financeiras (pois não recebem nenhum tipo de auxílio), o trabalho ainda é muito gratificante.

Continua sua fala informando que, quando tem eventos de capoeira em outras cidades, pede a contribuição dos alunos em uma quantia simbólica de um ou dois reais, para que ele consiga o dinheiro das passagens, pois esses eventos é a oportunidade que se tem de construir novos conhecimentos para poder melhorar as aulas.

Neste sentido, Freire (1987, p. 39) assegura, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Assim sendo, se faz necessária a busca por novos conhecimentos para aprimorar suas práticas. Pois “o educador já não é apenas o que educa, mas o que educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado também educa” (FREIRE, 1987, p. 68).



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



Quando conversávamos sobre o espaço em que acontecem os encontros, destacou algumas dificuldades, pois como não a um financiamento, o grupo não tem recurso para pagar um local, tendo então que conseguirem um local público. O monitor fala ainda que, antes de ir para o “Viola Lilás”, realizava os encontros na calçada de uma igreja católica, passaram cinco meses treinando lá, porém em péssimas condições.

Os treinos acontecem às 16h00min da tarde, dessa forma o sol atrapalhava, às vezes treinavam na chuva, o chão por não ser adequado causava ferimentos nos pés, então, devido a esses e outros fatores, tiveram que procurar outro lugar, que é esse o atual da visita, que no passado já tinha sido um centro de capoeira com outros componentes.

Ao questionar sobre a relação das famílias dos alunos com a capoeira, frisou que ainda existe certo preconceito em relação a esse esporte, o monitor afirma que ele mesmo sofreu preconceito dentro de casa, pois seus pais não aceitavam a sua escolha, dado que muitos veem como um grupo de magia negra, pessoas desonestas perante a sociedade, usuários de drogas, que fazem coisas “erradas”, mas ele luta constantemente para tentar mostrar que a capoeira não é uma prática ruim, pelo contrário, é o que tem tirado várias crianças e jovens do caminho das drogas.

Essa visão sobre a capoeira está arraigada devido sua história, que era uma prática usada por escravos, que por sinal eram marginalizados, os negros utilizavam para se defender de seus “donos” dos maus tratos ou quando estavam em fuga para não serem capturados. Porém, com a proibição da mesma os negros começam a praticar de forma clandestina e seguidamente com uma dança.

A capoeira é uma cultura popular nascida das lutas dos negros pela liberdade. Para Capoeira (1998, p. 34), “a capoeira é uma mistura de diversas lutas, danças, rituais e instrumentos musicais vindos de várias partes da África. Mistura realizada em solo brasileiro, durante o regime de escravidão”.

Para que os preconceitos não aumentem o monitor deixou claro que não aceita determinados comportamentos e atitudes no grupo, relata que já chamou atenção de um membro do grupo por fazer uso de entorpecente com a farda da capoeira e em público. O monitor assegura que: *“se ele queria fumar maconha ele tirasse o fardamento, pois*



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



se ele estava treinando capoeira, naquele momento era um atleta, não podia fazer aquilo não". O monitor aponta que essa prática mancha a imagem do grupo, imagem esta que já não é bem vista pela sociedade. Paulo Freire (1997, p. 100) faz-nos pensar no que é ser, "Não sou se você não é, não sou, se proíbo você de ser". O sentido aqui não é proibir, mas conscientizar o sujeito de seus atos para que o mesmo perceba que sua atitude não condiz nem coopera com sua prática esportiva.

A capoeira é praticada em círculo com o uso de instrumentos musicais que estabelecem ligações com a corporeidade e oralidade, explorando rituais que transbordam valores histórico-culturais de um povo socialmente marginalizadas, negligenciados pela estrutura opressora classista. Possuem características específicas de resistência, afirmação de identidade e luta das classes populares.

Ao ouvir os alunos, constatamos que a motivação por parte deles, é que tem instigado o professor a não desistir de sua prática. Em uma de suas falas frisou que desistiu de um trabalho remunerado para continuar dando aulas aos meninos, pois se ele ficasse no emprego não teria disponibilidade para treinar todos os dias, e o ideal é que seja constante, pois são habilidades que podem ser "esquecidas" caso não sejam instigadas, e se treinarem aleatoriamente, não seria produtivo.

Conclusão

O Monitor demonstra um grande carinho pelos seus alunos, quando algum deles completa ano, ele tem toda a preocupação de agradar de alguma forma, muitas vezes com instrumentos que ele mesmo produz. O monitor ressaltou que alguns dos instrumentos utilizados são produzidos por ele, tais como o caxixi⁵, berimbau⁶ entre outros.

Pudemos perceber alguns conceitos freireanos trabalhados em sala de aula, presentes no grupo, tais como o de dialogicidade, quando o professor mantém um

⁵ O caxixi é um pequeno chocalho feito de palha, trançada com a base de cabaça, cortada em forma circular e a parte superior reta, terminando com alça da mesma palha.

⁶ O berimbau é um instrumento feito de uma verga de madeira, tradicionalmente a biriba, com um arame de aço, e a caixa de ressonância é a cabaça seca.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



diálogo com os alunos, para saber suas necessidades, de aula e pessoais, quando os alunos contribuem com o professor para a participação em eventos, e o respeito que estes alunos têm pelo professor, coisas que só são possíveis através da prática dialógica.

Também vimos à consideração dos saberes prévios, pois as aulas acontecem de acordo com o nível de desenvolvimento dos alunos, dessa forma, entende-se que é necessário saber em qual nível o aluno está para que se possa desenvolver as aulas de acordo com a necessidade da turma.

Identificamos também autonomia no grupo, pois na capoeira, os educandos têm a oportunidade de mostrar suas habilidades e construir novas, juntamente com o professor e os demais membros.

E além disso, a capoeira pode ser considerada uma prática social, pois tem um envolvimento muito grande de pessoas de todas as classes sociais, neste sentido, a prática do esporte tem auxiliado no desenvolvimento cognitivo, motor, social e humano.

É perceptível que o monitor tem uma boa relação com seus alunos e que gosta do que faz, sua fala condiz com suas práticas, e no decorrer da observação percebemos que existe um respeito mútuo entre os membros.

De forma geral, o grupo atendeu todas as nossas expectativas e foi além. A partir dessa visita, tivemos um novo olhar sobre o esporte capoeira, e tivemos a oportunidade de conhecer melhor como se dá às atividades, conhecendo o desenvolvimento do grupo, como se dá a formação em vários níveis, estabelecemos uma relação de amizade com novas pessoas, e esperamos poder ajudar a divulgar esse esporte que é muito “conhecido”, mas também muito criticado.

O que chamou a atenção foi o exemplo de luta e determinação que todo o grupo tem, de enfrentar os obstáculos para conseguir ter espaço em uma sociedade opressora.

Referências:

AREIAS, Anande das. **O que é capoeira**. 4. ed. São Paulo: Ed. da Tribo, 1983.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.



X Colóquio Internacional Paulo Freire

Opressão e Libertação na Atualidade



_____, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, P. **Política e educação: ensaios**. Ed. 5. São Paulo, Cortez, 2001.

_____, P. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **PAULO FREIRE 90 ANOS LEMBRANÇAS PESSOAIS E COMENTÁRIOS**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011 EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE PAULO FREIRE disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> acesso em 17 d agosto de 2018.

MELLO, André da Silva. **Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira**. Revista Discorpo, São Paulo, n. 6, p. 29-39, 1996.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. P. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Ed. Publisher Brasil, 1997.